

Ricardo Ojima • Wilson Fusco
organizadores

MIGRAÇÕES NORDESTINAS NO SÉCULO 21

Um Panorama Recente



Blucher Open Access

 **CNPq**
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico

RICARDO OJIMA e WILSON FUSCO

**MIGRAÇÕES NORDESTINAS NO SÉCULO 21
UM PANORAMA RECENTE**

Blucher

Migrações Nordestinas no Século 21
Um Panorama Recente
© 2014 Ricardo Ojima e Wilson Fusco
Editora Edgard Blücher Ltda.

Foto da capa: Mardone Cavalcante França

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar 04531-934
São Paulo – SP – Brasil
Tel.: 55 11 3078-5366
contato@blucher.com.br
www.blucher.com.br

Ficha catalográfica

Segundo o Novo Acordo Ortográfico, conforme 5ª ed.
do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*,
Academia Brasileira de Letras, março de 2009.

Todo conteúdo, exceto quando houver ressalva, é
publicado sob a licença Creative Commons.

[Atribuição CC - BY - NC 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Todos os direitos reservados pela Editora Edgard Blucher Ltda.

MIGRAÇÕES NORDESTINAS NO SÉCULO 21 UM PANORAMA RECENTE

RICARDO OJIMA e WILSON FUSCO

(ORGANIZADORES)

Área de pesquisa: Demografia; Geografia; Economia Regional

Apoio: Este livro foi desenvolvido no âmbito do projeto: “Urbanização, condições de vida e mobilidade espacial da população no contexto dos biomas nordestinos: repensando as heterogeneidades intrarregionais”. Coordenado por Ricardo Ojima com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, processo: 403853/2012-5) e apoiado pelo Departamento de Demografia e Ciências Atuariais (DDCA) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

PREFÁCIO

Consta que, no século 14, o historiador e filósofo Ibn Khaldun já apresentava uma análise consistente do papel central da migração na história da humanidade. De fato, desde os primórdios do Homo Sapiens, indivíduos, famílias e tribos se deslocam no espaço, fugindo de adversidades e/ou buscando algo novo ou melhor. Esses movimentos, que podem ser de curta ou longa distância, permanentes ou temporários, têm afetado sobremaneira os contornos de processos sociais, econômicos, demográficos e ambientais de localidades, regiões e países ao longo da história humana. Em que pese a dimensão e a relevância destes movimentos, raros são as políticas que reconhecem as suas potencialidades e procuram transformar seu dinamismo em algo positivo para a sociedade. Primam as tentativas – geralmente frustradas – de barrar ou desviar as migrações. Tais atitudes refletem o desconhecimento da dinâmica migratória, das suas origens, dos seus contornos e de seus benefícios. Este livro se propõe a reduzir essa brecha cognitiva em relação a um dos principais fluxos migratórios deste país.

No Brasil, nenhuma região tem sido mais afetada por processos migratórios que o Nordeste, fazendo desta diáspora um capítulo central da história nacional. Conhecido, há mais de um século, como a terra da arribação, o Nordeste está acostumado a perder grande parte de seus filhos e filhas para outras regiões. Em consequência, a região é vista como o símbolo e a materialização da migração. Um conjunto de fatores entrelaçados e complexos explicam essa tradição. A profunda desigualdade socioeconômica historicamente consolidada na estrutura latifundiária, às características ambientais de sub-regiões afetadas por terras improdutivas e/ou períodos cíclicos de estiagem e a relativa prosperidade de outras regiões se destacam como os principais fatores estruturais subjacentes a estes fluxos.

As histórias das migrações nordestinas nos ciclos da borracha dos séculos 19 e 20 são bem conhecidas, assim como a atração do Sul Maravilha depois de instaurado o modelo de industrialização via substituição de importações na década de 1930. Mas a maior aluvião de migração para o Sudeste, especialmente para São Paulo, ocorreu no pós-guerra quando a expansão do desenvolvimento econômico-industrial exigiu maior integração com outros mercados nacionais. A conseqüente expansão e melhoria de transportes terrestres (pois antes, a migração implicava longas viagens marítimas como lembra o “Peguei um Ita no Norte” de Luiz Gonzaga), no período em que a pressão demográfica crescia nas regiões mais pobres, facilitaram os

conhecidíssimos fluxos de nordestinos para a terra prometida do Sudeste, os quais perduraram durante várias décadas.

Mas a história muda: o que interessa atualmente é que os contornos daquela realidade tradicional vêm mudando significativamente nos tempos mais recentes. Este livro se destina a contribuir para uma melhor compreensão da nova realidade e de suas consideráveis implicações. Ocorre que o Brasil passou por profundas transformações econômicas e demográficas a partir da década de 1980 e estas impactaram profundamente os processos migratórios. Como este período se constituiu, de certa forma, num divisor de águas na história migratória do Brasil e do Nordeste, vale recapitular alguns aspectos centrais, pois estes antecederam e determinaram a configuração específica dos movimentos mais recentes descritos e analisados neste livro.

Embora o fenômeno não tenha sido observado na época, sabemos hoje que a década de 1970 marcou o início de um processo histórico de desconcentração econômico a partir da região Sudeste e especialmente de São Paulo. Essas tendências somente foram percebidas e contabilizadas anos mais tarde, através da análise das contas nacionais regionalizadas. Estas mostraram ter havido um princípio de desconcentração industrial a partir do estado de São Paulo desde os inícios da década de 1970. Embora a participação no produto industrial do Nordeste como um todo se mantivesse estável no período, já se observava crescimento na participação do estado da Bahia resultando de novos investimentos em espaços produtivos modernos como no complexo petroquímico de Camaçari. Mesmo sendo incipientes, estas tendências regionais foram marcantes para a história migratória do país pois, em última instância, os movimentos populacionais refletem principalmente o deslocamento de oportunidades econômicas sobre o território.

De onde partiu esse processo histórico de desconcentração e reconfiguração da economia regional? É tentador atribuir essa transformação aos efeitos de políticas públicas federais dirigidas ao fortalecimento das economias regionais via a atuação das Superintendências Regionais, a criação de Polos de Desenvolvimento e a oferta de incentivos fiscais e subsídios variados. De fato, os vários Planos de Desenvolvimento elaborados no início da década de 1970 destinavam-se basicamente ao desenvolvimento do Nordeste, à ocupação da Amazônia e à integração de vários polos regionais de crescimento com a economia do Sudeste.

Mesmo reconhecendo a possível influência de tais iniciativas, o fato é que a desconcentração econômica refletiu principalmente a lógica e os interesses das firmas estabelecidas em São Paulo, as quais já ambicionavam, no auge do “Milagre Econômico”, conquistar novos mercados por meio

da integração de regiões mais isoladas. Ou seja, a maioria das mudanças na redistribuição regional de atividades econômicas ocorreu principalmente em resposta às necessidades específicas do processo de acumulação naquele momento histórico. Dada a vontade das próprias empresas de ampliar sua influência sobre uma parcela crescente do espaço nacional, não deve ser descartada a influência destas até na formulação e implementação de políticas públicas de cunho regional.

No que diz respeito às migrações internas, é evidente que as políticas de desenvolvimento regional almejavam contribuir para a redução das correntes para o Sudeste. Entretanto, os dados censitários mostram que, na realidade, a migração para os grandes centros metropolitanos do Sudeste ainda cresceu significativamente na década de 1970. Ou seja, houve uma certa defasagem entre mudanças econômicas e demográficas. Posteriormente, a seriedade da crise econômica na década de 1980 acabou atenuando os processos de migração em curso. Ao mesmo tempo, a crise parece ter reaberto espaços intersticiais para a pequena produção agrícola de todos os tipos. Este fenômeno serviu para arrefecer a migração rural-urbana em todo o país, mas particularmente em regiões mais pobres do país. De fato, a migração rural-urbana brasileira declinou de 17,4 milhões na década de 1970, para 9,2 milhões na década de 80.

As mudanças na espacialização da atividade econômica foram acompanhadas por transformações no padrão demográfico brasileiro, cujas consequências também afetaram diretamente as migrações nordestinas. Tradicionalmente caracterizada por altas taxas de fecundidade, a região experimentou uma queda abrupta dos seus níveis de reprodução a partir da década de 1980. Ao mesmo tempo, o Nordeste, habituado a níveis de mortalidade elevados, também teve uma melhoria importante nos seus padrões de mortalidade durante a mesma década. Finalmente, acostumado a enviar grandes números de seus habitantes para outras regiões, o Nordeste passou a perder contingentes bem menores, presenciar o retorno de parcela importante dos seus migrantes anteriores e até receber população de outras áreas do país.

Consideradas individual e conjuntamente, essas mudanças tiveram um enorme significado para a questão social nordestina. Por um lado, refletem transformações estruturais significativas. É muito relevante terem ocorrido, simultaneamente, no meio da crise econômica mais profunda dos tempos modernos, uma redução da fecundidade, uma melhoria dos níveis de mortalidade e importantes mudanças qualitativa e quantitativa na migração nordestina.

Primeiro, a queda da fecundidade, iniciada no Brasil em meados da década de 60, teve um impacto importante no ritmo de crescimento vegetativo da

população. O Brasil crescia a uma taxa de 2,9% a.a. durante a década de 1960; isto foi reduzido para 2,5% na de 1970 e para 1,9% na de 1980. A mudança teve um impacto maior no Nordeste, dado que seus níveis de fecundidade eram bem mais altos do que no Centro-Sul do país. Da mesma forma, os diferenciais de mortalidade entre regiões foram se atenuando durante a década de 1980, apontando para uma melhoria genérica e relativa das condições de vida da população nordestina, apesar da grave crise econômica. No conjunto, essas mudanças geraram uma clara tendência à diminuição do crescimento vegetativo da população nordestina e à redução da pressão demográfica que contribuía para a emigração da região.

Os processos brasileiros de urbanização e concentração populacional também apresentaram mudanças abruptas de trajetória durante a década de 1980. De fato, a maior surpresa trazida pela publicação dos resultados do Censo Demográfico de 1991 foi a redução significativa do ritmo de crescimento urbano e de concentração metropolitana, ocorrida no país durante a década de 1980. Novamente, o Nordeste apresentou uma das transformações mais significativas de todas as regiões durante essa década. O número de localidades urbanas pequenas e médias cresceu rapidamente, enquanto a população rural nordestina, que a esta altura representava quase a metade da população rural do país, finalmente apresentou um declínio absoluto durante o período.

Em suma, o Nordeste começou a apresentar tanto uma transição vital como uma transição urbana durante a década de 1980 e estas mobilizaram uma modificação na dinâmica migratória nordestina. A partir deste momento, os fluxos migratórios passaram a ser bastante mais complexos. Entre outros padrões, o Censo Demográfico de 2000 revelou, pela primeira vez, uma intensificação de fluxos de retorno. A complexidade destes diferentes movimentos, sua composição e seu significado social, econômico, demográfico e político geram novas inquietudes, tanto para pesquisadores como para políticos e planejadores. Quem são os migrantes que saem agora para outras terras? Quem são os retornados? Indivíduos? Famílias? Idosos? O que atraiu estas pessoas para a terra natal? O que esses indivíduos podem aportar para a economia da região? Qual é a influência de programas sociais sobre a migração de retorno? Como estes fluxos afetam as clivagens políticas?

Estas e muitas outras inquietudes servem para renovar o interesse nos movimentos migratórios nordestinos nos dias de hoje. São raras as políticas econômicas e sociais que não afetam ou não são afetadas pela migração. Daí

a importância dos estudos reunidos neste livro para entender uma realidade importante, mas ainda insuficientemente percebida e compreendida.

George Martine

Diretor Técnico da Dhemos Consulting

Ex-presidente da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP)

Ex-diretor da equipe técnica do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) para América Latina e Caribe

CONTEÚDO

1. Migrações e nordestinos pelo Brasil: uma breve contextualização (Wilson Fusco e Ricardo Ojima)
2. Evolução das Migrações Interestaduais Cearenses: Análise para os Decênios de 1960/1970, 1970/1980, 1981/1991, 1990/2000 e 2000/2010 (Silvana Nunes de Queiroz e Rosana Baeninger)
3. Migração e Seletividade na Região Nordeste: Um Estudo a Partir dos dados do Censo Demográfico de 2010 (Ana Raquel Matias Dantas e Flávio Henrique Miranda de Araújo Freire)
4. As metrópoles nordestinas no processo migratório nacional: tendências e articulações espaciais (Kleber F. Oliveira, Wilson Fusco, Maria Rejane Lyra e José Marcos Pinto da Cunha)
5. Análise das migrações intrarregionais no semiárido setentrional (Tiago Carlos Lima do Nascimento; Herick Cidarta Gomes de Oliveira)
6. Desigualdade de Renda e Migração (Luciana Conceição de Lima e Jorge Alexandre Barbosa Neves)
7. Urbanização, dinâmica migratória e sustentabilidade no semiárido nordestino: o papel das cidades no processo de adaptação ambiental (Ricardo Ojima)
8. Alterações demográficas da população local ao longo do desenvolvimento da região turística: um estudo no município de Tibau do Sul (RN) (Nilson Cortez Crocia de Barros)

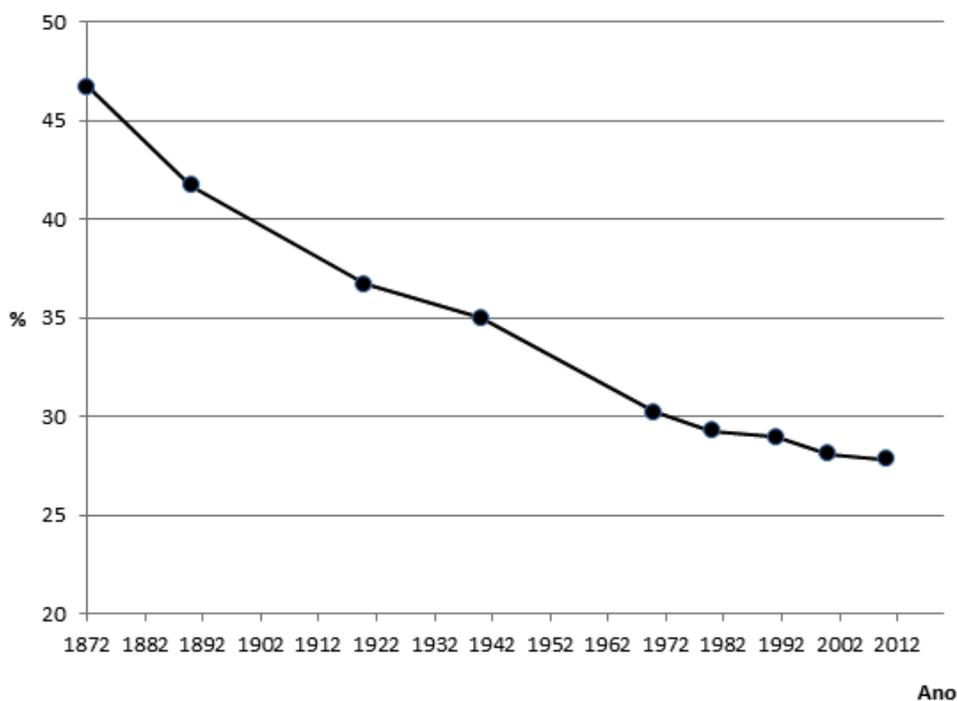
Sobre os Autores

MIGRAÇÕES E NORDESTINOS PELO BRASIL: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Wilson Fusco e Ricardo Ojima

A Região Nordeste destaca-se como locus privilegiado para análise de dinâmica migratória devido à intensidade com que os deslocamentos populacionais têm ocorrido nessa área, fato observado desde os registros oficiais mais antigos. Dados dos primeiros Censos Demográficos mostram que, ainda na segunda metade do século XIX, o Nordeste era a região mais populosa do Brasil e sua população representava quase a metade dos habitantes do país. Mais especificamente, conforme dados do Censo de 1872, a população do Nordeste correspondia a 46,7% do total nacional. A partir de então, os registros mostram um constante declínio nessa participação até atingir os atuais 27,8% da população brasileira, ainda que as taxas de fecundidade da região se apresentem, sistematicamente, como as mais altas do país.

Gráfico 1 – Evolução da participação relativa (em %) da população residente da região Nordeste, 1872 a 2010.



Fonte: IBGE, Censos Demográficos

Essa redução na participação relativa da região está relacionada diretamente à ocorrência de um processo emigratório continuado, não obstante a permanência de altas taxas de crescimento natural da população. Os fluxos de saída da população a partir do Nordeste (emigração) conduziram seus naturais para todas as regiões brasileiras, mas os primeiros registros de expressivos grupos de emigrantes destacam inicialmente a Região Norte como destino. Em meados do século XIX a Amazônia experimentou crescimento econômico em função da extração da borracha, atraindo numerosos migrantes para a região como consequência do uso extensivo de mão de obra. No decorrer do período que vai de 1839 (quando da descoberta da vulcanização da borracha) a 1932 (final da grande depressão), essa região recebeu uma grande quantidade de nordestinos, procedentes, em sua maioria, das zonas do agreste e do sertão do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Às vezes, expulsos de sua terra natal por causa das secas, fenômeno climático que atinge grande parte do Nordeste de forma crônica, outras vezes (ou simultaneamente) atraídos pelas oportunidades resultantes de atividades econômicas em expansão, os migrantes do Nordeste se moveram em grande número, somando aproximadamente 300 mil pessoas durante os primeiros anos do século 20. Com o colapso da produção da borracha, após a II Guerra Mundial, muitos voltaram para o Nordeste, enquanto outros permaneceram e se fixaram nos seringais, mantendo uma agricultura de sobrevivência (BENCHIMOL, 1999).

No século XX, o intenso aumento da população brasileira, inicialmente devido à imigração internacional e depois pelo próprio crescimento natural, levaria a outros importantes movimentos internos no país. Num primeiro momento, os colonos europeus instalados no estado de São Paulo, na condição de pequenos proprietários, arrendatários, colonos parceiros ou empregados das fazendas de café, migraram para o Paraná com o objetivo de aumentar a superfície de suas explorações ou, simplesmente, para aceder à propriedade. A onda de colonização na região Sul aumentou efetivamente com a chegada de um novo contingente de migrantes, composto de brasileiros nativos, principalmente do estado de São Paulo, aos quais se juntaram os migrantes vindos de Minas Gerais. Paralelamente, verificou-se o rápido aumento da migração a partir de estados do Nordeste (em grande parte com origem rural), com expressivos incrementos nos fluxos de saída a partir da grande seca da segunda metade da década de 1950 em direção ao Sudeste brasileiro. Durante a década de 1930, o Nordeste perdeu algo em torno de 650 mil pessoas para outras áreas do país e, no decorrer da década seguinte, o número de emigrantes chegou a mais de 900 mil. A década de 1950 foi também um período de intensa emigração inter-regional, de tal modo que a taxa média de crescimento anual da população nordestina ao longo do decênio foi de 2,1%, enquanto a do Brasil foi de 3,4% (SOUCHAUD, 2009).

A partir da década de 1960, o processo de expansão das fronteiras agrícolas muito contribuiu para a redistribuição da população nacional. Nesse período, foi iniciado um processo intenso de modificação da base produtiva na Região Centro-Oeste, o qual estava estreitamente vinculado à ação estatal por meio de programas de incentivo aos mercados internos e externos com vistas à modernização agropecuária e integração da região. As décadas seguintes foram marcadas pela implantação de importantes empresas agroindustriais, muitas vezes associada a investimentos estatais em infraestrutura, incentivos fiscais, crédito subsidiado e atuação de órgãos oficiais de apoio. A maior parte da região foi amplamente afetada pelo que se convencionou

denominar a “marcha modernizadora do oeste”, que teve o fluxo imigratório de nordestinos como um de seus componentes mais importantes. (CUNHA, 2002). Assim, o processo de crescimento das grandes cidades ocorreu concomitante à ocupação de fronteiras agrícolas, até a década de 1970, marcando a importância dos movimentos com origem no rural (entre os anos de 1960 e 1970) e das migrações de longa distância (RIGOTTI e CUNHA, 2011).

A partir dos anos 1980, as migrações internas no Brasil adquirem maior complexidade, com predominância dos deslocamentos do tipo urbano-urbano. A diminuição da evasão populacional e o aumento da imigração na Região Nordeste, conjuntamente a outras alterações observadas na dinâmica migratória nacional, indicavam um possível ponto de inflexão nos volumes dos fluxos inter-regionais.

A década de 1990, por outro lado, não registrou evidências de continuidade dos processos observados nos anos anteriores: ao contrário, verificou-se um incremento importante da emigração nordestina – de 3,6 milhões entre 1981-1991 para 4,0 milhões nos anos de 1990, ao mesmo tempo em que o Sudeste voltou a registrar aumento em volume nos fluxos de imigrantes. Dessa forma, observa-se que, em vários pontos do país, a presença de naturais do Nordeste ainda é significativa e a situação de São Paulo é exemplar. Em 2000 a Região Metropolitana de São Paulo contava aproximadamente 18 milhões de habitantes, e os nordestinos participavam de forma expressiva na população: 3,6 milhões, ou 21% dos residentes na Região Metropolitana de São Paulo eram nascidos num dos estados nordestinos (FUSCO; DUARTE, 2010).

As transformações na economia – desconcentração e reestruturação produtiva – foram elencadas como fatores importantes na explicação sobre algumas mudanças observadas nos anos de 1980 e 1990, mas seu alcance não foi satisfatório, proporcionando a emergência de um novo argumento: a defasagem entre economia e dinâmica migratória (CUNHA; BAENINGER, 2005). Na verdade, há algum tempo os estudiosos do tema vêm buscando novas abordagens teórico-metodológicas para superar os desafios recentes de interpretação para a dinâmica migratória, não apenas do Nordeste, mas do Brasil como um todo, com bem explica Brito (2009).

O Nordestino fora do Nordeste

Mesmo nos estudos que passam a dar mais atenção a modalidades de movimentos populacionais menos representativos em outros períodos, como

o retorno e a migração de curto prazo (CAMPOS et al, 2012), são os naturais do Nordeste que se destacam com maior presença nos fluxos e nas proporções nesses estudos. Sendo assim, pode-se dizer que os nordestinos assumiram e ainda assumem fundamental contribuição para a redistribuição espacial da população brasileira. Neste sentido, a partir das informações censitárias das últimas décadas, buscou-se elaborar um quadro da distribuição da população no território nacional em função da região de nascimento das pessoas, com foco especial para os nascidos na Região Nordeste. Foi possível, assim, evidenciar a relação entre estoque e fluxos dos migrantes nordestinos e as diferentes formas que a migração tem sido observada no Brasil, com ênfase nos últimos 30 anos.

Brasileiros fora de sua Região de nascimento

As informações censitárias sobre a distribuição percentual da população residente fora de sua região de nascimento ao longo dos últimos 50 anos evidenciam a importância dos naturais do Nordeste em duas diferentes perspectivas: a proporção desses estoques de migrantes em relação ao total de naturais das respectivas Regiões (Tabela 1) e o peso dos nordestinos em cada uma das Regiões brasileiras (Tabela 2).

Tabela 1 – Brasil. Distribuição percentual de pessoas nascidas no Brasil com residência fora de sua Região de nascimento em relação ao total de naturais da respectiva Região, segundo Região de nascimento e ano do censo. 1970-2000.

REGIÃO DE NASCIMENTO	ANO				
	1970	1980	1991	2000	2010
NORTE	3,6	3,6	4,1	4,9	5,2
NORDESTE	11,7	14,9	15,1	17,2	15,6
SUDESTE	6,5	5,7	5,3	5,2	4,8
SUL	3,2	7,8	9,4	9,4	8,2
CENTRO-OESTE	4,9	8,0	9,5	10,1	9,2

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos – 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Observa-se que o ano de 1970 registrou 11,7% dos naturais do Nordeste vivendo fora de sua Região de nascimento, sendo este o nível mais baixo

observado até hoje. Nesse mesmo ano, os naturais do Sudeste que viviam fora de sua Região conformavam o segundo grupo em importância nesse quesito, com o registro de 6,5%. Desde esse momento, o nível do estoque de nordestinos residentes fora do Nordeste aumentou sistematicamente, chegando a 17,2% em 2000, antes de uma leve inflexão observada no censo de 2010, quando foi registrada a proporção de 15,6%.

Observa-se, também, que as proporções de emigrantes das Regiões Sul e Centro-Oeste superaram a da região Sudeste a partir de 1980, porém sempre com medidas inferiores às do Nordeste, que se manteve a mais alta proporção em todos os períodos analisados. A proporção de naturais do Sudeste, por sua vez, reduziu-se continuamente até atingir a posição mais baixa dessa classificação, o que coloca o Sudeste como a Região com menor estoque de emigrantes em relação ao total de seus naturais.

Tabela 2 – Brasil. Distribuição percentual de pessoas nascidas na Região Nordeste em relação à população da Região de residência, segundo a Região de residência e ano do censo. 1970-2010.

REGIÃO DE RESIDÊNCIA	ANO				
	1970	1980	1991	2000	2010
NORTE	5,1	7,6	10,1	9,7	8,3
NORDESTE	99,1	98,8	98,3	97,8	97,5
SUDESTE	6,3	8,6	8,2	9,4	8,0
SUL	2,3	1,5	1,1	1,0	1,1
CENTRO-OESTE	12,5	12,5	11,3	12,0	11,4

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos – 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Percebe-se, portanto, uma correspondência entre a oscilação dos volumes de emigração a partir do Nordeste nos últimos três censos (CAMPOS et al, 2012) e a variação na proporção de nordestinos fora de sua Região: ambos aumentam na década de 1990 e diminuem nos anos 2000. Cabe destacar que o estoque de migrantes é determinado pelos sobreviventes que constituem o saldo migratório acumulado ao longo dos anos. Devido a esse fato, o impacto da diminuição dos saldos migratórios negativos verificada nas últimas duas décadas (CAMPOS et al, 2012), juntamente ao aumento das migrações de retorno, só encontrou correspondência no estoque de emigrantes nordestinos no censo de 2010.

Nordestinos pelo Brasil

Os resultados apresentados na Tabela 2 retratam o peso do estoque de naturais da Região Nordeste em cada uma das Regiões brasileiras. Nota-se, primeiramente, a contínua diminuição na proporção de nordestinos em sua própria Região. Apesar de tímido, o aumento na proporção de não naturais na Região Nordeste é regular ao longo dos últimos cinco censos, consolidando a inédita composição regional da população de residentes. Se, por um lado, esse resultado mostra a possível tendência para uma nova característica regional – atratividade migratória para outros brasileiros -, por outro lado, evidencia em uma perspectiva diferente o efeito das migrações de retorno: a importância crescente de imigrantes que são filhos de retornados, mas nasceram fora do Nordeste; efeitos indiretos da migração de retorno.

Este efeito indireto, ora identificado como elemento importante na análise do retorno migratório (RIBEIRO; CARVALHO; WONG, 1996), ainda tem sido pouco explorado pela literatura tanto em termos de suas consequências quantitativas, quanto características. O retorno migratório, mensurado pelos naturais da UF onde residiam na ocasião do Censo Demográfico de 2010 e que viviam em outra UF há exatos cinco anos antes (“data fixa”), somavam cerca de 1 milhão de pessoas em 2010. Volume que representava 21% de todos os migrantes do país nesse ano. E é na Região Nordeste onde a migração de retorno apresenta as maiores participações em relação ao total de movimentos migratórios, representando 37% dos imigrantes totais para a região.

O efeito indireto, por sua vez, também é o mais expressivo na Região Nordeste. Considerando os imigrantes de “data fixa” não naturais do Nordeste, mas que residiam em domicílios onde o responsável ou o seu cônjuge eram retornados, teríamos cerca de 100 mil imigrantes como efeito indireto do retorno migratório. Assim, pelo menos 10% (pois há uma perda de informação a respeito dos que não foram recenseados no mesmo domicílio do retornado) de todos os imigrantes para o Nordeste seriam, sob este critério, efeitos indiretos da migração de retorno.

Outra maneira de considerar o estoque de emigrantes é por meio da observação da proporção dessas pessoas em relação às populações das demais Regiões brasileiras. Nesse caso, a importância dos nordestinos é maior na Região Centro-Oeste, com índices variando entre 11,3% e 12,5% durante o período. Sudeste e Norte alternaram-se em segundo lugar (girando em torno de 8% em períodos mais recentes), dependendo do ano em questão. Ainda com relação à comparação entre as duas Regiões, destaca-se a maior

participação proporcional dos nordestinos na população da Região Norte nos últimos 30 anos – atingindo o registro de 10,1% da população residente em 1991 -, ainda que o quantitativo registrado na Região Sudeste seja de 5 a 6 vezes maior quando comparado ao do Norte.

Tabela 3 – Brasil. Distribuição percentual de pessoas nascidas na Região Nordeste segundo Região de residência, por ano do censo. 1970-2010.

REGIÃO DE RESIDÊNCIA	ANO				
	1970	1980	1991	2000	2010
NORTE	0,6	1,1	2,0	2,2	2,1
NORDESTE	88,3	85,1	84,9	82,8	84,4
SUDESTE	7,9	10,8	10,4	12,0	10,4
SUL	1,2	0,7	0,5	0,5	0,5
CENTRO-OESTE	2,0	2,3	2,1	2,5	2,6
TOTAL %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL N	32.170.621	40.356.300	49.123.025	56.400.607	61.158.058

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos – 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Quando o denominador da fração de nordestinos em cada Região é o total de pessoas nascidas no Nordeste, como exposto na Tabela 3, pode-se observar a atratividade que cada Região exerce para os migrantes ao longo do período analisado. A observação mais importante, nesse caso, é o pico do estoque de nordestinos fora de sua Região no ano 2000. Esse fato encontra correspondência com estudos que destacam esse como o ano em que foram observados os maiores volumes de emigração a partir do Nordeste.

Ainda que os resultados da Tabela 3 encontrem respaldo em análises anteriores sobre tendências das migrações a partir do Nordeste, a posição isolada do Sudeste como lugar de maior estoque de migrantes em função da demanda por mão de obra não é algo novo. Tampouco o rápido aumento na proporção dos que escolheram viver na Região Norte a partir da década de 1970, em correspondência à expansão da fronteira agrícola (BRASIL, 1997). No entanto, observa-se que a Região Centro-Oeste é a única para a qual as proporções dos naturais do Nordeste seguem aumentando desde a década de 1980.

Nordestinos em movimento

Quando o estoque total de migrantes é apreciado juntamente com o respectivo tempo de residência, pode-se falar em renovação de tal estoque. Segundo o censo de 1991, 36,4% do estoque de naturais do Nordeste residindo fora de sua Região chegaram à UF de residência atual (em 1991) nos 10 anos anteriores ao censo – ou seja, 36,4% das pessoas naturais do Nordeste e residentes em outra Região brasileira são migrantes de última etapa. Destes, 75,9% vieram diretamente do Nordeste, enquanto que os demais (24,1%) já residiam em outra UF fora do Nordeste, configurando migrações com duas ou mais etapas. Em 2000, a proporção de renovação do estoque de migrantes foi de 32,7% e de deslocamento diretamente a partir do Nordeste foi de 84,5%, evidenciando a correspondência do aumento da migração de nordestinos a partir de sua Região de nascimento com o momento de maior volume de emigração na Região. Essas proporções foram de 32,9% e 71,1% em 2010, em consonância com a redução do volume de saídas do Nordeste nos últimos anos, ao mesmo tempo em que permitem a observação do aumento do peso dos migrantes que tiveram nova mudança de residência, já fora do Nordeste. Esse processo migratório com mais de uma etapa sugere a dificuldade de se inserir satisfatoriamente na sociedade de destino, da mesma forma que o fazem as crescentes migrações de curto prazo.

Ao centrarmos as análises nos últimos 30 anos, período que tem sido caracterizado como de transição para novos padrões migratórios, passamos a focalizar os fluxos e não mais o estoque de migrantes. Aqui cabem destacar os saldos migratórios e a alternância dos destinos mais importantes para os emigrantes. A década de 1980 representou o momento de duas mudanças importantes: a diminuição do fluxo de emigrantes e o aumento do número de retornados para o Nordeste. Como consequência, o saldo migratório negativo diminuiu. Já na década de 1990, ao contrário da expectativa geral, o volume de migrantes aumentou nos dois sentidos, mas com maior intensidade entre os imigrantes, com destaque, mais uma vez, para a migração de retorno. Nos anos 2000 o volume de migrantes volta a diminuir, assim como o saldo migratório negativo.

Essa tendência parece indicar a melhoria nas condições de retenção da população no Nordeste, mas também pode indicar a dificuldade de inserção dos migrantes nos centros mais dinâmicos, tanto pela menor oferta de emprego como pela maior seletividade, provocando migrações com duração mais curta, que não são satisfatoriamente captadas pelos censos. Além disso, a dinâmica de migração é cada vez mais diferente entre os estados do

Nordeste e no interior desses estados, refletida em saldos negativos importantes para Maranhão e Bahia em todo o período e em saldos positivos no Rio Grande do Norte e em Sergipe, nos anos mais recentes (OJIMA, 2012; OJIMA; NASCIMENTO, 2012).

A mudança na concentração dos migrantes em função do lugar de destino é outro aspecto destacado. Segundo a Tabela 4, os resultados do censo de 1991 mostram que o Sudeste, principalmente São Paulo e sua região metropolitana, era o principal lugar de recepção dos nordestinos, absorvendo 63,9% dos migrantes. Centro-Oeste e Norte dividiam a segunda posição. O Norte (com 18,3%), mais especificamente, tem no sudoeste do Pará o principal lugar de destino para maranhenses, que vão trabalhar na mineração. No Centro-Oeste (que registrou 15,1%), o Distrito Federal foi o lugar que mais recebeu migrantes nordestinos na década de 1980.

Tabela 4 – Brasil exceto Nordeste. Distribuição percentual de migrantes de última etapa nascidos no Nordeste e residentes em outra Região, segundo Região de residência e ano do censo. 1991-2010.

REGIÃO DE RESIDÊNCIA	ANO		
	1991	2000	2010
NORTE	18,3	13,9	14,4
SUDESTE	63,9	66,1	62,4
SUL	2,7	2,1	3,5
CENTRO OESTE	15,1	17,9	19,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos – 1991, 2000 e 2010.

Uma análise mais detalhada sobre os deslocamentos dos nascidos no Nordeste durante a década de 1980 permitiu observar que migrantes de última etapa nascidos na Bahia constituíam o maior volume em todas as Regiões, exceto a Norte, onde predominam maranhenses e cearenses, tanto em volume como em proporção. Levando em consideração a medida relativa, Pernambuco está em primeiro lugar no Sudeste (84%) sendo que o estado de São Paulo sozinho tem 70% dos pernambucanos. Cabe, também, destaque para a proporção de naturais do Piauí como migrantes de última etapa no Centro-Oeste (30%).

Quando se coloca em foco os fluxos na década de 1990, nota-se que os naturais da Bahia repetem tendências observadas na década anterior. Nesse

período, a Região Sudeste consolida a maior proporção de migrantes de última etapa naturais do Nordeste: aqueles nascidos na Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia concentram-se em 80% (mais, em alguns casos) nesse destino. Cabe destacar, ao mesmo tempo, a redução da importância de São Paulo e sua maior Região Metropolitana como destino. Por outro lado, maranhenses e piauienses diminuem a proporção no Norte e aumentam fortemente no Centro-Oeste, onde Brasília e Goiás passam a disputar a corrente na Região.

Em 2010, novas configurações são notadas: Bahia, agora, só tem maior volume no Sudeste e Sul, pois Maranhão passa a ter maior volume no Centro-Oeste, que consolida a tendência de aumento no fluxo de nordestinos. O Sudeste tem redução relativa, mas continua isolado em primeiro lugar na preferência dos migrantes nordestinos de última etapa, ainda que a Região Metropolitana de São Paulo – e, de resto, o estado como um todo – continue a perder importância como destino.

Em seu próprio território

Ao focalizarmos as migrações no interior da própria Região Nordeste, trazemos a tona um aspecto com menor volume de estudos, mas que guarda grande relevância para entendermos a dinâmica migratória entre as Grandes Regiões. Segundo o Censo de 1991, das pessoas que deixaram sua residência no Nordeste durante a década de 1980, 73,1% escolheram um município da própria Região como destino, sendo que 62% migraram para outro município no interior do mesmo estado. Essas medidas deixam clara a importância que adquirem certos recortes territoriais atrativos para os migrantes da própria Região, pois em sua ausência, muitos desses migrantes iriam se deslocar a distâncias muito maiores para seguirem aos centros mais dinâmicos da economia nacional (FUSCO 2012).

O censo de 2000, que reflete a década de 1990, mostra que houve um aumento da emigração a partir do Nordeste para outras regiões, tendo, como consequência, a redução das proporções para a migração intrarregional ou intraestadual, atingindo 65,5% e 54,4%, respectivamente. No censo de 2010 – cujo comportamento dos migrantes refere-se à década de 2000 –, registrou-se que 68,9% das saídas tiveram como destino um município no interior do Nordeste e que 58,6% ocorreram dentro do próprio estado. Em volume, dado o peso dos nordestinos nos fluxos que envolvem a Região, os dois tipos de deslocamento acompanharam o agregado de emigrantes do Nordeste ao longo desses 30 anos, seja qual for a Região de nascimento dos indivíduos.

A Tabela 5 traz a distribuição percentual dos migrantes intrarregionais de última etapa do Nordeste por UF de residência, segundo os últimos três censos. O maior destaque fica por conta do desempenho de Pernambuco, o estado com maior proporção de emigrantes e de imigrantes intrarregionais, sempre apresentando a maior perda relativa nas trocas em todos os períodos analisados. Também merecem destaque os estados do Rio Grande do Norte e de Sergipe, que, apesar de registrarem os menores índices de trocas com outros estados da Região, apresentam resultados positivos em todos os anos. Finalmente, chama a atenção o fato de a Bahia ter sempre resultado positivo nas trocas com outros estados do Nordeste, já que o saldo migratório com o resto do Brasil tem sido sempre negativo.

Tabela 5 – Nordeste. Distribuição percentual de imigrantes e emigrantes intrarregionais de última etapa nascidos no Nordeste e as respectivas diferenças entre percentuais, segundo UF de residência e ano do censo. 1991-2010.

UF DE RESIDÊNCIA	ANO								
	1991			2000			2010		
	A	B	A-B	A	B	A-B	A	B	A-B
	IMIGR.	EMIGR.		IMIGR.	EMIGR.		IMIGR.	EMIGR.	
MARANHÃO	10,3	9,6	0,7	8,3	9,6	-1,3	8,4	8,2	0,2
PIAUI	10,5	10,3	0,2	9,9	9,9	0,0	9,2	9,4	-0,2
CEARA	11,5	12,8	-1,4	13,0	10,8	2,1	11,4	11,6	-0,2
RIO GRANDE DO NORTE	8,2	6,4	1,8	8,1	6,0	2,1	8,4	6,0	2,4
PARAÍBA	10,4	12,8	-2,4	10,8	11,9	-1,1	11,2	11,3	-0,1
PERNAMBUCO	18,4	22,1	-3,6	18,8	22,6	-3,9	19,0	22,5	-3,5
ALAGOAS	8,1	9,0	-0,8	7,9	10,7	-2,8	8,1	10,6	-2,4
SERGIPE	7,9	4,4	3,5	8,5	5,4	3,1	8,7	5,8	2,9
BAHIA	14,7	12,7	2,0	14,8	13,0	1,8	15,5	14,6	0,9
TOTAL %		100,0			100,0			100,0	
TOTAL N		835.490			864.749			741.043	

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos – 1991, 2000 e 2010.

Migrações Nordestinas Recentes

A emigração diminuiu, mas o Nordeste continua a apresentar, de forma agregada, saldo migratório negativo importante, influenciando de forma relevante a distribuição da população pelo território nacional. As mudanças observadas na economia nacional ainda não são suficientes para eliminar as desigualdades regionais ou, ao menos, dar condições mínimas para a reprodução social da população em seu lugar de nascimento. Assim, o nordestino continua a migrar, ainda que em volumes menores, aparentemente buscando novos lugares onde consiga se inserir no mercado de trabalho, apesar das dificuldades do momento atual.

Apesar disso, pode-se dizer que mais recentemente há uma maior heterogeneidade de contextos migratórios ocorrendo na Região Nordeste. Com o arrefecimento dos movimentos migratórios de longa distância, outros tipos de mobilidade passam a assumir maior peso tanto em termos gerais como nos seus aspectos seletivos e qualitativos. Assim, entender as características do movimento de retorno, seus efeitos indiretos, a atratividade de migrantes diretos, os novos espaços de migração intrarregional, entre outros, é de fundamental importância para as políticas sociais e o próprio desenvolvimento regional.

O semiárido, por exemplo, é um recorte territorial que extrapola o limite político administrativo das Unidades da Federação, mas que, enquanto contexto ambiental diferenciado, merece maior investigação no que diz respeito à distribuição interna da população nordestina. A seca, sempre mencionada como elemento central entre os fatores de expulsão da população nordestina, não abrange todo o Nordeste e é claramente um fenômeno localizado. Como estes recortes diversos se manifestam em termos da distribuição da população nordestina é uma questão a ser melhor explorada. As migrações nordestinas precisam ser entendidas também a partir de suas características endógenas.

Além do dilema sobre os caminhos a seguir para melhor compreender as transformações no padrão e nos volumes migratórios nacionais das últimas décadas do Século XX, interessa saber: o que está acontecendo, em termos de dinâmica migratória, nos primeiros anos deste século? O que orienta este livro é entender as principais mudanças que mais recentemente têm ocorrido na região Nordeste em termos migratórios. Talvez não seja suficiente pensar a migração no Nordeste a partir apenas de sua relação umbilical com os processos sociais e econômicos que ocorrem no Sudeste do país, mas entender as

características e a seletividade da migração nordestina a partir de um olhar nordestino.

É possível que, a partir de um foco que privilegie análises intrarregionais, sem necessariamente desconsiderar a manutenção dos fluxos tradicionais, mas considerando as evidências de mudanças importantes no contexto local que mudaram o sentido (demográficos, geográficos e simbólicos) destes processos, essa realidade possa ser melhor compreendida. Em outras palavras, o comportamento heterogêneo de subconjuntos regionais incrementa a complexidade da configuração dos deslocamentos populacionais na Região Nordeste, justificando, ainda mais, a realização de estudos regionais direcionados. Enfim, este livro reúne algumas contribuições que caminham nessa direção: entender as migrações nordestinas a partir do Nordeste. Esperamos que o debate iniciado aqui se propague e incentive que nossos e outros trabalhos se encontrem futuramente.

REFERÊNCIAS

- BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: formação cultural e social*. Manaus, Editora Valer, 1999, 480 p.
- BRASIL, Marília C., Os fluxos migratórios na região Norte nas décadas de 70 e 80: uma análise exploratória. In: *Cadernos de Estudos Sociais*, jan-jun 1997, vol.13, n.1, pp. 61-84.
- BRITO, Fausto. *As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Texto para discussão 366*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.
- CUNHA, José M. P.; BAENINGER, Rosana A. Cenários da migração no Brasil dos anos 90, in *Caderno CRH*, Salvador, Centro de Recursos Humanos da UFBA, v. 18, n. 43, p. 87-101, Jan./Abr. 2005.
- CUNHA, José M. P. da. Urbanización, redistribución espacial de la población y transformaciones socioeconómicas en América Latina. *Serie Población y Desarrollo*, Santiago de Chile, v. 30, p. 3-52, 2002.
- FUSCO, Wilson. Regiões metropolitanas do Nordeste: origens, destinos e retornos de migrantes. *REMHU* (Brasília), v. XX, p. 101-116, 2012.
- FUSCO, Wilson; DUARTE, Renato. Regiões Metropolitanas do Nordeste: origens, destinos e retornos de migrantes. In: *Anais...ABEP. XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 2010, Caxambu, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Microdados dos Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010*.

OJIMA, R. . As migrações recentes no Rio Grande do Norte: notas sobre um estado ganhador . *Cadernos de Estudos Sociais*, v. 27, p. 147-154, 2012.

NASCIMENTO, T. C. L. ; OJIMA, R. . Entre as idas e vindas potiguares: desenvolvimento regional e migrações no contexto do Rio Grande do Norte. *Cadernos de Estudos Sociais*, v. 27, p. 166-190, 2012.

RIBEIRO, José Teixeira Lopes, CARVALHO, José Alberto Magno, WONG, Laura Rodríguez. Efeitos Demográficos da Migração de Retorno: uma proposta metodológica. In: X Encontro Nacional de Estudos Populacionais, *Anais...*, ABEP, v.2, outubro 1996, p.955-972.

RIGOTTI, José I. ; BAPTISTA, Emerson A. . Migração de retorno no Brasil nos quinquênios 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010. In: *Anais...*, 2012, Águas de Lindóia, pp. 1-20.

RIGOTTI, José. I. R.; CUNHA, José. M. P. A migração interna nos últimos 50 anos: (des) continuidades, rupturas e recrudescimentos. **XI Reunión Nacional de Investigación Demográfica em México**. Sociedad Mexicana de Demografía (SOMEDE). Águas Calientes, 2012.

SOUCHAUD, Sylvain . Les périodes migratoires du peuplement au Brésil, de la fin du XIXème siècle à nos jours. *Hommes & Migrations* (1987), v. 1281, p. 30-39, 2009.

2

CAPÍTULO

EVOLUÇÃO DAS MIGRAÇÕES INTERESTADUAIS CEARENSES: ANÁLISE PARA OS DECÊNIO DE 1960/1970, 1970/1980, 1981/1991, 1990/2000 E 2000/2010

Silvana Nunes de Queiroz e Rosana Baeninger

INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste estudo é analisar a evolução das migrações interestaduais cearenses no período de 1960 a 2010. Procura-se traçar as principais tendências e inflexões em termos de volume e direção dos fluxos, tendo como pano de fundo a reconstrução das etapas do desenvolvimento socioeconômico do Brasil, do Nordeste e, em especial, do estado do Ceará.

O problema a ser investigado se justifica por dois motivos: i) magnitude do fenômeno migratório e ii) poucos estudos se debruçaram sobre a análise

dessa questão. De acordo com as informações do Censo Demográfico 2010, em 01/08/2010, a população total do Ceará era de 8.448.055 milhões de habitantes, com 18% (1.491.976 milhões) dos seus naturais residindo em outro estado.

De maneira concomitante, a partir dos resultados empíricos, averigua-se se as abordagens teóricas adotadas na análise das migrações internas, notadamente no período de 1950 a 1980, ainda explicam as causas e os motivos das migrações cearenses. O pressuposto básico deste estudo é que o arcabouço histórico-estrutural apresenta elementos teóricos capazes de justificar os recentes movimentos migratórios do e para o Ceará, que permaneceram se dirigindo no sentido do crescimento econômico.

Para o alcance dos objetivos propostos, o artigo está estruturado em cinco seções, incluindo esta introdução. A segunda descreve a fonte de dados, os procedimentos metodológicos e as definições adotadas. A terceira seção reconstrói o panorama das migrações interestaduais cearenses a partir da análise evolutiva das entradas e saídas. Pretende-se captar as principais alterações em termos de volume e direção dos trajetos migratórios. A quarta parte traça o balanço de perda e/ou ganho populacional do Ceará a partir da análise decenal das trocas migratórias. Na última seção, fazem-se as conclusões, sumariando as principais rupturas e tendências no quadro migratório do e para o Ceará no período de 1960 a 2010.

FONTES DOS DADOS, MÉTODOS E CONCEITOS

Os microdados dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 são a principal fonte de informação. A opção pelo quesito de última etapa é devido ao objetivo deste estudo, que trata da análise da evolução do fenômeno migratório interestadual cearense no período de 1960 a 2010, e o quesito de data fixa foi aplicado pela primeira vez a partir do Censo Demográfico de 1991.

É preciso destacar que o quesito sobre o *local de residência anterior* refere-se apenas à última etapa migratória dentro do decênio, ou seja, estima as trocas migratórias líquidas e não representa o ganho líquido de população. Somente com o quesito sobre o *local de residência exatamente cinco anos antes*, resultante do processo migratório entre duas datas fixas, tem-se a possibilidade do cálculo do saldo migratório, que mede a participação das migrações no crescimento populacional do período (CARVALHO e RIGOTTI, 1998).

A diferença entre imigrantes e emigrantes, definida como troca migratória líquida, chamamos de saldo migratório. Esse procedimento foi adotado por Brito, Garcia e Souza (2004), que reconhecem as limitações do mesmo, porém, ratificam sobre a possibilidade do uso das categorias de migrantes de última etapa, em que as trocas migratórias líquidas são aproximação dos saldos migratórios.

Buscando especificar e aprimorar o conhecimento sobre a dinâmica migratória cearense, outro recurso metodológico adotado foi o cálculo da Taxa de Migração Líquida (TML). Esse último indicador é calculado a partir da razão entre o saldo migratório (SM) e a população observada no final do período (P_n). Segundo Carvalho e Rigotti (1998, p.9): a TML “será a proporção da população observada no segundo censo resultante do processo migratório, quando a taxa for positiva, e a proporção em que a população seria acrescida na ausência de migração, se negativa”.

$$TML = \frac{SM}{P_n} * 100$$

Por último, apresentamos a definição de migrante de última etapa adotada neste estudo.

- Imigrante interestadual – indivíduo (natural ou não natural) que na data de referência do Censo Demográfico residia no estado do Ceará, mas há menos de dez anos morava em outra Unidade da Federação.
- Emigrante interestadual – indivíduo (natural ou não natural) que na data de referência do Censo Demográfico residia em outra Unidade da Federação, mas há menos de dez anos morava no estado do Ceará.
- Trocas migratórias – representa a diferença entre o total de imigrantes e de emigrantes de última etapa

EVOLUÇÃO DAS MIGRAÇÕES INTERESTADUAIS CEARENSES – 1960 A 2010

Nesta seção adotamos o procedimento metodológico usado por Patarra (2003a), que analisou no tempo e espaço, a relação entre migração e transformações estruturais da sociedade brasileira, em especial, a relação entre distribuição espacial das atividades econômicas e mobilidade espacial da população.

Anos 1960: a marcha para o Maranhão

Marcadas por diferenças regionais ou pelos “diferentes brasis”, com o Sul e o Sudeste desenvolvidos, as migrações figuram como alternativa ou alento para aqueles que querem melhorar de vida ou apenas sobreviver. Devido à inquietude e à vontade de superar os desafios impostos, inicialmente, pelas estiagens e, em seguida, pelos desequilíbrios regionais, a força de trabalho cearense migrou, seja para estados vizinhos ou regiões distantes.

Segundo Souza (2006, p. 1), as manchetes na imprensa, no ano de 1964, comumente atribuem o êxodo rural e as migrações cearenses a fatores climáticos, quando, na verdade, “[...] o discurso da seca e êxodo oculta outra causa da expulsão: o latifúndio, a concentração fundiária”.

Para Singer (1973), os grupos de migrantes são estimulados por dois fatores (expulsão e atração), que podem atuar de forma isolada ou em conjunto. No caso dos fatores de expulsão, a razão das migrações está na origem: por causas econômicas ocorre a expulsão do migrante do rural moderno ou do rural estagnado para o urbano em expansão. O segundo fator é o de atração, e está no destino, em alguns polos de expansão do capitalismo que aglomeram a atividade industrial e orientam os fluxos migratórios.

Paralelamente à atrofia da economia cearense, existia atratividade em outros destinos, estimulando as saídas, dada a possibilidade de inserção no mercado de trabalho em áreas prósperas. Conforme Martine e Camargo (1984), durante os anos 1960, forças centrífugas atraíram migrantes para áreas de expansão de fronteiras agrícolas, e forças centrípetas motivaram a migração do rural para o urbano industrializado no Sudeste, especialmente em direção à Região Metropolitana de São Paulo (MARTINE e CAMARGO, 1984).

Em resumo, não somente as intempéries das secas, mas fatores associados ao elevado crescimento natural, desequilíbrio econômico entre as regiões (FURTADO, 1986), grande propriedade rural, baixo rendimento, desemprego (PARENTE, 1964) e escassez de infraestrutura básica na origem estão no bojo do processo que, comumente, qualifica o cearense como ‘migrante’ (FERREIRA, 2007).

Do ponto de vista migratório, as principais transformações no volume e direção das migrações interestaduais cearenses no período de 1960 a 2010 podem ser observadas na Tabela 1.

Tabela 1 – Volume dos imigrantes e emigrantes interestaduais, segundo as Grandes Regiões e UFs de origem e de destino – Estado do Ceará – 1960/1970, 1970/1980, 1981/1991, 1990/2000 e 2000/2010 (última etapa)

REGIÕES E ESTADOS	1960/1970		1970/1980		1981/1991		1990/2000		2000/2010	
	IMIGR.	EMIGR.								
RO	583	2.528	634	3.609	4.077	10.441	4.599	5.053	2.278	2.791
AC	984	1.728	444	1.310	812	1.321	1.345	1.135	653	971
AM	1.900	4.486	2.844	7.961	7.270	11.795	7.940	8.687	5.097	7.442
RR	192	298	114	1.863	1.018	5.192	1.609	3.052	1.239	2.353
PA	3.658	20.145	6.402	33.276	19.244	31.142	18.510	19.908	12.603	14.498
AP	210	327	323	526	1.195	1.136	1.311	1.895	1.329	1.384
TO	—	—	—	—	1.216	5.141	1.351	4.364	1.687	2.917
NORTE	7.526	29.512	10.760	48.545	34.831	66.166	36.665	44.094	24.887	32.356
MA	11.193	69.140	14.168	31.192	20.391	22.032	20.183	14.895	12.745	11.747
PI	19.044	31.367	17.344	21.878	23.204	25.098	25.755	19.547	16.914	15.392
RN	28.002	8.121	14.410	14.874	18.162	17.390	16.454	16.767	12.965	16.357
PB	39.882	6.219	15.895	8.995	15.005	10.807	11.448	10.411	9.896	9.815
PE	22.722	28.859	18.601	22.693	23.264	25.455	26.121	19.483	21.064	19.283
AL	6.948	1.135	2.823	2.264	3.639	2.176	3.801	2.000	2.971	2.699
SE	338	377	587	1.469	1.051	2.452	1.308	1.738	848	1.260
BA	2.771	9.949	6.287	21.915	13.741	16.871	13.669	13.598	11.231	13.795
NORDESTE	130.901	155.169	90.114	125.280	118.459	122.282	118.739	98.439	88.634	90.349
MG	1.355	2.733	2.118	5.021	4.238	8.894	6.753	11.264	5.753	16.149
ES	245	488	353	1.927	1.548	2.834	1.284	2.404	931	2.138
RJ	5.229	43.233	12.098	61.042	33.774	49.653	37.485	60.938	26.098	53.975
SP	6.282	47.698	22.745	155.672	74.999	170.722	107.706	163.809	74.683	125.030
SUDESTE	13.111	94.152	37.315	223.662	114.560	232.103	153.228	238.415	107.466	197.293
PR	2.191	15.316	2.730	3.660	2.135	3.033	3.179	3.850	3.301	4.421
SC	254	100	305	508	609	1.289	1.511	2.739	1.708	5.387
RS	483	339	853	1.381	1.670	2.422	3.837	4.371	2.952	4.196
SUL	2.928	15.755	3.888	5.549	4.414	6.744	8.527	10.960	7.961	14.004
MS	—	—	967	3.649	1.552	3.852	1.634	2.374	897	2.165
MT	519	8.053	394	2.034	1.922	4.891	2.205	3.660	1.461	3.668
GO	483	11.168	2.038	14.169	3.707	13.925	5.326	16.417	4.874	14.278
DF	801	31.213	4.957	41.895	13.947	32.391	17.281	23.794	11.973	19.843
C.OESTE	1.803	50.434	8.356	61.746	21.128	55.060	26.446	46.245	19.205	39.954
CEARÁ	156.269	345.021	150.434	464.781	293.392	482.355	343.605	438.153	248.153	373.957

Fonte: IBGE — Microdados dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Nota (1): Para efeito de comparação, entre 1960/1970 e 1970/1980, Fernando de Noronha foi somado a Pernambuco e Guanabara, incorporado ao Rio de Janeiro, entre 1960/1970.

Nota (2): No total de imigrantes são excluídos os nascidos no exterior e sem declaração de Unidade da Federação de residência anterior.

A análise no tempo e espaço mostra que, no período 1960/1970, entraram no estado do Ceará 156.269 imigrantes, contra uma saída de 345.021 emigrantes (Tabela 1). Em termos de distribuição espacial, destacou-se o fluxo procedente do Nordeste, com 130.901 pessoas ou 83,77% do total da imigração, apontando para a importância do movimento migratório de curta distância. As regiões Sudeste (8,39% ou 13.111 pessoas), Norte (4,82% ou 7.526 pessoas), Sul (1,87% ou 2.928 pessoas) e Centro Oeste (1,15% ou 1.803 pessoas) apresentaram pequena participação. Com respeito às saídas, o Nordeste também se destacou ao receber 155.169 pessoas ou 44,97% do total de emigrantes, superando a participação do Sudeste, que atraiu 94.152 (27,29%) indivíduos. No caso das demais regiões, as mesmas tiveram contribuição modesta, representando 28% das saídas.

No tocante aos estados, a Paraíba (39.882 pessoas ou 25,52%), o Rio Grande do Norte (28.002 pessoas ou 17,92%) e Pernambuco (22.722 pessoas ou 14,54%) representaram mais da metade das imigrações. Nessa época, o estado de São Paulo (4,02%) e do Rio de Janeiro (3,35%) não se destacavam como os principais locais de origem. Quanto às emigrações, Maranhão (20,04%), São Paulo (13,82%), Rio de Janeiro (12,53%), Piauí (9,09%) e Distrito Federal (9,05%) constituíram os principais destinos.

A atratividade do Maranhão (69.140 pessoas ou 20,04%), superando o estado de São Paulo (47.698 pessoas ou 13,82%) e do Rio de Janeiro (43.233 pessoas ou 12,53%) como principal local de “refúgio” das emigrações cearenses, tem raízes históricas. Iniciou-se com a seca de 1844 a 1846 e se intensificou durante as primeiras estiagens do século XX (secas de 1915 e de 1932). Entre as décadas de 1940 e 1960, época em que o Ceará foi castigado por secas e marcado pela concentração de latifúndios, os retirantes migraram em busca de terras férteis no Maranhão, onde as estiagens foram menos intensas (ROSADO, 1981; TROVÃO, 2008; BARBOSA, 2008).

No caso do Sudeste, a explicação para os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro figurarem como o segundo e o terceiro destino, está atrelada à intensificação da atividade econômica nessas áreas a partir do segundo quinquênio dos anos 1950 (MOURA, 1980; REGO e MARQUES, 2006). Ao criar um grande polo industrial, do qual se esperava a propagação pelas demais áreas do país, aprofundaram-se os desequilíbrios regionais (AFONSO e SILVA, 1995). Tal estratégia culminou, entre 1950 e 1980, com a transferência massiva de população do meio rural para o urbano-industrializado e/ou de regiões atrasadas economicamente para áreas prósperas (MARTINE, 1994).

Com relação à emigração para o Distrito Federal, esse fluxo tem a ver com a construção da Capital Federal do país e da rodovia Belém-Brasília,

além da melhoria do sistema viário e de comunicação a partir dos anos 1950 (MOURA, 1980; MARTINE e CAMARGO, 1984; MOREIRA, 1987).

Em resumo, entre 1960/1970, os retirantes cearenses, fugidos da seca e do desemprego, se “espalharam” por diversos pontos do Brasil, praticando, ao mesmo tempo, a migração de curta e de longa distância. Nesse processo, destacou-se o volume de pessoas que partiram em direção ao Maranhão, seguido do fluxo que migrou em busca de emprego no Sudeste urbano e industrializado e na recém-criada capital do país.

Anos 1970: rumo ao Sudeste

A região Sudeste, ocupando apenas 11% do território nacional detinha 81% da atividade industrial do Brasil em 1970 e, o estado de São Paulo, sozinho, era responsável por 58% dessa produção (CANO, 1997). Com relação à economia Nordeste, entre 1970 e 1979, o PIB da região “[...] expandiu-se a uma taxa de 9,4%, apoiado pelo ‘milagre’ econômico e pela expansão que ficou conhecida por ‘marcha forçada’ (II PND), na segunda metade da referida década” (GUIMARÃES NETO, p. 153, 2004).

Apesar do “sucesso relativo” da tentativa de desconcentração da indústria em direção à periferia nacional, contraditoriamente, ao longo da década de 1970, cinco milhões de indivíduos saíram do Nordeste rural (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999).

Nesse contexto, a crítica que se faz ao modelo de integração produtiva do Nordeste ao restante do país é que durante as décadas de 1960 e 1970, auges do crescimento nacional e da região, esse modelo não foi capaz de atenuar as disparidades de renda, pobreza e exclusão social. Assim, as migrações atuaram como parte do processo histórico de acumulação de capital, que contribuiu para incrementar os diferenciais de renda entre as áreas de origem e de destino.

Quanto à economia cearense, entre as décadas de 1960 e 1970, precisamente no período da Ditadura Militar (1964-1985), a atividade industrial se desenvolveu, porém, atrelada ao setor primário e localizada na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). A produção estadual concentrou-se em torno de indústrias tradicionais, como a têxtil, calçadista e alimentícia, beneficiadas pela matéria-prima local (LIMA e LIMA, 2008).

Apesar de essas atividades serem intensivas em mão de obra, a falta de infraestrutura local e de uma política estadual de industrialização, “emperava” o desenvolvimento do estado (PONTES, CAMBOTA e BIDERMAN,

2011). A permanência da disparidade regional e a possibilidade de trabalho e melhores salários alimentaram as migrações interestaduais.

Nesse contexto, a partir dos anos 1960 e 1970, contingentes volumosos de cearenses se dirigiram preferencialmente para o estado de São Paulo e do Rio de Janeiro (Tabela 1) — eixos do desenvolvimento do país — ao concentrar a indústria e criar maiores oportunidades de trabalho.

Diante dessa conjuntura, a década de 1970 acirrou as perdas líquidas populacionais do Ceará. Ao considerar todo o período em estudo, o decênio 1970/1980 foi o de maior evasão migratória em sua história. Conforme a Tabela 1, no referido intervalo, entrou um contingente de 150.434 pessoas, ao passo que saíram 464.781 indivíduos, com saldo negativo de 314.347 migrantes (Tabela 2).

Considerando as Grandes Regiões, o fluxo de origem permaneceu de curta distância, com cerca de 60% (90.114 pessoas) procedentes do Nordeste, apesar da participação relativa da mesma diminuir a cada década. Por sua vez, o Sudeste passou de uma contribuição de 8,39% (13.111 pessoas), entre 1960 e 1970, para 24,80% (37.115 pessoas), no período de 1970 a 1980. No caso das saídas, o destino migratório se alterou, com o maior contingente de emigrantes se dirigindo para a região Sudeste (223.662 pessoas ou 48,12%), que desde então se tornou a principal porta de entrada. O Nordeste, que no decênio anterior ocupou o primeiro posto, figurou em segundo lugar ao atrair 125.280 pessoas ou 26,95% do total do fluxo. As regiões Centro Oeste (13,28%), Norte (10,44%) e Sul (1,19%) permaneceram com baixa atratividade.

Esse resultado denota mudanças nos trajetos das migrações cearenses, predominando, a partir de então, os fluxos de longa distância, direcionados no sentido do desenvolvimento urbano-industrial, concentrados no Sudeste, em especial, no estado de São Paulo.

Em termos de Unidade da Federação, houve mudanças. O estado de São Paulo tornou-se, ao mesmo tempo, o principal local de origem (15,12% ou 22.745 pessoas) e de destino (33,49% ou 155.672 indivíduos) dos fluxos que chegaram e partiram do Ceará, tendência que se mantém até o último Censo Demográfico (2010).

Apesar de menos distante do que São Paulo, o Rio de Janeiro se posicionou como o segundo local de recepção, ao atrair 13,13% (61.042 pessoas) do fluxo no período 1970/1980, contra 12,53% (43.233 pessoas) no decênio anterior. Enquanto São Paulo e Rio de Janeiro se consolidavam como áreas prioritárias de destino, o Maranhão (de 20,04% para 6,71%), Piauí (de 9,09% para 4,71%) e Pernambuco (de 8,36% para 4,88%) diminuíram a sua contribuição relativa entre as décadas de 1960 e 1970.

Ainda que pouco volumosa, vale destacar que a emigração para o Paraná diminuiu o ímpeto e passou de 15.316 (4,44%) pessoas, entre 1960 e 1970, para 3.660 migrantes (0,79%) no período de 1970 a 1980 (Tabela 1), sinalizando para o fim de sua fronteira agrícola, que seguiu em direção ao Centro Oeste e à Amazônia (MARTINE, 1994).

Em síntese, em dez anos intensificaram-se as migrações de longa distância, com São Paulo e Rio de Janeiro despontando como principais áreas de destino. De um lado, a concentração da atividade econômica nos grandes centros urbanos do Sudeste, em especial nos supracitados estados, e, do outro lado, o baixo dinamismo da economia cearense, incapaz de gerar oportunidades de trabalho e manter a população no estado, foram elementos que contribuíram para a expulsão e alteração nos eixos dos movimentos migratórios, predominando, desde os anos 1970, a trajetória Ceará-Sudeste (São Paulo) e Sudeste (São Paulo)-Ceará.

Anos 1980: início do descenso das perdas líquidas populacionais

Com cenário distinto do observado entre 1950 e 1980, caracterizado por intenso crescimento econômico, os anos 1980 representam a fase de inflexão dessa dinâmica. A década de 1980 foi marcada pela crise econômica, elevado processo inflacionário e taxa de desemprego crescente (QUEIROZ, 2003), ocasionando alterações na reconfiguração do espaço econômico e redistribuição espacial da população brasileira (DINIZ, 1995; PACHECO e PATARRA, 1997; FERREIRA e LEMOS, 2000).

Nesse contexto, os anos 1980 são considerados pelos estudiosos de população como a década de ruptura nas tendências demográficas do país, em especial na dinâmica migratória (PACHECO e PATARRA, 1997; MARTINE, 1997). As principais mudanças apontaram para a diversificação das rotas migratórias, intensificação dos movimentos migratórios de curta distância — dentro das regiões e dos próprios estados — fluxos urbano-urbano, deslocamentos pendulares e sazonais, retorno e refluxos (PACHECO e PATARRA, 1997; MATOS, 2002).

Quanto ao Ceará, o ano de 1987 é considerado por alguns estudiosos da dinâmica econômica regional como o início de uma “nova” concepção na administração da máquina estatal. O recém-eleito governador elegeu como meta principal promover o desenvolvimento econômico do estado (VASCONCELOS, ALMEIDA e SILVA, 1999).

O ajuste nas finanças públicas do estado foi definido como o primeiro e mais importante passo para o alcance do desenvolvimento. O Governo partia do pressuposto de que somente com a reforma fiscal seria possível obter recursos para aumentar os investimentos nas áreas sociais e de infraestrutura básica (sistema de transporte: malha rodoviária, portuária, aeroporto, energia, saneamento básico, recursos hídricos etc.), sendo possível atrair novos investimentos (VASCONCELOS, ALMEIDA e SILVA, 1999).

Outra característica marcante foi a política de incentivos fiscais e/ou “guerra fiscal”. O programa de atração de investimentos para o Ceará almejava diversificar a economia e, ao mesmo tempo, atrair indústrias. Para tanto, a partir do final dos anos 1980, foi criado o Programa de Promoção e Atração de Investimentos, que englobava programas estaduais e federais. Os programas estaduais mais importantes foram: o Programa de Incentivo ao Financiamento de Empresas (PROVIN), que concedia os maiores benefícios fiscais para as indústrias que se localizam no interior do estado¹, e o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDI), que procurava ampliar a capacidade industrial do estado através de diversos incentivos (subsídios, redução do ICMS etc.) (SILVA FILHO, 2008). Tais medidas permitiram atrair significativos empreendimentos, destacando-se os investimentos na indústria calçadista e têxtil (QUEIROZ e COSTA JÚNIOR, 2008).

Diante dessa conjuntura, a partir dos anos 1980, o ritmo de crescimento da economia cearense seguiu na contramão da observada no país. O PIB do Ceará, no intervalo de 1980 a 1990, conhecido na literatura econômica como a “década perdida”, cresceu três vezes mais (4,04%) em relação ao do Brasil (1,21%) (QUEIROZ, 2003), com reflexo sobre a diminuição nas perdas líquidas populacionais do estado.

Assim, conforme a Tabela 1, depois de duas décadas de intensa evasão migratória (anos 1960 e 1970), as perdas se arrefecem ao longo da década de 1980. Entre 1970/1980 e 1981/1991, o volume de emigrantes aumentou

1 Os dados analisados por Vasconcelos, Almeida e Silva (1999) mostraram que, em 1997, cerca de 65,2% das indústrias estavam localizadas na Região Metropolitana de Fortaleza. Mas, conforme os referidos autores (1999, p. 12): “[...] a tendência de interiorização do processo de industrialização deve-se acentuar em futuro próximo [...]”. No entanto, Silva Filho (2008) mostra que a política de industrialização do Ceará, via incentivos fiscais concedidos pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDI), de um lado, foi eficiente ao atrair indústrias (passou de 4.743 unidades industriais, em 1996, para 7.955 estabelecimentos, em 2006) e, do outro, foi ineficiente, pois os investimentos concentraram-se, ainda mais, na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), que aumentou a sua participação de 71,1%, em 1995, para 76,6%, em 2005, acentuando as disparidades dentro do próprio estado.

ligeiramente de 464.786 pessoas para 482.355 indivíduos, enquanto o contingente de imigrantes praticamente duplicou, de 150.434 pessoas para 293.392 mil, com o saldo migratório negativo baixando de 314.347 migrantes para 188.963 mil (Tabela 2).

Em relação à procedência, mais novidade. O Sudeste (39,05%) enviou quase a mesma proporção de migrantes do Nordeste (40,38%), tradicional área de origem. As demais regiões aumentaram a sua contribuição de 15,29%, entre 1970 e 1980, para 20,58%, no período de 1981 a 1991. No que tange às emigrações, os anos 1980 ratificam a tendência vislumbrada na década de 1970, com o Sudeste (48,12%) mantendo-se como principal porta de entrada. Por sua vez, o Nordeste que, entre 1960 e 1970, foi responsável por 44,97% das saídas, no período de 1981 a 1991, permaneceu em segundo lugar, mas com participação de 25,35%.

Essa dinâmica representa o refluxo das saídas: do lugar para onde se dirigiu o maior contingente de emigrantes também procede o maior número de imigrantes (Tabela 1). Durante a década de 1970, com o crescimento econômico do Sudeste e oportunidades de trabalho e renda, essa região atraiu mais migrantes, mas, a partir da crise econômica dos anos 1980, passou a enviar mais pessoas, num movimento de refluxo marcado por constantes idas e vindas (QUEIROZ e BAENINGER, 2010).

Em nível estadual, São Paulo (25,56%), Rio de Janeiro (11,51%), Pernambuco (7,93%), Piauí (7,91%) e Maranhão (6,95%) mantiveram-se como principais áreas de origem. Em termos de destino, 35,39% do fluxo direcionaram-se para o estado de São Paulo e 10,29% para o Rio de Janeiro. No Nordeste, o Piauí (5,2%) e o Maranhão (4,57%) continuaram atraindo os principais fluxos, decorrência do elevado número de migrantes que se dirigiu para esses estados até os anos 1960.

Mas o destaque ficou por conta do incremento absoluto (de 22.745 pessoas para 74.999 mil) e relativo (de 15,12% para 25,56%) de imigrantes que se dirigiram do estado de São Paulo para o Ceará, entre 1970/1980 e 1981/1991. O que explica essa dinâmica? Esse fenômeno se relaciona com a crise econômica dos anos 1980 e o crescimento da economia cearense, impulsionando o movimento migratório de retorno?

Sim, é possível que essa fase das migrações interestaduais cearenses, de um lado, seja reflexo do contexto favorável da economia² e do mercado de

2 Durante as décadas de 1980 e 1990, o Ceará (4,04% e 4,57%, respectivamente) reverte o quadro de letargia ao apresentar taxa de crescimento do PIB acima da média nacional (1,21% e 2,43%, respectivamente) (QUEIROZ, 2003).

trabalho local ao reter a população no estado (Tabela 1) e, do outro, é resultado do baixo crescimento econômico vivenciado pelo país, em especial, pela Região Metropolitana de São Paulo, estimulando a imigração, com destaque para o volume de retornados³.

Em síntese, quando comparado às décadas de 1960 e 1970, ficou evidente o descenso nas perdas líquidas populacionais cearenses ao longo dos anos 1980. Tais resultados ratificam a proposição de Pacheco e Patarra (1997), que diz que, a partir da década de 80, se iniciam as mais notáveis transformações na dinâmica populacional brasileira. Ou, como afirma Baeninger (1998), que, em meados da década de 70, começa a se verificar no Brasil e, especificamente, no estado de São Paulo, dois movimentos interligados: a desconcentração econômica e populacional, com rebatimentos sobre o volume e direção dos fluxos migratórios interestaduais.

Anos 1990: intensificação do declínio das perdas líquidas populacionais

Seguindo a tendência dos anos 1980, a economia brasileira passou por profundas transformações estruturais durante a década de 1990. A opção do Governo pela estabilização dos preços — via Plano Real, conjugado com a tríade globalização, políticas neoliberais e reestruturação produtiva — refletiram, de um lado, no controle da inflação e, do outro, no baixo crescimento econômico e aumento do desemprego e da informalidade (QUEIROZ, 2003).

Para o Nordeste, as medidas citadas acima, além do novo redimensionamento do papel do estado, impactaram no tímido crescimento do PIB da região (2,6% durante os anos 1990), sendo o mais modesto em quatro décadas (1960/2000) (GUIMARÃES NETO, 2004).

Almeida e Araujo (2004) ao analisarem a experiência da SUDENE no comando do processo de industrialização do Nordeste concluíram que, durante o período de 1960 até 2000, a região teve crescimento médio superior ao Brasil, porém, não foi capaz de melhorar as condições de vida da população e diminuir o número relativo de indigentes. A distribuição de renda e de terra praticamente não se alterou e a atividade industrial concentrou-se no litoral.

Com dinâmica econômica contrária à vivenciada pelo país e pelo Nordeste, a economia e o mercado de trabalho formal cearense mantiveram-se

3 Maiores detalhes veja Queiroz (2003).

com indicadores acima da média nacional e regional, intensificando a diminuição das perdas líquidas populacionais durante a década de 1990.

O crescimento do PIB cearense mantém-se com taxas superiores às nacionais desde a década de 1980. Entre 1980/1990, o PIB do Ceará cresceu 4,04% contra 1,21% do país (QUEIROZ, 2003). No decênio 1990/2000, o Brasil cresceu o dobro (2,43%) em relação à década anterior, mas o Ceará (4,57%) ficou dois pontos percentuais acima da taxa do crescimento do PIB nacional (BELTRÃO, 2003; IPECE, 2011a). No tocante ao mercado de trabalho, ao longo da década de 1990, o nível do emprego formal cearense cresceu a uma taxa de 4,22% a.a., enquanto o Nordeste e o Brasil tiveram taxas negativas, -0,3% a.a. e -1,1% a.a., respectivamente (VALOIS, ALVES e QUEIROZ, 2007).

Nesse cenário favorável, a década de 1990 ratifica a tendência vislumbrada nos anos 1980, com o Ceará arrefecendo, ainda mais, a sua perda populacional. De acordo com a Tabela 1, no período de 1990 a 2000, houve incremento de 343.605 imigrantes, contra 293.392 entre 1981 e 1991. Por sua vez, o volume de emigrantes diminuiu de 482.355 pessoas para 438.153, com as trocas migratórias negativas baixando para a metade, ao passar de 188.963 migrantes para 94.548, entre as décadas de 1980 e 1990 (Tabela 2).

A partir desses resultados, a década de 1990 sugere tendência de alteração nas migrações cearenses, que seguiram em sintonia com a dinâmica nacional, por outro lado destoam do quadro de letargia da economia brasileira. É justamente o pífio crescimento econômico do país no período de 1980 a 2000, vis-à-vis ao favorável desempenho da economia e do mercado de trabalho local ao apresentar taxa de desocupação inferior à média nordestina e nacional (AMARAL FILHO et al, 2009), que permite ao Ceará aumentar as entradas e reduzir as saídas.

Cunha e Baeninger (2001, p. 92) ratificam essa inclinação:

Particularmente nos Estados do Ceará e Pernambuco, historicamente algumas das áreas brasileiras de maior evasão, a redução da intensidade emigratória foi bastante significativa, o que poderia estar refletindo uma certa recuperação desses estados — especialmente o Ceará — que experimentaram um crescimento econômico na última década.

A distribuição por grande região de origem apontou que o Sudeste continuou na liderança no envio de imigrantes (44,59%) e recepção de emigrantes (54,41%), ratificando a sua posição de área de atração e, também, de

“expulsão”. Do lugar para onde se dirigiram os maiores volumes também procederam os maiores fluxos, em um movimento de refluxo.

De fato, durante os anos 1980 e 1990, as migrações adquiriram um caráter mais reversível (DOMENACH e PICOUE, 1990), com os fluxos marcados, ao mesmo tempo, por idas e vindas (BAENINGER, 2008), com o tempo de permanência se encurtando, os deslocamentos populacionais (pendularidade) ampliando-se e o volume da migração interestadual de retorno intensificando-se (QUEIROZ, 2003).

No que diz respeito ao Nordeste, essa região permaneceu enviando (34,56%) e recebendo (22,47%) o segundo maior contingente de pessoas. Quanto às demais regiões, o envio de imigrantes girou em torno de 20% e a recepção de emigrantes em torno de 23% (Tabela 1).

No tocante aos estados, quase um terço (31,35%) ou 107.706 indivíduos declararam o estado de São Paulo como último local de residência, contra 25,56% (74.999 pessoas) no intervalo de 1981 a 1991 (Tabela 1). Rio de Janeiro (10,91%), Pernambuco (7,60%), Piauí (7,50%), Maranhão (5,87%), Pará (5,39%) e o Distrito Federal (5,03%) são outros polos importantes. Com relação às emigrações, não houve mudanças: o destino preferido permaneceu o estado de São Paulo (37,39%), seguido de longe pelo Rio de Janeiro (13,91%). Distrito Federal (5,43%), Pará (4,54%), Piauí (4,46%), Pernambuco (4,45%) e Goiás (3,75%) são outros estados de atração.

Em resumo, durante a última década do século XX, a dinâmica migratória cearense manteve e intensificou a diminuição das suas perdas líquidas populacionais, vislumbradas ao longo dos anos 1980, sugerindo uma possível nova fase no seu processo migratório, caso o histórico quadro de perdas continue se arrefecendo, durante a primeira década do século XXI. Em termos de origem e de destino não houve mudanças, a região Sudeste e o estado de São Paulo tipificam, ao mesmo tempo, como principal área de atração e de expulsão dos fluxos cearenses, apontando para as constantes idas e vindas entre essas áreas.

Anos 2000: o fim do arrefecimento?

A primeira década do século XXI é marcada pela recuperação do dinamismo econômico do país, especialmente a partir de 2004⁴. O crescimento

4 Vale frisar que, entre 1999-2003, o crescimento econômico do país foi de apenas 1,9% em média (SERRANO e SUMA, 2011), portanto, segundo Paes de Barros et al., (2006), a queda

médio do PIB no intervalo de 2004 a 2010 foi de 4,4% (SERRANO e SUMA, 2011), com impactos positivos sobre a evolução na estrutura social brasileira. Mesmo com a crise financeira internacional no último trimestre de 2008 e primeiro trimestre de 2009, o Brasil não interrompeu o ciclo de progresso social vivenciado nos últimos sete anos⁵ (QUADROS, 2011).

No caso do Nordeste, com o esvaziamento de uma política de desenvolvimento nacional, desde o final dos anos 1980, a guerra fiscal, ou a disputa entre as Unidades da Federação (especialmente Bahia e Ceará) e municípios, tornou-se o principal determinante na atração e manutenção de alguns focos de dinamismo na região (ARAUJO, 1999; DINIZ e BASQUES, 2004). Apesar da ausência ou negligência de uma política de desenvolvimento nacional, o Nordeste seguiu a tendência do país, ao combinar crescimento econômico com melhorias sociais.

O avanço social vivenciado no Brasil em anos recentes deriva de uma gama de fatores: difusão do programa de aposentadoria e pensão rural, com impacto sobre o aumento na participação da renda das famílias rurais em detrimento da queda da renda advinda do trabalho, principalmente em áreas menos desenvolvidas (MAIA et al, 2008); estabilidade econômica alcançada com o Plano Real — que ampliou o poder de compra, notadamente da população mais pobre, somado aos programas assistenciais — como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e, principalmente, o Bolsa Família, que tem ampla cobertura nacional (QUEIROZ et al, 2010).

Desde os anos 2000, estudos apontam para a redução das desigualdades regionais e sociais, traduzidas no aumento da renda das camadas mais pobres superior à média nacional⁶, com forte repercussão no Nordeste brasileiro (CARVALHO, 2008). Entretanto, Araujo e Santos (2009) são cautelosos e destacam que a integração do Nordeste contemporâneo às regiões mais

da pobreza e extrema pobreza, no período 2001-2005, não foi em função do crescimento econômico, mas devido às reduções do grau de desigualdade, fazendo com que a fatia da renda total apropriada pelos pobres aumentasse, ou seja, a renda dos pobres cresceu mais rapidamente em relação a dos ricos.

5 Conforme Quadros (2011), em 2009, a crise econômica repercutiu ligeiramente sobre o mercado de trabalho nacional. Nesse sentido, os resultados analisados por Aparício e Queiroz (2011) para o ano de 2010 já apontaram para a recuperação econômica do país, com espraçamento sobre a geração de empregos na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).

6 Para maiores detalhes sobre a queda da desigualdade entre estratos de renda, veja Hoffmann (2006); Neri (2007); Paes de Barros et al. (2006).

desenvolvidas é perceptível, porém, é um processo lento, com as assimetrias econômicas, sociais e demográficas persistindo.

No que concerne ao Ceará, durante a primeira década do século XXI, o crescimento do PIB (4,63%) manteve-se praticamente inalterado em relação à década anterior (4,57%), com a diferença diminuindo para 1% em relação ao do país, que cresceu 3,62% entre 2000 e 2010 (IPECE, 2011a). Tal dinâmica refletiu sobre o mercado de trabalho estadual, que ratificou a tendência observada na década de 1990 – com aumento na oferta de vagas. Vale frisar que a maioria dos postos de trabalho criados no estado são precários, marcados por alta rotatividade e baixa remuneração (COSTA, 2011; APARÍCIO e QUEIROZ, 2011; SILVA FILHO, QUEIROZ e CLEMENTINO, 2012).

Com relação às migrações, tanto o volume de imigrantes (que passou de 343.605 para 248.153 indivíduos) quanto de emigrantes (que passou de 438.153 para 373.957 pessoas) apresentou descenso (Tabela 1), com implicações sobre o aumento no saldo migratório negativo entre 1990/2000 e 2000/2010, respectivamente (Tabela 2). Esse resultado é distinto do constatado nos anos 1990 que, pela primeira vez, revelou, em conjunto, aumento nas entradas e diminuição nas saídas, tipificando como o período de menor perda populacional para o Ceará ou de menor saldo migratório negativo (Tabela 2). O que justifica essa dinâmica? Ela representa a inflexão na tendência de diminuição nas perdas líquidas populacionais cearenses, que teve início nos anos 1980 e intensificou-se na década de 1990?

A explicação está atrelada às flutuações na economia brasileira, sendo possível articular o tipo migratório à etapa econômica, embora Patarra (2003a) e Baeninger (2008) não vejam essa dinâmica, especialmente em relação ao estado de São Paulo. Nos momentos de crise, décadas de 1980 e 1990, quando o Ceará apresentou taxa de crescimento econômico e taxa de emprego formal acima da média do país e do Nordeste (QUEIROZ 2003), essa Unidade da Federação tornou-se mais atrativa para retornados ou não naturais, aumentando de maneira ininterrupta o volume de imigrantes, além de arrefecer as saídas (Tabela 1). Com a estabilidade econômica alcançada em todo o país ao longo dos anos 2000, o Ceará diminuiu as entradas e permaneceu arrefecendo as saídas, surgindo a seguinte conclusão: quando o Brasil cresce, e mesmo com o Ceará seguindo tal tendência (anos 2000), o estado recebe menos imigrantes, mas, nos períodos de baixo crescimento econômico do País (anos 1980 e 1990), e elevado crescimento da economia cearense (décadas de 1980 e 1990), o Ceará recebe mais migrantes.

Nesse contexto, os determinantes das migrações cearenses continuam relacionados com a reprodução do capital, permanecendo a relação entre

dinâmica econômica e migração. Os fluxos populacionais se dirigem em busca de oportunidades de trabalho em outras regiões ou no próprio estado (Ceará), sendo este último destino a “novidade” a partir da década de 1980.

Não resta dúvida de que programas de transferência de renda, preços dos imóveis nos grandes centros urbanos, violência, custo de vida nas metrópoles, pressão nos serviços públicos, redes de contato/solidariedade etc. exercem influência na atração, manutenção e repulsão dos migrantes. Mas questões de ordem econômica ou macrossociais aliadas aos fatores microssociais perduram como os principais determinantes das migrações interestaduais cearenses.

Quanto à distribuição espacial, em termos regionais, não houve alteração, o Sudeste (43,31%) e o Nordeste (35,72%) permaneceram como as principais áreas de origem, enviando quase 80% dos imigrantes. Os destinos também não mudaram, o Sudeste (52,76%) recebeu mais da metade do fluxo, um quarto emigrou para o Nordeste (24,16%), 10,68% para o Centro-Oeste, 8,65% para o Norte e somente 3,74% para o Sul (Tabela 1).

Em nível estadual, os maiores fluxos de imigrantes procederam do estado de São Paulo (30,10%), Rio de Janeiro (10,52%), Pernambuco (8,49%) e Piauí (6,82%). Em relação às emigrações, as saídas permaneceram para o estado de São Paulo (33,43%), seguido de longe pelo Rio de Janeiro (14,43%), Distrito Federal (5,31%) e Pernambuco (5,16%).

Contudo, um olhar mais apurado entre os fluxos Ceará→São Paulo e São Paulo→Ceará mostra que, apesar de o estado de São Paulo manter-se recebendo e enviando o maior contingente de emigrantes e de imigrantes do e para o Ceará, houve diminuição dessa relação. Entre 1990/2000 e 2000/2010, o número de imigrantes do estado de São Paulo com destino ao Ceará passou de 107.706 (31,35%) pessoas para 74.683 mil (30,10%), respectivamente. No caso das emigrações, o descenso foi mais intenso (37,39%), com o volume daqueles que saíram do Ceará em direção a São Paulo passando de 163.809 indivíduos para 126.030 mil no referido intervalo (Tabela 1).

Com a perspectiva de crescimento econômico, a partir de obras da Copa do Mundo, ampliação do parque eólico e, principalmente, com a construção de uma siderúrgica e da Refinaria Premium II, o Ceará deverá duplicar o seu PIB (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2012) e, em longo prazo, deverá manter, ainda mais, a população no estado (Tabela 1) e, ao mesmo tempo, atrair migrantes (de retorno e não naturais).

O BALANÇO MIGRATÓRIO ENTRE ENTRADAS E SAÍDAS

Dado o baixo dinamismo da economia cearense, em face da expansão da atividade econômica concentrada no Sudeste, especialmente durante o período no qual o país mais cresceu — Milagre Econômico —, a evasão migratória tornou-se mais expressiva, com saldo negativo de 314.347 pessoas no período de 1970 a 1980 (Tabela 2). As menores perdas (-94.548 migrantes) foram entre 1990 e 2000 e, de um lado, tem a ver com o contexto favorável da economia e do mercado de trabalho cearense, mantendo a população no estado e, do outro lado, reflete o baixo crescimento econômico vivenciado pelo país, impulsionando a imigração com destino para essa UF.

No que tange aos espaços regionais, em todos os cinco intervalos, o Ceará teve maiores saldos negativos com o Centro-Oeste e o Sudeste, com destaque para a última região. Assim, o principal corredor das migrações é dado pelo fluxo Ceará→Sudeste, com as maiores perdas durante o decênio 1970/1980, com trocas negativas de 186.347 pessoas (Tabela 2). Nas trocas com as Unidades da Federação, na década de 1960, as perdas foram mais intensas com o Maranhão e, desde os anos 1970, são com São Paulo, Rio de Janeiro e o Distrito Federal, mas com o volume decrescente, notadamente, com o estado de São Paulo.

Em razão de suas melhores e maiores oportunidades de trabalho, geradas por sua própria economia — inicialmente com o café e depois com a indústria — o Sudeste atraiu elevado número de migrantes (CANO, 1997), ganhando peso substancial na participação relativa da população brasileira. Nesse cenário, em busca de melhores condições de vida, através da inserção no mercado de trabalho ou de infraestrutura básica (saúde, educação, moradia etc.), a população cearense migrou “em massa” para tal região, em especial para o estado de São Paulo.

No caso da primeira década do século XXI, quando se esperava a continuidade no descenso nas perdas líquidas populacionais cearenses, os resultados revelaram aumento no saldo migratório negativo de 125.804 migrantes (2000/2010), contra 94.548 no decênio 1990/2000 (Tabela 2).

Tabela 2 – Volume das trocas migratórias interestaduais – Estado do Ceará – 1960/1970, 1970/1980, 1981/1991, 1990/2000 e 2000/2010 (última etapa)

REGIÕES E ESTADOS	TROCAS MIGRATÓRIAS				
	1960/1970	1970/1980	1981/1991	1990/2000	2000/2010
RONDÔNIA	-1.946	-2.975	-6.364	-454	-513
ACRE	-744	-867	-509	210	-318

REGIÕES E ESTADOS	TROCAS MIGRATÓRIAS				
	1960/1970	1970/1980	1981/1991	1990/2000	2000/2010
AMAZONAS	-2.586	-5.117	-4.525	-747	-2.346
RORAIMA	-106	-1.749	-4.174	-1.443	-1.113
PARÁ	-16.487	-26.874	-11.898	-1.398	-1.894
AMAPÁ	-117	-204	59	-584	-55
TOCANTINS	-	-	-3.924	-3.013	-1.230
NORTE	-21.985	-37.784	-31.335	-7.429	-7.469
MARANHÃO	-57.947	-17.024	-1.640	5.288	997
PIAUI	-12.323	-4.534	-1.894	6.208	1.522
RIO GRANDE DO NORTE	19.881	-463	772	-313	-3.392
PARAÍBA	33.663	6.900	4.198	1.037	81
PERNAMBUCO	-6.137	-4.092	-2.191	6.638	1.780
ALAGOAS	5.813	559	1.463	1.801	273
SERGIPE	-40	-882	-1.400	-430	-413
BAHIA	-7.178	-15.629	-3.130	71	-2.564
NORDESTE	-24.268	-35.166	-3.822	20.300	-1.715
MINAS GERAIS	-1.378	-2.903	-4.656	-4.511	-10.397
ESPÍRITO SANTO	-243	-1.574	-1.286	-1.120	-1.207
RIO DE JANEIRO	-38.004	-48.944	-15.879	-23.453	-27.876
SÃO PAULO	-41.416	-132.926	-95.723	-56.103	-50.347
SUDESTE	-81.041	-186.347	-117.543	-85.187	-89.827
PARANÁ	-13.125	-930	-898	-671	-1.120
SANTA CATARINA	154	-203	-681	-1.228	-3.679
RIO GRANDE DO SUL	144	-528	-752	-534	-1.245
SUL	-12.827	-1.661	-2.330	-2.433	-6.044
MATO GROSSO DO SUL	-	-2.681	-2.301	-740	-1.268
MATO GROSSO	-7.535	-1.640	-2.969	-1.455	-2.207
GOIÁS	-10.685	-12.130	-10.219	-11.091	-9.403
DISTRITO FEDERAL	-30.412	-36.938	-18.444	-6.513	-7.870
CENTRO-OESTE	-48.632	-53.389	-33.932	-19.799	-20.749
TOTAL CEARÁ	-188.752	-314.347	-188.963	-94.548	-125.804

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Afinal, o que justifica tal inflexão? De um lado, programas sociais⁷, como o Bolsa Família (PBF), o Benefício de Prestação Continuada (BPC), a política de construção de cisternas, a política de valorização do salário mínimo, melhora na distribuição de renda, manutenção do crescimento econômico

7 Tais programas não devem ter estimulado a migração de retorno, uma vez que a família assistida pelo programa não perde o benefício ao migrar.

e geração de empregos, contribuíram para manter a população no Ceará, diminuindo a emigração (Tabela 1). Por outro lado, durante os anos 2000, com o crescimento econômico alcançado pelo país e a ampliação de vagas no mercado de trabalho na maioria dos estados, o Ceará diminuiu o volume das entradas (imigrantes), com efeito negativo sobre o saldo migratório (Tabelas 1 e 2).

Esse resultado denota que o Ceará tem a tendência de manter e, principalmente, atrair população e diminuir as suas perdas quando a conjuntura econômica do estado revela resultados *positivos (em termos de crescimento e oportunidade de trabalho) enquanto* a do país encontra-se estagnada, com baixo investimento, baixo crescimento econômico e elevada taxa de desemprego, conforme caracterizaram as décadas de 1980 e 1990.

Nesse sentido, entendemos que os fatores de expulsão estão na origem (outras UFs) e são mais importantes quando comparados aos fatores de atração (destino). Portanto, o Ceará (destino) aumenta o volume das imigrações devido aos “problemas” na origem, e mantém a população na UF — diminui a emigração — a partir das “soluções” no próprio estado.

Quanto à distribuição espacial, em nível regional, no período de 2000 a 2010, os resultados apontaram para os maiores saldos negativos com o Sudeste (89.827 pessoas) e o Centro-Oeste (20.749 pessoas), e os menores com o Nordeste (1.715 migrantes), Sul (6.044) e Norte (7.469). Por estado, como esperado, as maiores perdas foram com São Paulo (50.347 pessoas) e Rio de Janeiro (27.876).

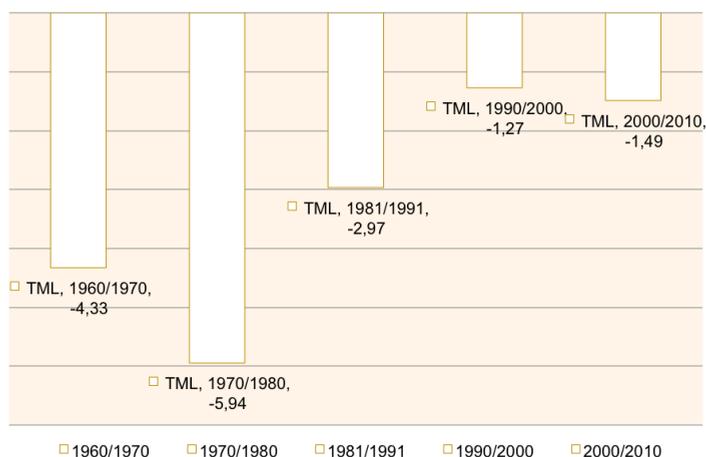


Figura 1 – Taxa de Migração Líquida – Estado do Ceará – 1960/1970, 1970/1980, 1981/1991, 1990/2000 e 2000/2010 (última etapa)

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

A Taxa de Migração Líquida é um indicador que sintetiza as oscilações, no caso do Ceará e, ao mesmo tempo, a tendência de diminuição do peso do saldo migratório da população total observada no final do período. Conforme a Figura 1, a TML para o Ceará foi mais alta (-5,94%) entre 1970 e 1980, e mais baixa (-1,27%) no intervalo de 1990 a 2000. No último período (2000/2010), com o aumento do saldo migratório negativo (125.804 pessoas), a TML foi de -1,49%, posicionando-se como a segunda mais baixa. Esse resultado significa que se não houvesse migração, a população teria aumentado em 5,94%, 1,27% e 1,49% nos decênios 1970/1980, 1990/2000 e 2000/2010, respectivamente. Apesar dessa recente inflexão na TML, ficou evidente que as perdas líquidas populacionais não são tão intensas quanto eram no passado recente.

CONCLUSÕES

Este estudo se propôs a reconstruir, no tempo e no espaço, a evolução das migrações interestaduais cearenses na tentativa de identificar e comparar as principais inflexões e tendências no que diz respeito ao volume (entradas, saídas e saldos migratórios) e distribuição espacial dos fluxos no período de 1960 a 2010. A questão levantada no estudo procurou verificar se os postulados teóricos da escola estruturalista, que explicaram as causas e os motivos das migrações internas no período de 1950 a 1980, para o caso do Ceará, permanecem capazes de explicar a dinâmica migratória cearense.

No que diz respeito ao quadro evolutivo das migrações, a periodização em decênios revelou algumas alterações no volume e direção dos fluxos migratórios do e para o Ceará, sendo possível apontar para dois grandes vetores: i) um primeiro vetor, com raízes históricas, se dirigiu no sentido da região Norte (Amazônia) e Nordeste (Maranhão e Piauí), predominando até 1970; ii) um segundo vetor, num contexto contemporâneo, seguiu em direção ao Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro) e prevalece até os dias atuais.

Em termos de volume, as principais tendências revelaram que, desde os anos 1980, paulatinamente, a cada Censo Demográfico, o Ceará diminui as suas perdas líquidas populacionais, e apesar da ligeira inflexão nos anos 2000, a intensidade é distinta da observada em décadas passadas, em especial nos anos 1960, 1970 e 1980, que apresentaram as maiores Taxa de Migração Líquida.

A partir desses resultados e tendo como pano de fundo a análise histórica e contemporânea da dinâmica socioeconômica nacional, nordestina e

cearense, concluímos que, para o Ceará, o pressuposto sobre a clássica relação entre migração-emprego e migração-crescimento econômico permanece válido e o enfoque histórico estrutural, em grande parte, explica as causas e os motivos das migrações interestaduais cearenses. No entanto, a análise para o conjunto do país e as demais UFs pode revelar particularidades e resultados distintos dos encontrados para o estado.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. E.; ARAUJO, J. B. Um modelo exaurido: a experiência da SUDENE. In: *Revista Teoria e Evidência Econômica*. n.12. v. 23, p.97-128. Passo Fundo: UPF, 2004.
- APARÍCIO, C. A. P.; QUEIROZ, S. N. de. Mercado de trabalho pós-crise: comparação entre as Regiões Metropolitanas de São Paulo e Fortaleza - 2009 e 2010. In: *XII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho-ABET*, 2011, João Pessoa-PB. Cenários da crise e a organização do trabalho: permanências, mudanças e perspectivas - ABET, 2011.
- BAENINGER, R. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI. In: *XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 2008, Caxambu, MG. Anais XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2008.
- _____. A nova configuração urbana no Brasil: desaceleração metropolitana e redistribuição da população. In: *XII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. Caxambu: ABEP, 1998.
- BRITO, F. GARCIA, R. A.; SOUZA, R. G. V. de. As tendências recentes das migrações interestaduais e o padrão migratório. In: *XIV encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 2004, Caxambu-MG. Anais do XIV encontro Nacional de Estudos Populacionais. v. 1.
- CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. Rio de Janeiro. IPEA. 1999. Texto para Discussão, nº. 621:
- CANO, W. Concentração e desconcentração industrial no Brasil: 1970/95. In: *Revista econômica e sociedade*. São Paulo, n.8, p. 101-141, jun.1997.
- CARVALHO, J. A. M. de.; RIGOTTI, J. I. R. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 7-16, 1998.
- CUNHA, J. M. P. da.; BAENINGER, R. *A Migração nos estados brasileiros no período recente: principais tendências e mudanças*. Bahia Análise & Dados, Salvador - Bahia, v. 10, p. 79-106, 2001.

- DINIZ, C. C. A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas. Texto para Discussão do IPEA, nº 375, Brasília, 1995.
- DOMENACH, H.; PICOUET, M. El Caracter de Reversibilidad en el Estudio de la Migración. *Notas de Población*, Santiago do Chile, Celade, n. 49, 1990.
- FERREIRA, A. A aventura da sobrevivência. *As migrações cearenses na década de 1990*. 1. ed. Fortaleza: Edições BNB, 2007. v. 1. 246 p.
- FERREIRA, M. F. S.; LEMOS, M. B. Localização industrial e fatos estilizados da nova reconfiguração espacial do Nordeste. In: *Revista econômica do nordeste*. Fortaleza, v.31, n. Especial p. 484-507, nov. 2000.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 19. ed. São Paulo: Nacional, 1986.
- GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. *Pecém: empreendimentos no CIPP duplicarão PIB cearense*. Disponível em: <<http://www.ceara.gov.br/index.php/sala-de-imprensa/noticias/5756-pecem-empresendimentos-no-cipp-duplicarao-pib-cearense>>. Acesso em: 29.09.2012.
- GUIMARÃES NETO, L. O Nordeste, o planejamento regional e as armadilhas da macroeconomia. In: *Revista Estudos e Pesquisas*. n. 67, p.109-151, Salvador: SEI, 2004.
- MARTINE, G. *A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80*. Rio de Janeiro: IPEA/DIPES, texto para discussão n. 329, jan, 1994.
- _____; CAMARGO, L. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 01, n. 01, pp. 99-144, janeiro-abril, 1984.
- MATOS, R. E. S. A contribuição dos imigrantes em áreas de desconcentração demográfica do Brasil contemporâneo. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, v.19, n.1, p.49-72, 2002.
- MOREIRA, I. T. Dependência econômica regional e mobilidade inter-regional do trabalho: o caso do Nordeste. In: *Revista Econômica do Nordeste – REN*, Fortaleza, v.18, n.3, p.405-425, jul./set. 1987.
- MOURA, H. A. O balanço migratório do Nordeste no período 1950/70. In: MOURA, Hélio. A. (Coord.) *Migração interna, textos selecionados*. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. p.1.025-1.071.
- PACHECO, C. A.; PATARRA, N. L. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões? In: *Migrações, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993*. Campinas: UNICAMP/IE, 1997, p.25-52.
- PARENTE, J. S. *Diagnóstico sócio econômico do Ceará – vol. 2*. Coord. por José de Sá Parente. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1964, 321p.
- PATARRA, N. L. Movimentos Migratórios no Brasil: tempos e espaços. *Textos para discussão Escola Nacional de Estatística Número 7*. ENCE, Rio de Janeiro, 2003a.

PONTES, P. A.; CAMBOTA, J. N.; BIDERMAN, C.. Incentivos estaduais à indústria de transformação e a geração de emprego: um estudo de caso para o estado do Ceará. In: **EnANPAD**, 2011, Rio de Janeiro. Anais de EnANPAD 2011.

QUEIROZ, S. N. de. **Migração para o Ceará nos anos 90**. 2003. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraíba, UFPB-CME, 2003.

QUADROS, W. J. **Em 2009 a heterodoxia afastou a crise social**. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, n. 189, março 2011.

REGO, J. M.; MARQUES, R. M. (orgs). **Economia brasileira**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

ROSADO V (org.). **Memorial da seca**. Diversos autores. Mossoró, RN, Fundação Guimarães Duque, Coleção Mossoroense, V. CLXIII, 1981.

SINGER. P. **Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo**. In: **Economia política da urbanização**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

SOUZA, E. L. C. Êxodo e migração: dimensões e manchetes da questão agrária no Ceará de 1964. In: **X Encontro Estadual de História - ANPUH/CE**, 2006, Fortaleza - CE. X Encontro Estadual de História - ANPUH/CE, 2006.

TROVÃO, J. R. **O processo de ocupação do território maranhense**. São Luís: Cadernos IMESC 5 (INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRAFICOS), 2008.

VASCONCELOS, J. R. de; ALMEIDA, M. B. de; SILVA, A. B. **Ceará: economia, finanças públicas e investimentos nos Anos de 1986 a 1996**. Brasília: IPEA, 1999. (Texto para discussão, 627).

MIGRAÇÃO E SELETIVIDADE NA REGIÃO NORDESTE: UM ESTUDO A PARTIR DOS DADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 2010

Ana Raquel Matias Dantas e Flávio Henrique Miranda de Araújo Freire

A desigualdade de renda no Brasil continua entre as maiores do mundo, apesar da constatação de queda recente nos últimos anos¹. Segundo o relatório sobre as cidades latino-americanas apresentado pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Urbanos (ONU - Habitat), divulgado em 2012, o Brasil é a quarta nação com pior distribuição de renda da América Latina, ficando atrás apenas de Guatemala, Honduras e Colômbia².

A desigualdade de renda pode ser explicada por diversos fatores. Segundo Langoni (1973), variações na composição educacional da força de trabalho contribuíram para aumentar a concentração de renda. Dessa forma,

1 É o caso do estudo de Barros et al (2007) que observa declínio na desigualdade de renda no Brasil entre os anos de 2001 e 2005, destacando que 50% desse declínio deve-se a renda não derivada do trabalho, como de transferências governamentais e privadas e rendimentos dos ativos das famílias.

2 Informações sobre o relatório disponível em <http://www.onuhabitat.org/>

considera que a educação, medida através dos anos de estudo, constitui o principal fator determinante dos diferenciais de rendimento. Para Ferreira (2002) a desigualdade é resultado de diferenças inatas entre os indivíduos, diferenças adquiridas como escolaridade e experiência e pelas características do mercado de trabalho. Como enfatiza Barros e Mendonça (1996), o Brasil é um dos países com a maior sensibilidade dos salários ao nível educacional do trabalhador. Além disso, apresenta elevado grau de desigualdade em educação. Em conjunto, esses dois fatores levam o país a uma das mais elevadas desigualdades salariais no mundo.

Recentemente surgiram estudos com intuito de analisar o efeito da migração na desigualdade de renda. Podem ser citados como exemplo os estudos de Mishra (2007), Liebig e Sousa-Poza (2004), Ferreira e Mattos (2006), Branchi e Barreto (2010), entre outros. A maior parte da literatura sobre migração e desigualdade agrega a questão da autoseleção. Nesse sentido, alguns autores chamam atenção para os migrantes positivamente selecionados (aqueles mais qualificados, com habilidades e espírito empreendedor). A ideia é que os fluxos migratórios são direcionados de regiões mais pobres para as regiões mais ricas. Assim, a migração tenderia a aumentar a desigualdade de renda na região receptora. No âmbito da literatura internacional, são largamente referenciados os estudos pioneiros de seletividade de trabalhadores como de Roy (1951), Borjas (1987) e Chiswick (1999). Para o Brasil, por exemplo, Santos Jr, et.al (2005), Silva e Silveira Neto (2005), aplicam o modelo teórico de Chiswick (1999) e analisam o efeito da variável migração controlada por outras variáveis sobre a distribuição de renda. A ideia desses autores era verificar se há migrantes positivamente selecionados na região estudada já que tal fato contribui para o aumento da desigualdade de renda. Santos e Ferreira (2007) analisam o impacto da migração interestadual sobre a distribuição de renda no Brasil, e se deparam com um resultado diverso do sugerido por Santos Jr., Ferreira e Menezes Filho (2005). Outra contribuição nesse tema é dada por Ribeiro e Correia (2009). Esses autores encontram que os migrantes da região Centro- Oeste constituem um grupo positivamente selecionado. Por outro lado, nos estudos que abordam migração em modelos de crescimento econômico e de convergência regional de renda, a desigualdade pode diminuir devido ao aumento da renda média dos estados, resultado deparado por Maciel, Andrade e Teles (2008).

A partir da revisão da literatura, percebe-se que não há ainda consenso acerca da relação entre migração e desigualdade de renda. Somado a isso, Oliveira (2011) depara com resultados indicativos de perda de atratividade migratória no Sudeste, e aumento da retenção da população na Região

Nordeste. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, está ocorrendo uma redução na corrente migratória entre Nordeste e o Sudeste, e aumento da migração de retorno às regiões de origem, sobretudo nos estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba e Sergipe³. A ausência de consenso, o aumento da retenção populacional no Nordeste aliado ao fato dessa região ser considerada a mais desigual do Brasil e um recorte espacial ainda pouco utilizado na literatura da migração seletiva, justifica a necessidade de explorar o assunto nessa região. Enfatiza-se também a importância do estudo no sentido de norteamento das políticas públicas para redução das disparidades na renda.

Diante do exposto, algumas perguntas norteadoras devem ser formuladas: 1) Até que ponto a elevada desigualdade na distribuição de renda encontrada na região Nordeste pode ser explicada pela migração? 2) A desigualdade de renda também é produzida devido à presença de imigrantes positivamente selecionados, recebendo salários melhores do que os não- migrantes? Nesse capítulo, o objetivo é analisar empiricamente o efeito da migração sobre o diferencial de renda entre os imigrantes e não-imigrantes nordestinos e com isso verificar se imigrantes constituem ou não um grupo positivamente selecionado.

Além dessa introdução, esse capítulo traz uma breve revisão teórica sobre migração e seletividade; apresenta resultados sobre os efeitos da migração na seletividade no nordeste a partir de análise descritiva, análise de correspondência e um modelo econométrico. Por fim, na última seção, encontram-se as considerações finais sobre os resultados encontrados, a luz da literatura sobre o tema.

EVIDÊNCIAS RECENTES DA SELETIVIDADE MIGRATÓRIA

A questão da seletividade está intimamente ligada a desigualdade de renda, visto que os indivíduos positivamente selecionados recebem, relativamente, maiores salários. Nesse aspecto, um ponto que merece ser ressaltado é o crescente debate em busca pela explicação do aumento nos diferenciais de salários no mercado de trabalho.

Embora em vários estudos empíricos a migração tenha encontrado efeito negativo sobre a desigualdade de renda, Haas (2008) acredita que as comunidades enviam migrantes diferentes, de forma que o impacto da migração vai depender da seletividade dos indivíduos. Por exemplo, a respeito dos

3 Mais detalhes ver: Reflexões sobre deslocamentos populacionais no Brasil. IBGE.

migrantes de famílias relativamente ricas, a migração muitas vezes tem um efeito inicial de aprofundar a desigualdade no destino.

O trabalho de Mishra (2007) é considerado o primeiro estudo econométrico do efeito da emigração sobre os salários em um país de origem. O autor examina empiricamente o efeito da emigração mexicana para os Estados Unidos sobre os salários no México seguindo a abordagem de Borjas (2003) e encontra impacto positivo do deslocamento dos trabalhadores sobre os salários. Suas estimativas sugerem que a saída desses trabalhadores mexicanos entre 1970 e 2000 aumentou cerca de 8 por cento o salário de um trabalhador médio. Encontra também que o impacto sobre os salários difere drasticamente em todos os grupos de escolaridade, o maior aumento nos salários se encontra no grupo entre 12 e 15 anos de estudo, sugerindo, portanto, que a emigração pode ser uma possível explicação para o aumento da desigualdade salarial no México

Liebig e Sousa-Poza (2004) analisam fontes de dados⁴ sobre intenções de emigração e demonstram que, na migração internacional, espera-se auto-seleção positiva mesmo na presença de elevada desigualdade de renda no país de origem. Somado a isso, a análise mostrou que o capital humano tem um efeito positivo sobre a propensão a migrar, e que uma maior desigualdade de renda tende a promover emigração. O indivíduo mais habilidoso e qualificado tem incentivo a se deslocar, mas também, os menos qualificados cada vez mais se sentem atraídos a migrar. Esses resultados têm implicações importantes para as políticas que utilizam incentivos financeiros com objetivo de atrair imigrantes qualificados.

Ainda em relação à desigualdade de renda e migração, para o Brasil, o estudo de Branchi e Barreto (2010) tenta mostrar como o mercado de trabalho pode causar parte da desigualdade de renda entre os trabalhadores migrantes. Estimando a equação de rendimentos de trabalho principal de cada ano do censo de 1991 e 2000 para a região metropolitana de Campinas, encontram um aumento da renda média dos trabalhadores dessa região, além do aumento do número de migrantes interestaduais mais jovens com menor nível de escolaridade. Esses últimos apresentaram maior homogeneidade interna e com isso menor desigualdade. Em relação ao grupo de migrantes intraestaduais, observou-se um perfil mais complexo e heterogêneo com maior remuneração e

4 Dados do International Social Survey Programme (ISSP), capta informações sobre intenções de migração, e não tem informações sobre o país de destino que cada entrevistado se refere implicitamente. As intenções de migração da maioria dos entrevistados se referem a outro país da amostra. Os autores incluem dados de todos os países de imigração tradicional (EUA, Canadá, Austrália e Nova Zelândia) mais os países da Europa Ocidental.

elevado diferencial de renda por gênero, além de elevada taxa de desemprego (o que explica uma maior desigualdade de rendimentos nesse grupo).

A partir dos dados da Raismigra⁵, Ferreira e Mattos (2006) analisam a migração geográfica de trabalhadores no mercado formal de trabalho do Brasil entre 1995 e 2003. Comparando o vínculo de migrantes e não migrantes, confirmam que a migração contribuiu positivamente para aumentos reais na renda no destino.

A maioria dos estudos recentes refaz o exercício realizado por Santos Jr., et. al. (2005) que, abordando a questão da migração interna no Brasil, usando o mesmo procedimento que Chiswick (1978) e a partir da estimação da regressão minceriana do logaritmo dos salários, discutem a questão da seleção positiva dos migrantes usando dados da Pnad de 1999. Esses autores têm como objetivo verificar se os migrantes possuem melhores características não-observáveis que os não-migrantes. Se isso for verdadeiro, essas características podem agravar os diferenciais de renda entre os dois grupos, e, por conseguinte, os diferenciais inter-regionais de renda no Brasil. Adicionalmente, encontra um coeficiente positivo e significativo da variável *dummy* migrante, evidência de que os migrantes são positivamente selecionados. Ou seja, possuem melhores características não-observáveis em relação aos não-migrantes, e que ganham mais que esses últimos.

Silva e Silveira Neto (2005) refazem o exercício anterior utilizando o modelo de Chiswick (1999) para analisar se os migrantes tendem a ser favoravelmente auto selecionados no Brasil nos anos de 1993 e 2003. Seus resultados indicam que existe uma seleção positiva nos dois anos. Porém, a magnitude desta seleção diminui entre os anos de 1993 e 2003, fato explicado pela queda dos custos da migração no Brasil, que pode ter aumentado a mobilidade de migrantes menos qualificados em características não-observáveis e com consequentemente, redução da magnitude desta migração seletiva.

Por sua vez, Santos e Ferreira (2007) utilizam uma metodologia baseada em uma análise contrafactual com objetivo de determinar o efeito da migração sobre a distribuição regional de renda. Tal análise é feita comparando a amostra original que considera que há migração com a contrafactual sem efeitos da migração. Para isso, constroem o que denominam de “novos estados”. Por exemplo, um pernambucano que reside no Rio de Janeiro será deslocado para seu estado de origem, e retiram-se os migrantes de outros estados

5 Base de dados do Ministério do Trabalho e Emprego, derivada do registro administrativo Relação Anual de Informações Sociais - RAIS - e visa o acompanhamento geográfico, setorial e ocupacional da trajetória dos trabalhadores ao longo do tempo.

que moravam em Pernambuco. Ou seja, nos “novos estados” permaneceriam apenas os indivíduos nascidos em cada estado, como se não houvesse migração. Esses autores deparam com resultados que vão de encontro ao sugerido por Santos Jr., Ferreira e Menezes-Filho (2005), pois encontram que o efeito da seleção positiva de migrantes no aumento da desigualdade de renda é menor que o efeito da migração na diminuição da desigualdade, entendida por convergência de renda. Ou seja, Santos e Ferreira (2007) concluem que a migração provoca convergência de renda entre os estados brasileiros.

Ribeiro e Bastos (2004), a partir da ideia de autosseleção dos trabalhadores na ocupação exposta no modelo de salários proposto por Roy (1951), se propõem a estimar as taxas de retorno a educação nos estados brasileiros corrigindo o problema de viés de seleção gerado pela migração. “A migração pode ser um forte causador de viés de seleção nas estimativas de retornos à educação em uma equação de salários”. (Ribeiro e Bastos, 2004, p. 17). Além disso, a elevada desigualdade de renda pode ser resultado da autosseleção dos migrantes entre as regiões. Utilizam a metodologia desenvolvida por Dahl (2002) para corrigir o viés de seleção. Tal correção dependeria apenas da probabilidade de migrar para a região escolhida. Seus resultados apontam para a existência de um viés de seleção nas estimativas das equações de salários que não foi corrigido pela dummy de migração.

Menezes-Filho, Mendes e Almeida (2004), em um estudo para o Brasil, encontram uma correlação positiva entre a possibilidade de emprego no setor formal e características não observáveis dos trabalhadores. Em outras palavras, a diferença de salários entre o setor formal e o informal pode ser explicada pelo viés de autosseleção, isto é, pela presença de características não-observáveis ou atributos individuais como a qualidade da educação, inteligência, habilidades da força de trabalho no setor formal.

Ribeiro e Correa (2009) tiveram como objetivo verificar se os imigrantes no Centro-Oeste brasileiro formam um grupo positivamente selecionado por meio da aplicação dos modelos de Borjas (1987) e Chiswick (1999). Suas estimativas mostram que os imigrantes de Mato Grosso do Sul e Goiás são positivamente selecionados, entretanto encontram um resultado diferente para o Mato Grosso. Nesse estado os imigrantes ganham 21% menos que os nativos. Esse resultado é contraditório, pois “considerando que se os três estados analisados apresentam, basicamente, características econômicas e sociais semelhantes, esperam-se resultados semelhantes para as regressões das três subamostras” (Ribeiro e Correa, 2009, p. 10).

Ramalho e Moreira (2006), ao utilizar os microdados do censo demográfico de 2000, analisam a presença de viés de seleção na migração para

regiões metropolitanas brasileira. Encontram que os imigrantes possuem rendimentos maiores aos dos não-migrantes, o que indica a presença da migração seletiva positiva nas regiões. Já Maciel e Oliveira (2011) encontram um resultado oposto. A partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) de 2008, verificaram ausência de seletividade entre os migrantes internos no Brasil. A diferença dos salários entre migrantes e não-migrantes é devida ao retorno do investimento em migração e não devido às características não observáveis dos migrantes.

No campo da literatura internacional sobre migração seletiva pode-se mencionar o estudo de Coulon e Piracha (2005), que a partir da fundamentação teórica do modelo de Roy (1951) analisam a autosseleção e o desempenho dos migrantes retornados na Albânia se propondo a responder duas questões: qual seria o desempenho dos migrantes retornados em relação aqueles que decidiram não migrar? E, qual o papel dos que decidiram migrar e retornar? Conclui que os não-migrantes ganham mais que o dobro dos salários dos migrantes retornados. Visto isso, seu principal resultado é que o fluxo de migrantes de retorno ao país de origem constitui um grupo negativamente selecionado.

Nekby (2006) afirma que a seleção é questão-chave por trás do modelo de Roy (1951). Dada uma correlação positiva de habilidades entre dois países, o modelo prevê que o migrante é positivamente selecionado se seu ganho é acima da média tanto no país de origem como no país de destino. Por outro lado, caso tenha rendimentos abaixo da média em ambos os países, o migrante é negativamente selecionado. Se, no entanto, a correlação entre as habilidades dos países for pequena ou negativa, os migrantes podem ter rendimentos abaixo da média no país de origem e acima da média no país de destino. Seus resultados apontam que os emigrantes da Suécia são positivamente selecionados para qualquer nível educacional, enquanto que os imigrantes são positivamente selecionados por possuir educação superior. Dado que a Suécia tem níveis de educação relativamente altos, os emigrantes são motivados a migrar em busca de maiores rendimentos, enquanto que os imigrantes, dado o padrão de vida relativamente alto na extremidade inferior da distribuição dos salários, característica do país, sem expectativas de rendimentos mais elevados em outros países terão pouco incentivo a emigrar.

Dahl (2002) também explorou o tema da autosseleção nos Estados Unidos. Estimando o modelo de Roy (1951), seu trabalho empírico, basicamente, confirma o papel da vantagem comparativa nas decisões de mobilidade dos trabalhadores. Além disso, sugere maiores retornos a escolaridade devido à autosseleção dos indivíduos mais educados.

Além das contribuições mencionadas, esse debate requer ainda novas evidências dos efeitos da mobilidade populacional sobre a desigualdade de renda, notadamente em relação ao Nordeste brasileiro. Nesse sentido, este estudo ganha relevância tendo em vista a atualização dos resultados com o uso do censo demográfico de 2010.

IMIGRAÇÃO E SELETIVIDADE: EVIDÊNCIAS PARA O NORDESTE

A base de dados utilizada nesse capítulo corresponde às informações dos microdados da amostra do Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Como população alvo, foram considerados aqueles que responderam a pesquisa na unidade federativa de residência, os residentes da região Nordeste que são naturais do Brasil, ou seja, excluíram-se os estrangeiros, pois o objetivo do trabalho é apresentar evidências referentes às migrações internas interestaduais. Seguindo o procedimento adotado em grande parte da literatura, foram selecionadas apenas pessoas entre 20 e 70 anos de idade, com a tentativa de excluir aqueles que não tomaram a decisão de migrar.” (SANTOS JR, 2002).

Ressalta-se que para esse estudo foi utilizado o critério de migração da data fixa⁶ para definir a variável imigrante, sendo aquele que residia cinco anos antes em um estado diverso daquele que está residindo. Não-migrante é aquele indivíduo que residia no mesmo estado nas duas datas consideradas. Vale notar que grande parte da literatura de seletividade dos imigrantes utiliza o critério de naturalidade para definir a variável relacionada à migração. Esse critério está sujeito a limitações. Como observam Ramalho e Moreira (2006), a desvantagem está em não identificar com exatidão a idade do indivíduo quando decidiu migrar. Outra limitação diz respeito ao tempo de migração, que não poderia ser igual ao tempo de residência, visto que o indivíduo pode ter morado em outros lugares que não o de origem. Por outro lado, Rigotti (1999) acredita que o quesito data fixa, apesar de sintetizar vários elementos migratórios, é menos preciso que o lugar de nascimento, principalmente onde a população for altamente móvel, devido ao fato de ocorrência de erros de memória que afeta a exatidão de resposta.

6 O critério de migração data fixa foi definido a partir da informação sobre a unidade federativa de residência em 31 de julho de 2005, ou seja, em que estado o indivíduo morava cinco anos antes do Censo.

Perfil das Imigrações Nordestinas

Na análise do perfil das imigrações nordestinas foram feitos cruzamentos entre as variáveis socioeconômicas e demográficas dos imigrantes e não-migrantes. Considerou-se o critério de data fixa para definir os imigrantes, assim, a origem dos mesmos se refere ao estado de residência em uma data fixa anterior (31 de julho de 2005).

Considerando a origem dos imigrantes do Nordeste, é possível inferir a partir do Gráfico 1 que, aproximadamente 27% da imigração é proveniente do estado de São Paulo. Em seguida, encontra-se Pernambuco, com 8,91% de imigrantes vindos desse estado. Somado a isso, ressalta-se que 40,69% dos imigrantes são oriundos dos estados da região Sudeste. Os outros estados apresentaram níveis de participação no envio de pessoas abaixo de 6%. Segundo Baeninger (2005), entre 1991-2000, as direções e sentidos da migração do estado de São Paulo apresentaram explicações distintas. Além da continuidade da imigração Nordeste - São Paulo foi observado fluxos populacionais do estado de São Paulo para o Nordeste, configurando-se como saída de retorno e podendo, posteriormente, se tornar área de rotatividade migratória.

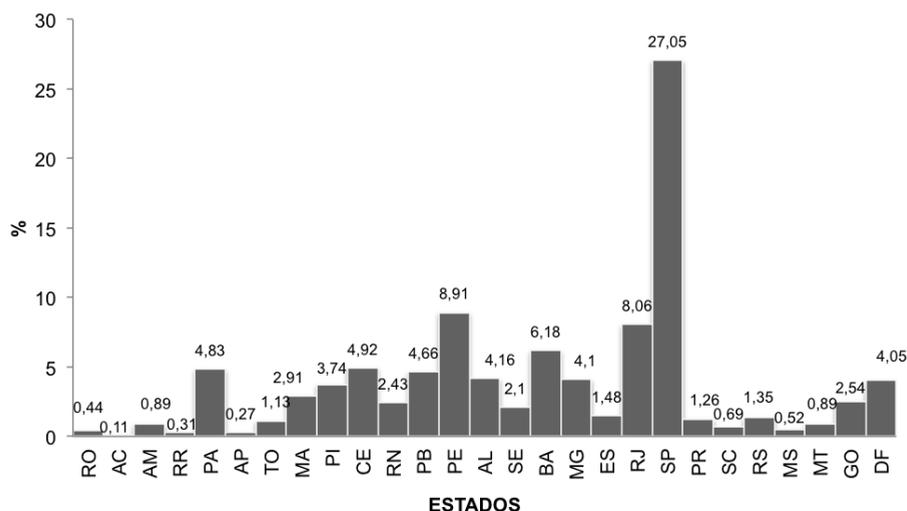


Gráfico 1 – Porcentagem de imigrantes da região Nordeste segundo estado de origem.

Fonte: Elaboração a partir dos microdados da Amostra do Censo 2010.

Para Baeninger (2011) o entendimento das migrações nordestinas decorre da nova realidade da região Sudeste, em que foi observada uma tendência

de rotatividade migratória, onde se incluem os estados do Nordeste. Para a autora em um contexto de mudanças na dinâmica produtiva, “[...] a rotatividade migratória tenderá a se consolidar, marcando uma nova fase do processo de redistribuição espacial da população brasileira” (BAENINGER, 2011, p. 38).

A partir dos resultados da Tabela 1, a seguir, pode-se destacar que o destino preferencial dos imigrantes nordestinos é o estado da Bahia (24,47%), seguido de Pernambuco com 15,75% e Ceará com 12,18%. As três maiores economias do Nordeste, que segundo informações do IBGE, foram líderes de crescimento a partir do segundo trimestre de 2009, impulsionado, sobretudo, pela expansão do mercado interno. Alagoas e Sergipe apresentaram os menores percentuais, 5,58% e 5,79%, respectivamente. Quando se analisa as taxas líquidas de imigração⁷, observa-se que Piauí apresentou uma participação de imigrantes de 34,70% e Paraíba 33,05%, refletindo a importância da imigração para estes estados. No caso do Ceará, a contribuição da imigração na população foi a mais baixa, de 19,85%

Tabela 1 – Porcentagem de imigrantes e Taxa Líquida de imigração da região Nordeste segundo estado de destino.

ESTADOS	NÚMERO DE IMIGRANTES	% IMIGRANTES	TAXA LÍQUIDA DE IMIGRAÇÃO %
MARANHÃO	67.446	10,86	22,12
PIAUI	46.489	7,49	34,70
CEARÁ	75.623	12,18	19,85
RIO GRANDE DO NORTE	47.199	7,60	23,27
PARAÍBA	63.900	10,29	33,05
PERNAMBUCO	97.771	15,75	21,58
ALAGOAS	34.664	5,58	23,70
SERGIPE	35.925	5,79	29,41
BAHIA	151.937	24,47	21,16
TOTAL	620.959	100,00	23,38

Fonte: Elaboração a partir dos microdados da Amostra do Censo 2010.

7 Obtida a partir da razão entre o número de imigrantes e população enumerada no censo 2010.

Os resultados da Tabela 2 a seguir apresentam os percentuais relacionados à comparação de algumas características socioeconômicas de imigrantes e não-migrantes no Nordeste.

Pode-se observar na, Tabela 2, que há um equilíbrio entre sexos em relação à população imigrante, apesar de a mesma ser constituída majoritariamente por homens (50,44%). Barou (1996) apud Gonçalves (2009) evidenciou que as mulheres são mais resistentes à migração do que os homens, indicando como um dos motivos, as possíveis discriminações de gênero na estrutura social na região de destino. Na estrutura por sexo da população não-migrante, predominam as mulheres com 52,23%. A tabela 2 nos revela muito sobre o perfil do imigrante nordestino.

Tabela 2 – Caracterização do perfil dos imigrantes e não-migrantes no Nordeste, em percentual.

	IMIGRANTE	NÃO-MIGRANTE
SEXO		
MASCULINO	50,44	47,77
FEMININO	49,56	52,23
FAIXA ETÁRIA		
20 A 29	35,30	43,63
30 A 39	31,53	26,57
40 A 49	18,05	15,44
50 A 59	9,31	8,61
60 A 70	5,80	5,75
RAÇA/COR		
BRANCO	39,47	30,48
NÃO-BRANCO ¹⁵	60,53	69,52
ESTADO CIVIL		
CASADO	40,14	34,04
DESQUITADO/SEPARADO JUDICIALMENTE	2,15	1,59
DIVORCIADO	4,07	2,97

8 Referente à Raça/ Cor Preta /Amarela /Parda/Indígena

	IMIGRANTE	NÃO-MIGRANTE
VIÚVO	2,64	2,64
SOLTEIRO	51	58,74
SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO		
URBANO	85,42	80,47
RURAL	14,58	19,53
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO		
EMPREGADOS COM CARTEIRA ASSINADA	35,64	37,45
MILITARES E FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS ESTATUÁRIOS	6,76	5,49
EMPREGADOS SEM CARTEIRA ASSINADA	26,48	30,21
CONTA PRÓPRIA	23,38	19,23
EMPREGADORES	2,13	1,40
NÃO REMUNERADOS	1,39	1,43
TRABALHADORES NA PRODUÇÃO PARA PRÓPRIO CONSUMO	4,21	4,78
NÍVEL DE ESCOLARIDADE		
SEM INSTRUÇÃO E FUNDAMENTAL INCOMPLETO	40,01	46,46
FUNDAMENTAL COMPLETO E MÉDIO INCOMPLETO	15,95	15,95
MÉDIO COMPLETO E SUPERIOR INCOMPLETO	30,34	29,49
SUPERIOR COMPLETO	13,45	7,81

Fonte: Elaboração a partir dos microdados da Amostra do Censo 2010.

A estrutura etária da população imigrante apresenta contornos ligeiramente diferentes dos da população não-migrante. Entre a população imigrante, a proporção de pessoas entre 20 a 29 anos é de 35,30% enquanto que entre os não-migrantes foi de 43,63%. Comparando as faixas etárias entre os dois grupos, percebe-se que a população imigrante é mais velha que a população não-migrante. Apenas 5,80% de imigrantes se encontram no grupo etário entre 60 a 70 anos, percentual análogo ao observados entre os não-migrantes no mesmo grupo (5,75%). (TABELA 2).

Para Golgher (2001) o processo migratório altera as composições relativas por idade das populações nos locais de origem e destino. Nesse ponto, o autor faz referência à estrutura etária:

“Um primeiro aspecto é a estrutura etária, que está sujeita a sofrer mudanças porque os fluxos de migrantes apresentam grande proporção de pessoas entre 20 e 29 anos. Assim, os locais com intensos fluxos emigratórios tendem a perder grande quantidade de indivíduos nestas faixas etárias, enquanto os locais que recebem grandes fluxos imigratórios tendem a apresentar maiores proporções de pessoas nestas idades em sua população. Dessa maneira, o local que recebe muitos migrantes é passível de exibir maior proporção de indivíduos em idade de procriar e trabalhar. Por outro lado, as regiões que apresentam saldos migratórios negativos apresentam como tendência maiores proporções de crianças e idosos.” (GOLGHER, 2001, p. 44).

Com relação à média de idade, a semelhança é bastante evidente entre os dois grupos. Em 2010, a média etária da população não-migrante era de 34,79 anos, similar a média de idade da população imigrante de 36,15 anos⁹. Esse pode ser um indicativo do caráter de retorno de boa parte dessa imigração nordestina. O imigrante de retorno tende a ser mais velho do que aquele caracterizado, no parágrafo anterior, por Golgher (2001).

Em relação à raça/cor, os resultados sugerem que os imigrantes da região Nordeste são, em sua maioria, indivíduos não-brancos com percentual de 60,53%. Padrão deparado por Justo e Silveira Neto (2007). Esses autores encontraram que a maior parte dos migrantes internos no Brasil que se destinavam às regiões Norte e Nordeste, em 1980, eram indivíduos pardos e negros.

O IBGE classifica os domicílios em situação urbana ou rural segundo sua área de localização. Em situação urbana consideram-se as áreas urbanizadas ou não internas ao contorno urbano das cidades, ou vilas, ou áreas urbanas isoladas. A situação rural abrangeu todas as áreas situadas fora desses limites. Segundo a situação de domicílio, pode-se concluir que em 2010 o domicílio urbano concentrava 85,42% dos migrantes, enquanto que os domicílios em situação rural apresentam um percentual pouco expressivo de imigrantes, com 14,58%. Destaque-se, ainda que, a imigração para o Nordeste tende a ter como destino as áreas urbanas. A concentração da população imigrante nessas áreas urbanas é maior do que na população não-migrante.

9 Vale ressaltar que a média de idade foi calculada a partir dos 20 até os 70 anos.

Com relação ao estado civil, é possível observar que entre os imigrantes, o percentual de solteiros ficou em 51,00% e, de casados foi de 40,14%. Esse resultado corrobora com o estudo de Mincer (1978), no qual explica que os indivíduos solteiros são mais predispostos a migrar do que os casados. Por outro lado, comparando imigrantes com não-migrantes, observa-se que aqueles apresentaram um percentual de casados mais alto do que estes. Além disso, o maior peso de solteiros se verifica entre os não-migrantes. Esse resultado suscita algumas explicações, uma vez que, baseado na literatura, espera-se um número maior de solteiros entre os imigrantes em relação aos não-migrantes. Uma hipótese adicional é de que parte da imigração nordestina por ser de retorno de indivíduos que migraram mais jovens, e estão retornando ao local de origem, com a família já constituída.

Ainda na Tabela 2, verifica-se que a população imigrante possui nível de escolaridade mais elevado que a população não-migrante. A proporção de imigrantes sem instrução e com fundamental incompleto (40,01%) é inferior ao valor registrado para a população não-migrante (46,46). Em termos de escolaridade mais elevada, também se constata um melhor perfil de instrução relativamente à população imigrante. Por exemplo, 13,45% dos imigrantes têm formação superior completa contra 7,81% dos não-migrantes. Esse resultado é mais um indicativo do pressuposto de autoseletividade positiva, isto é, de que os imigrantes possuem peculiaridades que o diferenciam dos não-migrantes. Fusco (2012) observa que os imigrantes interestaduais das regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador apresentam média e mediana de anos de estudos superiores aos não-migrantes, o que também corrobora com a existência de seletividade para população migrante, apesar desta trabalhar basicamente nos mesmos setores de atividades que o restante da população.

Em termos de distribuição percentual dos trabalhadores nas diferentes categorias de ocupação verifica-se a inexistência de grandes disparidades entre os grupos. Tanto entre os indivíduos imigrantes como entre os não-migrantes, observou-se maior participação na posição de empregados com carteira assinada, 35,64% e 37,45%, respectivamente. Quando se analisa o percentual de acordo com o estado de destino, encontra-se que a Bahia detém a maioria dos empregados registrados com carteira de trabalho assinada (25,75%). Entre os não-migrantes, o vínculo empregado sem carteira assinada é de 30,21%, valor superior ao dos imigrantes que ficou em 26,48%. Cabe observar que 19,23% dos não-migrantes e 23,38% dos imigrantes, na região Nordeste, são trabalhadores ocupados por conta própria. Nota-se também que o percentual de ocupados que são empregadores mostrou-se mais elevado entre os imigrantes (2,13%).

Em relação à renda, os resultados apontam que salário médio do imigrante é maior do que aqueles que não migraram. Enquanto o imigrante recebe, em média, R\$ 1652,21, o salário dos não-migrantes ficou em R\$ 987,51. (TABELA 3).

Analisando os principais percentis da distribuição de rendimentos, na tabela 3, observa-se que o terceiro quartil (ou percentil 75) o rendimento dos imigrantes é igual é R\$ 1500,00. Dessa forma, os imigrantes com rendimento acima de R\$ 1500,00 estão entre os 25% mais ricos dos imigrantes. Para os não-migrantes, o valor é igual a R\$ 900. Os imigrantes com rendimento acima de R\$ 4000,00 estão entre os 10% mais ricos e com renda acima de R\$6800 estão entre os 5% mais ricos. O percentil 99 do grupo imigrante e do grupo não-migrante é R\$ 14000,00 e R\$ 9000,00, respectivamente, o que significa dizer que os 1% mais ricos dos imigrantes recebem acima de R\$ 14000,00 enquanto que os não-migrantes recebem pelo menos R\$ 9000,00.

TABELA 3 – Características dos rendimentos em todos os trabalhos do imigrante e não-migrante.

	IMIGRANTE	NÃO-MIGRANTE
RENDIMENTO MÉDIO (R\$)	1652,21	987,51
25° PERCENTIL	400,00	320,00
50° PERCENTIL	600,00	510,00
75° PERCENTIL	1500,00	900,00
90° PERCENTIL	4000,00	2000,00
95° PERCENTIL	6800,00	3250,00
99° PERCENTIL	14000,00	9000,00

Fonte: Elaboração a partir dos microdados da Amostra do Censo 2010.

Em síntese, os resultados apontam que a maioria dos imigrantes nordestinos está na faixa etária entre 20 e 29 anos; têm em média 36 anos de idade; são do sexo masculino; residem na área urbana; estão empregados com carteira de trabalho assinada; e apresentam-se no estado civil solteiro. Além disso, verificou-se que os imigrantes são mais qualificados e, em média, mais bem pagos, se comparados aos não-migrantes. Em relação à procedência, foi observado que a maioria dos imigrantes é oriunda do estado de São

Paulo, seguido pelos estados de Pernambuco e Rio de Janeiro, respectivamente. No que diz respeito ao principal destino, é possível apontar que os imigrantes se destinam, em sua maior proporção, para aos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará.

Um pouco mais sobre o Perfil das Imigrações Nordestinas – análise de correspondência

Nesta seção foi obtida a Análise de Correspondência como instrumento para descrição e comparação dos perfis dos imigrantes e não-migrantes. Além disso, a visualização gráfica alcançada por meio desta técnica permitiu identificar as relações mais importantes entre as variáveis categóricas do estudo.

Os resultados da análise de correspondência são compostos pelas associações de faixa salarial, estado civil, posição na ocupação, faixa etária e nível de instrução dos imigrantes e não-migrantes.

Para justificar a aplicação da metodologia de Análise de Correspondência foi realizado o teste Qui-Quadrado. Dessa forma, encontrou-se em todas as relações que serão apresentadas adiante, uma dependência significativa entre as variáveis, ao nível de significância de 1%.

A renda foi categorizada em cinco faixas salariais. Para justificar as faixas de salários escolhidas, foram considerados o 50º, 75º e 90º, 95º e 99º percentis da distribuição de renda, considerando o salário mínimo (SM) em 2010 (R\$ 510,00). As faixas de renda escolhidas foram: de 1 a 2 SM; de 2 a menos de 5 SM; de 5 a menos de 8 SM; de 8 a 20 SM; e acima de 20 SM. A seguir encontram-se 4 gráficos de correspondência.

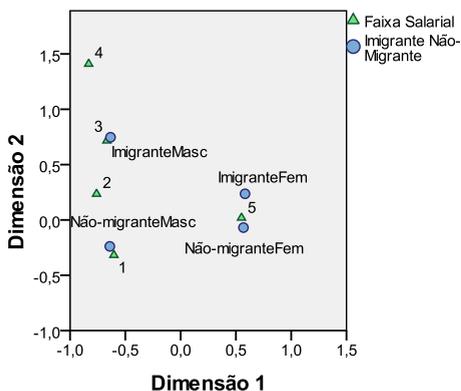


Gráfico 4 – Análise de Correspondência da Faixa Salarial
Fonte: Elaboração a partir dos microdados da Amostra do Censo 2010
 (1 – 1 a 2 SM; 2 – 2 a 5 SM; 3 – 5 a 8 SM; 4 – 8 a 20 SM; 5 – acima de 20 SM)

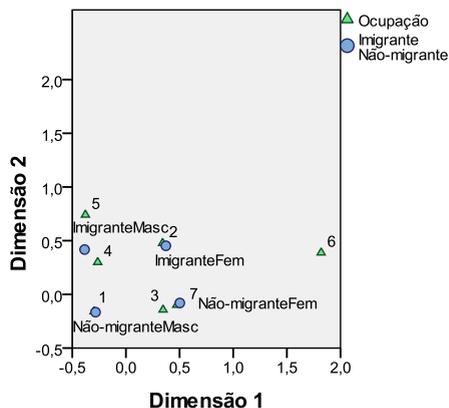


Gráfico 5 – Análise de Correspondência da Ocupação
Fonte: Elaboração a partir dos microdados da Amostra do Censo 2010
 (Ocupação: 1. Empregados com carteira de trabalho assinada; 2. Militares e funcionários públicos estatutários; 3. Empregados sem carteira de trabalho assinada; 4. Conta própria; 5. Empregadores; 6. Não remunerados; 7. Trabalhadores na produção para o próprio consumo).

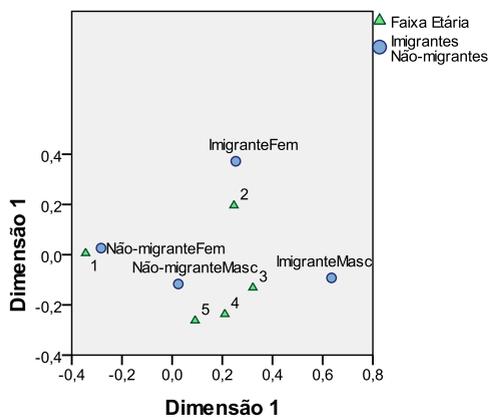


Gráfico 6 – Análise de Correspondência da Faixa Etária
Fonte: Elaboração a partir dos microdados da Amostra do Censo 2010
 (1 – 20 a 29 anos; 2- 30 a 39 anos; 3- 40 a 49 anos; 4- 50 a 59 anos; 5- 60 a 70 anos)

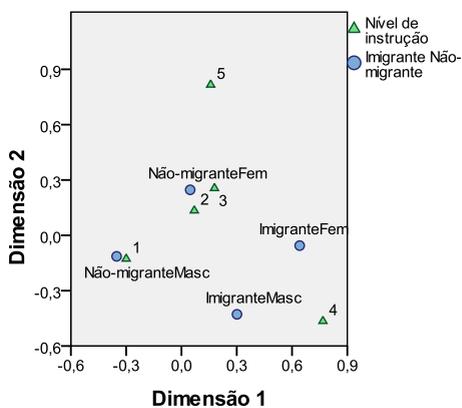


Gráfico 7 – Análise de Correspondência do Nível de Instrução
Fonte: Elaboração a partir dos microdados da Amostra do Censo 2010
 (1 – Sem instrução e fundamental incompleto; 2- Fundamental completo e médio incompleto; 3- Médio completo e superior incompleto; 4- Superior completo; 5- Não determinado).

Do Gráfico 4 permite-se deduzir que os imigrantes do sexo masculino estão associados à faixa salarial de 5 a 8 salários mínimos, enquanto que os homens não-migrantes estão mais próximos da faixa de 1 a 2 salários mínimos. Infere-se também que não há grande diferencial de renda entre as mulheres, comparando imigrantes com as não-migrantes, diferentemente do encontrado entre os homens imigrantes e não-migrantes, em que aqueles apresentaram maiores salários do que esses.

Os resultados apresentados no Gráfico 4 são coerentes com os estudos de seletividade migratória de que os imigrantes possuem ganhos maiores que os não-migrantes. Por outro lado, percebe-se ainda uma seletividade diferenciada quando se compara homens e mulheres imigrantes. Como aponta Elizaga (1970), apud Lacerda (2005), essa diferenciação pode estar associada ao fato da composição por sexo se mostrar desnivelada:

“Elizaga (1970), afirma que é universalmente aceito o caráter seletivo das migrações quanto ao sexo e à idade. Não é difícil inferir sobre o caráter seletivo da simples composição por sexo e idade dos migrantes (no momento da migração), mesmo sem dispor de informações precisas sobre as respectivas composições das populações de origem. Segundo Elizaga seria fato comprovado, que a composição por sexo geralmente se mostra desnivelada favoravelmente aos homens ou às mulheres conforme as correntes sejam, de “curta” ou de “longa” distância, pelo que se pode inferir ser essa seletividade diferenciada.” (LACERDA, 2005, p.8).

Além disso, a questão da valorização desigual dos atributos dos homens em detrimento os femininos, no mercado de trabalho, no local de destino desses migrantes pode refletir nessa diferença salarial entre os sexos.

Essa discussão da diferença dos salários em homens e mulheres imigrantes ainda é pouco discutida nos estudos, como afirma Batista e Cacciamali (2009). Esses autores analisam essa questão para o caso do Sudeste. Encontram que a diferença salarial entre homens e mulheres imigrantes deve-se mais às características peculiares dessas do que à valorização diferenciada no mercado de trabalho.

Com relação a ocupação de migrantes e não-migrantes novamente a análise de correspondência revela maiores diferenças para os homens. Como se pode verificar no Gráfico 5, os imigrantes do sexo masculino têm maior associação com a posição de empregadores do que os não-migrantes. Enquanto os não-migrantes do mesmo sexo estão próximos a ocupação com carteira-assinada. As mulheres imigrantes estão associadas às ocupações militares e funcionários públicos. Por outro lado, as mulheres não-migrantes estão

empregadas como trabalhadores na produção para o próprio consumo. Isso corrobora com a ideia de autosseleção positiva dos imigrantes, sobretudo quando se compara os imigrantes e não-imigrantes do sexo feminino.

No Gráfico 6, que relaciona a migração com a faixa etária e o sexo, percebe-se que não há diferença muito clara. Como visto na seção anterior, a exceção fica pelo fato dos não-migrantes, tanto masculinos quanto femininos, estarem mais associados com a primeira faixa etária, entre 20 e 20 anos, do que os imigrantes.

Pelo gráfico 7, percebe-se uma proximidade da categoria de ensino superior completo com os imigrantes dos dois sexos. Já os homens não-migrantes se encontram em um ponto próximo ao mais baixo nível de escolaridade, sem instrução e fundamental incompleto. Ou seja, a análise mostra que os imigrantes são mais qualificados se comparados aos não-migrantes, enfatizando mais uma vez a questão da seletividade positiva do processo migratório. Com relação às mulheres não-migrantes, essas estão associadas aos níveis de instrução 2 e 3. Esse resultado pode explicar parte da conclusão encontrada no Gráfico 4, em que tanto mulheres não-migrantes como as imigrantes mostraram-se associadas à faixa salarial mais alta quando comparadas aos homens, ressaltando o papel do capital humano sobre o rendimento dos indivíduos.

Em suma, foram evidenciados aspectos de seletividade positiva dos imigrantes em algumas comparações dos perfis por meio das análises de correspondência.

Os resultados encontrados na análise descritiva e na análise de correspondência reforçam então a proposição de autosseleção positiva desses indivíduos. A seguir, essa hipótese será testada através da estimação da equação de salários de Mincer (1974).

Migração seletiva no Nordeste – um modelo econométrico

Para comparar a renda do imigrante com a renda do não-migrante foi empregada a análise de regressão linear múltipla, por meio das estimativas via Mínimos Quadrados Ordinários¹⁰ para equação de salários.

A literatura usual aplica a equação de salários de Mincer (1974). A ideia básica é de que anos adicionais de educação e experiência tem influência

¹⁰ Utilizou-se o erro padrão robusto nas estimações via MQO.

sobre os salários. Como aponta Rezende e Wyllie (2006), a equação de Mincer é proposta da seguinte forma:

$$\ln W_i = f(s_i, x_i, z_i) + \varepsilon_i$$

Em que denota o logaritmo natural dos rendimentos do indivíduo i , é uma medida de escolaridade, denota uma variável representativa da experiência, corresponde a outros fatores que afetam a renda como cor, raça, sexo e região geográfica do indivíduo, etc., e é uma erro estocástico que comporta todas as forças não explicitadas no modelo, mas que possuem influência sobre os ganhos do indivíduo.

Para efeito desse estudo, seguindo Santos Jr., et.al. (2005), utilizou-se a seguinte extensão da equação de Mincer:

$$\ln W_i = \alpha + \beta X_i + \emptyset M_i + \varepsilon_i$$

Onde W_i é a renda do indivíduo; X_i é o conjunto de variáveis sócio-econômicas de controle; M_i é uma variável dummy que assume valor 1 quando o indivíduo é imigrante e valor 0, caso contrário; Caso o coeficiente \emptyset associado a variável dummy imigração seja positivo e significativo a hipótese de seletividade positiva de imigrante será validada, o que significa, na região nordeste, o imigrante ganha mais que o não-migrante. A estimação dos coeficientes da equação será realizada pelo Método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO)¹¹.

O modelo selecionado assume forma funcional log-linear. A inclinação β mede a variação percentual em W_i para uma dada variação absoluta do regressor X . Assim, se X crescer em uma unidade, W_i crescerá β 100%.

Utilizando esse modelo, Santos Jr., et.al. (2005), encontram para o coeficiente associado à migração, um valor igual a 0,0854 o que significa dizer que a renda do migrante é 8,54% maior do que a renda do não-migrante. Um imigrante nordestino recebe 13,65% a mais que o não-migrante. Ramalho e Moreira (2006) apresentam, para as regiões metropolitanas do norte e nordeste, o valor de 0,2477, ou seja, a renda de um imigrante é 24,77% maior que a do não-migrante.

A estimação do modelo proposto exige uma base que contenha dados relativos à migração, além de variáveis de controle, como aquelas

¹¹ Detalhes sobre o Método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) podem ser encontrados em Wooldridge (2006).

correspondentes à renda, nível de instrução, características pessoais e, informações acerca da situação do indivíduo no mercado de trabalho. Tais controles foram introduzidos com objetivo de evitar viés nos resultados das estimações.

Isso posto, as variáveis foram escolhidas de acordo com o referencial teórico revisado e levando em consideração a disponibilidade dos dados. A Tabela do apêndice A informa as variáveis utilizadas no modelo econométrico.

A escolha das variáveis de controle além de compreender a ampla utilização na literatura de seletividade, se justifica pela explicação econômica acerca da influência daquelas sobre os rendimentos dos trabalhadores.

Vale mencionar a adição de variáveis que não foram utilizadas na especificação de Santos Jr., et. al (2005), mas que podem ser importantes na determinação da renda dos imigrantes e não-migrantes. Como por exemplo, as variáveis pertinentes ao nível de instrução que, de certa forma, refletem a escolaridade do indivíduo.

Dessa forma, as variáveis relacionadas à escolaridade foram desagregadas em três dummies tendo como grupo base ou de comparação¹² “sem instrução e fundamental incompleto”. Em relação à educação ou nível de instrução, evidências apontam que indivíduos com maior escolaridade tendem a receber maiores salários, pois maiores são suas chances de inserção em melhores posições no mercado de trabalho.

A ideia da variável associada idade ao quadrado *idade*² é de que aumentos salariais causados pela experiência tendem a ser positivos, porém diminuem no decorrer do tempo. Em outras palavras, espera-se que à medida que se acumula experiência, os acréscimos nos rendimentos são cada vez menores. Assim, essa variável visa captar o decréscimo de renda que incide quando o indivíduo alcança determinada idade, devido a uma possível diminuição na produtividade do trabalho. Espera-se nas estimações um sinal positivo para idade e negativo para idade ao quadrado.

No caso da variável urbano, parte-se da hipótese de que a situação de domicílio em área urbana afeta positivamente a renda dos indivíduos e sua inserção no mercado de trabalho. Assim, espera-se sinal positivo dessa variável.

A variável de ocupação, assim como nível de instrução, foi desagregada em cinco dummies (empregado público, empregado sem carteira, conta própria, empregadores e não remunerados) como uma forma de captar uma

12 O grupo base ou de referência é o grupo contra o qual as comparações são feitas, grupo não incluso na regressão.

diferença de médias entre essas e o grupo base, que no caso é a categoria dos “empregados com carteira assinada”.

A variável imigrante e as dummies regionais são as variáveis explicativas de análise, ou seja, aquelas que são o foco desse estudo. As variáveis associadas às dummies regionais foram criadas a partir da variável “código da unidade federativa de residência anterior” (data fixa), sendo então desagregada em cinco dummies, nesse caso o grupo base é “não-migrantes”.

Feita essas considerações sobre as variáveis utilizados no estudo e modelo econométrico em questão, seguem então os resultados das estimações.

A Tabela 4 mostra os coeficientes estimados utilizando o critério de data fixa para definir a variável imigrante, além disso, inclui as pessoas com renda do trabalho nula. Como pode ser observado, todas as variáveis apresentam significância de 1%.

Tabela 4 – Regressão- Imigrante. Variável dependente: Logaritmo do rendimento em todos os trabalhos.

VARIÁVEIS	COEFICIENTE
IMIGRANTE	0,1443* (0,0055)
IDADE	0,0464* (0,0014)
IDADE ²	-0,0004* (0,00001)
HORAS DE TRABALHO	0,0070* (0,0002)
MASCULINO	0,3879* (0,0046)
BRANCO	0,1212* (0,0047)
URBANO	0,2890* (0,0057)
EMPREGADO PÚBLICO	0,3004* (0,0101)

VARIÁVEIS	COEFICIENTE
EMPREGADO SEM CARTEIRA	-0,4398* (0,0047)
EMPREGADO CONTA PRÓPRIA	-0,3456* (0,0066)
EMPREGADORES	0,6268* (0,0244)
FUNDAMENTAL COMPLETO E MÉDIO INCOMPLETO	0,2730* (0,0060)
MÉDIO COMPLETO E SUPERIOR INCOMPLETO	0,5803* (0,0054)
SUPERIOR COMPLETO	1,5237* (0,0090)
CONSTANTE	4,3775* (0,0263)

Fonte: Elaboração a partir dos microdados da Amostra do Censo 2010.

Notas: *Significativo a 1%. Erro padrão (robusto) entre parênteses.

Sem dúvida que o principal resultado dessa tabela 4, do ponto de vista dos objetivos traçados nesse trabalho, se refere ao coeficiente associado à variável dummy imigrante que é positivo e significativo, e corresponde a 0,1443, ou seja, mantendo-se as demais variáveis constantes, a renda que os imigrantes auferem é 14,43% maior que a dos não-migrantes. Dessa forma, esse diferencial de renda encontrado presume a existência de viés de seleção positiva dos imigrantes no Nordeste e pode ser explicado pelas características não-observáveis desses indivíduos.

Com relação às demais variáveis, verifica-se, na Tabela 4, que o indivíduo do sexo masculino recebe 38,8% a mais que o do sexo feminino, o que pode indicar diferenciação salarial por gênero. Como destaca Pereira e Zavala (2012):

“[...] diferenciais salariais por gênero são uma característica persistente da economia brasileira que não parece poder ser explicada por diferenças em produtividade (capital humano) e nem em estrutura ocupacional entre os gêneros. Evidenciando a necessidade continuar investigando o tema mais a fundo.” (PEREIRA e ZAVALA, 2012, p.221).

Em geral os resultados corroboram com aqueles descritos na literatura sobre o tema: renda maior para indivíduos mais velhos, mais escolarizados, brancos e residentes em áreas urbanas.

Os resultados encontrados se aproximam do verificado por Santos Jr., et al. (2005). Em um estudo para o Brasil, esses autores se depararam com um coeficiente associado à dummy migração igual a 0,0854 (excluindo a variável de estado de nascimento) e, em uma segunda regressão (com introdução de interação entre variáveis), encontrou um coeficiente de 0,1408. Ou seja, mantendo-se as demais variáveis constantes, imigrante brasileiro auferiu um rendimento 14,08% maior que o do não-migrante.

Para verificar a hipótese de seleção positiva de acordo com as regiões de origem dos imigrantes, foram criadas dummies regionais. A Tabela 5 mostra os resultados dos coeficientes dessas dummies

Tabela 5 – Regressão- Dummies regionais. Variável dependente: Logaritmo do rendimento em todos os trabalhos.

VARIÁVEIS	COEFICIENTE
NORDESTE	0,1413* (0,0079)
CENTRO-OESTE	0,1552* (0,0174)
SUDESTE	0,1064* (0,0083)
SUL	0,4277* (0,0296)
NORTE	0,2032* (0,0181)

Fonte: Elaboração a partir dos microdados da Amostra do Censo 2010.

Notas: *Significativo a 1%. Erro padrão (robusto) entre parênteses

De acordo com os resultados da Tabela 5, verifica-se que há migração positiva de imigrantes provenientes de todas as regiões. No entanto, os imigrantes que vêm do Sul ganham mais quando comparados aos procedentes das outras regiões do país, o logaritmo da renda é 42,77% maior que o dos não-migrantes.

Por outro lado, os imigrantes originários do Sudeste são os que recebem menos, apenas 10,64% a mais que os não-migrantes. O coeficiente associado

à dummy Nordeste é igual a 0,1413, ou seja, a remuneração dos imigrantes da própria região Nordeste é 14,13% maior que a dos não-migrantes. Os imigrantes procedentes do Norte e Centro-Oeste auferem um rendimento 20,32% e 15,52%, respectivamente, maior que o dos não-migrantes.

Dessa forma, constata-se que a migração positiva dos imigrantes da região Sudeste é mais fraca em relação à dos imigrantes das demais regiões. Ribeiro e Correa (2009, p.10) encontram uma seletividade negativa dos imigrantes do Mato Grosso, e justificam que a decisão de migrar desses indivíduos “está condicionada a outros determinantes não-econômicos: clima, geografia, baixa taxa de violência etc.”

Apesar disso, imigrantes não deixam de ser racionais, e comparam a renda média entre os estados. Isso pode explicar também o resultado constatado nesse estudo relacionado à presença de uma seletividade menor dos imigrantes do Sudeste. Nesse caso, uma hipótese adicional seria a de boa parte de esses imigrantes sejam de retorno, dado que essa região foi a que mais recebeu emigrantes do Nordeste na década de 80.

Tal hipótese pode ser confirmada a partir dos resultados da Tabela 6, a seguir, na qual apresenta a participação dos imigrantes de retorno para o Nordeste, em 2010.

Fica evidente a maior participação de retornados da região Sudeste. Do total de imigrantes de retorno, 40,71% são provenientes dessa região. Em relação à região Nordeste, vale ressaltar que esse percentual encontrado não é de imigrantes de retorno, mas de nativos. Dado que, na definição de imigrante retornado foi considerado aquele que retornou à sua região de naturalidade.

Por outro lado, os grupos de imigrantes oriundos das demais regiões, em sua maioria, podem ser compostos por pessoas de faixa etária mais elevada, aposentados, ou até mesmo profissionais liberais de bom capital social, que estão migrando para o Nordeste em busca de novas oportunidades, em função do desenvolvimento econômico da região.

Tabela 6 – Percentual dos imigrantes de retorno do Nordeste, segundo regiões brasileiras.

REGIÕES	IMIGRANTES DE RETORNO
NORTE	7,92
NORDESTE	40,07
SUDESTE	40,71

REGIÕES	IMIGRANTES DE RETORNO
SUL	3,30
CENTRO-OESTE	8,00

Fonte: Elaboração a partir dos microdados da Amostra do Censo 2010.

Como observado, as variáveis *dummy* relacionadas a migração apresentaram coeficientes positivos e significativos, em todas as estimações desse estudo, corroborando com os resultados encontrados por Santos Jr., Ferreira e Menezes Filho (2005), Ramalho e Moreira (2006), Maciel e Oliveira (2011), dentre outros autores de estudos recentes, além de estar de acordo com a literatura de migração mencionada por Roy (1951), Borjas (1987) e Chiswick (1999). Tais resultados reforçam a hipótese de viés de seletividade positiva nas migrações dirigidas a região Nordeste. Nesse sentido, de acordo com a teoria, os diferenciais de renda dos imigrantes e não-migrantes podem ser explicados pela presença de características não-observáveis positivamente associadas a indivíduos mais habilidosos, com características empreendedoras e etc. podendo então impactar na distribuição de renda dessa região.

CONCLUSÕES

Em um quadro recente de transformações nos fluxos migratórios no Brasil, em que a direção da migração não mais se dá tão expressivamente de regiões mais pobres para regiões mais ricas, encontra-se o Nordeste, no qual se configura como região com maior retenção populacional e migração de retorno para seus estados, de acordo com os dados do Censo Demográfico do IBGE, de 2010.

Essa realidade justifica, em parte, o recorte teórico selecionado para esse estudo. Outro ponto que também se destaca é a grande desigualdade de renda verificada na região em questão e a tentativa de explicações para a mesma.

Por outro lado, são poucos os estudos para o Nordeste, em específico, que abordam essa questão em conjunto com a seletividade migratória. O objetivo da grande maioria está associado aos motivos da migração de uma região para outra, ou internamente às regiões. Em relação às análises da seletividade de imigrantes, o que se pode constatar é que há evidências,

tanto na literatura internacional como na nacional, de que imigrantes constituem um grupo positivamente selecionado no local de destino, e com isso contribui para o aumento da desigualdade de renda, dado que os imigrantes podem auferir maiores rendimentos que não-migrantes.

Nesse contexto, este estudo se propôs a analisar o efeito da migração sobre o diferencial de renda entre os imigrantes e não-migrantes nordestinos e, com isso, verificar se os imigrantes compõem ou não um grupo positivamente selecionado. Como objetivo específico procurou-se comparar o perfil socioeconômico dos imigrantes com os não-migrantes e testar a hipótese de seletividade de imigrantes na região Nordeste a partir da estimação da equação de salários de Mincer (1974).

Das evidências iniciais sobre o perfil dos imigrantes, pode-se inferir que a maioria dos imigrantes nordestinos está na faixa etária entre 20 e 29 anos; têm em média 36 anos de idade; são do sexo masculino; residem na área urbana; estão empregados com carteira de trabalho assinada; e apresentam-se no estado civil solteiro; são provenientes, em grande parte, do estado de São Paulo, e tem como principais destinos os estados da Bahia, Pernambuco e Ceará. Além disso, verificou-se que os imigrantes são mais qualificados e mais bem pagos, se comparados aos não-migrantes.

Com relação aos resultados das estimações do modelo proposto, verificou-se que os imigrantes no Nordeste brasileiro ganham, em média, mais que os não-migrantes. Ou seja, realizados os devidos controles da dummy relacionada à migração, pelas demais variáveis, constatou-se que os imigrantes constituem um grupo selecionado positivamente (mais qualificado, apto, com espírito empreendedor, dentre outras características não-observáveis). Assim, como esperado, a desigualdade de renda verificada nessa região pode ser explicada, em partes, pelo diferencial de salários verificado entre os imigrantes e não-migrantes.

As consequências da migração podem estar relacionadas a outros fenômenos sociais que se relacionam com o próprio processo de mudança estrutural. Nesse contexto, as migrações internas na região Nordeste podem ser historicamente condicionadas, de acordo a abordagem histórico-estrutural sugerida por Singer(1980). Para esse autor, os diferenciais salariais são resultado da reorganização das atividades produtivas.

A respeito das estimações com as dummies regionais, constatou-se que a seletividade positiva dos imigrantes vindos de todas as regiões do Brasil, porém tal seletividade é mais forte ou mais presente quando se trata dos imigrantes da região Norte. Enquanto que os imigrantes do Sudeste

apresentaram uma seletividade positiva menor, inclusive em relação aos imigrantes nordestinos.

Isso pode ser explicado tanto pela influência das redes sociais, possivelmente mais marcante em um processo migratório na própria região Nordeste, como pela decisão de migrar, daqueles imigrantes do Sudeste, ter sido condicionada por outros determinantes, não apenas econômicos. E, pelo fato de serem, em sua maioria, imigrantes de retorno.

Em síntese, considerando as evidências empíricas apresentadas neste estudo, pode-se dizer que essas destacam a relevância da discussão do tema no que diz respeito às consequências da migração desses indivíduos positivamente selecionados nas áreas de destino e direcionamento de políticas públicas para redução das disparidades na distribuição de renda, como por exemplo, as de educação, especialmente na região Nordeste.

REFERÊNCIAS

- BAENINGER, R. São Paulo e suas migrações no final do século XX. *Revista São Paulo em Perspectiva*. v. 19, n.5, 2005.
- BAENINGER, R. Migração, Migrações. *Ideias*. Campinas (SP). n.2, nova série, 1º semestre, p. 31- 41, 2011.
- BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. Os determinantes da desigualdade no Brasil. *A economia brasileira em perspectiva*, Rio de Janeiro: IPEA, 1996.
- BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MEDONÇA, R. *Determinantes imediatos da queda da desigualdade de renda brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA, jan. 2007. (Texto para Discussão, 1253).
- BAROU, Jaques. Portugais d’Auvergne: D’une identité villageoise à l’autre, *Revue d’Auvergne*, n 3, pp. 147-59, 1996.
- BATISTA, N.F.B.; CACCIAMALI, M.C. Diferencial de salários entre homens e mulheres segundo a condição de migração. *Revista Brasileira de Estudos de População*. Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 97-115, jan./jun., 2009
- BORJAS, G. J. Self-Selection and the Earnings of Immigrants. *American Economic Review*, 77(4), p. 531-553, 1987.
- BORJAS, G.J. The Labor Demand Curve is Downward Sloping: Re-examining the Impact of Immigration on the Labor Market. *Quarterly Journal of Economics*, v. 118, n. 4, p. 1335-74, 2003.
- BRANCHI, Bruna; BARRETTO, Vanessa Vital. Mercado de trabalho, desigualdade de renda e migração: o caso da Região Metropolitana de Campinas. In: *Perspectiva econômica*. v.6, n.1, p.63-90, 2010.

- CHISWICK, B. The effect of americanization on the earnings of foreign-born men. *Journal of Political Economy*, v. 86, p. 897-921, 1978.
- CHISWICK, B. Are Immigrants Favorably Self-Selected? *American Economic Review*, 89(2), p. 181-185, 1999.
- COULON, A.; M. PIRACHA. Self-selection and the performance of return migrants: the source country perspective, *Journal of Population Economics*, 18(4):779-807, 2005.
- DAHL, G. B. Mobility and the Return to Education: Testing a Roy Model with Multiple Markets, *Econometrica*, v.70(6), p. 2367-2420, 2002.
- ELIZAGA, Juan C. Migraciones interiores, evolución reciente y estado actual miro. In: LACERDA, K.C.A. Migração e seletividade no mercado de trabalho de Fortaleza: Uma análise empírica. *Texto para discussão do IPECE*, nº 18, 2005.
- FERREIRA, Francisco. Os Determinantes da Desigualdade de Renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional? In: HENRIQUES, Ricardo (org). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.
- FERREIRA, R.N.; MATOS, R. Migração de trabalhadores no mercado formal brasileiro entre 1995 e 2003 e as tendências da reestruturação territorial. In: *Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 14, 2004, Caxambu. Anais. Belo Horizonte: ABEP, 2006
- FUSCO, Wilson. Regiões metropolitanas do nordeste: origens, destinos e retornos de migrantes. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*. Brasília, Ano XX, n 39, p. 101-116, jul./dez., 2012.
- GOLGHER, André Braz. *Os Determinantes da Migração e Diferenciais entre Migrantes e Não-migrantes em Minas Gerais*. Tese de Doutorado em Demografia, CEDEPLAR-UFMG, 2001.
- GOLGHER, André Braz. *Fundamentos da migração*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004. (Texto para discussão, n. 231).
- GONÇALVES, Maria Ortelinda Barros. *Migrações e Desenvolvimento*. Porto: Fronteira do Caos, 2009.
- HAAS, H.. Migration and Development: A Theoretical Perspective. Oxford: *International Migration Institute*, University of Oxford, 2008.
- JUSTO, W.R.; SILVEIRA NETO, R.M. Quem são e para onde vão os migrantes no Brasil? O perfil do migrante interno brasileiro. In: *Encontro Regional da ABET*, 6, João Pessoa, 2007.
- LANGONI, C. *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.
- LIEBIG, T. SOUSA-POZA A. "Migration, Self-Selection and Income Inequality: An International Analysis, *Kyklos*, v. 57 (1), p. 125-146, 2004.
- MACIEL, F.T.; OLIVEIRA, A.M.H.C. Migração Interna e Seletividade: Uma aplicação para o Brasil. In: *Encontro Nacional de Economia da ANPEC*, 39, 2011, Foz do Iguaçu, Paraná 2011.

- MACIEL, P.J, ANDRADE, J e TELES, V. K. Convergência Regional Brasileira revisitada. Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, 2008.
- MENEZES-FILHO, N.; MENDES, M.; ALMEIDA, E. S. de. O diferencial de salários formal-informal no Brasil: segmentação ou viés de seleção? *Revista Brasileira de Economia*, v. 58, n. 2, 2004.
- MINCER, J. Family Migration Decisions. *The Journal of Political Economy*, v. 86, n. 5, p. 749-773, 1978.
- MINCER, J. Schooling, Experience, and Earnings. Human Behavior & Social Institutions. *National Bureau of Economic Research*, New York, 1974.
- MISHRA, P, Emigration and Wages in Source Countries: Evidence from Mexico. *Journal of Development Economics*, Elsevier, v. 82(1), p. 180-199, 2007.
- NEKBY, L. The Emigration of immigrants, return vs. onward migration: Evidence from Sweden”, *Journal of Population Economics*, 19: 197-226, 2006.
- PEREIRA, R.S.; ZAVALA, A.Z. Educação e Rendimentos do Trabalho no Brasil: Desafios de um cenário de transformações. *Revista de Estudos Transfronteiriços*, v. XII, n. 2, p. 203-227, 2012.
- RAMALHO, H.M.B.; MOREIRA, I.T. Migração e Seleção: Evidências para o Brasil metropolitano. In: *Encontro de Economia Regional da ANPEC*, X, 2006, Fortaleza. Anais. Fortaleza, 2006.
- RIBEIRO, E. P.; BASTOS, V. M. Viés de Seleção, Retornos à Educação e Migração no Brasil. In: *XXVI Encontro Brasileiro de Econometria*, 2004.
- RIBEIRO, L. L; CORREA, M. V. Migração e Seleção: Evidências para o Centro-Oeste brasileiro, *Revista Economia Ensaios*, v. 24, n.1, p.1-13, 2009.
- RIGOTTI, J.I.R., *Técnicas de mensuração das migrações, a partir de dados censitários: aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1999 (tese de doutorado).
- ROY, A. Some thoughts on the distributional of earnings. *Oxford Economic Papers*, v. 3, p. 135-146, 1951.
- SANTOS Jr., E. R.; FERREIRA, P. C. e MENEZES-FILHO, N. Migração, Seleção e Diferenças Regionais de Renda no Brasil, *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 35, n. 3, 2005.
- SANTOS Jr., E. R. *Migração e Seleção: O caso do Brasil* (Dissertação de Mestrado), Escola de Pós-graduação em Economia- EPGE, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2002.
- SANTOS, C. e FERREIRA, P. C. Migração e Distribuição Regional de Renda no Brasil, *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 37, n. 3, 2007.
- SILVA, T. F.B; SILVEIRA NETO, R. M. Migração e Seleção no Brasil: evidências para o decênio 1993-2003. In: *Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento e X Encontro Regional de Economia*, Fortaleza, p.1-16, 2005.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo, In: MOURA, H. A. (Org.). *Migração interna, textos selecionados: teorias e métodos de análise*. Fortaleza: BNB. 1980.

WOOLDRIDGE, J. M. *Introdução à Econometria, uma abordagem moderna*. 5^a ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

4

CAPÍTULO

AS METRÓPOLES NORDESTINAS NO PROCESSO MIGRATÓRIO NACIONAL: TENDÊNCIAS E ARTICULAÇÕES ESPACIAIS¹

Kleber F. Oliveira, Wilson Fusco, Maria Rejane Lyra
e José Marcos Pinto da Cunha

Para compreender a dinâmica migratória nordestina é necessário estabelecer o ambiente em que essa dinâmica se desenvolve. Pode-se dizer que essa região brasileira seja *locus* privilegiado dos estudos migratórios não apenas por envolver parte substancial dos migrantes brasileiros, mas por ambientar mudanças na atividade econômica, na estrutura populacional e na composição da renda. Por outro lado, conserva características como elevada concentração de terras, predomínio de pastos e fragilidade produtiva. Desta forma, o Nordeste de hoje não mais assiste a migrações de flagelados

1 Trabalho originalmente apresentado no XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Águas de Lindóia/SP, Brasil, de 20 a 24 de novembro de 2012.

da seca, embora persista a ineficiência em fazer frente a tal fenômeno. Para os que persistem em viver nessas áreas, os programas sociais de transferência de renda aliviam a penúria e, de certa forma, desmotivam a migração.

A emigração nordestina mantém o Sudeste como destino quase exclusivo, principalmente depois do progressivo fechamento das fronteiras agrícolas, mas internamente crescem as trocas migratórias principalmente para nas áreas não metropolitanas. O Nordeste das secas vai se transformando em uma região de grande potencial de desenvolvimento, aliado às melhorias na renda, educação e de crescimento no emprego. Entretanto, persistem o atraso do meio rural, sobretudo a concentração de terra e o predomínio dos pastos. No Interior nordestino, a profunda heterogeneidade regional, seja econômica, ou mesmo de atenção das políticas públicas e investimentos privados, estão relacionados com a dinâmica migratória interna.

No âmbito da migração, torna-se necessário compreender o ambiente complexo e ainda pouco nítido em que esses fluxos se originam, movimentam-se e se transformam. Emigrar, retornar e reemigrar são movimentos quase idiossincráticos dos nordestinos e iniciar uma discussão sobre eles e os principais achados a partir do Censo Demográfico 2010 é o principal objetivo deste artigo.

Para tanto, divide-se em duas partes, além desta introdução e das considerações finais. Na parte 1, trata do crescimento populacional e das trocas migratórias que o Nordeste executa com as demais regiões brasileiras. Em seguida, mostra que paralelamente ao incremento na atividade econômica, principalmente via mercado de trabalho e programas sociais dos últimos anos, persistem fatores expulsivos estruturais, como atonicidade das propriedades agrícolas, concentração de terras e quase nulo acesso a irrigação e capacitação técnica. Ainda neste tópico, mostra que esses fatores devem ser elencados para explicar a migração de retorno à região, bem como a migração dentro de cada UF nordestina.

Finaliza levantando pontos de pesquisa a serem desenvolvidos tanto pela relevância teórica quanto o para o balizamento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional.

O AMBIENTE DA MIGRAÇÃO NORDESTINA

Em que pese os resultados do Censo Demográfico 2000 já apontarem a existência de um processo de ruptura no padrão histórico da migração inter-regional, caracterizado principalmente pelo aumento da migração de

retorno ao Nordeste e pela redução dos fluxos Nordeste-Sudeste (Hakkert & Martine, 2007), bem como as novas direções, a intensificação ou arrefecimento de certas modalidades migratórias (Cunha & Baeninger, 2005), a dinâmica migratória nordestina é ainda impulsionada pelos mesmos elementos.

O Nordeste que logrou desenvolver a atividade extrativa-mineral, a produção animal e diversificar as áreas irrigadas de soja, frutas e legumes (Cano, 1998), ainda padece com a atonicidade das unidades produtivas resultante da profunda concentração de terras, privilegia o pasto em detrimento da lavoura; carece de irrigação, de orientação técnica e de crédito. O Nordeste metropolitano que concentra a renda, população e contextos favoráveis de mercado de trabalho, convive com o interior de economia debilitada, movida à base de aposentadorias e programas sociais de transferências de renda.

Estrutura fundiária e uso da terra

A estrutura fundiária nordestina e o uso da terra são dois elementos centrais no processo de desenvolvimento regional, portanto, influente na migração (fundamental com Singer, 1983). A atual desigualdade de acesso aos meios de produção, aqui abordada pela distribuição das terras, mantém atual a descrição de Andrade (1964), sobre o Nordeste do gado, cana e latifúndio. Observe-se na tabela 1 que, em 2006, quase 66% das propriedades ocupavam 5% da área em estabelecimentos, enquanto que menos de 0,5% ocupava cerca de 30% da área.

Classes de área	Estabelecimentos (%)		Área ocupada (%)	
	1995	2006	1995	2006
Menos de 10 ha	68,0	65,9	5,2	5,0
10 a menos de 100	26,2	28,6	24,6	26,6
100 a menos de 1000	5,4	5,1	40,2	37,9
1000 ha e mais	0,4	0,4	30,0	30,5

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995 e 2006

O uso da terra no Nordeste parece ainda privilegiar o pasto em detrimento da agricultura. Os reflexos desse processo são, de acordo com Andrade (1964), perniciosos ao emprego no meio rural necessitar de pouca

mão-de-obra. Por outro lado, o tipo de lavoura pode ainda tornar mais instável a vida no Nordeste, seja pelo nível da remuneração, pelo grau de rotatividade ou ainda pela baixíssima possibilidade de cobertura legal. Note então, na tabela 2, que lavoura ocupava, em 2006, cerca de 21% das terras e que desse total quase 77% era de lavoura temporária. Já os pastos, ocupavam o dobro da área em lavouras, quase 43%, e se somadas às matas e florestas representavam quase 80% das terras em estabelecimentos.

Utilização das terras (ha)	Uso da terra (%)	
	1995	2006
Lavoura	16,63	21,19
Permanente	25,61	23,16
Temporária	74,39	76,84
Pastagens	51,57	42,68
Naturais	62,28	52,43
Plantadas	37,72	47,57
Matas e Florestas	31,80	36,13
Naturais	18,53	21,69
Plantadas	0,37	0,36
Irrigação		
Ocasionalmente		13,56
Regularmente		12,66
Não recebeu		73,78
Orientação técnica		
Ocasionalmente		5,28
Regularmente		3,11
Não recebeu		91,62

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 1995 e 2006.

A escassez de chuva e os efeitos perversos das secas, associados com a baixa qualidade da terra e a reduzida produtividade agrícola no agreste e sertão representam ainda motivos importantes à migração. Esses elementos expulsivos e de persistência histórica (Coelho, 1985; Gomes, 2001; Villa, 2000) continuam incidentes no Nordeste. Observe-se ainda na tabela 2, que apenas 12% dos estabelecimentos usam irrigação regularmente, ou seja, que 88% dos estabelecimentos usam ocasionalmente (13,56%) ou não

usam (73,79%). Na mesma direção, constata-se que quase 92% dos estabelecimentos não receberam orientação técnica, em 2006. O resultado evidente dessa condição é materializado nas péssimas condições de vida no interior, na falta de inserção no mercado de trabalho, na baixa integração da economia nordestina e no aprofundamento das relações de dependência e de compadrio que ainda maculam a vida no Nordeste (ANDRADE, 1964; CASTRO, 2007).

Mercado de trabalho

O foco no setor primário justifica-se aqui não apenas pelas raízes da formação econômica e social do Nordeste, mas também por ainda hoje empregar mais de 37% dos ocupados nas áreas não-metropolitanas. Nesse sentido, de acordo com a tabela 3, e admitindo poder particionar a região em duas grandes áreas², pode-se verificar a existência de um Nordeste não-metropolitano fortemente baseado na atividade primária, ressentida da concentração de terra, do predomínio dos pastos e lavouras temporárias, carente de água e orientação técnica e com baixa produtividade. (Veja Anexos 1 e 2).

2 Trata-se do Nordeste metropolitano aqui composto pelas suas três regiões metropolitanas: Fortaleza (CE), Recife (PE) e Salvador (BA). Para os demais estados foram consideradas áreas de influências ou microrregiões das capitais: Região da Grande São Luis (MA), Região da Grande Teresina (PI), Região da Grande Natal (RN), Região da Grande João Pessoa (PB), Região da Grande Maceió (AL) e Região da Grande Aracaju (SE).

Tabela 3						
Distribuição setorial dos empregados por grandes setores de atividade e renda média, em Reais, por áreas e Taxa de desocupação - Nordeste, 2000 e 2010 (Maio/2012=100)						
Setor de atividade	2000					
	Nordeste Não-metropolitano			Nordeste Metropolitano		
	Distribuição (%)	Absoluto	Renda média	Distribuição (%)	Absoluto	Renda média
Agricultura, pecuária e silvicultura	44,5	4.968.109	353,28	3,4	172.060	719,47
Indústria	13,4	1.493.079	611,33	20,1	1.016.327	1.110,65
Comércio e serviços	21,8	2.429.874	875,51	42,6	2.156.596	1.364,32
Administração pública	12,2	1.366.228	791,03	19,7	997.709	1.773,42
Outros serviços	8,0	896.416	318,27	14,1	715.669	584,82
Total	100,0	11.153.706	599,26	100,0	5.058.361	1.265,31
Taxa de desocupação	13,1			21,4		
Setor de atividade	2010					
	Nordeste Não-metropolitano			Nordeste Metropolitano		
	Distribuição (%)	Absoluto	Renda média	Distribuição (%)	Absoluto	Renda média
Agricultura, pecuária e silvicultura	37,3	4.767.130	407,07	3,9	273.022	679,72
Indústria	15,8	2.017.963	702,84	20,7	1.467.615	1.170,56
Comércio e serviços	24,2	3.088.697	889,88	42,7	3.025.809	1.313,94
Administração pública	14,9	1.899.382	1.103,87	20,3	1.440.600	2.181,60
Outros serviços	7,8	996.295	372,43	12,5	882.924	580,96
Total	100,0	12.769.467	729,75	100,0	7.089.970	1.356,78
Taxa de desocupação	8,6			11,7		
Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2000 e 2010						
* Exclui os rendimentos nulos						

O Nordeste metropolitano, por sua vez, com intensa participação do emprego nos setores de comércio e serviços (42,7%), seguidos pela indústria (20,7%) e administração pública (20,3%) exerce, decerto, influência no direcionamento dos fluxos originados do interior nordestino não apenas pela natureza do emprego, mas também por encontrar nas metrópoles um contexto mais favorável à mobilidade sócio-ocupacional.

O avanço dos empregos públicos no Nordeste foi impulsionado desde o início dos anos 1990, à base da Constituição de 1988, que conferiu maior autonomia financeira a estados e municípios para gerir e gastar recursos públicos, bem como focalizar seus gastos na área social, habitação e urbanismo (AFONSO, 1994). Da mesma forma, Porsse & Soares (1999) apontaram a tendência de crescimento dos gastos públicos, principalmente em municípios com população inferior a 100 habitantes, nas funções de educação, planejamento, saúde e habitação. Merecem destaque, nesse sentido, os empregos municipais e estaduais temporários que, mesmo possuindo efeito positivo localmente, não deve encobrir o caráter temporário dessa relação de trabalho. Note, na tabela 3, o aumento relativo dos empregos públicos no Nordeste não-metropolitano, passando de 12,2% para 14,9%, do total de ocupados, enquanto que na área metropolitana, manteve-se entre 20%, entre 2000 e 2010.

Parte desse contexto mais favorável, acima aludido, está relacionada diretamente com os diferenciais de renda segundo atividade. Mesmo reconhecendo que o custo de vida em áreas metropolitanas seja mais elevado que no interior, chama atenção que a renda média total nas metrópoles seja o dobro daquela percebida nas outras áreas. No último ano, por exemplo, os empregados no setor primário do Nordeste metropolitano recebiam quase R\$ 680,00 enquanto que no interior essa renda era de R\$ 407,00. No setor de comércio e serviços, as rendas são R\$ 1.314,00 e R\$ 890,00, respectivamente. Na administração pública, a renda Nordeste metropolitano é R\$ 2.182,00 e no interior, R\$ 1.104,00.

Há que se destacar ainda no interior nordestino o processo de redistribuição dos ocupados a partir do setor primário para os demais setores. Observe que, entre 2000 e 2010, a mão-de-obra desocupada pelo setor primário parece ser absorvida em outras atividades, fato que pode estar relacionado com os efeitos positivos das rendas de transferência de renda, investimento em obras de infraestrutura e de extração mineral, bem como dos empregos públicos.

Composição da renda domiciliar

A análise da composição da massa de rendimentos domiciliares permite, desta forma, dimensionar a importância das rendas de transferências na dinâmica econômica regional. A importância das rendas de transferência em áreas de economia debilitada como no interior nordestino, motivou Maia Gomes (2001) afirmar o surgimento das “economias sem produção³”, ou seja, áreas de pouca renda e nenhum produto, sendo essas rendas originadas principalmente das aposentadorias, funcionários públicos e prefeituras. Observe-se, na tabela 4, que é justamente no Nordeste não metropolitano que as rendas de transferências aumentam sua participação tanto relativa, passando de 23% para 31% da renda domiciliar total, como absoluta, de R\$ 223,08 para R\$ 412,11, entre 2000 e 2010.

A renda do trabalho, por sua vez, teve reduzida sua participação relativa, caindo de 72,9% para 63,6%, nessa década, embora em valores reais

3 A economia sem produção seria formada por três elementos principais: Os aposentados, os funcionários públicos e as prefeituras. O autor esclarece que esse conceito deva ser aplicado, a rigor apenas aos aposentados, dado seu rendimento consistir em transferência de renda e não exigir contrapartida contemporânea de prestação de serviços (MAIA GOMES, 2001).

passasse de R\$ 704,75 para R\$ 843,97, variação, aliás, inferior ao observado na renda de transferências.

Tabela 4				
Composição da renda domiciliar total por fontes- Nordeste, 2000 e 2010 (Maio/2012=100)				
Fontes da renda domiciliar	2000			
	Nordeste Não-metropolitano		Nordeste Metropolitano	
	% da renda domiciliar	Renda média	% da renda domiciliar	Renda média
Trabalho	72,9	704,75	74,8	1.708,02
Transferências	23,1	223,08	20,9	478,02
Ativos	4,0	39,13	4,3	98,56
Total	100,0	966,97	100,0	2.284,60
Fontes da renda domiciliar	2010			
	Nordeste Não-metropolitano		Nordeste Metropolitano	
	% da renda domiciliar	Renda média	% da renda domiciliar	Renda média
Trabalho	63,6	843,97	68,9	1.921,33
Transferências	31,0	412,11	20,8	578,92
Ativos	5,4	71,82	10,4	288,76
Total	100,0	1.327,89	100,0	2.789,01

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2000 e 2010

* Exclui os rendimentos nulos

Mas o que isso tem a ver com a migração? Quais os indícios de influência na dinâmica migratória? Um primeiro possível efeito a ser destacado é que se não houvesse a realocação do quantitativo da mão-de-obra, aparentemente originado do setor primário, para os demais setores, esses trabalhadores seriam incentivados a migrar para as áreas mais dinâmicas. Entretanto, observa-se que tanto a indústria extrativa, de construção, bem como o comércio e serviços podem ter agido de forma a desencorajar a migração, mesmo que persistindo os diferenciais de renda, conforme mostrado.

MIGRAÇÃO NORDESTINA: FLUXOS, ARTICULAÇÕES E RETORNO

Os registros populacionais nas Grandes Regiões brasileiras nos últimos quatro censos deixam claro o processo de redistribuição interna no território nacional (Tabela 5). Observando as participações relativas de cada recorte, nota-se que somente as regiões Norte e Centro-Oeste cresceram, e a primeira aumentou de forma muito mais intensa que a última. Quanto às demais regiões, fica evidente a maior queda proporcional da Região Sul, que teve na última década a maior perda de participação, tanto entre os últimos períodos quanto entre as demais regiões no período mais recente.

Mais interessante, no entanto, é ver que, apesar da Região Nordeste ter perdido participação na população nacional de forma mais pronunciada que a Região Sudeste no conjunto das últimas três décadas, a última década representa uma mudança neste ranking, de forma que o Nordeste passou a ser a região que menos perdeu participação dentre as “perdedoras”.

Da mesma forma, os dados sobre crescimento anual respeitam a correspondência com as participações relativas dos recortes, mas sintetiza as informações da redistribuição de forma particular. Na mesma Tabela 5 pode-se perceber o fantástico crescimento da Região Norte na década de 1980, fato derivado principalmente da imigração que foi lá registrada, mas também da mais alta taxa de fecundidade nacional. O Nordeste, neste período, teve uma taxa de crescimento médio ligeiramente abaixo da média nacional, diferente da década seguinte, quando teve o pior desempenho entre todas as regiões, em termos de crescimento. Mas, focando sobre o que nos interessa aqui, a Região Nordeste voltou a apresentar um crescimento importante na década de 2000, aproximando-se novamente da média nacional, e ficando a frente das regiões Sudeste e Sul na comparação entre taxas de crescimento médio anual.

Tabela 5

Participação na população nacional e taxa de crescimento médio anual – Grandes Regiões do Brasil – 1980-2010.

Região Geográfica	Participação em % na população total				Taxa de crescimento ao ano em %		
	1980	1991	2000	2010	80/91	91/00	00/10
Norte	4,9	6,8	7,6	8,3	5,0	2,8	2,1
Nordeste	29,3	28,9	28,1	27,8	1,8	1,3	1,1
Sudeste	43,5	42,7	42,6	42,1	1,8	1,6	1,1
Sul	16,0	15,1	14,8	14,4	1,4	1,4	0,9
Centro-Oeste	6,3	6,4	6,9	7,4	2,0	2,4	1,9
Brasil	100	100	100	100	1,9	1,6	1,2
Total Nordeste	119.011.052	146.825.475	169.799.170	190.755.799			

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 1980 a 2010

Fluxos migratórios e articulações espaciais

Pelo que se viu sobre a participação relativa da população nordestina e sobre seu crescimento, as informações da Tabela 6 apontam para algumas

questões a serem exploradas. De acordo com o resultado do Censo de 2010, a Região Nordeste foi a única a apresentar saldo migratório negativo para o período 2005-2010, para o qual são utilizadas as informações sobre migração data-fixa⁴. Não somente negativo, mas a medida foi bastante semelhante ao que foi verificado no Censo de 2000, a respeito do quinquênio 1995-2000. É importante ter em conta que, na década de 1990, o Nordeste cresceu a 1,30% ao ano, a menor taxa de crescimento dentre as regiões, e teve a maior queda na participação da população brasileira nas últimas décadas, fatos correspondentes ao grande saldo negativo apresentado. No entanto, quando se observa a mudança de desempenho quanto ao crescimento populacional, a mesma correspondência ao saldo migratório registrado não é tão evidente. A explicação para tal fato deve, inicialmente, indicar que a população nordestina de 2010 é 11% maior que a de 2000, o que reduz o peso do saldo negativo quando comparado à década anterior (o saldo negativo correspondeu a 1,6% da população do Nordeste em 2000 e a 1,4% em 2010). Além disso, se for correto o pressuposto de que a dinâmica migratória apresentou resultados diferentes no decorrer do período, e se for considerada a hipótese de que houve menos imigração, principalmente de retornados, na segunda metade da década, a sobreposição das informações sobre crescimento populacional e saldo migratório para o Nordeste na década de 2000 pode ser bastante razoável.

Tabela 6						
Volumes de imigração e emigração e saldos migratórios para as Grandes Regiões do Brasil – 1995-2000 e 2005-2010.						
Região Geográfica	1995-2000			2005-2010		
	Imigrantes	Emigrantes	Saldo	Imigrantes	Emigrantes	Saldo
Norte	355.436	292.751	62.685	321.164	286.414	34.750
Nordeste	647.373	1.411.420	-764.047	624.302	1.361.916	-737.614
Sudeste	1.404.872	946.287	458.585	1.270.331	900.043	370.288
Sul	330.619	349.813	-19.194	372.151	297.525	74.626
Centro-Oeste	625.246	363.275	261.971	636.691	378.741	257.950
Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2000 e 2010						

Outros resultados da Tabela 6 também apresentam potencial conflito com os da Tabela 5, como o saldo positivo na Região Sul, ao mesmo tempo em que a mesma cresceu a 0,87% ao ano na década de 2000, o equivalente a

4 Neste caso, não se contabilizam as pessoas com menos de 5 anos de idade.

74% da taxa média que o Brasil apresentou no período (1,17% a.a.). Ainda que tenha a menor taxa de fecundidade do país, o fato do crescimento ter tido um ritmo inferior ao de qualquer outra região não corresponderia ao saldo migratório positivo observado no Sul. Mais coerente foi o saldo migratório da década anterior, o qual foi negativo, mas não muito expressivo, ao mesmo tempo em que registrou o segundo menor crescimento anual dentre as regiões. E esses mesmos questionamentos podem ser feitos para a Região Sudeste, dado que a contabilidade dos saldos regionais deve fechar em zero no território nacional. Entretanto, da mesma forma que na argumentação sobre a relação entre saldo migratório e crescimento populacional do Nordeste, mudanças nos volumes e direções dos fluxos migratórios ocorridas no decorrer dos anos da década de 2000 podem dar conta de diluir esse “conflito” entre os indicadores.

Os saldos migratórios das UFs da Região Nordeste estão exibidos na Tabela 7. Percebe-se certa estabilidade no desempenho dos estados quanto ao sinal do saldo, com exceção de Sergipe, que teve saldo negativo em 2000 e passou a positivo em 2010. Outras mudanças foram a importante diminuição em volume dos saldos negativos de Pernambuco e Paraíba e, por outro lado, o expressivo aumento em volume do saldo negativo no Ceará, todas relativas à comparação entre os períodos 1995-2000 e 2005-2010. Fato curioso é o registro bastante próximo em números dos imigrantes para a maioria das UFs, entre os dois períodos. Curioso, também, porque se acreditou, em função de indicadores do desempenho da economia regional, que a migração de retorno ao Nordeste registrara forte aumento, o que deveria estar refletido neste último censo, trazendo incrementos aos volumes de imigrantes quando comparados aos do censo anterior. Por outro lado, como já foi dito, a maior possibilidade é que os fluxos de imigração, principalmente de retorno, tenham arrefecido no final da década, fato registrado em estudo baseado na última PNAD da década (CUNHA, 2007). Além disso, é possível entender esses resultados como uma melhora na condição da Região Nordeste em reter sua população, pois, comparando com os saldos da década anterior, somente 3 UFs dentre as 9 apresentaram aumento no saldo negativo (Piauí, Ceará e Alagoas).

Unidade da Federação	1995-2000			2005-2010		
	Imigrantes	Emigrantes	Saldo	Imigrantes	Emigrantes	Saldo
Maranhão	100.820	274.470	-173.650	118.423	287.673	-169.250
Piauí	88.736	140.815	-52.079	78.763	153.385	-74.622
Ceará	162.926	186.709	-23.783	122.730	195.034	-72.304
Rio Grande do Norte	77.917	71.286	6.631	73.095	59.435	13.660
Paraíba	102.005	163.485	-61.480	101.835	136.945	-35.110
Pernambuco	164.872	280.289	-115.417	162.448	241.823	-79.375
Alagoas	55.967	127.949	-71.982	59.108	140.380	-81.272
Sergipe	52.109	56.931	-4.822	56.497	51.296	5.201
Bahia	250.572	518.038	-267.466	250.848	495.386	-244.538

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2000 e 2010

A Tabela 8 traz resultados interessantes sobre a dinâmica migratória interna do Nordeste. Observando os fluxos que as áreas de cada estado realizam entre si, nota-se, entre 1995-2000 e 2005-2010, a redução da migração Interior-RM ou Interior-Áreas de Capitais, resultando na diminuição do saldo negativo, com exceção apenas de Sergipe, cujo saldo negativo passou de 8.9 mil para 11 mil; e a Bahia, que de um saldo positivo de 6.7 mil pessoas, passou ao saldo negativo de 25 mil pessoas. Essas diminuições dos fluxos originados do interior para as áreas capitais estão possivelmente influenciadas tanto pelo aumento do emprego no setor de comércio e serviços do Interior, conforme Anexo 3 e 4, bem como pelo aumento da renda do trabalho naquelas regiões. A esse respeito vale ressaltar, com base no Anexo 2, a redução do diferencial de renda entre todas as áreas das UF nordestinas, comportamento que de alguma forma contribui para desencorajar a migração.

A redução dos fluxos acima destoa da dinâmica dentro de cada área das UF nordestinas. De fato, é de esperar que as trocas migratórias sejam mais intensas entre áreas mais próximas, mas no caso do Nordeste há que considerar o caráter desigual tanto do dinamismo econômico quanto dos recentes investimentos. Em Sergipe, por exemplo, a concentração no Vale do Cotin-guiba de todos os investimentos em extração mineral deve ser relacionada como uma das principais explicações tanto para a atração de migrantes internos, como também de migrantes interestaduais (OLIVEIRA, 2009).

Nas áreas metropolitanas, por sua vez, a dinâmica migratória está também relacionada com o processo de expansão urbana e, por conseguinte, da

elevação do custo de vida, preço de imóveis e serviços. Tem-se, portanto, dois fatores explicativos: i) A busca por custo de vida menor custo de vida em municípios vizinhos às Capitais, este movimento executado principalmente pela população que se encontra já nos estertores de sua vida laboral, e; ii) A vinda de jovens das áreas próximas das Capitais em busca de trabalho e educação.

Tabela 8						
Migração intra-estadual segundo Estado nordestino e dinâmica migratória interna das áreas, 1995-2000 e 2005-2010						
1995-2000				2005-2010		
Grande São Luis				Grande São Luis		
Área	Imigrante	Emigrante	Saldo	Área	Imigrante	Emigrante Saldo
Interior do Maranhão	20.435	60.794	-40.359	Interior do Maranhão	23.105	53.482 -30.377
Dinâmica no Interior do Maranhão	197.599			Dinâmica no Interior do Maranhão	260.548	
Dinâmica na Grande São Luis	24.306			Dinâmica na Grande São Luis	52.661	
Grande Teresina				Grande Teresina		
	Imigrante	Emigrante	Saldo		Imigrante	Emigrante Saldo
Interior do Piauí	10.711	22.313	-11.602	Interior do Piauí	10.881	18.780 -7.899
Dinâmica no Interior do Piauí	50.982			Dinâmica no Interior do Piauí	80.628	
Dinâmica na Grande Teresina	9.358			Dinâmica na Grande Teresina	26.815	
RM Fortaleza				RM Fortaleza		
	Imigrante	Emigrante	Saldo		Imigrante	Emigrante Saldo
Interior do Ceará	53.236	86.475	-33.239	Interior do Ceará	60.686	78.568 -17.882
Dinâmica no Interior do Ceará	126.254			Dinâmica no Interior do Ceará	208.016	
Dinâmica na RM Fortaleza	66.297			Dinâmica na RM Fortaleza	123.017	
Grande Natal				Grande Natal		
	Imigrante	Emigrante	Saldo		Imigrante	Emigrante Saldo
Interior do Rio G do Norte	28.706	39.290	-10.584	Interior do Rio G do Norte	37.743	39.992 -2.249
Dinâmica no Interior do RN	73.803			Dinâmica no Interior do RN	108.317	
Dinâmica na Grande Natal	21.905			Dinâmica na Grande Natal	49.584	
Grande João Pessoa				Grande João Pessoa		
	Imigrante	Emigrante	Saldo		Imigrante	Emigrante Saldo
Interior da Paraíba	14.511	35.129	-20.618	Interior da Paraíba	15.823	27.493 -11.670
Dinâmica no Interior da Paraíba	78.423			Dinâmica no Interior da Paraíba	114.632	
Dinâmica na Grande João Pessoa	18.074			Dinâmica na Grande João Pessoa	40.936	
RM Recife				RM Recife		
	Imigrante	Emigrante	Saldo		Imigrante	Emigrante Saldo
Interior de Pernambuco	33.774	58.088	-24.314	Interior de Pernambuco	42.018	50.470 -8.452
Dinâmica no Interior de Pernambuco	152.527			Dinâmica no Interior de Pernambuco	254.197	
Dinâmica na RM Recife	131.102			Dinâmica na RM Recife	192.342	
Grande Maceió				Grande Maceió		
	Imigrante	Emigrante	Saldo		Imigrante	Emigrante Saldo
Interior de Alagoas	15.819	41.433	-25.614	Interior de Alagoas	19.534	28.554 -9.020
Dinâmica no Interior de Alagoas	69.734			Dinâmica no Interior de Alagoas	96.236	
Dinâmica na Grande Maceió	13.265			Dinâmica na Grande Maceió	37.029	
Grande Aracaju				Grande Aracaju		
	Imigrante	Emigrante	Saldo		Imigrante	Emigrante Saldo
Interior de Sergipe	12.126	21.084	-8.958	Interior de Sergipe	12.247	23.278 -11.031
Dinâmica no Interior de Sergipe	34.656			Dinâmica no Interior de Sergipe	54.545	
Dinâmica na Grande Aracaju	29.252			Dinâmica na Grande Aracaju	41.766	
RM Salvador				RM Salvador		
	Imigrante	Emigrante	Saldo		Imigrante	Emigrante Saldo
Interior da Bahia	86.445	79.731	6.714	Interior da Bahia	60.199	85.562 -25.363
Dinâmica no Interior da Bahia	383.948			Dinâmica no Interior da Bahia	525.323	
Dinâmica na RM Salvador	70.935			Dinâmica na RM Salvador	185.028	

Fonte: Censo Demográfico 2000 e 2010, IBGE

Na Tabela 9 pode-se observar a composição dos fluxos de imigração em função da origem ter sido no recorte complementar da própria UF (da área metropolitana da capital para o interior ou vice-versa), em outras UFs do Nordeste ou em UFs de fora do Nordeste.

De modo geral, a região do interior dos estados recebe predominantemente imigrantes vindos de fora do Nordeste, com exceção do Rio Grande do Norte, cujo interior foi tributário principalmente de migrantes vindos da área da capital nos dois períodos, e de Sergipe, cujos municípios do interior receberam relativamente mais imigrantes de outras UFs do próprio Nordeste. As áreas que incluem as capitais, por sua vez, têm nos respectivos interiores a principal fonte de imigrantes, não importa o período analisado. Cabe destacar, por um lado, as altas proporções de imigrantes vindos do interior do Maranhão na Microrregião de São Luís (74% e 69% em cada um dos respectivos períodos) e, por outro, as menores proporções com origem similar encontradas na microrregião de Teresina (40% nos dois períodos). As mudanças mais expressivas entre os períodos analisados ocorreram no Ceará, onde o interior e a mesorregião de Fortaleza passaram a trocar mais migrantes entre si no período 2005-2010, e na microrregião de João Pessoa, a qual recebeu relativamente muito mais migrantes de fora da Paraíba no último período, assim como ocorreu na microrregião de Maceió, que registrou mais migrantes de fora de Alagoas do que observado no período 1995-2000.

Tabela 9

Composição proporcional dos fluxos de imigração dos recortes territoriais das capitais e dos respectivos interiores dos estados com relação à origem dos fluxos – 1995-2000 e 2005-2010.

Área de Residência	1995-2000				2005-2010			
	Área de origem				Área de origem			
	ACUF*	NE	Fora	Total	ACUF*	NE	Fora	Total
MA interior	20,4	23,6	56,0	100,0	19,6	20,1	60,3	100,0
Micro São Luis	74,2	7,5	18,2	100,0	69,4	10,7	20,0	100,0
PI interior	16,1	34,4	49,5	100,0	17,7	30,5	51,9	100,0
Micro Teresina	40,3	36,3	23,4	100,0	40,3	35,3	24,4	100,0
CE interior	37,0	18,6	44,4	100,0	44,5	18,3	37,2	100,0
Meso Fortaleza	55,0	17,6	27,4	100,0	62,5	14,9	22,6	100,0
RN interior	42,5	28,5	28,9	100,0	48,6	27,8	23,5	100,0
Micro Natal	50,1	20,2	29,7	100,0	54,7	19,0	26,4	100,0
PB interior	16,8	33,8	49,4	100,0	19,2	34,6	46,3	100,0
Micro João Pessoa	53,9	22,0	24,1	100,0	43,9	27,0	29,1	100,0
PE interior	24,2	36,3	39,5	100,0	28,4	36,5	35,0	100,0
Meso Recife	49,4	21,9	28,7	100,0	47,1	23,1	29,8	100,0
AL interior	32,6	34,5	32,9	100,0	35,9	31,3	32,8	100,0
Micro Maceió	64,0	19,1	16,8	100,0	54,1	25,5	20,3	100,0
SE interior	32,3	43,7	24,0	100,0	33,3	41,3	25,4	100,0
Micro Aracaju	44,1	38,8	17,0	100,0	42,2	38,0	19,9	100,0
BA interior	23,8	17,0	59,3	100,0	23,5	16,2	60,2	100,0
Meso Salvador	63,8	12,5	23,7	100,0	60,8	14,6	24,6	100,0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2000 e 2010

*Área complementar da UF

Fluxo Migratório de Retorno Interestadual para a Região Nordeste no Período 2000-2010

O retorno dos nordestinos que emigraram para outros Estados do Nordeste ou para o Sudeste do país, especialmente para os Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, guarda marcante relação com a evolução do mercado de trabalho. Assim sendo, nessa seção procuramos caracterizar os fluxos migratórios de retorno para o Nordeste, traçar sua tendência nas últimas décadas, identificar a procedência e os destinos dos retornados, inclusive no contexto de sua Unidade da Federação (UF) de origem, e caracterizar sua participação no mercado de trabalho.

Tendência dos fluxos migratórios de retorno para a Região Nordeste nas quatro últimas décadas

A mudança nas características do movimento migratório brasileiro manifesta-se, a partir da década 1970-80, no redirecionamento dos fluxos migratórios interestaduais e na expressão que começaram a adquirir os fluxos de retorno aos estados de nascimento, os quais se intensificaram significativamente a partir da década seguinte, como se pode observar na Tabela 10 e no Gráfico 1. Conforme Lyra (2003, 2008), reduzem-se os fluxos em direção às áreas tradicionalmente receptoras e de maior desenvolvimento, situadas no Sudeste do país, enquanto crescem os fluxos em direção às áreas tradicionalmente de maior evasão e menor dinamismo econômico, especialmente a região Nordeste.

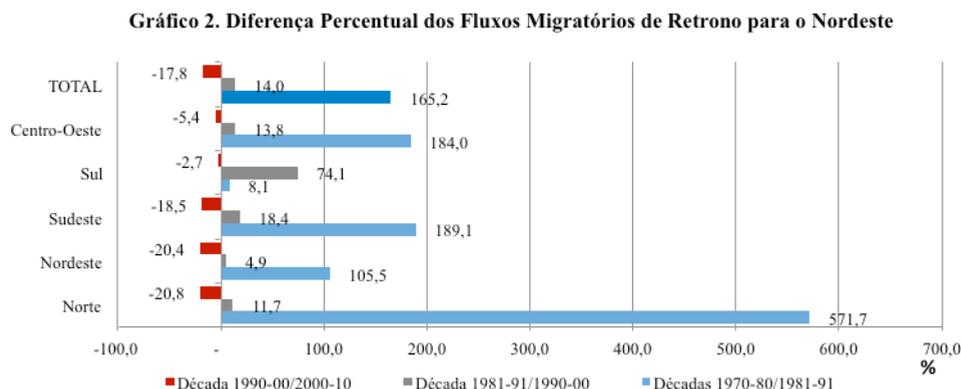
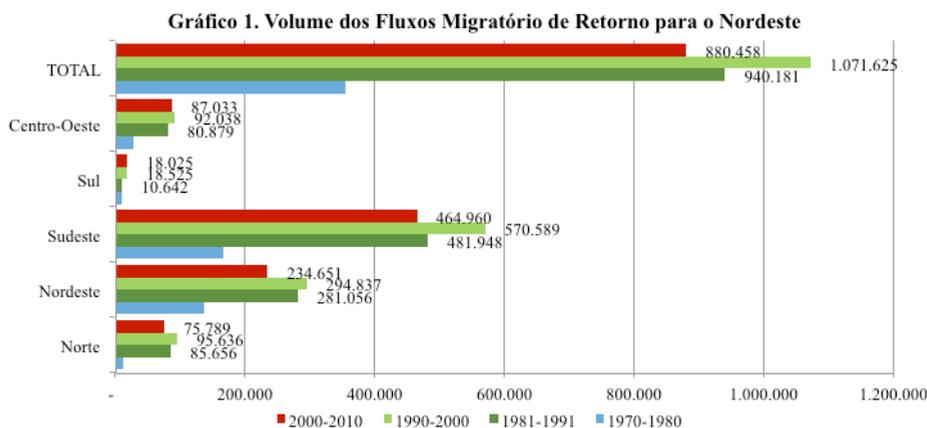
Grandes regiões e UFs de última procedência	Porcentagem dos migrantes de retorno interestaduais para a região Nordeste de residência								Diferenças percentuais		
	1970-80		1981-91		1990-2000		2000-2010		1970-80 / 1981-91	1981-91 / 1990-00	1990-00 / 2000-10
	Volume	%	Volume	%	Volume	%	Volume	%			
NORTE	12.753	3,6	85.656	9,1	95.636	8,9	75.789	8,6	571,7	11,7	-20,8
Maranhão	14.103	4,0	35.916	3,8	29.685	2,8	19.997	2,3	154,7	-17,3	-32,6
Piauí	12.385	3,5	23.087	2,5	28.515	2,7	20.262	2,3	86,4	23,5	-28,9
Ceará	13.770	3,9	25.810	2,7	30.321	2,8	24.842	2,8	87,4	17,5	-18,1
Rio Grande do Norte	9.545	2,7	22.968	2,4	21.290	2,0	17.535	2,0	140,6	-7,3	-17,6
Paraíba	16.901	4,8	27.797	3,0	31.681	3,0	26.196	3,0	64,5	14,0	-17,3
Pernambuco	26.201	7,4	50.082	5,3	59.329	5,5	46.982	5,3	91,1	18,5	-20,8
Alagoas	14.154	4,0	24.593	2,6	28.536	2,7	20.509	2,3	73,8	16,0	-28,1
Sergipe	5.968	1,7	15.310	1,6	19.501	1,8	17.276	2,0	156,5	27,4	-11,4
Bahia	23.773	6,7	55.492	5,9	45.979	4,3	41.052	4,7	133,4	-17,1	-10,7
NORDESTE	136.800	38,6	281.056	29,9	294.837	27,5	234.651	26,7	105,5	4,9	-20,4
Minas Gerais	10.917	3,1	23.888	2,5	28.285	2,6	32.186	3,7	118,8	18,4	13,8
Espírito Santo	2.814	0,8	9.221	1,0	14.673	1,4	13.498	1,5	227,7	59,1	-8,0
Rio de Janeiro	45.867	12,9	110.680	11,8	99.618	9,3	82.585	9,4	141,3	-10,0	-17,1
São Paulo	107.093	30,2	338.159	36,0	428.013	39,9	336.691	38,2	215,8	26,6	-21,3
SUDESTE	166.691	47,0	481.948	51,3	570.589	53,2	464.960	52,8	189,1	18,4	-18,5
SUL	9.844	2,8	10.642	1,1	18.525	1,7	18.025	2,0	8,1	74,1	-2,7
CENTRO OESTE	28.479	8,0	80.879	8,6	92.038	8,6	87.033	9,9	184,0	13,8	-5,4
Total	354.567	100,0	940.181	100,0	1.071.625	100,0	880.458	100,0	165,2	14,0	-17,8

Fonte: IBGE - Microdados dos Censos Demográficos 1980, 1991, 2000 e 2010 nordeste, segundo UFs de residência anterior e UF atual diferente da UF anterior. Excluídos os Ignorados, Não sabe a UF e País estrangeiro.

O fluxo migratório de retorno para o Nordeste adquire maior expressão na década de 1980, não somente porque cresce 165,2% em relação ao fluxo de retorno da década anterior, mas por envolver um volume de mais de 940 mil retornados, evidenciando o fenômeno no contexto nacional. Como apontam Cunha e Baeninger (2000, 2005) e Lyra (2003), o impacto da crise econômica que se instala no país desde meados da década de 70, especialmente no mercado de trabalho do Sudeste – destino principal dos fluxos

migratórios nordestinos - contribuiu significativamente para o aumento da migração de retorno para a região Nordeste. Mais da metade deste fluxo de retorno na década de 1981-91 procede do Sudeste (482 mil retornados), oriundos, na sua maioria, do Estado de São Paulo (338 mil).

Vale destacar o movimento de retorno que se observa entre as Unidades da Federação (UF) da própria Região Nordeste, que cresce 105,5% entre as décadas 1970-80 e 1981-91, envolvendo mais de 280 mil retornados. (Tabela 10 e Gráficos 1 e 2, baseados na referida tabela). A Região Norte, por sua vez, com menos de 10% do total do fluxo de migrantes de retorno para o Nordeste, se destaca pelo acréscimo em 571,7% do seu fluxo de retornados para aquela região, em relação à década anterior. O Maranhão absorve grande parte desse fluxo de retorno, atraído pela expansão industrial do Estado, oriundo da indústria extrativa mineral (15,9% a.a.) e da construção civil (14,6% a.a.), refletindo a forte concentração de investimentos públicos e privados envolvidos na instalação dos grandes projetos - Companhia Vale do Rio Doce e Alumar. (HOLANDA, 2008).



Na década de 1990, a migração de retorno se intensifica, crescendo 14% em relação ao decênio anterior e ampliando o volume de retornados para mais de 1 milhão. Já na última década de 2000, os fluxos de migração de retorno interestaduais dos diversos Estados do país para a região Nordeste, reduzem seu crescimento em -17,8% em relação à década de 1990. Nesse período, todas as UF, à exceção do Estado de Minas Gerais, bem como todas as regiões do país, apresentam redução do fluxo de retorno para o Nordeste.

É o Sudeste quem mais contribui para o incremento do fluxo de migrantes de retorno para o Nordeste na década de 1990, com 571 mil retornados, bem como para a redução desse fluxo (465 mil), na década seguinte, mantendo a sua participação no fluxo total de retorno para o Nordeste, em ambas as décadas, em torno de 53%. O Estado de São Paulo, que historicamente alimenta este fluxo de retornados com cerca de 3/4 do fluxo procedente do Sudeste, reduz sua participação de 40% para 38% no total dos migrantes de retorno nordestinos.

Tal redução se dá em um momento de crescimento econômico do Nordeste, ou mais precisamente, de alguns estados nordestinos que se destacam no contexto da região. Dados do Ministério do Trabalho apontam para um crescimento da criação de empregos formais de 10,1% no Estado do Maranhão e de 9,6% no Estado de Pernambuco (jun/2010-jun/2011). Nesse mesmo período, a criação desses empregos no Nordeste e no Brasil cresce a 6,9% e 6,2%, respectivamente. O Estado do Maranhão cuja dinâmica econômica tem no setor exportador um dos vetores impulsionadores desse crescimento, tem como principais componentes de exportação os produtos de ferro e de alumínio, além de soja em grão. (MARANHÃO, 2011) Em Pernambuco, o notável impacto do Complexo Industrial Portuário de Suape contribuiu para elevar o crescimento econômico do Estado, com reflexo no PIB estadual que, atingiu 9,3%, em 2010, superando a média regional de 8,3% e a média nacional de 7,5%, e bem acima do PIB apresentado no mesmo período do ano anterior, quando atingiu 5,2% em função dos reflexos da crise econômica internacional⁵.

O detalhamento da procedência e destino dos fluxos de retorno para o Nordeste, apresentado a seguir.

5 Divulgado ontem pela Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Condepe/Fidem) em <http://www.folhape.com.br/index.php/caderno-economia/624306-pib-do-estado-fica-em-93-em-2010>

Procedência e destino dos migrantes de retorno para o Nordeste no período 2000-2010

O destaque do estado de São Paulo como origem de migrantes de retorno para a Bahia (52,8%), Alagoas (43,3%) e Pernambuco (42,6%), bem como dos fluxos de retornados do Rio de Janeiro que se destinam a Paraíba (23,4%), Rio Grande do Norte (14,9%) e Ceará (13,5%), evidenciam a vinculação desses espaços de troca migratória e a existência de redes sociais formadas ao longo do tempo, que, como afirmam Fusco e Duarte (2010, p.9),

Constituem um fator importante de direcionamento para os coletivos que, desenraizados, decidem por destinos que proporcionem precisos recursos que lhes facilitam a acomodação dos migrantes em seu novo destino: um local de acolhimento temporário, informações sobre emprego e habitação, por exemplo, são alguns dos benefícios que um migrante considera em sua escolha.

No contexto interno da própria região, predominam os fluxos de migração de retorno interestaduais dos estados nordestinos receptores de população para seus estados vizinhos. É o caso dos retornados de Pernambuco, com destino a Paraíba (14,3%) e Alagoas (17,1%); dos migrantes de retorno da Bahia com destino a Sergipe (31,2%) e Pernambuco (10,3%); aqueles que retornam do Maranhão, com destino ao Piauí (15,6%) e os retornados do Ceará com destino ao Rio Grande do Norte (9,5%). Nesse caso, demonstram a atração que as aglomerações urbanas de maior porte exercem sobre as populações dos estados vizinhos (além, é claro, dos habitantes do interior dos respectivos estados) sobre as pessoas que decidem emigrar (FUSCO; DUARTE, 2010) (Tabela 11).

Tabela 11

Fluxos migratórios de retorno interestaduais (1) para os estados nordestinos de residência atual segundo locais de última procedência no Brasil. 2000-2010

Grandes regiões e UFs de última procedência	Porcentagem dos migrantes de retorno interestaduais para os estados nordestinos de residência atual										
	Maranhão	Piauí	Ceará	Rio Grande do Norte	Paraíba	Pernambuco	Alagoas	Sergipe	Bahia	NORDESTE	
										Abs.	%
NORTE	43,1	7,1	9,9	5,1	2,6	3,4	1,8	2,0	2,6	75.789	8,6
Maranhão	0	15,6	3,7	1,2	1,1	1,1	0,6	0,8	0,4	19.997	2,3
Piauí	9,9	0	4,4	0,4	0,8	1,4	0,1	0,2	1,0	20.262	2,3
Ceará	3,0	0	0	9,5	3,3	4,3	1,6	0,5	1,2	24.842	2,8
Rio Grande do Norte	0,4	0,5	3,6	0	8,3	2,1	0,9	0,6	0,5	17.535	2,0
Paraíba	0,8	0,5	2,8	13,0	0	9,0	1,2	0,6	0,8	26.196	3,0
Pernambuco	1,4	3,8	5,4	6,9	14,3	0	17,1	3,0	4,2	46.982	5,3
Alagoas	0,1	0,2	0,7	1,3	1,0	8,7	0	9,6	1,1	20.509	2,3
Sergipe	0,2	0,3	0,3	0,8	0,4	1,2	9,0	0	4,1	17.276	2,0
Bahia	1,5	2,7	4,2	2,7	3,0	10,3	6,8	31,2	0	41.052	4,7
NORDESTE	17,5	29,9	25,2	35,7	32,3	38,1	37,4	46,6	13,3	234.651	26,7
Minas Gerais	2,4	2,2	2,7	3,1	1,2	2,2	3,2	2,9	7,4	32.186	3,7
Espírito Santo	0,2	0,2	0,5	0,5	0,2	0,4	0,6	0,4	5,0	13.498	1,5
Rio de Janeiro	4,2	3,2	13,5	14,9	23,4	7,0	4,9	7,9	7,0	82.585	9,4
São Paulo	12,2	35,8	36,3	28,9	32,0	42,6	43,3	34,0	52,8	336.691	38,2
SUDESTE	18,9	41,3	53,0	47,4	56,8	52,2	52,1	45,3	72,2	464.960	52,8
SUL	1,5	1,4	2,5	2,8	1,7	2,0	2,2	2,0	2,2	18.025	2,0
CENTRO OESTE	18,9	20,3	9,4	9,1	6,6	4,4	6,5	4,2	9,7	87.033	9,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Abs.	96.607	68.354	124.781	50.887	91.154	138.566	54.099	33.472	222.538	880.458
	%	11,0	7,8	14,2	5,8	10,3	15,8	6,1	3,8	25,3	100,0

Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2010
segundo UFs de residência anterior e UF atual diferente da UF anterior. Excluídos os Ignorados, Não sabe a UF e País estrangeiro.

Os espaços nordestinos de maior receptividade dos retornados

Na perspectiva de destacar a expressividade dos espaços do território nordestino de maior receptividade dos retornados, a Tabela 12 identifica os espaços intraestaduais no movimento de ida para o interior do Estado ou para a Região Metropolitana ou Microrregião da capital, bem como o retorno ao município de origem, ou a outro município de sua UF de residência.

No quadro do território nordestino, constata-se que ao retornarem os migrantes dirigem-se, na sua maioria, para os municípios de origem (58,5%). Comparando esse resultado com os das três regiões metropolitanas, o Estado do Ceará destacou-se com 64,7%, bem acima da sua região, seguidos da Bahia 56,9% e Pernambuco 55,7%. (Tabela 12).

As três regiões metropolitanas do Nordeste, apresentam uma proporção praticamente equivalentes, em torno de 50%, daqueles que se dirigiram para os municípios de origem e aqueles que foram para outros municípios que não de nascimento. Exceto a Região Metropolitana de Fortaleza, onde os

maiores volumes de retornados são encontrados no município de origem (51,8%), embora seja a metrópole que apresenta a maior taxa de participação dos retornados no mercado de trabalho (72,3%). Nas RM's de Salvador e Recife, os volumes dos retornados apresentam uma pequena vantagem percentual para os municípios de não-origem. O surgimento de polos econômicos tem evidenciado a tendência de crescimento de localidades com potencial de atração populacional, no interior dessas regiões. Observa-se no detalhamento da microrregião de Suape, em Pernambuco, que cerca de 60% dos retornados não tiveram como destino seus municípios de origem, o que pode indicar a atração dos empregos do Complexo Industrial Portuário de Suape sobre este fluxo migratório. Contudo, a taxa de participação dos retornados no mercado de trabalho da RM de Recife é a menor das metrópoles nordestinas (69,7%).

Fluxos migratórios de retorno interestaduais para os Estados nordestinos de residência atual. 2000-2010						
Estados e regiões selecionadas	Migrantes de retorno interestaduais do Nordeste					Taxa de participação no mercado de trabalho (3) (%)
	Volume	%	Origem (1)	Outros (2)	%	
Interior	76.754	79,4	53,1	46,9	100,0	61,62
Grande São Luís	19.853	20,6	44,9	55,1	100,0	72,17
Maranhão	96.607	100,0	51,6	48,4	100,0	63,54
Interior do Piauí	46.454	68,0	71,9	28,1	100,0	59,61
Grande Teresina	21.900	32,0	56,6	43,4	100,0	73,94
Piauí	68.354	100,0	67,3	32,7	100,0	64,04
Interior	83.324	66,8	70,2	29,8	100,0	61,45
RM Fortaleza	41.457	33,2	51,8	48,2	100,0	72,29
Ceará	124.781	100,0	64,7	35,3	100,0	64,74
Interior	28.670	56,3	57,6	42,4	100,0	58,62
Grande Natal	22.217	43,7	43,8	56,2	100,0	68,13
Rio Grande do Norte	50.887	100,0	52,6	47,4	100,0	62,32
Interior	65.815	72,2	70,4	29,6	100,0	57,20
Grande João Pessoa	25.339	27,8	40,9	59,1	100,0	68,77
Paraíba	91.154	100,0	62,8	37,2	100,0	60,04
Interior	77.893	56,2	59,8	40,2	100,0	60,20
RM Recife	60.673	43,8	48,7	51,3	100,0	69,69
Pernambuco	138.566	100,0	55,7	44,3	100,0	63,45
Interior	33.426	61,8	61,6	38,4	100,0	51,80
Grande Maceió	20.673	38,2	55,2	44,8	100,0	66,53
Alagoas	54.099	100,0	59,4	40,6	100,0	57,02
Interior	15.485	46,3	68,3	31,7	100,0	60,49
Grande Aracaju	17.987	53,7	48,1	51,9	100,0	70,65
Sergipe	33.472	100,0	59,2	40,8	100,0	64,99
Interior	176.397	79,3	58,8	41,2	100,0	65,16
RM Salvador	46.141	20,7	48,6	51,4	100,0	71,60
Bahía	222.538	100,0	56,9	43,1	100,0	66,31
NORDESTE	880.458		58,5	41,5	100,0	63,67

Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2010

Chamadas: (1) Migrantes de retorno para a origem correspondem aos retornados para o município de nascimento; (2) Migrantes de retorno para "outros" correspondem aos retornados para outros município da UF de residência que não estão trabalhando ou procurando emprego pelos migrantes de retorno em idade ativa de 15 a 69 anos.

Algumas microrregiões onde de inserem as capitais dos Estados, invertiram as suas participações relativas de migração de retorno para a origem em relação ao interior do Estado. As microrregiões de João Pessoa, Natal, Aglomeração Urbana de São Luís e Aracaju, apresentaram-se mais expressivos em relação ao fluxo de migrantes de retorno que se dirigiram para outros municípios. Na medida em que a decisão de migrar pode está associada às oportunidades de trabalho, o retorno a “outros” municípios da própria UF, pode expressar incremento do fluxo dos migrantes de retorno atraídos pela dinâmica da econômica do local de destino.

Os maiores volumes de retornados para os municípios de origem foram apresentados pelo Piauí, Paraíba e Ceará, que participaram com percentuais acima de 70%. Isto possivelmente refletiu uma intensificação do ingresso, na região, de grupos familiares de migrantes nordestinos que retornaram ao seu Estado de nascimento, trazendo cônjuges, filhos e outros agregados, oriundos dos Estados de procedência. O retorno ao município de origem é considerado como retorno à “residência base” na perspectiva de Domenach e Picouet (1990) uma vez que reforça a condição de primeira residência, da residência do local de nascimento, quando os deslocamentos têm uma probabilidade de retorno mais elevada.

Trabalho e família constituem-se duas questões chaves para o processo de migração de retorno. Este entendimento é reforçado por Scott (1984), que destaca entre as razões mais fortes que fazem com que tantos migrantes voltem a enfrentar as mesmas condições que deixaram: a exclusão da maioria dos migrantes de retorno da força de trabalho ocupada durante a sua estada fora; e a família, mais especificamente, a unidade doméstica, pela qual o migrante sente ligação e que se constitui como o seu veículo de sobrevivência na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A migração no Nordeste, pelos elementos acima apresentados, apresenta um interessante campo de pesquisa social. A recente dinâmica evidenciou a manutenção do Sudeste, especialmente São Paulo, como o principal destino dos migrantes inter-regionais. No entanto, dentro da própria região nordestina o recente dinamismo econômico, a influência das políticas públicas de transferência de renda parecem ter influência na decisão de migrar. A retomada da busca pelos grandes centros, o retorno à região e a intensificação da

migração entre as grandes áreas de cada UF devem agora ser explicadas sob a luz dos elementos, novos e outros nem tanto, trazidos resumidamente aqui.

No âmbito dos domicílios, observa-se que a renda do trabalho perde importância relativa para as rendas de transferências. A maior autonomia dos municípios em contratar mão-de-obra, a redução no diferencial regional de renda e a expansão do setor de comércio e serviços são fatores que merecem sempre consideração em estudos migratórios. Por outro lado, vale ressaltar ainda a penúria vivida pelos ocupados no setor primário nordestino, atividade que ocupa quase 40% dos trabalhadores do interior, mas que ainda não recebe a atenção suficiente para atenuar o profundo e quase inalterado nível de desigualdade regional.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, José Roberto Rodrigues. Descentralização fiscal: revendo ideias. 1994. Disponível em <www.bndes.gov.br/clientes/federativo/bf_bancos/e0000292.pdf> Acesso em: 26 set. 2008.
- ANDRADE, Manoel Correa de. A terra e o Homem no Nordeste. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1964.
- CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. 4ª Ed. Campinas: Unicamp. Instituto de Economia, 1998
- CASTRO, Josué de. Geografia da Fome - o dilema brasileiro: pão ou aço. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- COELHO, Jorge. As secas do Nordeste e a indústria das secas. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CUNHA, José M. P. e BAENINGER, R. A. Cenários da migração no Brasil dos anos 90. In: Caderno CRH, v. 18, n. 43, p. 87-101, Jan./Abr. 2005.
- _____. A migração no Brasil no começo do século 21: continuidades e novidades trazidas pela PNAD 2004. Taller nacional sobre Migração interna y desarrollo en Brasil: diagnóstico, perspectivas y políticas. Celade/BID/Cepal, 2007. Disponível em: <www.eclac.org/celade/noticias/paginas/4/28454/RHakkert.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2008.
- DOMENACH, Hervé; PICOUET, M. El carácter de reversibilidad em El estudio de la migración In Notas de Poblacion. Santiago do Chile, CELADE, 1990, no. 49
- FUSCO, Wilson; DUARTE, Renato. Regiões Metropolitanas do Nordeste: origens, destinos e retornos de migrantes In XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambú- MG – Brasil, 2010
- GOMES, Gustavo. M. Velhas secas em novos sertões: Continuidade e mudanças na economia do Semi-Árido e dos Cerrados nordestinos. Brasília: IPEA, 2001.

HALKKERT, Ralph; MARTINE, George. Tendência migratórias recentes no Brasil: as evidências da PNAD de 2004. Taller nacional sobre Migração interna y desarrollo en Brasil: diagnóstico, perspectivas y políticas. Celade/BID/Cepal, 2007. Disponível em: < www.eclac.org/celade/noticias/paginas/4/28454/RHakkert.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2008.

HOLANDA, Felipe de. Dinâmica da economia maranhense nos últimos 25 anos In Cadernos IMESC, 4. São Luís: IMESC, 2008. 42 p.

IBGE. Contas nacionais trimestrais. Indicadores de volume e valores correntes, 2011

LYRA, Maria Rejane S. B. O processo de migração de retorno no fluxo Pernambuco - São Paulo - Pernambuco. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Campinas (SP), 2003

_____ Fluxo migratório para a Região Metropolitana do Recife no período 1990-2000. Rio de Janeiro, Observatório das Metrôpoles/IPPUR-UFRJ, 2008 [<http://web.observatoriodasmetropoles.net/>]

OLIVEIRA, Kleber. Fernandes de. Demografia da pobreza em Sergipe: Migração, renda e informações municipais a partir de 1980. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (Tese de doutoramento). IFCH, Departamento de Demografia, 2009.

SCOTT, Russel Parry. Migrações interregionais e estratégias domésticas. Relatório de Pesquisa. Recife, UFPE, 1984.

VILLA, Marco. A. Vida e morte no sertão: Histórias das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2000.

Área		2000					2010				
		Distribuição dos ocupados (%)					Distribuição dos ocupados (%)				
		Agricultura, pecuária e silvicultura	Indústria	Comércio e serviços	Administração pública	Outros serviços	Agricultura, pecuária e silvicultura	Indústria	Comércio e serviços	Administração pública	Outros serviços
Interior do Maranhão		54,3	10,3	18,6	10,0	6,8	42,1	13,2	23,2	14,2	7,3
Grande São Luis		4,6	18,0	41,3	20,9	15,2	3,4	19,7	42,8	20,6	13,5
Interior do Piauí		49,9	12,4	18,7	12,0	7,0	41,4	14,0	21,0	15,8	7,8
Grande Teresina		12,4	18,6	35,1	20,8	13,1	9,5	17,9	37,9	22,1	12,6
Interior do Ceará		44,2	15,1	20,5	12,1	8,1	36,7	17,1	23,5	14,7	8,1
RM Fortaleza		3,7	25,4	41,2	16,1	13,6	2,8	26,3	42,3	16,7	11,9
Interior do R G do Norte		33,4	16,3	23,7	17,2	9,3	26,0	19,5	28,1	17,9	8,5
Grande Natal		2,1	18,9	43,0	23,0	12,9	1,2	19,4	44,7	23,7	11,0
Interior da Paraíba		40,6	14,3	22,0	14,9	8,2	34,8	16,1	24,3	17,3	7,5
Grande João Pessoa		3,8	19,4	39,2	24,2	13,5	2,7	19,4	39,7	25,6	12,6
Interior de Pernambuco		42,3	14,8	23,6	11,6	7,7	35,7	18,9	24,5	13,9	7,1
RM Recife		2,0	18,8	45,7	19,5	14,0	2,0	18,7	46,5	20,7	12,2
Interior de Alagoas		52,7	10,2	17,5	12,7	7,0	43,5	13,6	20,7	15,5	6,6
Grande Maceió		5,0	16,7	41,3	22,7	14,3	3,1	18,0	42,4	22,6	13,9
Interior de Sergipe		42,1	14,5	22,4	13,1	7,8	39,2	16,9	22,2	14,7	6,9
Grande Aracaju		2,8	18,2	42,4	23,0	13,6	2,8	18,5	42,7	23,7	12,4
Interior da Bahia		42,1	13,2	23,9	12,0	8,9	37,0	14,7	25,5	14,2	8,5
RM Salvador		1,4	19,4	44,8	19,0	15,3	6,4	20,3	41,3	19,2	12,8

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2000 e 2010

Anexo 2: Renda média por setores de atividade, segundo grandes áreas das UF nordestinas, 2000 e 2010

Área	2000										2010					Relação Áreas metropolitanas/Interior	
	Renda por setor (Maio/2012=100)					Renda por setor (Maio/2012=100)					Renda por setor (Maio/2012=100)					2000	2010
	Agricultura, pecuária e silvicultura	Indústria	Comércio e serviços	Administração pública	Outros serviços	Total	Agricultura, pecuária e silvicultura	Indústria	Comércio e serviços	Administração pública	Outros serviços	Total	Administração pública	Total			
Interior do Maranhão	311,40	596,22	865,44	779,22	282,59	541,46	389,62	725,19	916,16	1.016,41	353,94	711,16	353,94	711,16	2,13	1,88	
Grande São Luís	639,92	1.058,36	1.250,95	1.643,24	474,20	1.155,33	776,68	1.152,49	1.258,39	2.227,03	589,22	1.339,63	589,22	1.339,63			
Interior do Piauí	284,27	497,65	782,80	705,50	263,74	505,54	340,11	675,84	840,96	1.080,99	340,79	693,38	340,79	693,38	1,99	1,77	
Grande Teresina	467,20	801,22	1.104,76	1.557,59	464,47	1.007,43	507,19	893,45	1.198,09	2.101,83	501,76	1.227,70	501,76	1.227,70			
Interior do Ceará	301,06	465,19	785,86	742,39	267,14	526,00	329,40	572,43	786,31	991,41	314,01	629,57	314,01	629,57	2,23	2,00	
RM Fortaleza	477,92	878,60	1.374,47	1.768,15	567,12	1.174,08	713,16	962,15	1.305,72	2.143,90	592,58	1.259,67	592,58	1.259,67			
Interior do R G do Norte	411,98	624,32	880,99	739,21	331,98	644,78	446,57	801,73	886,82	1.108,80	404,15	799,78	404,15	799,78	2,13	1,92	
Grande Natal	943,13	1.151,00	1.427,45	1.889,16	662,23	1.372,18	1.288,15	1.279,03	1.394,74	2.420,67	647,81	1.534,73	647,81	1.534,73			
Interior da Paraíba	322,22	604,75	834,86	790,09	323,13	607,70	370,18	639,10	877,53	1.126,00	370,83	740,97	370,83	740,97	1,96	1,95	
Grande João Pessoa	654,68	998,97	1.186,38	1.792,67	539,70	1.192,89	747,84	1.083,89	1.396,86	2.247,53	600,40	1.444,97	600,40	1.444,97			
Interior de Pernambuco	391,58	668,84	924,30	834,19	377,84	662,17	462,62	706,16	901,36	1.153,97	418,74	756,24	418,74	756,24	2,02	1,82	
RM Recife	866,69	1.214,88	1.397,69	1.858,27	644,25	1.337,40	884,54	1.264,62	1.317,59	2.100,35	581,03	1.376,42	581,03	1.376,42			
Interior de Alagoas	352,07	679,20	792,19	691,35	296,06	546,46	415,29	737,11	805,03	991,19	367,85	691,85	367,85	691,85	2,24	1,91	
Grande Maceió	1.128,03	1.099,32	1.255,19	1.735,16	490,45	1.222,23	950,90	1.089,01	1.240,21	2.172,60	539,93	1.322,56	539,93	1.322,56			
Interior de Sergipe	329,44	519,44	709,29	684,84	307,52	512,14	355,34	659,24	796,50	1.073,71	354,90	656,04	354,90	656,04	2,52	2,28	
Grande Aracaju	1.055,70	1.242,05	1.315,90	1.738,59	556,34	1.289,74	1.279,81	1.378,53	1.265,74	2.485,63	580,69	1.494,68	580,69	1.494,68			
Interior da Bahia	393,91	684,12	942,14	860,43	337,44	650,44	440,75	761,12	951,09	1.195,79	388,72	774,50	388,72	774,50	2,12	1,77	
RM Salvador	965,14	1.391,67	1.475,64	1.783,01	633,46	1.381,45	496,01	1.361,99	1.347,25	2.123,15	580,08	1.372,90	580,08	1.372,90			

Anexo 3: Taxa de desocupação segundo grandes áreas das UF nordestinas, 2000 e 2010			
Área	Taxa de desocupação		Variação percentual na taxa de desocupação (2010/2000)
	2000	2010	
Interior do Maranhão	9,2	7,6	-17,5
Grande São Luis	21,4	11,9	-44,6
Interior do Piauí	8,1	7,0	-12,8
Grande Teresina	15,5	9,3	-39,7
Interior do Ceará	10,3	7,3	-28,6
RM Fortaleza	17,2	8,2	-52,7
Interior do R G do Norte	15,7	9,8	-37,3
Grande Natal	17,9	10,1	-43,5
Interior da Paraíba	12,3	7,9	-35,8
Grande João Pessoa	19,5	10,3	-47,2
Interior de Pernambuco	14,3	8,8	-38,2
RM Recife	23,4	13,8	-41,1
Interior de Alagoas	14,0	9,5	-32,5
Grande Maceió	23,5	12,5	-46,6
Interior de Sergipe	13,0	9,0	-30,7
Grande Aracaju	22,0	11,9	-46,0
Interior da Bahia	15,9	9,6	-39,6
RM Salvador	25,2	13,5	-46,4

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2000 e 2010

Anexo 4: Renda média por fontes, domiciliar e domiciliar per capita segundo grandes áreas das UF nordestinas, 2000 e 2010											
Área		2000					2010				
		Renda média por fonte (Maio/2012=100)					Renda média por fonte (Maio/2012=100)				
		Trabalho	Transferências	Ativos	Domiciliar	Domiciliar per capita	Trabalho	Transferências	Ativos	Domiciliar	Domiciliar per capita
Interior do Maranhão	R\$	649,11	161,59	35,70	846,40	228,17	798,24	374,52	54,64	1.227,40	378,65
	% do total	76,7	19,1	4,2	100,0		65,0	30,5	4,5	100,0	
Grande São Luis	R\$	1.724,48	383,88	72,07	2.180,43	604,70	2.194,12	497,63	227,46	2.919,21	935,28
	% do total	79,1	17,6	3,3	100,0		75,2	17,0	7,8	100,0	
Interior do Piauí	R\$	595,17	225,54	32,95	853,66	241,27	740,46	449,32	55,98	1.245,76	412,90
	% do total	69,7	26,4	3,9	100,0		59,4	36,1	4,5	100,0	
Grande Teresina	R\$	1.536,10	405,75	97,29	2.039,14	559,12	1.974,70	579,54	228,42	2.782,66	904,76
	% do total	75,3	19,9	4,8	100,0		71,0	20,8	8,2	100,0	
Interior do Ceará	R\$	600,70	234,34	36,88	871,91	252,42	699,08	431,64	63,26	1.193,98	406,74
	% do total	68,9	26,9	4,2	100,0		58,6	36,2	5,3	100,0	
RM Fortaleza	R\$	1.733,56	465,46	91,07	2.290,09	668,69	1.982,99	532,83	230,30	2.746,12	956,41
	% do total	75,7	20,3	4,0	100,0		72,2	19,4	8,4	100,0	
Interior do R G do Norte	R\$	713,01	268,37	40,30	1.021,68	294,82	941,28	451,49	76,96	1.469,73	491,17
	% do total	69,8	26,3	3,9	100,0		64,0	30,7	5,2	100,0	
Grande Natal	R\$	2.060,03	669,85	117,18	2.847,06	853,82	2.431,92	804,63	309,73	3.546,28	1.269,87
	% do total	72,4	23,5	4,1	100,0		68,6	22,7	8,7	100,0	
Interior da Paraíba	R\$	678,63	269,02	36,58	984,23	297,93	827,06	471,68	74,93	1.373,67	473,96
	% do total	69,0	27,3	3,7	100,0		60,2	34,3	5,5	100,0	
Grande João Pessoa	R\$	1.707,99	581,66	91,96	2.381,62	721,06	2.165,70	676,29	301,84	3.143,83	1.133,81
	% do total	71,7	24,4	3,9	100,0		68,9	21,5	9,6	100,0	
Interior de Pernambuco	R\$	746,65	246,25	39,73	1.032,62	304,60	878,74	406,11	69,86	1.354,72	464,12
	% do total	72,3	23,8	3,8	100,0		64,9	30,0	5,2	100,0	
RM Recife	R\$	1.738,77	546,73	107,44	2.392,94	755,84	1.900,74	676,19	392,15	2.969,08	1.098,27
	% do total	72,7	22,8	4,5	100,0		64,0	22,8	13,2	100,0	
Interior de Alagoas	R\$	597,01	185,50	31,93	814,44	230,31	710,21	397,08	48,26	1.155,55	376,44
	% do total	73,3	22,8	3,9	100,0		61,5	34,4	4,2	100,0	
Grande Maceió	R\$	1.628,93	480,65	104,59	2.214,16	668,06	1.903,70	670,97	286,11	2.860,77	988,61
	% do total	73,6	21,7	4,7	100,0		66,5	23,5	10,0	100,0	
Interior de Sergipe	R\$	629,95	194,03	30,51	854,49	257,93	790,12	374,85	55,17	1.220,14	418,77
	% do total	73,7	22,7	3,6	100,0		64,8	30,7	4,5	100,0	
Grande Aracaju	R\$	1.797,35	532,44	102,96	2.432,75	723,92	2.214,02	718,72	336,13	3.268,87	1.165,80
	% do total	73,9	21,9	4,2	100,0		67,7	22,0	10,3	100,0	
Interior da Bahia	R\$	806,65	221,43	45,09	1.073,17	319,53	956,03	397,69	92,84	1.446,56	509,79
	% do total	75,2	20,6	4,2	100,0		66,1	27,5	6,4	100,0	
RM Salvador	R\$	1.984,16	484,15	120,28	2.588,59	855,04	1.996,24	563,29	320,67	2.880,20	1.096,56
	% do total	76,7	18,7	4,6	100,0		69,3	19,6	11,1	100,0	

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2000 e 2010

5

CAPÍTULO

ANÁLISE DAS MIGRAÇÕES INTRARREGIONAIS NO SEMIÁRIDO SETENTRIONAL¹

Tiago Carlos Lima do Nascimento; Herick Cidarta Gomes de Oliveira

O processo de industrialização e intensa urbanização ocorreram de forma muito rápida no território brasileiro, tendo como marca o ano de 1956, quando pela primeira vez a renda do setor industrial superou a renda na agricultura, modificando assim o custo da força de trabalho e alterando também a estrutura social e territorial do trabalho no Brasil (OLIVEIRA, 2013; OLIVEIRA, 2008; SOUCHAUD, FUSCO, 2012).

Nesse período de intensa industrialização concentrada principalmente na região Sudeste do país (OLIVEIRA, 2013), a região Nordeste do Brasil que vinha experimentando um período de crise em sua estrutura econômica tradicional baseada na produção da cana de açúcar no litoral, e na prática da pecuária na região semiárida de seu território (ANDRADE, 2011; FURTADO, 2005). Dentro desse contexto de perda de seu poder econômico atrelado a um sistema de produção baseado no latifúndio, a população encontrava-se exposta ao risco de problemas causados pelos períodos de seca mais aguda, eram vitimadas pelos programas sociais que as elites locais utilizavam com expedientes manipuladores para manter o *status quo* na

1 Trabalho originalmente apresentado no XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em São Pedro/SP – Brasil, de 24 a 28 de novembro de 2014.

região (ARAÚJO, 2000; CASTRO, 2010). Deste modo, as características que expulsavam a população nordestina estariam ligadas às formas de produção socioespacial utilizadas na região que dificultariam o trabalhador estabelecer uma residência fixa (ARAÚJO, 2000; CASTRO, 2010).

Dentro desse contexto, a região Nordeste apresentava as maiores características do subdesenvolvimento, maiores taxas de mortalidade infantil e piores índices de desenvolvimento humano (OJIMA, 2012). Nessa relação dual entre as fragilidades sociais e ambientais encontradas na própria região Nordeste, e o surgimento de novas oportunidades geradas através das novas demandas de trabalho no Sudeste (BARBIERI, 2011), é que se configurou o processo de alta emigração de nordestinos, tendo como destino, principalmente, a região Sudeste do país e os novos empregos gerados pelas novas formas de produção propiciadas pela industrialização e urbanização centralizadoras.

Essa macroestrutura de produção a nível nacional é o fator necessário para a compreensão da alta emigração de nordestinos, que foi crescente até a década de 70. A partir das informações obtidas no Censo Demográfico de 1980 observa-se uma diminuição dos fluxos de saída de população no Nordeste e o aumento da migração de retorno (RIBEIRO, CARVALHO WONG, 1996). Deste modo, a região Nordeste que foi “estigmatizada” pelo seu clima semiárido, que é caracterizado pelo clima seco com estiagens longas e severas, elementos estes que costumam ser generalizados para toda a região Nordeste no imaginário social (OJIMA, 2013), iniciando nesse período o processo de reinversão dos fluxos migratórios.

Esta reinversão está relacionada a um processo de descentralização nas formas de produção do capitalismo atual, a desconcentração na região Sudeste e as novas formas de produção na região Nordeste, que produzem esses novos fluxos em direção ao Nordeste e uma seletividade migratória distinta dos fluxos das décadas anteriores.

NORDESTES

O Brasil vem passando por um processo de reestruturação em suas formas de produção e mudanças na divisão social e territorial do trabalho. Essas novas formas se constituem em estruturas descentralizadas de empresas, indústrias e polos tecnológicos atraídos por características locais específicas (BENKO, 1999). Esses novos processos influenciam diferentes formas de urbanização e formas de produção que flexibilizam as relações

de trabalho e reproduzem socialmente novos arranjos espaciais (GIDDENS, 1991; HARVEY 2000). Propiciados pela tecnologia da informação, a velocidade quase instantânea que as informações podem atravessar o território e a integração virtual destas empresas e instituições (CASTELLS, 2013), essas novas formas na estrutura social brasileira na atualidade possuem uma maior flexibilização dos mecanismos de mobilização e integração dos migrantes, fenômenos como a migração de retorno (BRITO, 2009), se tornaram mais expressivos e condicionam novos fluxos migratórios no território brasileiro. Desta vez, com novas espacialidades nos seus fluxos migratórios e com uma seletividade no perfil dos migrantes distinto dos antigos padrões de migração.

Na região Nordeste, o processo de reestruturação econômica se deu através do incentivo do Estado através do Grupo de Trabalhos para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN na década de 50, e que posteriormente se tornou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Através de parcerias entre o capital público e privado, foram realizados investimentos no Nordeste, através destes programas, com o intuito de estimular o desenvolvimento econômico e social da região (ARAÚJO, 2000; VIDAL, 2004; SILVA, 2009).

Através destes investimentos tornou-se possível a criação de polos industriais e agroindustriais na região litorânea e no semiárido nordestino, formando assim áreas de modernização intensas, enquanto outras áreas continuavam a não se inserir neste mercado moderno, agravando desta forma as desigualdades regionais já existentes. Para superar o problema das estiagens sazonais, foram criadas políticas de abastecimento de água pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, construindo açudes e barragens com o intuito de tornar os fluxos dos rios intermitentes e prover a população com o acesso constante aos recursos hídricos. Contudo, essas obras trouxeram maiores benefícios para os grandes proprietários de terras, e a produção agroindustrial, deste modo, os pequenos trabalhadores agrícolas não tiveram acesso a esses açudes (ARAÚJO, 2010; VIDAL, 2004). A partir do ano 2000 também foram direcionados diversos investimentos para a exploração turística na hinterlândia do Nordeste e em seu litoral, voltados para explorar aquilo que era a sua negação: o sol, o calor e a praia (SILVA, 2009).

Apesar dessas políticas terem logrado um êxito parcial, elas alteraram os espaços de produção, e conseqüentemente, de migração na região Nordeste, produzindo novas formas urbanas no litoral e no semiárido, e alterando os paradigmas da seletividade migratória nordestina.

ELEMENTOS PARA A COMPREENSÃO DA MIGRAÇÃO NO SEMIÁRIDO

As migrações no Nordeste possuem um caráter diferenciado por estarem adquirindo uma maior capacidade de retenção e atração populacional. O padrão de alta emigração que perdurou nas décadas de 1950 até a década de 1980 (MARTINE, 1984; BARBIERI, 2011), alterou-se para um arrefecimento em suas taxas de migração negativas (BRITO, CARVALHO, 2006; OJIMA, 2012). Essas mudanças nas taxas de migração do Nordeste se constituem como ponto de partida para compreender as trocas internas de população no semiárido setentrional, suas novas funções e capacidades de atração e repulsão de população.

É importante destacar o processo de urbanização no semiárido, que ocorre de forma mais lenta que nos grandes centros urbanos do país, sendo estimulado pelas relações de produção desigual. Através da migração do rural em direção ao urbano, os municípios brasileiros que obtiveram as maiores taxas de crescimento foram os municípios com menor porte populacional (OJIMA, 2012; OJIMA, MARANDOLA JR. 2012). Indicando uma maior participação dessas “cidades médias”, que são as cidades no semiárido dotadas de maiores funcionalidades urbanas que estão atreladas ao desenvolvimento econômico nestes locais. É importante destacar também a importância do aumento da migração de retorno para o semiárido, onde estes migrantes retornados buscam estabelecer residência próxima aos seus parentes ou pessoas com as quais tenham alguma ligação afetiva (MATOS, 2013).

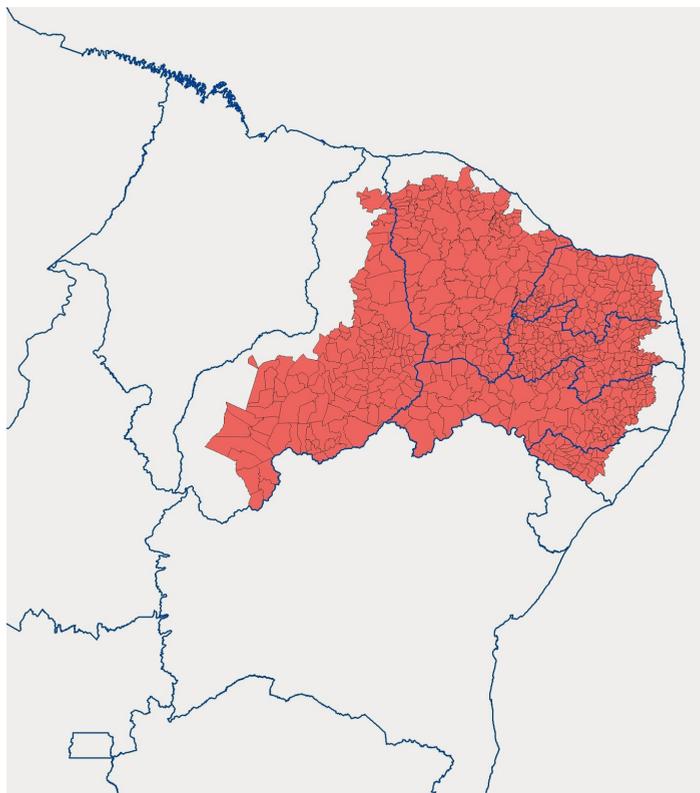
As dinâmicas migratórias entre as UFs nordestinas são marcadas por profundas oscilações em termos de recuperação, absorção e expulsão de suas populações que refletem os processos intrarregionais (BAENINGER, 2012). As regiões metropolitanas nordestinas também possuem uma grande capacidade de polarização, contudo já foi observado o arrefecimento na capacidade de absorção desses centros metropolitanos. Para citar o caso de Recife, há uma considerável transferência populacional para a hinterlândia (FUSCO, 2012).

Através destas reflexões, podemos constatar que a região semiárida do Nordeste está adquirindo novas formas e funções de mobilidade populacional. As observações mais tradicionais que consideravam o sertão como uma região expulsora de sua população não possuem mais fundamentos diante dos fluxos migratórios atuais que se desenvolvem no Nordeste, bem como do crescimento urbano e populacional em determinadas cidades no

semiárido nordestino. Diante desse contexto, buscaremos compreender os fluxos de migração no semiárido setentrional e sua seletividade migratória.

O semiárido setentrional foi escolhido como recorte para análise por se tratar da região mais seca do semiárido, com os maiores índices de subdesenvolvimento e de dificuldades sociais. Ele é composto por 754 municípios que compreendem cerca de 14 milhões de pessoas habitando a região. Assim, objetivamos o reconhecimento dos espaços em que ocorre a migração e na seletividade dos migrantes, isto é, as diferenças na razão de sexo, idade, renda e grau de escolarização entre a população e a população não migrante. Desta forma poderemos reconhecer as características dos migrantes intrarregionais neste recorte espacial.

Figura 1 – Localização do Semiárido Setentrional



Fonte: Projeto “Impacto do Programas de Transferência de Renda sobre a Dinâmica Populacional e Redução da Pobreza no Semiárido Setentrional Nordestino”. Chamada MCTI-CNPq/MDS-SAGI N°24/2013- Desenvolvimento Social.

As informações sobre população, renda, escolaridade, sexo e migração, foram extraídas dos Censos Demográficos de 2000 e 2010. Os dados de migração utilizados são as informações de data fixa, ou seja, utilizamos a informação da população migrante entre os períodos de 1995 a 2000, e 2005 a 2010. Com estas informações foram elaboradas as Taxas Brutas de Migração, Taxas Líquidas de Migração e o Índice de Eficácia Migratória para os municípios que compõem o semiárido setentrional.

MIGRAÇÃO INTERNA EM ALGUMAS CIDADES MÉDIAS DO SEMIÁRIDO SETENTRIONAL

As cidades médias, dotadas de funções urbanas e atividades econômicas específicas polarizam os fluxos de população no Semiárido Setentrional. Contudo, essas características de atração populacional podem não significar que o migrante se fixa permanentemente nestas cidades, desse modo, elas se destacam como cidades que atraem esses migrantes ou de alta rotatividade migratória, isto é, que apresentam altas taxas de imigração e emigração.

A Tabela 1 apresenta algumas das principais cidades do Semiárido Setentrional segundo o seu volume populacional que nos permite realizar uma leitura dos fluxos migratórios internos nos diferentes contextos do semiárido. Também são apresentadas as Taxas Líquidas de Migração – TLM, Taxas Brutas de Migração – TBM, e o Índice de Eficácia Migratória – IEM, para cada um destes municípios destacados nos períodos referentes as migrações ocorridas no período 1995 a 2000, e 2005 a 2010.

É importante destacar que essas cidades não estão inseridas no contexto das Regiões Metropolitanas nordestinas. Elas representam contextos específicos da dinâmica migratória interna do Semiárido Setentrional.

Na Tabela 1, referente as migrações ocorridas no período entre 1995 a 2000, pode ser observado que a maioria desses municípios apresentam saldos migratórios positivos, reforçando a hipótese que no contexto intrarregional, essas cidades polarizam os fluxos migratórios, enquanto os municípios com menor população vêm apresentando taxas negativas no período referente a 1995/2000.

Tabela 1 – Informações da Migração Intra-regional no Semiárido Setentrional Nordestino para o Período 1995 a 2000.

Município	População	Imigrantes	Emigrantes	Saldo	TLM	TBM	IEM
Picos-PI	68974	2400	2240	160	0,23	6,73	0,03
São Raimundo Nonato-PI	26890	858	475	384	1,43	4,96	0,29
Crato-CE	104646	4653	3667	986	0,94	7,95	0,12
Icó-CE	62521	1295	1509	-213	-0,34	4,49	-0,08
Iguatu-CE	85615	3283	2334	950	1,11	6,56	0,17
Juazeiro do Norte-CE	212133	9708	5443	4266	2,01	7,14	0,28
Maranguape-CE	88135	1724	1480	244	0,28	3,63	0,08
Sobral-CE	155276	4464	2447	2017	1,30	4,45	0,29
Mossoró-RN	213841	7782	6983	799	0,37	6,90	0,05
Caicó-RN	57002	2695	1694	1001	1,76	7,70	0,23
Currais Novos-RN	40791	1231	1482	-251	-0,62	6,65	-0,09
Cajazeiras-PB	54715	1745	1887	-142	-0,26	6,64	-0,04
Campina Grande-PB	355331	9384	8652	732	0,21	5,08	0,04
Sousa-PB	62635	1570	2023	-454	-0,72	5,74	-0,13
Arcoverde-PE	61600	3556	2189	1367	2,22	9,33	0,24
Caruaru-PE	253634	6918	5069	1849	0,73	4,73	0,15
Garanhuns-PE	117749	4560	3948	612	0,52	7,23	0,07
Petrolina-PE	218538	13649	6999	6649	3,04	9,45	0,32
Arapiraca-AL	186466	4935	3269	1666	0,89	4,40	0,20
Palmeira dos Índios-AL	68060	1677	2185	-509	-0,75	5,67	-0,13

Fonte: Censo Demográfico, 2000

É importante destacar também que os municípios de São Raimundo Nonato no Piauí, Juazeiro do Norte e Sobral no Ceará, Caicó no Rio Grande do Norte, Arcoverde e Petrolina em Pernambuco que apresentam Índices de Eficácia Migratória de 0,29; 0,28; 0,29; 0,23; 0,24 e 0,32 respectivamente. Caracterizando uma maior capacidade não somente de atração populacional, mas também de fixação destes migrantes. Os municípios de Palmeira dos Índios em Alagoas e Sousa na Paraíba são os que se observam as TLM mais baixas entre as cidades nesse contexto, e ambas apresentam um IEM's de -0,13. Deste modo, destacamos também um processo desigual no contexto dessas cidades no Semiárido Setentrional. Portanto, os fluxos migratórios intrarregionais em direção às cidades médias não ocorrem de forma homogênea.

Na Tabela 2 podemos observar um aumento nas taxas de emigração nessas principais cidades, onde os IEM's de algumas cidades diminuíram ou se

tornaram negativos. O município de Picos no Piauí se manteve com suas características de rotatividade migratória, enquanto outros municípios apresentaram pequenas diferenças em suas taxas. Como destaque, temos Juazeiro do Norte que apresenta uma redução no seu IEM de 0,28 no período referente a 1995 a 2000, para um IEM de 0,18 em 2005 a 2010, e também, um aumento na sua TLM de 2,01 para 2,31 neste intervalo de tempo. Isso se deve ao aumento expressivo em seus fluxos de entrada e saída de pessoas que praticamente dobrou nesse intervalo de tempo. Inclusive, este processo de aumento no volume dos fluxos de migração se repete para todos os municípios aqui apresentados. Há um aumento nas TBM em todos os municípios neste intervalo, indicando o crescente aumento no fluxo migratório envolvendo esses municípios.

Neste intervalo, Sobral deixa de ser um município de atração populacional com um IEM de 0,29 em 1995 a 2000, para se tornar um município de rotatividade migratória com um IEM de 0,06 em 2005 a 2010. Em Arcoverde com a redução no IEM de 0,24 para -0,12, ela passa a ser um município expulsor de população, contexto diferente daquele apresentado no primeiro período.

Os únicos municípios que conseguiram manter o aumento de seus volumes migratórios acompanhado de um aumento nos seus IEM's foram Iguatu de 0,17 para 0,20; Mossoró com 0,05 para 0,18; Caruaru de 0,15 para 0,23; Petrolina com 0,32 para 0,40; e o leve aumento de Arapiraca de 0,20 para 0,21; todos referentes ao intervalo entre os períodos de 1995/2000 a 2005/2010. Deste modo, acompanhando o aumento nos volumes de migração nessas cidades, são estes cinco municípios que conseguiram manter a maior capacidade de fixação da população migrante. Indicando assim uma preferência entre estes polos no Semiárido Setentrional.

A partir deste reconhecimento inicial dos contextos que envolvem essas espacialidades da migração interna na região em estudo, e essas mudanças nos fluxos de menor intensidade para maior intensidade, partiremos para a análise da seletividade destes migrantes intrarregionais.

Tabela 2 – Informações da Migração Intra-regional no Semiárido Setentrional Nordestino para o Período 2005 a 2010.

Município	População	Imigrantes	Emigrantes	Saldo	TLM	TBM	IEM
Picos-PI	73414	4146	4519	-373	-0,51	11,80	-0,04
São Raimundo Nonato-PI	32327	1557	960	597	1,85	7,79	0,24
Crato-CE	121428	9295	7852	1443	1,19	14,12	0,08
Icó-CE	65456	2157	2702	-545	-0,83	7,42	-0,11
Iguatu-CE	96495	7802	5195	2607	2,70	13,47	0,20
Juazeiro do Norte-CE	249939	18844	13079	5764	2,31	12,77	0,18
Maranguape-CE	113561	1764	1811	-47	-0,04	3,15	-0,01
Sobral-CE	155276	7716	6845	871	4,97	9,38	0,06
Mossoró-RN	259815	17715	12302	5414	2,08	11,55	0,18
Caicó-RN	62709	4403	3234	1170	1,87	12,18	0,15
Currais Novos-RN	42652	2068	2846	-778	-1,82	11,52	-0,16
Cajazeiras-PB	58446	3796	4493	-697	-1,19	14,18	-0,08
Campina Grande-PB	385213	14691	18759	-4069	-1,06	8,68	-0,12
Sousa-PB	65803	3285	3828	-542	-0,82	10,81	-0,08
Arcoverde-PE	68793	5641	7140	-1499	-2,18	18,58	-0,12
Caruaru-PE	314912	20214	12639	7576	2,41	10,43	0,23
Garanhuns-PE	129408	8966	9059	-92	-0,07	13,93	-0,01
Petrolina-PE	293962	29215	12637	16578	5,64	14,24	0,40
Arapiraca-AL	214006	9288	6074	3214	1,50	7,18	0,21
Palmeira dos Índios-AL	70368	2749	4434	-1686	-2,40	10,21	-0,23

Fonte: Censo Demográfico, 2010

ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DOS MIGRANTES INTRARREGIONAIS NO SEMIÁRIDO SETENTRIONAL

O perfil dos migrantes internos no Semiárido Setentrional atualmente difere das características do migrante nordestino no período entre as décadas de 50 a 80, onde as intensas migrações do rural ao urbano caracterizavam uma tipologia de migrante, mais comumente o trabalhador rural em busca de terras aráveis para praticar a agricultura ou em busca de emprego de baixa remuneração nos centros urbanos. Sendo mais comumente na migração a maior proporção do sexo masculino.

Estes paradigmas diferem das características individuais dos migrantes intrarregionais no Semiárido. Apesar do rigor climático, as diversas formas

de produção condicionam características individuais distintas dos migrantes do passado.

Tabela 3 – Razão de Sexo para as Populações Migrantes e Não Migrantes do Semiárido Setentrional – 2000/2010.

	2000		2010	
	Não Migrante	Migrante	Não Migrante	Migrante
Razão de Sexo	96,84	88,25	97,25	89,47

Fonte: Censos Demográficos 2000 e 2010.

As Razões de Sexo elaboradas na Tabela 3 para as populações migrantes e não migrantes no Semiárido Setentrional apresentam uma maior proporção de mulheres migrantes do que as proporções observadas entre a população não migrante. Caracterizando uma maior participação da população feminina nos fluxos migratórios intrarregionais no Semiárido.

Outro elemento importante a se considerar é a renda média das populações migrante e não migrante no Semiárido. Os valores estipulados em Reais na Tabela 4 apresentam a renda média da população migrante e não migrante, onde podemos observar que o rendimento médio da população não migrante é maior que a renda média dos migrantes.

Tabela 4 – Rendimento Médio da População Migrante e Não Migrante para o Semiárido Setentrional 2000/2010.

	2000		2010	
	Não Migrante	Migrante	Não Migrante	Migrante
Rendimento Médio	290,00	222,00	909,00	695,00

Fonte: Censos Demográficos, 2000 e 2010.

Ainda na Tabela 4 podemos observar que a diferença entre os rendimentos médios da população migrante e não migrante não se alterou. Evidenciando um menor rendimento da população migrante numa diferença por volta de 23,4% para ambos os períodos, ou seja, não houve uma melhora comparativa entre os rendimentos dos migrantes e não migrantes no intervalo estudado. É importante destacar a importância deste aumento na renda da população não migrante como um elemento dos programas de transferência de renda, que possivelmente, colaborariam para uma diminuição dos fluxos de emigração no Semiárido.

CONSIDERAÇÕES

Através desta análise preliminar, podemos constatar algumas mudanças nos paradigmas migratórios no Semiárido Setentrional. As migrações de longa distância, com destino a outras regiões do país estão diminuindo a sua expressividade. Os migrantes do sertão nordestino estão migrando cada vez mais em direção aos centros urbanos na própria região Semiárida, que desponta com diversos contextos urbanos e de produção.

Estas cidades médias, por sua vez, estão polarizando os fluxos migratórios e atraindo maiores contingentes de população para os seus centros urbanos. Isto é preocupante para o contexto das pequenas municipalidades da região que apresentam taxas de migração negativas. A saída de população em idade ativa pode comprometer as taxas de crescimento desses pequenos municípios e, conseqüentemente, o futuro que as populações mais envelhecidas se encontrarão nestas pequenas cidades.

Cabe ressaltar que essas cidades médias polarizam os fluxos migratórios de maneira desigual. Algumas dessas cidades médias vêm apresentando um crescimento nas taxas negativas de migração. Isto poderia significar que determinadas cidades médias estariam atraindo a população de outras cidades médias, ou que o contexto urbano precisa ser analisado com maior profundidade. O aumento das taxas negativas de migração em cidades médias no Semiárido pode estar ligado a um contexto de espraiamento urbano com os municípios vizinhos e um aumento da mobilidade. Deste modo, a população destas cidades médias pode estar emigrando em direção a pequenos municípios vizinhos, no entanto, ainda dependem dos serviços urbanos dessas cidades.

O crescente aumento dos volumes de migração nessas cidades médias designa outro perfil de migrante daquele observados entre as décadas de 50 a 80. Esta seletividade está ligada na maior participação de mulheres migrantes do que homens. Através desta seletividade entre sexos, podemos considerar que há uma menor tendência na participação da força de trabalho braçal/operária, função desempenhada no passado, em sua maioria, por homens. A maior participação de mulheres nos fluxos migratórios indica uma maior propensão a desempenhar trabalhos no setor de serviços. Este tipo de trabalho está ligado às funções desempenhadas nos centros urbanos, e possivelmente, com maiores possibilidades de rendimentos.

Em relação a renda média ser menor entre a população migrante, quando comparada a população não migrante, esta é uma informação que ainda precisa ser melhor aprofundado. A análise dos rendimentos médios através de uma divisão entre sexos e grupos etários poderia esclarecer estes diferenciais

de forma mais precisa. Como os migrantes são compostos pela população em idade ativa, jovens, e em início de carreira, é compreensível que seus rendimentos sejam mais baixos, no entanto, com uma maior capacidade de aumento em seus ganhos futuros.

Para corroborar esta hipótese seria necessário analisar os diferenciais no grau de escolarização entre a população migrante e a não migrante para sabermos as expectativas desta população migrante no Semiárido Setentrional. Deste modo, podemos caracterizar os fluxos migratórios no Semiárido Setentrional de forma distinta dos fluxos de emigração no passado. A região possui um contexto próprio em sua dinâmica migratória interna que necessitam ser melhor analisados através de seus contextos espaciais de produção, do desenvolvimento urbano destas cidades polarizadoras e as consequências demográficas para toda a região, e também a seletividade dos migrantes e suas consequências para o processo de transição demográfica que o Nordeste, mais tardiamente que as outras regiões do país, está atravessando.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C. A terra e o homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- ARAÚJO, T. B. Ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2000.
- BAENINGER, R. Região, metrópole e interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes. 1999. 243 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999
- BARBIERI, A. F. Mudanças climáticas, mobilidade populacional e cenários de vulnerabilidade para o Brasil. Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana, Brasília, n. 36, pp. 95-112, jan./jun. 2011.
- BARBIERI, A. F. DOMINGUES, E. QUEIROZ, B. L. RUIZ, R. M. RIGOTTI, J. I. CARVALHO, J. A. M. RESENDE, M. F. Climate Change and Population Migration in Brazil's Northeast: Scenarios for 2025-2050. Population and Environment. Vol. 31, pp. 344-370, 2010.
- BENKO, G. Economia, espaço e globalização: Na aurora do século XXI. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BRITO, F. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Texto para discussão n.366. CEDEPLAR, 2009.
- BRITO, F. CARVALHO, J.A.M. As migrações internas no Brasil: as novidades sugeridas pelos censos demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADs recentes. Parcerias Estratégicas, Brasília, n. 22, 2006.

- CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 2013.
- CASTRO, J. Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CUNHA, J.M.P. Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. Ed. Nepo/Unicamp, 2011.
- FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FUSCO, W. Regiões metropolitanas do Nordeste: Origens, destinos e retorno de migrantes. Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana, Brasília, N. 39, p. 101 – 116, jul. dez./2012.
- GIDDENS, A. As consequências da modernidade. Ed. UNESP, 1991
- HARVEY, D. A condição pós-moderna. Edições Loyola. São Paulo, 2000
- MARTINE, G. Estado, economia e mobilidade geográfica: Retrospectiva e perspectivas para o fim do século. Revista Brasileira de Estudos de População, vol. 11, n. 1, 1994.
- MATOS, R. Percepção dos moradores e fatores de atração em cidades médias dinâmicas. Mercator, Ceará, vol. 12, n. 27, p. 39-55, jan./abr. 2013.
- OJIMA, R. As migrações recentes no Rio Grande do Norte: Notas sobre um estado “ganhador”. Cadernos de Estudos Sociais, Recife, vol. 27, n. 1, pp. 147-154, 2012.
- OJIMA, R. Urbanização, dinâmica migratória e sustentabilidade no semiárido nordestino: o papel das cidades no processo de adaptação ambiental. Cadernos Metrópole, São Paulo, vol. 15, n. 29, p. 35-54, jan./jun. 2013.
- OJIMA, R. MARANDOLA JR, E. Mobilidade populacional e um novo significado para as cidades: dispersão urbana e reflexiva na dinâmica regional não metropolitana. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 2, 2012.
- OJIMA, R. et al. Projeto “Impacto do Programas de Transferência de Renda sobre a Dinâmica Populacional e Redução da Pobreza no Semiárido Setentrional Nordeste”. Chamada MCTI-CNPq/MDS-SAGI N°24/2013- Desenvolvimento Social. UFRN, 2014.
- OLIVEIRA, F. Crítica a razão dualista: O ornitorrinco. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.
- OLIVEIRA, F. Noiva da revolução; Elegia para uma re(li)gião: Sudente, nordeste. Planejamento e conflitos de classes. São Paulo, SP: Boitempo, 2008.
- SILVA, J. B. Adeus SUDENE, que saudade de Celso Furtado! Mercator, Ceará, vol. 8, n. 17, set./dez. p. 25-32, 2009.
- SOUCHAUD, S. FUSCO, W. População e ocupação do espaço: O papel das migrações no Brasil. Revista de Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 5-17, maio/ago 2012.
- VIDAL, F. B. Considerações em torno da validade atual da discussão sobre as desigualdades regionais no Brasil. In: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Desigualdades Regionais, Salvador: SEI, 2004.

6

CAPÍTULO

MIGRAÇÃO E DESIGUALDADE DE RENDA NA REGIÃO NORDESTE

Luciana Conceição de Lima e Jorge Alexandre Barbosa Neves

A Região Nordeste do Brasil é marcada por níveis extremamente elevados de desigualdades socioeconômicas. Em particular, a desigualdade de renda na região tende a ser extremamente elevada (acima da média nacional)¹. Há várias causas elencadas para explicar o maior nível de desigualdade de renda na Região Nordeste. Uma delas, talvez a que é apresentada com maior frequência, diz respeito à herança histórica de uma estrutura fundiária com elevado grau de concentração de terra (ver: Neves, 2004). Uma outra, contudo, é bem menos considerada, mas é de grande relevância para este estudo, como se verá adiante. Trata-se da tese de que localidades demograficamente mais “estáveis” tendem a ter maiores níveis de desigualdade do que localidades mais “instáveis”. Entendemos “estabilidade” demográfica como relacionada a baixas taxas de migração. Ou seja, quanto maior a taxa de migração, menor a “estabilidade” demográfica.

1 Embora a desigualdade de renda esteja caindo, no Brasil, há vários anos, o país ainda apresenta um nível de concentração de renda muito elevado (Medeiros, Souza e Castro, 2014 mostram que, essa a concentração de renda no Brasil tende a ser subestimada; todavia, como o critério usual de medição é aquele que permite a comparação internacional hoje, a percepção de queda da desigualdade no Brasil em termos relativos se mantém adequada). Por sua vez, a Região Nordeste tem um nível de desigualdade ainda maior do que a média nacional.

É atribuída ao historiador americano Frederick Turner (ver: Turner, 1893) a chamada «Tese sobre a Fronteira»². Esta Tese tem vários aspectos e um deles é do interesse de pesquisadores do fenômeno da desigualdade socioeconômica. Para Turner (1893), a sociedade americana seria mais permeável do que as sociedades europeias em função da existência do fenômeno das fronteiras de desenvolvimento. A presença de fronteiras levaria a uma certa volatilidade do sistema de organização social, o que impediria a formação do que Svalastoga (1964) denominou de “cristalização” da estrutura de desigualdade social. Assim, fica clara a hipótese que se pode derivar da “Tese sobre a Fronteira”, qual seja, a de que em localidades demograficamente mais estabilizadas se encontraria maiores níveis de desigualdade socioeconômica enquanto em localidades com maiores fluxos migratórios se observariam menores níveis de desigualdade.

A mesma hipótese pode ser derivada das “implicações” apresentadas por Olson (1982) sobre sua Teoria da Ação Coletiva para o desenvolvimento socioeconômico. A partir da primeira implicação até a quarta (são nove implicações, ao todo), Olson (1982) claramente desenvolve a hipótese de que sociedades mais “estáveis” tendem a desenvolver mecanismos (através da formação de coalizões e grupos de interesses) que levam a níveis mais elevados de desigualdade social do que aqueles observados em sociedades menos “estáveis”.

Fica claro que há fundamentos teóricos suficientes para a hipótese de que maiores fluxos migratórios levam a menores níveis de desigualdade socioeconômica. O mesmo se pode dizer quanto a fundamentos empíricos em nível internacional. Yaish e Andersen (2012) relatam vários estudos (além do deles próprios), com base em dados de países desenvolvidos, que demonstraram a relação entre taxas elevadas de migração e níveis mais baixos de desigualdade socioeconômica (seja de estoque, como uma menor desigualdade de renda, seja de fluxo, como uma maior mobilidade social).

Nosso objetivo, neste trabalho, é, portanto, observar se esta hipótese também é válida para explicar a variância nos níveis de desigualdade de renda entre municípios da Região Nordeste do Brasil, um dos locais do mundo com níveis mais elevados de concentração de renda. Ou seja, pensamos ser relevante testar a validade da hipótese de que maiores taxas de migração estão associadas a menores níveis de desigualdade de renda mesmo em uma região com níveis extremamente elevados de concentração de renda.

2 Segundo Erikson e Goldthorp (1992), no que diz respeito à questão da desigualdade, essa tese já estava posta, de forma menos explícita, em trabalhos de Karl Marx.

CONSTRUÇÃO DE UM MODELO DE ANÁLISE

Neste trabalho foram utilizadas informações compiladas do Departamento de Informática do SUS (Datusus) e do Censo Demográfico 2010 para todos os municípios da Região Nordeste (1.794 observações). Optou-se em utilizar dados municipais em vez de informações por unidade da federação, tendo em vista a importância dos fluxos migratórios para os municípios do Nordeste e, também, a fim de que fosse alcançado um maior número de casos para a análise estatística.

Como medida de migração calculada com base no Censo Demográfico 2010 foi utilizada a Taxa Líquida de Migração (TLM), que consiste na razão entre o saldo migratório (imigrantes – emigrantes) e a população total ao final do período. Essa taxa pode ser positiva, e nesse caso ela significa a proporção da população que resulta do processo migratório. Quando a TLM é negativa, ela quer dizer a proporção em que a população seria acrescida na ausência de migração (Carvalho & Rigotti, 1998).

Como medida de riqueza, utilizou-se o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* municipal em 2010. Esse indicador que é calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) se encontra disponível no sítio do Datusus na Internet, e se refere ao PIB Municipal dividido pela população em 2010. Os valores são apresentados em reais correntes, não sendo aplicado nenhum deflator ou fator de correção.

Para mensurar a desigualdade de renda, empregou-se o Índice de Gini da Renda Domiciliar *per capita* em 2010, e que também se encontra disponível no sítio do Datusus na internet. Esse indicador, que considera como renda domiciliar *per capita* a soma dos rendimentos mensais dos moradores do domicílio (em reais) dividida pelo número de seus moradores, varia de zero (igualdade perfeita na distribuição da renda) a um (desigualdade perfeita na distribuição da renda).

Para mensurar o efeito da migração sobre a desigualdade de renda no Nordeste, foi utilizado o Modelo de Regressão Linear Múltipla estimado pelo Método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). A especificação geral do modelo com duas covariáveis, que será o utilizado neste trabalho, está na Equação 1:

$$Y_i = \beta_0 + \beta_1 X_{i1} + \beta_2 X_{i2} + \varepsilon_i \quad (EQ.1)$$

Onde:

Y_i = é o valor da variável resposta para a i -ésima observação

β_0 = *Intercepto*

β_1 e β_2 = Parâmetros do modelo

X_{1i} = valor da covariável 1 para a i -ésima observação

X_{2i} = valor da covariável 2 para a i -ésima observação

ε_i = erro estocástico

No caso do presente estudo, a variável resposta é o Índice de Gini da Renda Domiciliar *per capita*, e as covariáveis a Taxa Líquida de Migração (TLM) e o PIB *per capita*. Verificou-se que a relação entre o Índice de Gini e PIB *per capita* é de natureza quadrática³, além de ter sido detectada a presença de *outliers* (ver informações sobre ajuste do modelo no Apêndice). Assim, a covariável PIB *per capita* (centrada em relação ao PIB médio do Nordeste) foi transformada em um termo quadrático, sendo a especificação do modelo (EQ.2):

$$\text{Índice de Gini da renda per capita} = \beta_0 + \beta_1 \text{TLM} + \beta_2 \text{PIB per capita}^2 + \varepsilon \quad (\text{EQ.2})$$

EFEITO DA MIGRAÇÃO SOBRE A DESIGUALDADE DE RENDA NA REGIÃO NORDESTE

De acordo com o Censo Demográfico 2010, a Região Nordeste é composta por 1.794 municípios que se distribuem nas nove unidades da federação que a compõe (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe). Em 2010, essa região alcançou um Índice de Gini da renda domiciliar per capita igual a 0,6277 o que em termos nacionais a coloca como a segunda região com maior índice de desigualdade de renda entre todas as demais, perdendo apenas para a Região Norte (TAB.1).

3 Na verdade, isso já era esperado, visto que a famosa “Curva de Kuznets” (ver: Kuznets, 1955), embora bastante contestada a partir de estudos longitudinais, tende a ser quase que invariavelmente observada em estudos transversais como o nosso.

Tabela 1 – Índice de Gini da Renda Domiciliar per capita, Regiões Brasileiras, 2010

Região	Índice de Gini da Renda Domiciliar per capita
Região Norte	0,632
Região Nordeste	0,628
Região Centro-Oeste	0,602
Região Sudeste	0,585
Região Sul	0,534

Fonte: Datasus, 2014.

Com relação aos municípios do Nordeste, foram alcançados valores de Índice de Gini entre 0,3684 (município de Timbaúba dos Batistas no Rio Grande do Norte) e 0,7972 (município de Isaías Coelho – PI). Com relação à TLM, a média da região foi igual a 4,95%, o que quer dizer que cerca de 5% da população em 2010 foi resultante do processo migratório. Entre os municípios nordestinos, há padrões diferenciados no que se refere à TLM, com municípios apresentando taxas negativas e outros, taxas positivas (TAB.2).

Tabela 2 – Análise descritiva (média, mínimo, máximo e desvio-padrão) das variáveis Índice de Gini, Taxa Líquida de Migração (TLM) e PIB *per capita*, Região Nordeste, Brasil, 2010 (n=1.794)

	Média	Mínimo	Máximo	Desvio-padrão
Índice de Gini	0,6277	0,3684	0,7972	0,0493
Taxa Líquida de Migração (TLM)	4,95%	-10,2%	37,5%	0,039
PIB <i>per capita</i> (reais correntes)	9.560,72	2.405,01	296.786,30	87.585,25

Fonte: Censo Demográfico 2010 e Datasus 2014.

De acordo com a Tabela 3, 10% dos municípios do Nordeste apresentaram TLM negativas, ou seja, sofreram perda populacional em decorrência das migrações no período analisado. É o caso, por exemplo, do município de Estrela de Alagoas (AL) que, não fossem os processos migratórios, teria a sua população acrescida em 10% em 2010. No outro extremo, o município com maior TLM foi Luís Eduardo Magalhães (BA) com valor de 37,5%.

Tabela 3 – Percentis das variáveis Índice de Gini, Taxa Líquida de Migração (TLM) e PIB *per capita*, Região Nordeste, Brasil, 2010 (n=1.794)

Percentis	Índice de Gini	Taxa Líquida de Migração (TLM)	PIB <i>per capita</i> (reais correntes)
1%	0,4576	-1,53%	3.327,28
5%	0,4576	-1,53%	3.327,28
10%	0,4706	-0,23%	3.551,14
25%	0,4997	1,92%	4.013,15
50%	0,5309	4,01%	4.660,88
75%	0,5638	6,39%	5.727,06
90%	0,5957	8,87%	8.280,53
95%	0,6139	11,1%	12.315,00
99%	0,6139	11,1%	12.315,00

Fonte: Censo Demográfico 2010 e Datasus (2014).

No que se refere ao PIB *per capita* em 2010, a Região Nordeste apresentou um valor igual 9.560,72 reais correntes, representando o menor valor entre todas as regiões brasileiras e a caracterizando como a que gera menos riqueza em comparação com as demais. A Região Sudeste foi a que apresentou o maior valor de PIB *per capita* em 2010 (25.984,41 reais correntes) (TAB.4).

Tabela 4 – PIB *per capita*, Regiões Brasileiras, 2010.

Região	PIB <i>per capita</i> 2010 (reais correntes)
Região Norte	12.702,03
Região Nordeste	9.560,72
Região Sudeste	25.984,41
Região Centro-Oeste	24.939,12
Região Sul	22.720,89

Fonte: Datasus, 2014.

A partir de uma análise de regressão linear múltipla, verificou-se o efeito da migração sobre a desigualdade de renda na Região Nordeste, controlando-se pelo indicador de riqueza municipal selecionado (PIB *per capita*). A Tabela 5 apresenta os resultados do Modelo de Regressão Linear Múltipla, e

conforme é possível verificar, a hipótese de que a migração reduz a desigualdade de renda se confirma. O aumento de 1% na TLM reduz o coeficiente de Gini, em média, em cerca de 0,23 ponto (significativo ao nível de 1%), controlando-se pelo indicador de riqueza do município.

Tabela 5 – Modelo de Regressão Linear Múltipla, Região Nordeste, Brasil, 2010 (n=1.794)

	Coefficiente	Erro-padrão	Estatística t	p valor	Intervalo de confiança (95%)
Intercepto	0,547	0,002	242,2	0,000	0,5425 ; 0,5514
Taxa Líquida de Migração (TLM)	-0,231	0,031	-7,40	0,000	-0,2921 ; -0,1697
PIB per capita	0,000	0,000	3,82	0,000	0,0000 ; 0,0000
PIB per capita ²	-0,000	0,000	-3,27	0,001	0,0000 ; 0,0000

Estatística F: 18,94 (p < 0,01)
R²: 0,0308
R² ajustado: 0,0291

Fonte: Censo Demográfico 2010 e Datasus (2014).

Os resultados do trabalho corroboram a hipótese de que maiores taxas de migração estão associadas a menores níveis de desigualdade de renda. A relevância deste resultado está, em particular, em mostrar que a associação negativa entre taxa de migração e desigualdade se observa mesmo em regiões com níveis extremamente elevados de concentração de renda.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, José Alberto Magno de; RIGOTTI, José Irineu Rangel. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. In: Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP. Caxambu, 1998.
- DATASUS. Informações de Saúde (TABNET). Departamento de Informática do SUS - DATASUS. Ministério da Saúde, Brasília. Disponível em < <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=01>>. Acesso em 12. Out. 2014.
- Erikson, Robert e Goldthorp, John. The Constant Flux: a study of class mobility in industrial societies. Oxford: Clarendon Press, 1992.
- KUZNESTS, Simon. “Economic Growth and Income Inequality”. American Economic Review, Vol. 45, pp. 1-28, 1955.
- MEDEIROS, Marcelo, SOUZA, Pedro e CASTRO, Fábio. “A Estabilidade da Desigualdade de Renda no Brasil, 2006 a 2012: estimativa com dados do Imposto de Renda e Pesquisas Domiciliares”. Ciência & Saúde Coletiva, 2014, no prelo.

NEVES, Jorge A. “Labor Force Classes and the Earnings Determination of the Farm Population in Brazil: 1973, 1982, 1988”. *Research in Social Stratification and Mobility*, Vol. 22, pp. 423-475, 2004.

OLSON, Mancur. *The Rise and Decline of Nations: economic growth, stagflation, and social rigidities*. New Haver: Yale University Press, 1982.

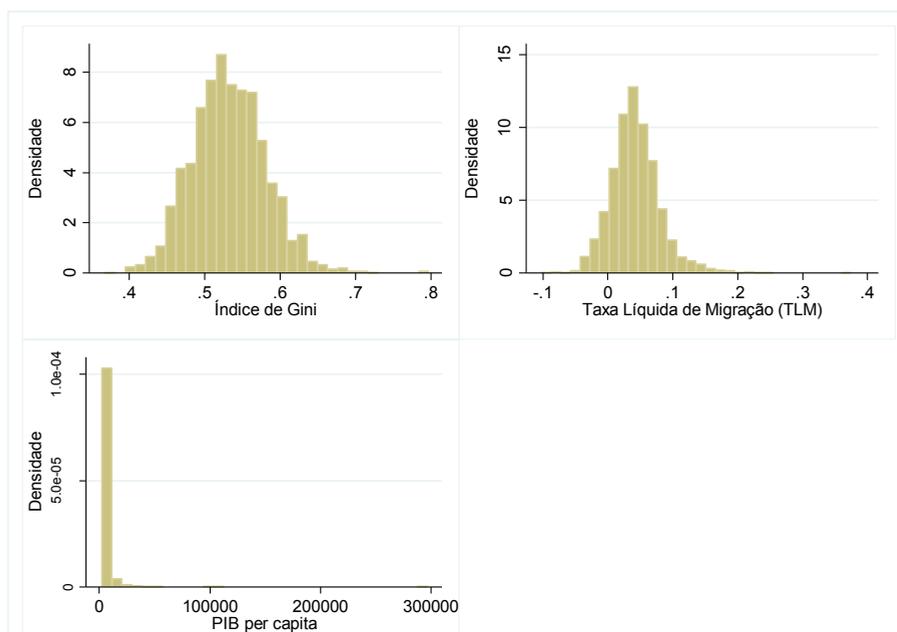
SVALASTOGA, Kaare. *Social Differentiation*. Nova York, McKay, 1964.

TURNER, Federick Jackson. *The Significance of the Frontier in the American History*. Trabalho apresentado no encontro da Associação Americana de História, em Chicago-IL/EUA, em 12 de julho de 1893. Disponível em <http://nationalhumanitiescenter.org/pds/gilded/empire/text1/turner.pdf>. Acesso em 21 de outubro de 2014.

Yaish, Meir e Andersen, Robert. “Social Mobility in 20 Modern Societies: The Role of Economic and Political Context”. *Social Science Research*, Vol. 41, No. 3, 2012.

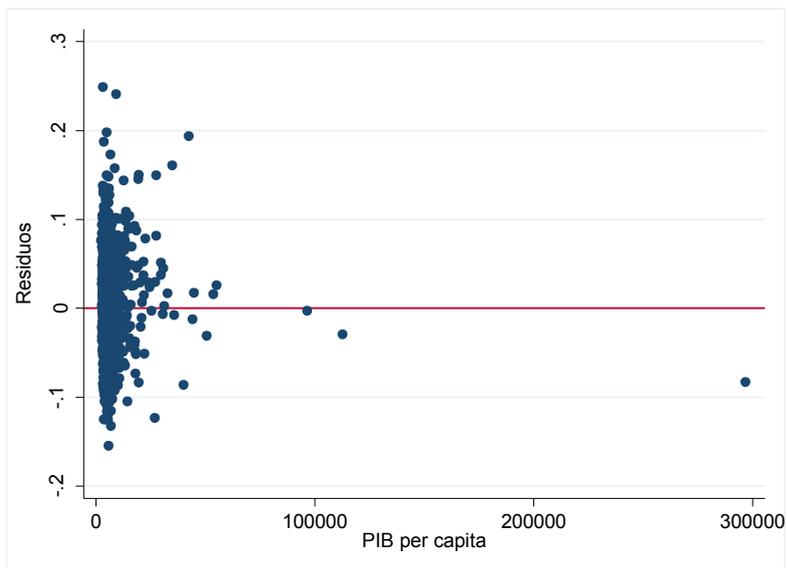
APÊNDICE

Gráfico 1 – Histogramas de frequência das variáveis Índice de Gini per capita, Taxa Líquida de Migração (TLM) e PIB per capita, Região Nordeste, Brasil, 2010.



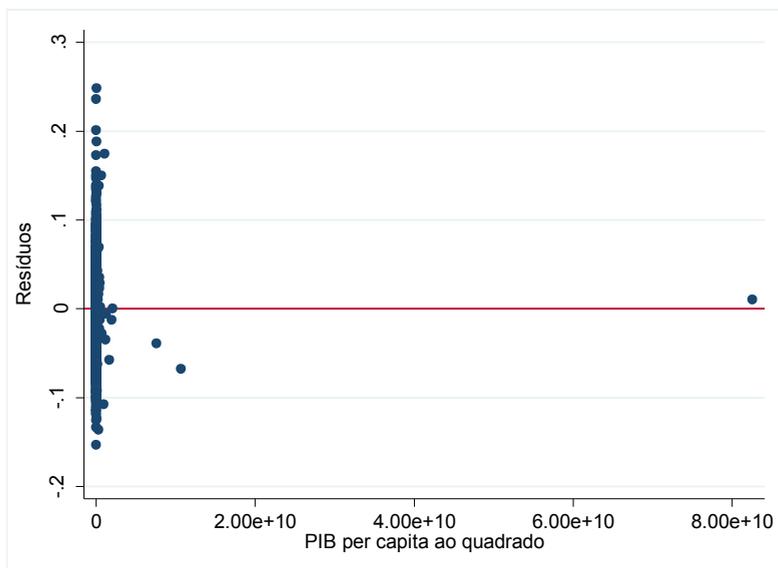
Fonte: Censo Demográfico 2010 e Datasus (2014).

Gráfico 2 – Gráfico de dispersão entre resíduos e PIB per capita do modelo de regressão linear múltipla



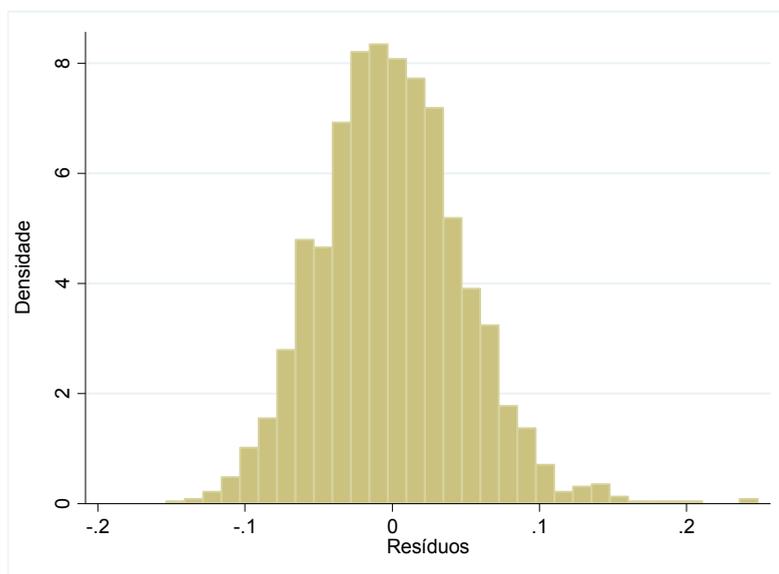
Fonte: Censo Demográfico 2010 e Datasus (2014).

Gráfico 2 – Gráfico de dispersão entre resíduos e PIB per capita do modelo de regressão linear múltipla



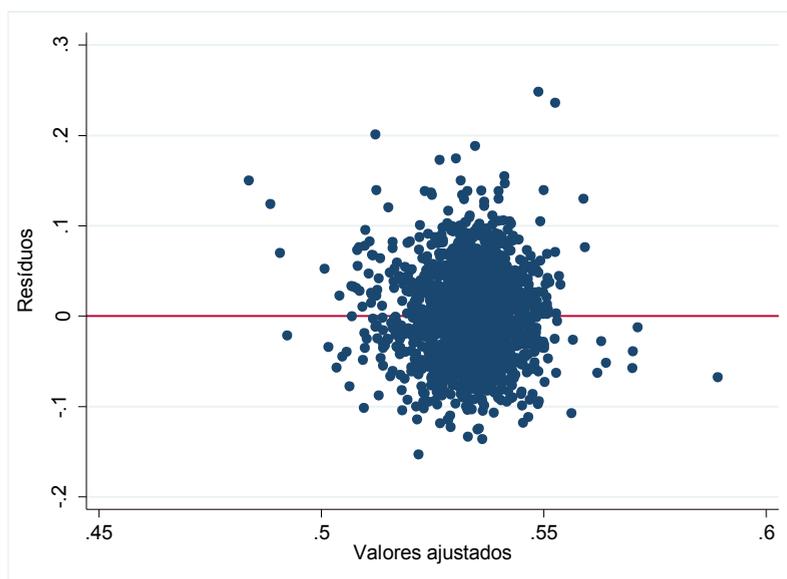
Fonte: Censo Demográfico 2010 e Datasus (2014).

Gráfico 2 – Histograma dos resíduos do modelo de regressão múltipla



Fonte: Censo Demográfico 2010 e Datasus (2014).

Gráfico 2 – Gráfico de dispersão entre resíduos e valores ajustados do modelo de regressão linear múltipla



Fonte: Censo Demográfico 2010 e Datasus (2014).

7

CAPÍTULO

URBANIZAÇÃO, DINÂMICA MIGRATÓRIA E SUSTENTABILIDADE NO SEMIÁRIDO NORDESTINO: O PAPEL DAS CIDADES NO PROCESSO DE ADAPTAÇÃO AMBIENTAL¹

Ricardo Ojima

Quando se discute a problemática ambiental urbana no Brasil, surge imediatamente a imagem de uma grande cidade localizada no contexto de uma região metropolitana cercada de poluição, áreas contaminadas, congestionamentos, etc. De fato, essa é uma realidade de praticamente metade da

1 Este texto foi originalmente publicado em: OJIMA, R. (2013). Urbanização, dinâmica migratória e sustentabilidade no semiárido nordestino: o papel das cidades no processo de adaptação ambiental. Cadernos Metrópole. São Paulo, v. 15, n. 29, pp. 35-54.

população urbana brasileira e por essa razão, justifica-se todo o investimento e preocupação tanto dos estudos quanto das políticas públicas específicas. Entretanto, poucas vezes nos preocupamos com as questões ambientais urbanas de algumas regiões do país, tornando tais “problemas” muitas vezes invisíveis. Assim, muitas vezes relegamos a população dessas regiões a políticas públicas desarticuladas de acordo com as prioridades setoriais e arriscamos aprofundar injustiças sociais regionais.

A região nordeste é uma dessas regiões. Segundo os dados do Censo Demográfico 2010, é morada de 27,8% da população brasileira (53 milhões de pessoas) e é a segunda região em termos populacionais. Proporção que pouco se alterou desde o Censo Demográfico de 1980, quando os 34,8 milhões de habitantes da região representavam 29,3% do total do país. É ainda a região brasileira menos urbanizada (73,1%, em 2010), com uma proporção da população vivendo em áreas urbanas um pouco menor do que na região Norte do país, mas que nos últimos anos tem se urbanizado rapidamente e trazendo com isso algumas preocupações.

Mas a análise da região Nordeste não pode ser homogênea, pois possui contextos muito distintos, desde econômicos até ambientais. Do ponto de vista ambiental, foco central deste artigo, a dinâmica da urbanização apresenta situações não apenas distintas, mas que podem ser consideradas praticamente antagônicas, pois os desastres naturais ora afetam a população nordestina com eventos de extrema precipitação pluviométrica (chuvas) concentradas na porção litorânea, enquanto que recorrentemente na região do Semiárido o principal desastre natural está associado às estiagens severas e prolongadas. Característica esta que costuma ser generalizada para toda região Nordeste no imaginário social.

Quando analisamos a distribuição da população nordestina a partir do recorte ambiental, a população residente na região do Semiárido correspondia a 40% do total da região Nordeste no ano de 2010. Fato que não deve ser considerado irrelevante em termos de população afetada, pois são cerca de 21,3 milhões de habitantes vivendo em um contexto ambiental complexo e de extrema fragilidade social e econômica. Tais fatores teriam motivado a emigração de grandes contingentes populacionais ao longo dos últimos 50 anos, entretanto, poucas vezes tais fatores puderam ser devidamente comprovados, pois a existência de fatores de atração migratória na região Sudeste do país sempre tornavam complexa a análise dos fatores de expulsão da população dessas regiões do Semiárido.

Neste sentido, o objetivo deste artigo é analisar o processo de transição urbana (passagem de uma população predominantemente urbana) da

região Nordeste a partir deste recorte ambiental de modo comparativo para melhor compreender a relação dinâmica dos fatores ambientais com aspectos migratórios, especialmente os fluxos rural-urbano. Com isso, pretende-se arguir a respeito do potencial positivo que as cidades exercem no sentido de favorecer a capacidade adaptativa dos habitantes da região Nordeste e especificamente no Semiárido. Inicialmente, será desenvolvido um panorama dos fluxos migratórios recentes privilegiando o processo de urbanização; em um segundo momento, a partir das características sociodemográficas da população e das cidades, levantaremos hipóteses sobre o processo de adaptação aos fatores ambientais na região do Semiárido. Por fim, avaliaremos este papel e a capacidade das cidades frente aos cenários de agravamento das condições ambientais.

MIGRAÇÃO E URBANIZAÇÃO NORDESTINA

A região Nordeste tradicionalmente é caracterizada como o principal centro expulsor da população brasileira. As explicações para essa condição são variadas e vão desde os fatores ambientais (estiagens, desertificação, etc.) até os baixos indicadores de desenvolvimento econômico como mortalidade infantil, esperança de vida, dinamismo econômico, entre outros (Ab'Saber, 1999; Martine, 1994; Camarano, 1997; Oliveira, 2008; Diniz, 1988; Santos; Moura, 1990; Santos; Moreira; Moura, 1990; Teixeira, 1998; Ribeiro; Barbosa, 2006; Fusco; Duarte, 2010). Essa dinâmica das migrações nordestinas teve impacto no processo de urbanização da região, mas trata-se de um aspecto que está inserido dentro de um contexto mais amplo: uma transição urbana. Essa associação é que iremos desenvolver brevemente.

A transição urbana tradicionalmente tem sido tratada como o ponto de inflexão no qual a população passa a ser predominantemente urbana. Entretanto, essa definição baseada nos dados empíricos não deve ser a única e reduzir o debate a números. A urbanização da população não se restringe ao seu aspecto formal de localização, mas principalmente deve ser entendido dentro do seu contexto sociocultural, onde o modo de vida urbano passa a ser mais abrangente do que a mera descrição formal de uma localidade urbana (UNFPA, 2007; Ojima, 2006; Martine et al, 2008; Silva; Monte-Mor, 2010). Entre outros argumentos, a definição do que é urbano varia entre os diversos países do mundo, portanto, a estimativa de

que vivemos em uma sociedade predominantemente urbana, pode ser motivo de controvérsias metodológicas².

Trata-se de uma abordagem promissora no sentido de incorporar uma reflexão crítica e substantiva sobre o potencial positivo do fenômeno urbano, sobretudo, pela incorporação da dimensão demográfica isenta do seu viés catastrofista e malthusiano sobre a explosão demográfica e da simplificação do debate acerca das mazelas urbanas baseada na marginalização do migrante nas grandes cidades. Assim, uma teoria da transição urbana poderia incluir um aspecto prospectivo aos desafios futuros (sociais, políticos econômicos e ambientais) pelos quais passarão algumas regiões do mundo (África e Ásia) onde a população passa tardiamente a viver concentrada em cidades (MacGranahan et al, 2009; Silva; Monte-Mor, 2010). A experiência brasileira de transição urbana precoce pode, portanto, ser de grande valia se for bem compreendida em seus mais amplos aspectos até os dias contemporâneos (Martine; Ojima, 2013).

Sendo assim, considerando que a concentração da população em grandes municípios na região Nordeste é muito mais lenta do que no conjunto do país como um todo, como poderíamos pensar na relação migração rural-urbana e os dilemas da sustentabilidade urbana? Como apontado por Ojima e Marandola Jr (2012), são inúmeros os argumentos para rotular as grandes cidades como ponto de tensão na busca pela sustentabilidade urbana. Entretanto, seriam nos menores municípios do Brasil que as condições de enfrentamento e adaptação aos fatores ambientais associados, por exemplo, ao saneamento básico, planejamento urbano e infraestrutura de serviços, apresentam maiores desafios.

Mas a migração não é o único nem o principal responsável pelo crescimento populacional nas cidades. Um exercício de análise a partir das taxas de crescimento da população urbana e da taxa de evolução do grau de urbanização elaborado por Tacoli, McGranahan e Satterthwaite (2008) mostra que, na média mundial, a contribuição da migração rural-urbana para o crescimento das cidades é de 40%, sendo que no caso da América Latina, entre 1975 e 2000, essa contribuição foi de cerca de 30%. Realizando a mesma análise para o Brasil, considerando as grandes regiões, a contribuição da migração para o crescimento urbano do Nordeste teria sido de algo em torno de 46% entre 1970 e 2010.

2 No caso brasileiro, a definição de área urbana é dada por lei municipal específica que define o perímetro urbano. Os dados oficiais publicados pelo IBGE respeitam o critério oficial definido por cada município, sendo que toda sede de município deve ser considerada parte de uma área urbana.

Um dos aspectos dos fluxos migratórios nordestinos é o processo de concentração da população em algumas localidades, mas que se comparado com o país é bem menos polarizado. Podemos ver a partir da Tabela 1 que a região Nordeste ainda concentra a sua população em municípios de menor porte populacional. Em torno de 40% da população residia em municípios com mais de 100 mil habitantes, enquanto que, no Brasil como um todo, essa proporção é praticamente invertida, com 55% nos municípios maiores. Essa informação adicionada ao aumento no grau de urbanização da região Nordeste nos leva ao fato de que se há 50 anos atrás o Nordeste abrigava a sua população em pequenos municípios rurais, hoje ela ainda tem grande parte da sua população em municípios pequenos, mas agora com uma população urbana.

Tabela 1 – Distribuição da população no Nordeste segundo classes de tamanho da população nos municípios, 1950-2010

Classes de tamanho da população	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010 (NE)	2010 (BR)
Até 5.000	0,09	1,22	2,28	1,56	1,06	1,97	1,66	2,29
De 5.001 a 10.000	2,56	5,88	9,01	6,97	5,52	6,06	4,87	4,48
De 10.001 a 20.000	14,04	18,05	22,60	17,70	17,75	17,67	15,81	10,35
De 20.001 a 50.000	52,76	43,31	32,97	31,03	27,88	24,50	23,69	16,43
De 50.001 a 100.000	16,36	11,58	11,73	12,97	14,67	13,43	14,05	11,70
Mais de 100.000	14,18	19,96	21,41	29,77	33,11	36,36	39,92	54,75

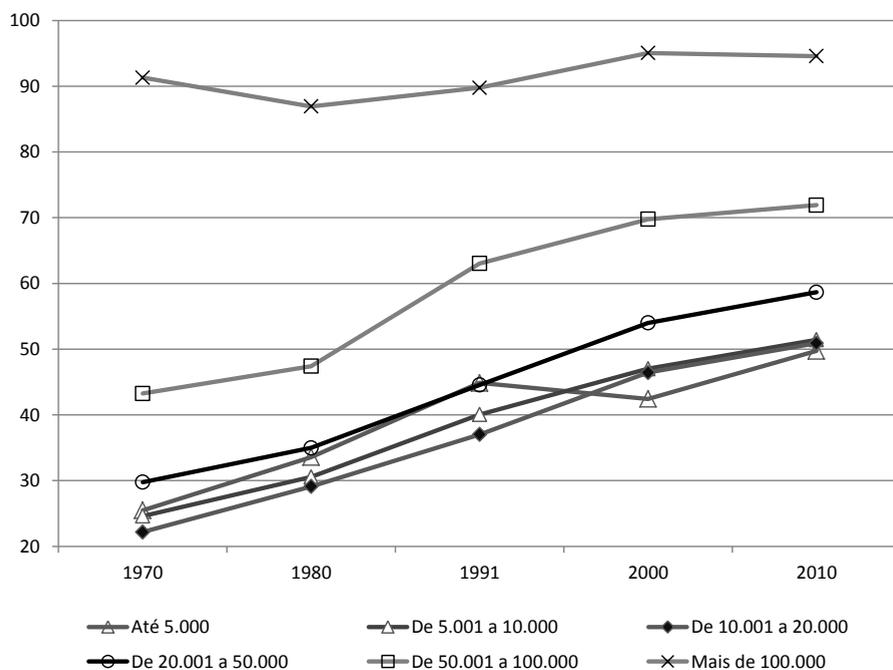
Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1950 a 2010.

Uma análise do grau de urbanização por classes de tamanho do município confirma essa hipótese, pois podemos verificar que nos municípios nordestinos maiores, com mais de 100 mil habitantes, a população já era predominantemente urbana desde a década de 1970, pelo menos. Assim, mesmo com uma distribuição relativa de pequenos municípios equivalente com outras regiões, o processo de transição urbana é relativamente atrasado em relação ao país, pois para o Brasil como um todo os municípios menores já atingiam a marca de 50% da sua população urbana em meados de 1991, enquanto que na região Nordeste isso ocorre apenas no Censo 2010, como podemos ver na Figura 1.

Neste aspecto, a transição urbana brasileira, embora possa ser entendida como avançada, ainda é distribuída de maneira desigual. Considerando então essa etapa como uma segunda transição urbana, momento em que há acomodação da população nas áreas já urbanizadas e os fluxos migratórios passam a ser predominantemente urbano-urbano, ainda há elementos

importantes a serem analisados para pensar o ciclo completo dessa transição precoce brasileira.

Figura 1 – Grau de urbanização por classes de tamanho de população nos municípios, Nordeste, 1970 a 2010



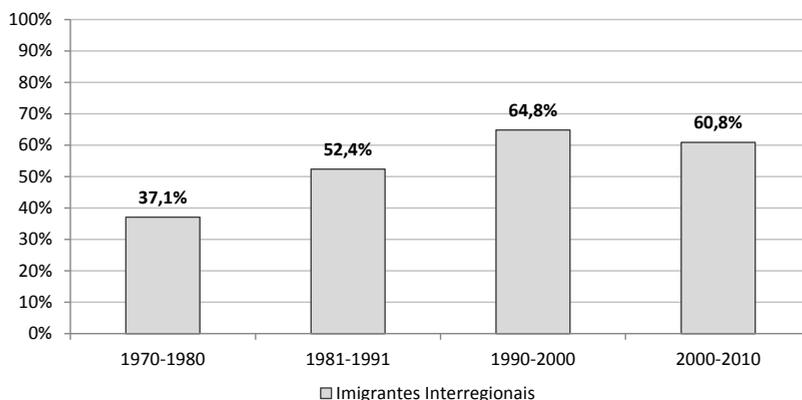
Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1970 a 2010.

Do total de pessoas que emigraram das áreas rurais nordestinas na década de 1970, segundo os dados do Censo 1980, 66% foram residir em áreas urbanas da própria região nordeste. Ilustrando-se, então, a hipótese de migrações por etapas (Martine, 1980; Harris; Todaro, 1970; Sjaastad, 1962) onde o migrante de origem rural passaria por estágios intermediários de modernização através de localidades urbanas menores para migrar novamente para regiões mais distantes e mais dinâmicas em um segundo momento. Conforme estes mesmos dados, do total dessas pessoas que migraram de áreas rurais do Nordeste para áreas urbanas na mesma região, um pouco mais da metade delas se dirigiu para os municípios de mais de 100 mil habitantes (55%).

A dinâmica migratória da região Nordeste desempenha, portanto, um papel fundamental no processo de urbanização, mas algumas das

características mais marcantes desse grande contingente de pessoas em movimento pelo país tem apresentado mudanças importantes nos últimos anos. Uma dessas mudanças é a direção predominante desses fluxos. Por um lado, os fluxos de emigração nas Unidades da Federação (UF) nordestinas se mantêm majoritariamente inter-regionais, ou seja, a maior parte das pessoas emigram para estados fora da região Nordeste. Mas por outro lado, é importante perceber que entre os imigrantes, os últimos anos marcaram uma inflexão, pois se na década de 1970 poucos dos que chegavam à região Nordeste eram de outras regiões do país, nos anos mais recentes já são a maior parte dos imigrantes, superando inclusive o volume das migrações entre os estados da própria região Nordeste.

Figura 2 – Percentual de imigrantes inter-regionais, 1970 a 2010



Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1970, 1991, 2000 e 2010.

Embora o Nordeste ainda apresente saldos migratórios negativos nas trocas com as UFs de outras regiões do país e ainda seja a região brasileira menos urbanizada, novas dinâmicas migratórias e urbanas parecem surgir. Com uma população mais urbana, mesmo em municípios de menor porte, novas possibilidades de atração e, principalmente, retenção da população potencialmente surgem. Não estamos aqui nos referindo apenas aos polos de desenvolvimento mais evidentes como Petrolina/Juazeiro ou Caruaru, entre outros; mas principalmente dos pequenos e médios municípios, agora mais urbanizados e que, com um conjunto de políticas sociais não específicas para o enfrentamento da estiagem (Araujo, 2012), aparentemente sentiram mais efeitos positivos do que as políticas de combate às secas de outrora.

Com esse breve percurso da relação entre migrações e urbanização no Nordeste, podemos concluir que, a despeito da pouca atenção dada à relação urbanização e ambiente nessa região, a sustentabilidade urbana nesse contexto se torna um elemento central a ser melhor analisado. Enquanto se fala em grandes projetos de reuso de água, fontes de energia limpa, redução de emissões de gases de efeito estufa, temos cerca de 39 milhões de pessoas vivendo em áreas urbanas de uma região que, se não por completo (como veremos no item a seguir), ainda carecem de políticas públicas de acesso a saneamento básico e precisam enfrentar estiagens regulares com poucos recursos.

VIDAS SECAS E URBANAS

A literatura tem apontado que, diante dos cenários de mudanças climáticas globais, importantes mudanças nos fluxos migratórios poderiam ocorrer, contribuindo para reiterar processos e intensificar os fluxos migratórios de regiões tradicionalmente expulsoras da população para as grandes cidades (Bates, 2002; Adamo, 2001; Myers, 1993; 1997; Barbieri et al, 2010; Barbieri, 2011). Mas, embora a relação entre estiagens e emigrações na região Nordeste do Brasil seja praticamente um consenso, há ainda lacunas de análise que deixam margem para desacordos nessa associação (Martine, 1980; Hogan, 2005). Assim, vale a pena problematizar uma leitura que não seja metropolecentrada - onde se analisam os fluxos migratórios a partir da perspectiva das regiões metropolitanas – mas através de uma análise da dinâmica demográfica a partir de suas regiões de origem: o nordeste seco.

Segundo o banco de dados do *International Disaster Database* (EM-Dat), no Brasil o desastre natural com o maior número de pessoas atingidas são as estiagens. E, embora não se constitua como o principal desastre em termos de vítimas fatais, é aquele que historicamente atinge o maior número de pessoas, comprometendo as atividades econômicas e a qualidade de vida. Claro que entender e avançar sobre a vulnerabilidade das grandes cidades é fundamental, afinal, as consequências econômicas e sociais nesses contextos atingem diretamente e indiretamente muito mais pessoas. Mas a despeito do volume relativamente maior de atingidos nas grandes cidades, as consequências das secas prolongadas em municípios pequenos podem ser devastadoras (Ojima; Marandola Jr, 2012; Ojima; Martine, 2012).

Mas antes de mais nada, para que uma leitura do que poderíamos chamar de “demografia da seca” seja realizada de maneira adequada é preciso

fazer um recorte espacial que vai além da mera arbitrariedade do recorte das grandes regiões brasileiras. Como discutir uma região tão extensa quanto o Nordeste sem se valer de um recorte intimamente vinculado aos aspectos ambientais, mas que também seja político? Ojima (2012) realiza uma análise preliminar do perfil demográfico nordestino considerando um recorte ambiental-climático-político utilizando a definição oficial definida pelo governo federal dos municípios que compõem o Semiárido nordestino³. A partir desse recorte seria possível distinguir os municípios nordestinos entre aqueles que são atingidos diretamente pelas estiagens e aqueles que enfrentam desafios de sustentabilidade urbana semelhantes àqueles de outras regiões metropolitanas brasileiras na região da Zona da Mata, no litoral oriental nordestino.

A definição dos municípios que compõem o Semiárido foi estabelecida pelo Ministério da Integração Nacional em 2005 ampliando a relação de municípios anterior de 1.031 para 1.133. Abrangendo inclusive 85 municípios da região norte de Minas Gerais⁴. Os critérios utilizados para a inclusão dos municípios nessa listagem partiram de um conjunto de estudos desenvolvidos no âmbito deste Ministério e - com base em cinco propostas apresentadas - além de incluir os municípios com precipitações médias anuais iguais ou inferiores a 800 mm, também passariam a ser incluídos aqueles que apresentassem índice de aridez de até 0,50⁵ e risco de seca superior a 60%⁶ (Pereira, 2007). A delimitação, portanto, além de contar com legislação específica que confere a estes municípios acesso a recursos financeiros para o combate às secas, tem uma delimitação claramente ambiental por contar com critérios técnicos e não apenas políticos.

Para Furtado (1959), a densidade demográfica dessa região seria incompatível com a uma economia competitiva e assim seriam necessárias políticas de incentivo que mobilizaram importantes contingentes populacionais em fluxos migratórios de modo a polarizar o desenvolvimento econômico em torno de algumas localidades específicas. Mas mesmo assim Ab'Saber (1999) salienta que de todas as regiões com tais características no mundo, o

3 Portaria nº 89 do Ministério da Integração Nacional, de 16 de março de 2005.

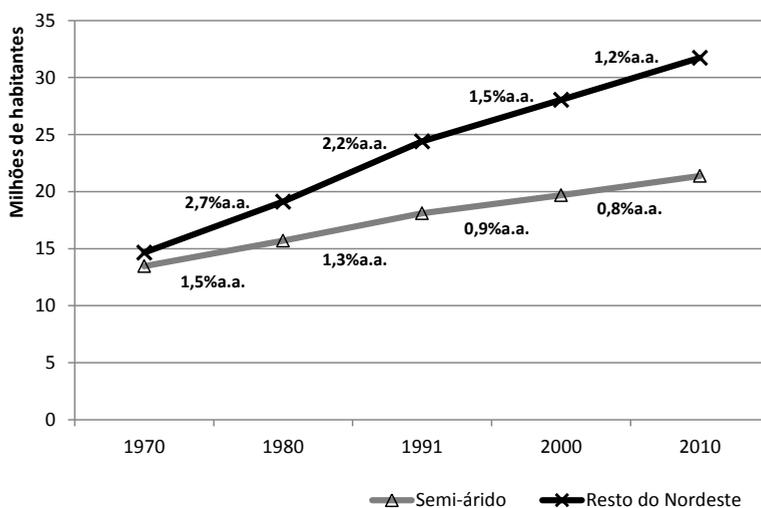
4 Para fins deste estudo, não serão considerados os municípios mineiros, pois o recorte é específico para a região Nordeste do país.

5 O grau de aridez de uma região depende da quantidade de água advinda da chuva (P) e da perda máxima possível de água através da evaporação e transpiração, ou a Evapotranspiração Potencial (ETP).

6 Apresentou déficit hídrico diário em mais de 60% do período de 1970 a 1990.

Semiárido nordestino seria uma das mais povoada de todas. A exploração da seca enquanto elemento constituinte da miséria, desigualdade e pobreza na região Nordeste já foi alvo de importantes discussões teóricas (AB'SABER, 1999; ARAUJO, 1997; CASTRO, 2001; FURTADO, 1959; 1974; 1981) e, conseqüentemente, parece ter sido suficiente para explicar o êxodo maciço de contingentes da população para os grandes centros urbanos, especialmente para o Sudeste. Sendo, para muitos, justificativa ainda das mazelas ambientais urbanas das grandes metrópoles.

Figura 3 – Volume e taxa de crescimento da população, Nordeste (exclusive semiárido) e Semiárido entre 1970 e 2010



Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1970 a 2010

Mas se na década de 1970 a taxa de crescimento da população Nordestina era relativamente alta (2,6% ao ano), apesar do saldo migratório negativo nas trocas com outras regiões do país, podemos explicar o descompasso entre as taxas de crescimento do Semiárido em relação ao resto do Nordeste pelas migrações intrarregionais que eram predominantes até a década de 1980. Hoje, ao contrário do que ocorria há algumas décadas atrás, o ritmo de crescimento populacional não é mais tão desigual do que as taxas de crescimento dos municípios de fora do Semiárido. A Figura 3 mostra que não apenas as taxas de crescimento estão em ritmo declinante, mas também que o ritmo de crescimento tende a convergir para valores muito próximos nas duas subáreas nos anos futuros.

Além disso, apesar da média do crescimento para toda a região do Semiárido ser relativamente baixa no período 2000-2010 (abaixo de 1% ao ano), em alguns municípios as taxas de crescimento da população urbana (Figura 4) são muito elevadas, apresentando taxas maiores do que 4% ao ano. Essa concentração da população em áreas urbanas tem duas leituras importantes no que se refere aos desafios para a sustentabilidade. A primeira delas diz respeito ao enfrentamento das condições ambientais adversas, pois em áreas urbanizadas há um maior potencial para oferecer serviços como educação, saúde e saneamento básico para a população, sobretudo, devido aos ganhos de economia de escala (Martine et al, 2008). Neste sentido, a urbanização da população nos municípios do Semiárido poderia proporcionar avanços significativos na qualidade de vida e na possibilidade de enfrentar os desafios da estiagem. Por outro lado, a concentração urbana em municípios de pequeno porte populacional traz desafios em termos da capacidade orçamentária e de infraestrutura, pois estes municípios apresentam, em sua grande maioria, uma grande dependência econômica de transferências de recursos federais e estadual.

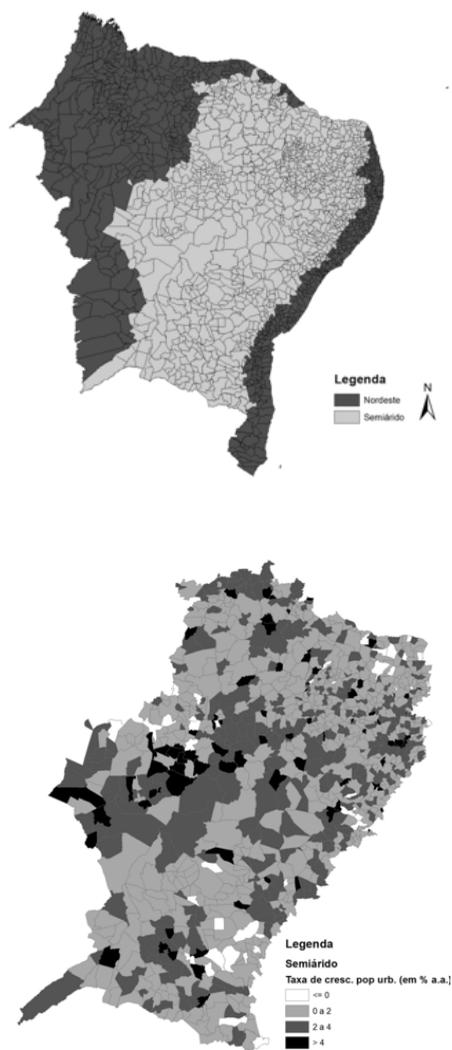
Há um relativo desacordo em relação aos motivos dessa concentração urbana nos municípios do Semiárido. Assim, apesar de um relativo consenso em torno da crise do complexo pecuária-algodão-policultura de alimentos como um dos principais fatores explicativos para o êxodo rural da região (Araujo, 2012; Carvalho; Egler, 2003), outros fatores merecem uma análise mais detalhada. Uma parte importante dos fluxos migratórios para áreas urbanas no Semiárido estão relacionadas, por exemplo, à migração de retorno. Migrantes que outrora foram em busca de oportunidades econômicas em grandes cidades, especialmente no Sudeste do país, têm retornado para suas regiões de origem, entretanto, majoritariamente com destino em áreas urbanas.

Outro aspecto recente que ainda não pôde ser confirmado é o impacto que as políticas de transferência de renda, iniciadas pela criação da previdência rural e culminando no Bolsa Família, tiveram nesse processo. Ou seja, a dinamização de um mercado consumidor urbano local, embora em pequena escala, através dos programas de transferência de renda tem sido apontada como um elemento importante na manutenção de parte da população na região (Araujo, 2012). Neste sentido, reduz-se o ímpeto dos fluxos migratórios de longa distância, mas mantêm-se uma tendência de uma mobilidade para áreas urbanas próximas.

Em paralelo, restam ainda elementos controversos em relação ao processo de urbanização e o impacto ambiental, especialmente sobre o conflito no uso da água, pois para Carvalho e Egler (2003), a urbanização no Semiárido causaria um aumento no consumo e demanda de água, o que agravaria a situação de escassez. Entretanto, o principal setor consumidor de água no Brasil é a

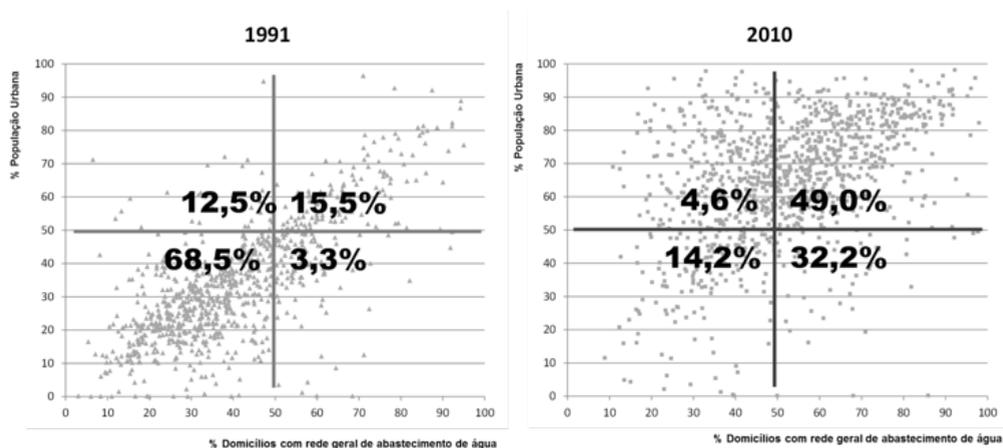
agricultura (Carmo et al, 2007), com uma participação média de mais de 60% de todo o consumo de água do país. Como a participação do consumo doméstico é de apenas 10%, podemos supor que a vida nas cidades, ao contrário, otimizaria o uso de água, principalmente se considerarmos o uso de técnicas de irrigação pouco eficazes em uma região de elevada evapotranspiração.

Figura 4 – Região do Semiárido na região Nordeste e taxa de crescimento da população urbana entre 2000 e 2010



Portanto, ao contrário do que encontramos nas grandes cidades e regiões metropolitanas, a concentração de pessoas em áreas urbanas de municípios que são atingidos pela seca poderia significar uma menor vulnerabilidade frente aos fatores ambientais extremos. Isso ocorre devido ao fato de que quando a população está concentrada nas áreas urbanas a possibilidade de oferecer serviços públicos e otimizar o uso de recursos se torna mais viável, tanto do ponto de vista de ações emergenciais para o enfrentamento das secas, como a distribuição de água potável em carros-pipa, mas também para investimentos de médio e longo prazo. O principal argumento é que parte significativa da literatura sobre o Semiárido associa a emigração das áreas rurais apenas em direção aos grandes centros metropolitanos e dessa maneira tratam este processo como um aspecto negativo que reproduz a pobreza e, portanto, os desafios ambientais no local de destino.

Figura 5 – Percentual da população urbana versus percentual de domicílios com rede geral de abastecimento de água por município do Semiárido nordestino, 1991 e 2010



Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991 e 2010

Mas se observarmos a Figura 5, podemos confirmar que há uma associação positiva entre o grau de urbanização e a oferta de atendimento de domicílios com rede geral de abastecimento de água. Tal associação é mais evidente para o ano de 1991, quando ainda grande parte dos municípios do Semiárido eram pouco urbanizados, sendo que 68% dos municípios apresentavam baixo grau de urbanização e baixa proporção de domicílios com rede geral de abastecimento de água, simultaneamente. Este cenário muda completamente em 2010, quando a maior parte dos municípios passam a ter

predominância de pessoas vivendo em áreas urbanas. Nesse aspecto, confirma-se a hipótese mencionada por Martine et al (2008) de que as transições urbanas ocorrem de maneira distinta em cada região.

A análise elaborada pelos autores se refere ao processo global de transição urbana, mas pode ser considerada aqui em um contexto social e econômico distinto, pois o argumento central é válido: os grandes fluxos rural-urbano para grandes cidades não devem se repetir no Brasil do presente devido às importantes mudanças tecnológicas e culturais nos quais o modo de vida urbano se expande para além das metrópoles (Monte-Mor, 2006; Hogan; Marandola Jr; Ojima, 2010; Baeninger, 2004).

Enfim, é impossível discutir a sustentabilidade das cidades sem considerar essa parcela significativa da população brasileira, exposta a vulnerabilidades crônicas e que reiteradamente comprometem todo um sistema social. Entender a sustentabilidade, portanto, é entender a vulnerabilidade e as suas múltiplas dimensões sociais (Ojima; Marandola Jr, 2012; Marandola Jr; Hogan, 2006; Marandola Jr, 2009). O mundo urbano é inevitável, pois as tendências históricas indicam que a população mundial desde 2008 é predominantemente urbana e não previsões de que haja uma reversão nessas tendências (UNFPA, 2007). Portanto, impedir que as pessoas continuem a migrar para as áreas urbanas é tão improdutivo quanto inócuo. Isso não significa dizer que não há que se ter espaço e incentivo para a agricultura, especialmente a de subsistência, mas trata-se aqui de evitar abordagens que dicotomizem as ações políticas em torno de uma ou outra opção.

Há uma situação de simbiose urbano-rural saudável e que pode se tornar mais efetiva se adequadamente gerenciada. Identificada por D'Antona e VanWey (2009) em algumas regiões Amazônicas, trata-se de uma questão central na estratégia de busca de serviços e infraestrutura, valendo-se ainda de respostas multifásicas como a migração de membros do domicílio para áreas urbanas e integrando atividades agrícolas e não-agrícolas (VanWey; Guedes; D'Antona, 2008). Essa estratégia de complementariedade de uma lógica urbana-agrícola é uma das características da urbanização extensiva também explorada por Monte-Mor (2006) e acena para um novo aspecto social que extrapola a tradicional dicotomia rural-agrícola e urbano-industrial. Assim, a urbanização do Semiárido nordestino poderia seguir a mesma tendência de complementariedade já identificada na Amazônia, mas devido aos aspectos sociais e políticos intervenientes, merecem uma investigação específica.

Neste sentido, a urbanização do Semiárido contemporâneo não proporcionaria movimentos migratórios nos moldes do desenvolvimento industrial do Sudeste de outrora, pois nem mesmo nesta região essa relação se

sustentaria diante de uma nova lógica da produção industrial flexível (Harvey, 1992; Baeninger, 2004). As mudanças no mercado de trabalho, fluxos econômicos e conjuntura de infraestrutura do país trouxe consigo transformações estruturais que demandam uma adaptação para a realidade política e institucional do Semiárido, pois se considerarmos o desenvolvimento urbano tardio da região a partir da mesma lógica de produção fordista, corremos o risco de reproduzir equívocos na forma de planejar (ou não planejar) essa urbanização, mas nesse caso, com consequências negativas maiores ainda devido à sobreposição de dilemas sociais seculares, especialmente, a pobreza da região (Arruda, 2011).

A CIDADE COMO ESPAÇO DE ADAPTAÇÃO

Poucas vezes pensamos na sustentabilidade urbana como aquela que garante a manutenção da qualidade de vida da população, talvez por essa perspectiva pouco se diferenciar dos problemas já existentes (Hogan, 1995; Ojima; Marandola Jr, 2012). Portanto, pensar no agravamento da intensidade e frequência da estiagem na região Nordeste imediatamente nos leva a pensar no agravamento dos conflitos ambientais nas principais metrópoles do Brasil decorrentes de novas ondas de migrantes, refugiados das secas. Assim, considerando as mudanças significativas dos principais fluxos migratórios, sobretudo os de origem rural-urbana e de longa distância (Oliveira; Oliveira, 2011), identificadas desde a década de 1990 (Baeninger, 2000; 2008; Brito, 2009; Martine, 1994), uma nova abordagem para as políticas públicas poderiam ampliar o potencial de adaptação aos fatores ambientais nas cidades do Semiárido.

A perspectiva de análise dos fluxos migratórios adotada por Lee (1966) coloca a ênfase sobre a decisão individual de migrar como um cálculo racional ou semirracional que passa por fatores associados ao local de origem ou do destino. Assim, em uma situação de ausência de obstáculos intervenientes, os indivíduos seriam livres para decidir as melhores alternativas para o seu bem-estar e, conseqüentemente, o equilíbrio social e econômico seria atingido mais facilmente. Portanto, a complexidade de análises a partir de fatores externos na decisão individual de migrar como as características do ambiente (locais de origem e destino), redes sociais, adaptação, entre outros, seriam fatores relevantes para entender a migração recente no Semiárido.

A maior parte dos municípios do Semiárido apresentam saldos migratórios negativos, mas apesar disso, em alguns municípios o impacto dos saldos

positivos é significativo. Assim, mesmo nas localidades com volumes modestos, como o contingente populacional no município de destino é pequeno, a migração causa maior impacto. Isso nos abre pelo menos uma questão importante no que se refere aos fluxos migratórios e o crescimento populacional nos municípios do Semiárido: os pequenos municípios, com maiores taxas de migração líquida, possuem infraestrutura e capacidade para absorver com bons indicadores de qualidade de vida os migrantes?

A população que reside nestes municípios do Semiárido nordestino e aqueles que chegam, deverão sofrer com os impactos das mudanças climáticas proporcionados, em grande parte, pelo padrão de consumo das grandes cidades do Sudeste e Sul do país. Os efeitos do processo de desertificação podem agravar os impactos já injustos em termos ambientais para o que a literatura tem chamado de justiça climática. Segundo Acserald (2009), a distribuição desigual da responsabilidade do consumo de recursos naturais tende a desbalancear os riscos ambientais entre grupos sociais. Mas a seca não é um problema novo, pois a população já convive com ela. Cabe ao poder público levar em conta as especificidades da urbanização dessa região para propor políticas que viabilizem a redução de injustiças socioambientais.

Assim, embora o crescimento urbano não seja em si mesmo o problema a ser enfrentado, necessitamos um olhar atento para não deixar que se reproduzam formas de expansão urbana excludentes em contextos de maior vulnerabilidade ambiental e social como é o caso do Semiárido nordestino. Ou seja, se os indicadores sociais, sobretudo de acesso a serviços básicos como abastecimento de água, saneamento, educação, saúde, são melhores nas áreas urbanas, este potencial positivo da urbanização precisa estar de acordo com o potencial impacto dos saldos migratórios sobre a população local, pois precisamos estar atentos à capacidade de gestão e planejamento dos municípios.

De acordo com os dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic 2009), 73% dos municípios do Semiárido nordestinos não possuíam plano diretor e, destes, apenas 27% estavam em processo de elaboração em 2009. Vale destacar ainda que, dentre aqueles municípios com taxas de migração líquida acima de 10% no período 2000-2010 (30 municípios), 19 deles não tinham plano diretor. Além disso, apenas 64% dos municípios do Semiárido possuem Conselho Municipal de Meio Ambiente. Enfim, o engajamento das instâncias locais de poder é fundamental para que as políticas de adaptação sejam levadas a cabo pelas localidades afetadas (Moser; Luers, 2008). Afinal, é extremamente necessário que haja capacidade institucional de planejar o crescimento e o desenvolvimento urbano nos pequenos e

médios municípios do Semiárido para que os aspectos ambientais não sejam novamente deixados em segundo plano e se tornando um problema futuro.

Como já é consenso para diversos autores, a busca pela sustentabilidade e a adaptação às mudanças ambientais não deve ser entendida apenas pela dimensão geofísica, pois as questões ambientais se fundamentam sobretudo nos aspectos sociais que poderão alterar ou proteger os modos de vida da população (Buttel et al, 2002; Giddens, 2010; Ojima, 2009; 2010). As medidas de adaptação devem ser, portanto, ações proativas que antecipem os desafios a serem enfrentados, pois só assim poderão ser respeitados os interesses da justiça socioambiental.

As cidades são os espaços privilegiados dessas transformações, pois nelas é que poderemos encontrar as melhores condições para dar acesso aos serviços sociais e de cidadania que garantam a negociação política. Construir cidades resilientes passará pela compreensão das especificidades de cada contexto e, do ponto de vista do papel das mudanças demográficas nas cidades, é necessário entender como as tendências da mobilidade espacial, do processo de envelhecimento, dos arranjos domiciliares, etc., contribuem ou não para este desafio que só tende a se tornar mais complexo.

Enfim, o desenvolvimento deve ser sustentável para todos, em quaisquer contextos urbanos. Não podemos reiterar injustiças sociais seculares sob a forma de preocupações de desenvolvimento regional a partir das premissas estigmatizadas na sociedade. Assim, entender detalhadamente a dinâmica demográfica e, sobretudo, migratória e urbana da região do Semiárido nordestino nos permite refletir sobre a sustentabilidade de um urbano pouco lembrado, mas que corresponde a mais de 35 milhões de pessoas. Onde os desafios da sustentabilidade passam longe do discurso hegemônico de economia verde para o crescimento sustentado, mas que se não forem planejados da maneira adequada pagarão a conta, sem ao menos terem sido convidados a se sentar à mesa para o almoço.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, A.N. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. *Estudos Avançados*, IEA/USP: São Paulo, v.13, n.36, 1999, p.7-59.
- ACSERALD, H.; MELLO, C. C. D. A.; BEZERRA, G. D. N. *O que é justiça ambiental?* Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ADAMO, S.B. *Emigración y Ambiente: apuntes iniciales sobre un tema complejo*. Papeles de Población. México. 2001, jul/set 29, 143-159.

- ARAÚJO, T.B. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. *Revista Estudos Avançados, Dossiê Nordeste*, São Paulo, v. 11, n. 29, abr. 1997.
- ARAÚJO, T.B. Economia do semiárido nordestino: a crise como oportunidade. *Revista Coletiva. Fundação Joaquim Nabuco*. Recife, 16/01, 2012.
- ARRUDA, D. A política regional no Brasil: Uma análise dos planos para o Nordeste a partir da visão sistêmica. *Cadernos de Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, v. 6, n.9, jul-dez, 2011, p.61-91.
- BAENINGER, R. Região, metrópole e interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes: Brasil, 1980-1996. In: *Textos NEPO 35. REDISTRIBUIÇÃO da população e meio ambiente: São Paulo e Centro-Oeste*. Campinas: NEPO, 2000.
- _____. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI. *Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu: ABEP, 2008.
- BARBIERI AF, DOMINGUES E, QUEIROZ BL, RUIZ RM, RIGOTI JI, CARVALHO JAM, RESENDE MF. Climate change and population migration in Brazil's Northeast: scenarios for 2025 2050. *Population and Environment*, v. 31, p. 344-370, 2010.
- BARBIERI AF. Mudanças climáticas, mobilidade populacional e cenários de vulnerabilidade para o Brasil. *REMHU (Brasília)*, v. 36, p. 95-112, 2011.
- BATES, D. Environmental Refugees? Classifying human migrations caused by environmental change. *Population and Environment*. 23 (5). 2002.
- BRITO, F. As migrações internas no -Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. *Anais do VI Encontro Nacional sobre Migrações*, Belo Horizonte: ABEP, 2009.
- BUTTEL, F.H., DICKENS, P., DUNLAP R.E., & GIJSWIJT, A. "Sociological theory and the Environment: An Overview and Introduction". In BUTTEL et al (Ed.), *Sociological Theory and the Environment: Classical Foundations, Contemporary insights*. Lanham, Rowman and Littlefield Publishers, 2002.
- CAMARANO, A.A. Movimentos migratórios recentes na região nordeste. *Anais do I Encontro Nacional sobre Migrações*. ABEP: Curitiba, 1997.
- CARMO, Roberto Luiz do et al. Água virtual, escassez e gestão: o Brasil como grande "exportador" de água. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. 10, n. 2, dez. 2007, pp. 83-96.
- CARVALHO, O.; EGLER, C.A.G. Alternativas de desenvolvimento para o Nordeste semi-árido: relatório final. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2003.
- CASTRO, Josué. Geografia da fome: o dilema brasileiro – pão ou aço. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- D'ANTONA, A.O; VANWEY, L.K. Rural Urbanization in the Brazilian Amazon: Factors Endogenous to the Region and Rural Households in Santarém, Pará. In: 7th International Science Conference on the Human Dimensions of Global Environmental Change, Bonn, 2009.

- DINIZ, C.C. O nordeste e o contexto nacional. Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. ABEP: Olinda, 1988.
- FURTADO, C. A operação Nordeste. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959.
- _____. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____. Uma política de desenvolvimento para o Nordeste. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, v.1, n.1, 1981.
- FUSCO, W.; DUARTE, R. Regiões metropolitanas no Nordeste: origens, destinos e retorno dos migrantes. Anais do XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu: ABEP, 2010.
- GIDDENS, A. A política da mudança climática. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- HARRIS, J.R.; TODARO, M.P. (1970) Migration, Unemployment, and Development: a two-sector analysis. *The American Economic Review*, vol. 60, n. 1, pp. 126-142.
- HARVEY, D. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança social. São Paulo: Loyola, 1992.
- HOGAN, D.J. ; MARANDOLA JR, E. ; OJIMA, R. . População e Ambiente: Desafios à Sustentabilidade. 1. ed. São Paulo: Blucher, 2010. v. 1. 106 p.
- HOGAN, D.J. Mobilidade populacional, sustentabilidade ambiental e vulnerabilidade social. *Revista Brasileira de Estudos da População*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 323-338, 2005.
- LEE, E. S. (1966). A Theory of Migration. *Demography* 3(1): 47-57.
- McGRANAHAN, G.; MITLIN, D.; SATTERTHWAITTE, D.; TACOLI, T.; TUROK, I. Africa's urban transition and the role of regional collaboration. International Institute for Environment and Development (IIED), 2009.
- MARANDOLA JR., E. Tangenciando a vulnerabilidade. In: HOGAN, D.; MARANDOLA JR., E. (orgs.) População e mudança climática: dimensões humanas das mudanças ambientais globais. Campinas: Nepo.Unicamp, 2009.
- MARANDOLA JR., E.; HOGAN, D.J. As dimensões da vulnerabilidade. *São Paulo em Perspectiva*, v.20, n.1, 2006.
- MARTINE, G. A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80. Texto para Discussão, IPEA: Brasília, 1994.
- _____. Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes? In Moura, H. (Coord.) Migração Interna: Textos Selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980, p. 949-974.
- MARTINE, G.; McGRANAHAN, G.; MONTGOMERY, M.; FERNÁNDEZ-CASTILLA, R. (eds.). The new global frontier: urbanization, poverty and environment in the 21st Century. London: Earthscan, 2008.

- MARTINE, G. ; OJIMA, R. . The Challenges of Adaptation in an Early but Unassisted Urban Transition. In: George Martine, Daniel Schensul. (Org.). *The Demography of Adaptation to Climate Change*. 1ed. New York: UNFPA, 2013
- MONTE-MOR, R.L. O que é o urbano no mundo contemporâneo. Texto para Discussão. Cedeplar/UFMG. Belo Horizonte, n. 281, 2006.
- MOSER, S.C.; LUERS, A.L. Managing climate risks in California: the need to engage resource managers for successful adaptation to change. *Climatic Change*, v. 87, Suppl. 1, 2008, p. 309-322.
- MYERS, N. . Environmental refugees in a globally warmed world. In: *BioScience*. Dec, 1993, 43(11), 752-762, 1993
- MYERS, N. . Environmental refugees. In: *Population and Environment*. Human Science Press, 1997, 19(2), 167-182, 1997.
- OJIMA, R. A produção e o consumo do espaço nas aglomerações urbanas brasileiras: desafios para uma urbanização sustentável. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, 2006.
- OJIMA, R. Mobilidade populacional, condições de vida e desenvolvimento no semi-árido brasileiro: por uma demografia da seca. In: GUEDES, G.R.; OJIMA, R. (Orgs.) *Território, Mobilidade Populacional e Ambiente*. Univale/CBH-Doce: Governador Valadares, MG, 2012.
- OJIMA, R.; MARANDOLA JR, E. O desenvolvimento sustentável como desafios para as cidades brasileiras. *Cadernos Adenauer: Fundação Konrad-Adenauer: Rio de Janeiro*, v. 1/2012, 2012.
- OJIMA, R.; MARTINE, G. Resgates sobre População e Ambiente: breve análise da dinâmica demográfica e a urbanização nos biomas brasileiros. *Revista Ideias – IFCH/Unicamp*. Campinas: IFCH, 2012.
- OLIVEIRA, K.F. Demografia da pobreza em Sergipe: migração, renda e características municipais a partir dos anos 80. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP : [s. n.], 2008.
- OLIVEIRA, L.A.P.; OLIVEIRA, A.T.R. (Orgs.) *Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil. Série Estudos e Análises: Informação demográfica e socioeconômica*. n.1. Rio de Janeiro: IBGE. 2011.
- PEREIRA, J.S. Nova delimitação do semi-árido brasileiro. *Câmara dos Deputados, Brasília*, 2007.
- RIBEIRO; M.N.O.; BARBOSA, L.M. Avaliação das condições de vida da população do Brasil, Nordeste e Rio Grande do Norte. *Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu: ABEP, 2006.
- SANTOS, T.F.; MOREIRA, M.M.; MOURA, H.A. A população do nordeste em face da transição demográfica. *Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu: ABEP. 1990.

SANTOS, T.F.; MOURA, F.A. Os determinantes da mortalidade infantil no nordeste: aplicação de modelos hierárquicos. Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. ABEP: Caxambu, 1990.

SILVA, H.; MONTE-MOR, R.L. Transições demográficas, transição urbana, urbanização extensiva: um ensaio sobre diálogos possíveis. XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Anais... ABEP: Caxambu, 2010.

SJAASTAD, L.A. (1962) The costs and returns of human migration. *Journal of Political Economy*. Vol. 70, n. 5, part 2: Investments in Human Beings, pp. 80-93.

TACOLI, C.; McGRANAHAN, G.; SATTERTHWAITTE, D. Urbanization, Poverty and Inequity: Is Rural-Urban Migration a Poverty Problem, or Part of the Solution? In: MARTINE, George; McGRANAHAN, Gordon; MONTGOMERY, Mark; FERNÁNDEZ-CASTILLA, Rogelio (eds.). *The new global frontier: urbanization, poverty and environment in the 21st Century*. London: Earthscan, 2008.

TEIXEIRA, P. Mortalidade na infância, relações produtivas e pobreza no nordeste: um estudo estatístico e sócio-econômico. Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. ABEP: Caxambu, 1998.

UNFPA – UNITED NATIONS POPULATION FUND. *State of World Population 2007: Unleashing the potential of urban growth*. New York: UNFPA, 2007.

VANWEY, L. K.; GUEDES, G. R.; D'ANTONA, A. O. Land use change in Altamira settlement area, Pará, Brazil: patterns associated with property owner migration or ownership change. In: *The Annual Meeting of the Population Association of America*. [Proceedings...]. Nova Orleans, Silver Spring, MD: PAA, 2008.

8

CAPÍTULO

ALTERAÇÕES DEMOGRÁFICAS DA POPULAÇÃO LOCAL AO LONGO DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO TURÍSTICA: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE TIBAU DO SUL (RN)¹

Nilson Cortez Crocia de Barros

No presente trabalho são identificadas alterações demográficas na população residente no Município de Tibau do Sul acontecidas nos últimos vinte anos, de 1990 a 2010. A população dos turistas ou visitantes (os consumidores) não foi objeto atenção, e sim a população local residente entendida segundo a definição oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

1 Texto originalmente publicado em: BARROS, Nilson Cortez Crocia de. Alterações demográficas da população local ao longo do desenvolvimento da região turística: estudo no município de Tibau do sul, RN, Brasil, 1991-2010- uma aplicação do método comparativo ao estudo da dinâmica das propriedades geográficas dos lugares. Cadernos de Estudos Sociais, Recife, v.29, n. 1, p. 86-132, jan/jun, 2014.

(IBGE). O trabalho procura então descrever características demográficas da população local a partir do exame dos dados demográficos – Censos e Contagens oficiais – disponíveis para os anos de 1991, 1996, 2000, 2007 e 2010. Para os anos de 2000 e 2010, examinaram-se os microdados referentes às migrações.

De forma muito tentativa e flexível, procura-se associar os padrões demográficos identificados nesses anos e as suas alterações ao longo das duas décadas (1990 e 2000), à tipologia das fases de evolução das destinações turísticas envelopada no modelo do ciclo dos *resorts* de R. Butler (1980). Observo que a tipologia foi adaptada ao estudo da destinação em trabalhos anteriores, de forma mais compreensiva em Barros (2009).

As apreciações das séries das variáveis demográficas escolhidas para o Município de Tibau do Sul, nos decênios indicados, permitiram, de fato, identificar mudanças nos padrões ou perfis indicados nesse município. Não obstante, essas evidências, fruto apenas das comparações entre os instantes (anos de Censos ou Contagens) sucessivos dentro da mesma unidade geográfica de observação – o Município de Tibau do Sul –, optamos pelo artifício da comparação geográfica mediante contrastes, quer dizer, o método de cotejar as mesmas variáveis como expressão de lugares ou regiões divergentes quanto a características geográficas gerais.

Tal artifício produziu melhor figuração e nitidez na identificação das alterações acontecidas na destinação, isto é, no Município de Tibau do Sul. A outra unidade municipal escolhida para ser comparada, no mesmo período e com base nas mesmas variáveis, foi o Município de Espírito Santo, também no Estado do Rio Grande do Norte. Essa unidade municipal não foi afetada por nenhuma dinâmica econômica local diferenciadora durante o período e, nos anos de 1980 e antes, os dois municípios (ou regiões político-administrativas) poderiam ser francamente equalizados como domínios territoriais tradicionais.

No presente trabalho, após breve apresentação da área de pesquisa – o que inclui descrever as condições sociais e ambientais prévias e contemporâneas à difusão, cuja exposição é necessária ao melhor entendimento contextual das alterações demográficas que tiveram lugar nos últimos vinte anos –, procede-se à revisão da literatura dedicada ao modelo de ciclo dos *resorts*, que é a teoria regional envolvente do trabalho. Em continuação, faz-se revisão das discussões demográficas pertinentes ao caráter das populações residentes em domínios territoriais de desenvolvimento turístico. Depois, examina-se empiricamente a dinâmica demográfica da população residente no Município de Tibau do Sul pelo método comparativo, e oferecem-se as conclusões.

Na parte empírica, estão descritas as características demográficas da população da unidade municipal (Tibau do Sul) a partir dos dados populacionais oficiais disponíveis para os anos censitários e de contagens significativos ao objetivo da pesquisa. Os dados da dinâmica da função (hospedagem) permitiram construir a série histórica da oferta de meios de hospedagem (Unidades de Habitação, UHs em hotéis/pousadas), de forma contínua desde 1990 até o ano de 2005, e incluiu-se o ano de 2011, restando a lacuna de dados para o intervalo 2006-2010, para o Município de Tibau do Sul, a destinação turística (Gráfico 1). Como o objetivo da pesquisa é teórico – especificamente proceder à exploração das relações de influência entre o desenvolvimento turístico e as alterações demográficas, visando identificação e confirmação de tendências –, os dados de hospedagem contínuos até 2005, e incluindo-se na série os disponíveis para o ano de 2011, permitem sem dúvida discutir as alterações demográficas tendo como pano de fundo o desenvolvimento turístico expresso pela série de Unidades de Habitação, até a fase de *consolidação* (4 fases), para empregar a linguagem do modelo de ciclo referido.

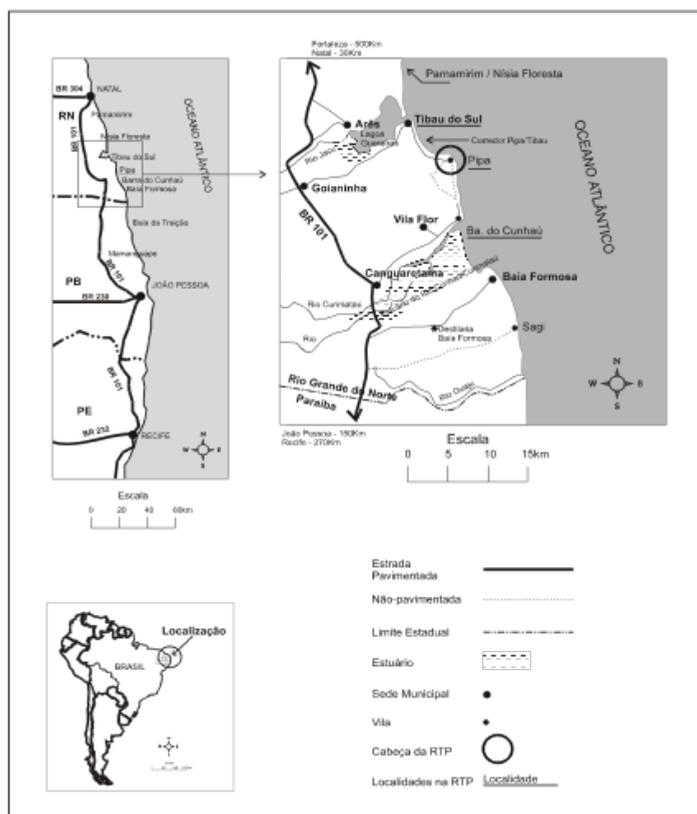
Os dados contínuos referentes aos meios de hospedagem foram sendo analisados e discutidos na perspectiva da teoria do ciclo progressivamente (Barros, 2002 a b, 2003, 2005, 2009). Reconhecemos que o período coberto pela série dos meios de hospedagem é suficientemente longo para incluir sintomas de pelo menos quatro fases (*exploração, envolvimento, desenvolvimento e consolidação*) do conjunto das seis propostas pelo modelo teórico ou ideal do ciclo de R. Butler, exceto naturalmente as duas últimas (*estagnação, declínio*), não obstante o caráter polêmico que toda apreciação referente ao posicionamento dos *resorts* dentro do ciclo apresenta, como se verá na revisão teórica.

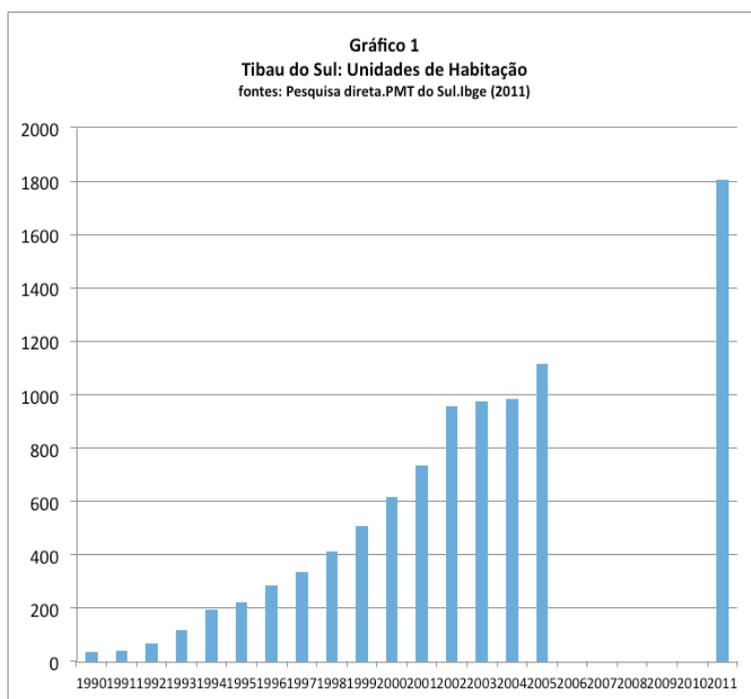
Com base nas pesquisas anteriores, já citadas, sugiro que Pipa – que é a vila turística *core* dentro do Município de Tibau do Sul – estaria experimentando uma espécie de prolongamento das características da *fase de desenvolvimento* (Barros, 2009), o que se confirma com os dados de hospedagem disponíveis para o ano de 2011. Esta fase apresenta, em função da persistência da demanda turística e da grande oferta de capital natural, uma curiosa situação de *overlapping* (superposição) com a teoricamente posterior *fase de consolidação* da destinação. O prolongamento teria a propriedade de retardar as fases da *estagnação* e do *declínio* – etapas ou fases posteriores na sequência teórica –, elastecendo deste modo o ciclo do produto turístico, ou seja, prolongando o ciclo de vida da região turística em estudo.

O TURISMO NO MUNICÍPIO DE TIBAU DO SUL

A difusão do turismo no Município de Tibau do Sul, Estado do Rio Grande do Norte, seguiu o padrão conhecido como *SSS – Sun, sand and sea* – dominante no Nordeste do Brasil. Tibau é, como destinação, uma das diversas centralidades a partir das quais se realizou a difusão da urbanização de padrão turístico nestas *fronteiras de serviços* litorâneas. Tal expansão do turismo fez com que, por sobre áreas antes de escassa utilização produtiva, acontecesse a expansão da *fronteira dos serviços* de lazer, entretenimento e acomodações. Ao longo do litoral existiam, e existem ainda, consideráveis secções de área que exibem notáveis estoques de capital natural, zonas que se tem transformado em *fronteiras de recursos* de interesse aos empreendedores do setor turístico. Então, não obstante peculiaridades, o desenvolvimento do turismo no Município de Tibau do Sul (Figura 1) ostenta traços comuns às destinações litorâneas no Nordeste do Brasil, particularmente àquelas localidades de desenvolvimento mais “espontâneo”.

Figura 1
Região Turística de Pipa - RTP





As condições sociais e territoriais em Tibau do Sul pré-difusão turística

Os assentamentos de população que hoje são destinações turísticas no âmbito do Município de Tibau do Sul, isto é, a sede do Município de Tibau do Sul e a vila de Pipa, possuem origens que remontam ao período colonial, posto que foram registrados pelo cronista Aires do Casal no começo do século 19 na sua obra *Corografia Brasílica* (1817) (Casal, 1976, p.278-279). Aqueles povoados eram pequenos portos pesqueiros articulados funcionalmente ao mundo dos engenhos da várzea do rio Jacu – cujo centro era a povoação de Goianinha – ou da várzea do rio Curimataú (povoações de Vila Flor e Canguaretama), ligando-se a estes núcleos pelos rios mencionados ou mediante caminhos carroçáveis, sistema de povoamento – *habitat*, especificamente – descrito classicamente por Melo (1958, p.225-228), Andrade (1957, p.11-30), Andrade (1959) (Figura 1).

Bem mais tarde, foram os usineiros e senhores de engenho, entre outros influentes, os primeiros a utilizarem estes vilarejos como balneários, a partir dos anos de 1930, sem que tal utilização removesse destas localidades

praieiras suas herdadas características rurais e pesqueiras. O fato é que Tibau do Sul e a sua vila de Pipa, por falta de volume na demanda local por turismo, nunca se constituíram em destinações turísticas de massa, mas sim destinações restritas às poucas famílias da elite agrária, burocrática e comerciante da *hinterlândia* canaveira, algodoeira e pecuária mais próxima. Pousadas nunca se desenvolveram na área, exceto a partir dos anos de 1990, data que é aqui tomada como o início do ciclo da destinação.

Tabela 1 – Tibau do Sul, RN. População residente e taxas de crescimento médio geom. anual, 1991-2010

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO RESIDENTE					TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO ANUAL (ANOS) (%)			
	1991	1996	2000	2007	2010	1991/96	1996/00	2000/7	2007/10
Tibau do Sul	5.964	5.946	7.757	10.950	11.385	-0,05	6,80	5,08	1,28

Fontes: IBGE (1996, 2007), *Contagem de população*. Rio de Janeiro.

IBGE (1991, 2000, 2010), *Censos demográficos*. Rio de Janeiro.

Num sentido mais amplo, não aconteceram, apesar do desenvolvimento turístico, alterações profundas na estrutura mais geral da distribuição da população nesta área, mas sim o reforço ou maior concentração do povoamento em algumas secções territoriais em Tibau do Sul. Mas a população cresceu significativamente nas duas últimas décadas, isto em boa medida impulsionada pelo turismo, mas seguindo no geral uma estrutura de circulação e distribuição populacional herdada do período colonial. Em decorrência da demanda pela destinação, a partir dos anos de 1990 os caminhos carroçáveis coloniais foram sendo revestidos por asfalto, o que atraiu novos consumidores turísticos, facilitando-se a difusão do turismo de casas de fins de semana e principalmente do turismo hoteleiro, assim como as visitas de um dia. Este é, realmente, o começo da difusão do turismo no litoral do Município de Tibau do Sul, vila de Pipa.

O turismo e a sua regionalização no Município de Tibau do Sul

Foi o litoral municipal o campo da difusão turística. Neste litoral podem ser identificados, numa análise morfofuncional, quatro focos da dinâmica territorial dos investimentos do setor. Estes focos de investimentos

representam aqui também os elementos da estrutura espacial da Região Turística em consideração e estão identificados abaixo (Quadro 1).

Quadro 1 – Elementos espaciais do assentamento turístico em Tibau do Sul

1. A sede administrativa de Tibau do Sul.
2. O Corredor de hotéis que se estende desde a Sede de Tibau até à vila de Pipa.
3. A Zona Central da vila de Pipa.
4. A Periferia ou Bordas imediatas à vila de Pipa, área de expansão em função do congestionamento da Zona Central da vila.

Fonte: Barros, 2009.

A expansão do turismo e o crescimento da população foram extraordinários em Tibau do Sul, particularmente na vila de Pipa, desde os meados dos anos de 1990 até meados da década passada (Tabela 1). Foi a fase do grande desenvolvimento da destinação, fase que parece ter dado lugar nos últimos anos à de consolidação, ou melhor, dado lugar a uma complexa situação de mistura de caracteres das duas fases mencionadas (*desenvolvimento e consolidação*). Decorrentes do crescimento foram, entre outros fatos, a elevação do preço da terra na vila de Pipa e a crescente densidade das edificações. Essa valorização da terra reverberou para todo o Município de Tibau, inclusive secções rurais. Os congestionamentos de circulação na Zona Central da vila de Pipa (elemento 3, Quadro 1) se tornaram grande problema-reflexo desta densidade, levando à construção, com recursos do PRODETUR II, do Anel Viário de Pipa (BNB.PRODETUR, 2012).

Resultado é que a sede de Tibau do Sul (elemento 1, Quadro 1), o mencionado Corredor Tibau-Pipa (elemento 2) e as Bordas e Periferias da vila de Pipa (elemento 4) representam as unidades territoriais de especial interesse para os investidores com objetivos de instalar hotéis do padrão *resort* ou não (Figura 1). Para os hóspedes das outras unidades territoriais do assentamento, a Zona Central da vila de Pipa tornou-se progressivamente a área de visitação com fins de gastronomia, compras e diversão noturna, espécie de DCN (Distrito Central de Negócios) da Região Turística em foco como um todo, verificando-se uma divisão territorial-funcional nos serviços. Há claros incrementos de capital cultural na área, e de perdas de capital natural, para empregar a imagem do balanço de capitais (GARROD-FYALL, 1998). Estas observações sugerem sinais da fase de *consolidação*.

Como antes indicado, a destinação teria entrado numa fase de *consolidação*, não obstante pessimistas indiquem preocupantes sinais – ainda que apenas supostos – também de *estagnação*. No intervalo 2007/2010 verificou-se uma substancial redução no crescimento populacional médio municipal para 1,3% ao ano, uma taxa igual à constatada para o Estado do Rio G. do Norte no seu conjunto (Tabela 1). A destinação teria, para alguns, começado a enfrentar sintomas de estagnação com incerta duração. Entretanto, dada a complexidade dos fatores internos e externos que influenciam o desempenho de uma região turística, e também a curva exposta no Gráfico 1 para a destinação em foco, pode-se mais acreditar é que não há evidências que suportem a hipótese da estagnação para o *resort* sob estudo. Comportamentos de demanda abaixo das expectativas por alguns anos em um *resort* não podem, imediatamente, e à revelia dos dados de expansão dos meios de hospedagem, ser necessariamente tomados como marcos iniciadores da estagnação na trajetória do ciclo da destinação.

Acredita-se que a carcinocultura, com menor efeito, foi suplementar ao turismo nos anos de 1990 e começos da década de 2000 na atração de imigrantes para o Município de Tibau do Sul. Estes imigrantes assentaram-se na área municipal próxima aos manguezais, onde alguns pequenos povoados experimentaram forte expansão (margens da Lagoa Guaraíras, afastada cerca 15 a 10 km da vila de Pipa). Contudo, o declínio desta atividade foi severo nos últimos anos da década passada, continuando pelos dias atuais, o que ajuda a entender a queda do crescimento populacional no final da década passada. Além disso, pode-se supor que a facilitação da mobilidade na última década permitiu intensificar a pendularidade (mobilidade) para a força de trabalho oriunda dos municípios vizinhos para trabalhar na destinação, como alternativa à residência no – ou migração para – inflacionado município turístico.

ABORDAGEM GEOGRÁFICA SISTEMÁTICA DA FUNÇÃO TURÍSTICA E O MODELO CICLO DOS RESORTS

O modelo de ciclo de Butler (1980) é um dos modelos mais influentes em Geografia do Turismo, dentre outros que oferecem tipologias evolutivas ou temporais para as destinações. Seu caráter é ser uma representação teórica sintética da dinâmica regional turística, representação orgânica ou integradora de muitas variáveis tendo como pano de fundo o conceito de Espaço Geográfico. É, em decorrência, modelo classicamente geográfico, no senso

que exibe da definição areal e da visão regional de síntese. Levando-se em conta a classificação de Coltman para os ciclos – ciclo curto ou sazonal, ciclo de média duração, e ciclo de longo prazo ou tendência -, o modelo do ciclo dos *resorts*, ou destinações, ou zonas turísticas, referido encaixa-se na categoria dos modelos cíclicos de tendência ou de longo prazo (COLTMAN, 1989, apud GONÇALVES; AGUA, 1997, p.12). A destinação é identificada como a área ou região que é uma porção do Espaço Geográfico definida pelo turismo. O conceito de região – central na Geografia (GOMES, 1995; LENCIONI, 2003) – é utilizado para circunscrever territorialmente o assentamento – ou “*lugar turístico*” na denominação de Cruz (2003, p.13) – que vai ser submetido à análise tipológico-evolutiva ou temporal.

O modelo encerra a ideia de que o espaço geográfico é regionalizado e se altera – é produzido – por processos, no caso, comandados pelo sistema cultural dos serviços. Algumas análises de destinações inspiradas no modelo procuram mesmo por foco nas alterações acontecidas na base dos recursos naturais ao longo das fases, como Hernandez e Leon (2007) acerca das condições ambientais na fase de *pós-estagnação*, quando os esforços podem ser dirigidos para a recuperação ambiental da destinação visando o seu *rejuvenescimento* e que escape do *declínio*.

A destinação – região turística – tem sua ontologia descrita em etapas ou fases ou estágios sucessivos teóricos. A destinação apresentaria uma sequência de seis fases: 1) *fase da exploração*, 2) *fase do envolvimento*, 3) *fase do desenvolvimento*, 4) *fase da consolidação*, 5) *fase da estagnação* e, finalmente, a última etapa: 6) *a fase do declínio* ou a do *rejuvenescimento* da destinação (Butler, 1980).

Muitos estudiosos já haviam percebido que as destinações iam experimentando mudanças ao longo do tempo. Likorish & Kershaw (1958, apud CHOY, 1992, p.26) descreveram a tendência à substituição dos visitantes ricos pelos visitantes da classe média à proporção que a destinação tornava-se mais antiga; finalmente, a destinação acabava dominada pelos pobres em renda, e a região-produto já não era mais aquele “produto” que existira na fase inicial. Observações similares estão nos trabalhos de Christaller (1963, apud BUTLER, 1980, p.5), Plog (1973) e Stansfield (1970), entre outros. A ideia básica é que existe uma sucessão diferencial de visitantes (consumidores da destinação) e Butler sistematiza esta ideia inspirando-se no conceito de ocupação sequencial de D. Whittlesey (1929), tal como o observa Johnston (2001, p.5). A metáfora é aspirada dos estudos da ecologia humana, quer dizer, é central a consideração da competição pelo espaço entre as espécies ou suas variedades (no caso, variedades de turistas). A população dos

visitantes (os consumidores turísticos) e o meio geográfico (a destinação) são as dimensões sob foco.

Butler argumenta existir um processo acumulativo no espaço (o meio vai mudando) ao longo da evolução de uma área turística. O que vai acontecendo na destinação irá, cumulativa e organicamente, estruturar-se espacialmente e atuar posterior e incessantemente na definição do caráter do lugar, afetando o futuro da destinação. Tal como em toda reunião de objetos materiais e relações sociais, uma destinação possui origem, desenvolvimento e decadência. O modelo de Butler, portanto, se suporta nas ideias ecológicas da dinâmica de populações (WILKINSON, 1996, p.17) associadas à ecologia regional ou da paisagem.

Em torno do modelo rondam muitas críticas, e dentre elas são numerosas aquelas dirigidas à sequência proposta das fases para o desenvolvimento da destinação. O próprio Butler admite que, no caso de o turismo ter se difundido por áreas onde não havia assentamento humano anterior ou em que este assentamento era de pequena importância, não faria sentido considerar os dois primeiros estágios da evolução, isto é, o da exploração e o do envolvimento (BUTLER, 1980, p.11). Nesse particular, foi inspirado justamente nos sistemáticos estudos feitos por Noronha (1976) para o Banco Mundial – cuja agência BID financia o Prodetur – que Butler se baseou para evidenciar os limites da sua própria proposta.

Outro crítico das fases argumenta com o exemplo das Ilhas Salomão: aparentavam estar no início do desenvolvimento, mas na realidade já estavam ingressando num “*estágio modificado de declínio*” (DOUGLAS, 1997, p.17). Ou seja, muitas fases propostas eram irreconhecíveis em certas destinações. E esta “amputação” de fases seria mais comum do que se pensava. Papua Nova Guiné, por exemplo, havia passado dos “*primeiros momentos de evolução*” para um claro declínio desde 1973 (DOUGLAS, 1997, p.17). Para alguns, o comportamento do desenvolvimento das destinações coincidiria com o modelo apenas em poucos casos, e então não se deveria esperar muito da sua capacidade preditiva (COOPER, 1994, p.344, apud WILKINSON, 1996, p.23).

E como identificar a fase na qual estaria a região turística? Agarwal lamentou que o modelo de Butler não oferecesse indicadores claros para que a pesquisa sobre uma determinada destinação pudesse apontar quando a mesma se movia de uma fase a outra. Melhor seria, afirmou, que o modelo atribuísse mais valor aos momentos de superposição (*overlapping*) entre as fases que se sucedem (AGARWAL, 1997, p.69,70,71) que às fases

propriamente ditas. Tal crítica é de grande utilidade no exame da destinação oferecido pelo presente artigo.

Intervenções funcionais de origem externa ou interna, como a introdução de novas atrações – casas de shows, marinas, instalações esportivas, museus, casas de jogos etc. – podem lançar a destinação em novo(s) ciclo(s) a ponto de alterar toda a lógica de sequências de fase do ciclo anterior. Este é um grande esforço procedido, por exemplo, em velhas destinações, inclusive na Europa Mediterrânea (CHALKITI, 2007, p.163), para conferir sustentabilidade às destinações de massa. Estas novas atrações poderiam criar uma situação de fases que cortaria os vínculos lógico-sequenciais do quadro atual da destinação com a sua história prévia (CHOY, 1992, p.29). O modelo de Butler falharia, nestes casos, em identificar as fases. Poder-se-ia perguntar: estaríamos diante de um novo ciclo com novas fases, ou ainda diante do mesmo antigo ciclo renovado (CHOY, 1992, p.29)?

As controvérsias prosseguem. Uma vez que o foco do modelo é a população de visitantes, já foi perguntado o seguinte: o ciclo da destinação, com as suas fases, seguiria uma única e mesma curva para todos os grupos de turistas oriundos dos diferentes mercados que, ao longo do tempo, se vão sucedendo em uma mesma região turística ou destinação? Moore & Whitehall, utilizando modelos estatísticos (Markov), concluíram que, no caso de Barbados, o modelo da curva em forma de S, de Butler, oferece uma boa imagem para a chegada de turistas no período 1957-2002, mas apenas para determinados mercados emissores. Entretanto, não se poderia dizer que o mesmo comportamento da curva representaria os turistas advindos de todos os mercados emissores que chegaram à destinação (MOORE; WHITEHALL, 2005, p.112).

Malgrado todas as críticas que possam ser feitas ao modelo do ciclo e sua lógica evolucionária, analistas em geral – inclusive aqueles muito críticos ao modelo – reconhecem seu notável valor e influência, o que se expressa por massivas discussões e reedições de trabalhos (BUTLER, 2006, 2009; TSIAKALI, 2008).

O modelo do ciclo das destinações ou das regiões turísticas, sendo o mais influente dos modelos evolutivos, compreensivelmente foi submetido a severas apreciações revisionais suportadas em estudos empíricos realizados em diferentes contextos espaciais e temporais. Apesar de todo o volumoso criticismo construído em torno dele, ele é uma referência central nas análises dedicadas ao estudo sistemático da dinâmica das destinações e continua a suscitar ininterrupto, fluente e variado espectro de discussões produtivas sobre a ontologia das regiões turísticas.

No presente artigo, essa ontologia é imaginada e apreciada, especificamente, na sua dimensão ou face demográfica. Uma destinação, claro, apresenta várias dimensões que podem ser estudadas em suas dinâmicas particulares ou específicas. Como explorar melhor uma destas tantas faces da perspectiva ontológica geral do *resort*? Deve-se reconhecer – inclusive é o que fazem muitos dos mais severos críticos da teoria do ciclo – que a representação sequencial proposta por R. Butler oferece eficiente ferramenta teórica unificadora ou integradora das propriedades da região turística em sua dinâmica. Eis a razão central da utilização do modelo na presente análise das alterações dos padrões demográficos na destinação Tibau do Sul nos últimos vinte anos, posto que o presente artigo empenha-se em integrar a análise das características demográficas da população local (dimensão populacional) à interpretação dinâmica da destinação turística.

A ANÁLISE DEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO LOCAL E O TURISMO NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO DA DESTINAÇÃO OU REGIÃO TURÍSTICA

Não restam dúvidas que a preocupação em torno das relações entre o turismo – como uma função de amplos efeitos territoriais – e os estudos de população é atitude já assentada nos ambientes acadêmicos e de consultoria interessados nas atividades e nos lugares de lazer, visitas e entretenimento. Vários modelos desenvolvidos durante as últimas décadas inspiraram-se nas alterações que a distribuição geográfica da população local experimentava em decorrência do desenvolvimento ou da expansão da função turística.

Mesmo formulações ou modelos voltados para explorar as dimensões de Origem/Destino, como o de Lundgren (1982) – que classifica os destinos como *metropolitanos*, *periféricos urbanos*, *periféricos rurais* e de *ambiente natural* –, ou a representação de Turner & Ash (1976) (*centro ou metrópoles/periferias*), trazem em si ou denotam na sua linguagem atenção às concentrações ou distribuições das populações. O próprio índice de Defert (1967) avaliando a importância da função turística numa região resulta da relação entre o número dos leitos disponíveis numa determinada região turística (N) e a sua população local (P).

Não obstante a tudo isso, os estudos de segmentação demográfica (perfis demográficos) dos visitantes, isto é, dos consumidores ou turistas, são eles compreensivelmente muito mais numerosos na bibliografia que procura incorporar a análise demográfica à turística, uma vez que tais estudos são

vitais para os interesses de curto e médio prazo da denominada indústria do turismo. É mesmo consagrada a expressão estratégia de segmentação (JUANEDA; SASTRE, 1999), para alcançar população determinada – certo perfil – dos consumidores. Esses estudos demográficos formam uma importante parte auxiliar aos denominados estudos dos fluxos turísticos ou da demanda.

Observe-se que os modelos evolucionários, tais como o de Butler (1980), ou o de Thurot (1973), ou de Plog (1973), são baseados na sucessão desta população (consumidores), isto é, da população dos visitantes (turistas) segundo os seus estilos de consumo ou segundo as suas classes de renda (segmentação em perfis), ou ambos os critérios combinadamente. Propõem eles que, ao longo do tempo, tem lugar na destinação uma sequência reconhecível de segmentos (tipos de perfis) demográficos diferentes de visitantes. A população dos visitantes é representada como mudando à proporção que o tempo passa, mudando em seus quantitativos segundo os estilos de vida e de consumo, segundo os grupos de idade, segundo os níveis de renda, isto é, o caráter do fluxo se vai alterando à proporção que a destinação ou região turística vai desenvolvendo. Os padrões demográficos dos visitantes sofrem mudanças.

Quando as atenções institucionais de pesquisa das grandes iniciativas de investimentos e vendas do serviço turístico – crescentemente operando à escala global – se voltam para as secções do Espaço Geográfico que são ou podem se tornar destinações (zonas receptoras), o foco é posto, naturalmente, de modo exclusivo nas características naturais ou culturais da área que podem cooperar para formatar os produtos turísticos, ou que podem ser disfuncionais às estratégias espaciais de expansão. Então, certa preocupação com a disponibilidade e características da mão de obra local a ser incorporada ao mercado de trabalho do setor se constitui exceção à reconhecida desatenção à demografia da população local. Pode-se pensar que, de certa forma, isto é reflexo do tradicional planejamento de cima para baixo rotineiramente associado à história de implementação dos muitos planos estratégico-espaciais para o setor, o que tem dado espaço a justificados criticismos (ARAÚJO, 2012; ARAUJO, BRAMWELL, 2002; ARAUJO, DREDGE, 2012; LIU, WALL, 2006).

Os modelos de segmentação evolucionária, antes referidos, não analisam a população local sistemática ou diretamente numa perspectiva de fases ou evolucionária. Entretanto, a população dos habitantes da destinação compartilha do processo das mudanças precipitado pela ontologia da destinação turística, desenvolvendo este que conduz em geral à standardização ou institucionalização turística da região receptora.

Em decorrência de tudo isso, entendemos como necessária a avaliação daquilo que acontece à população local: como é a sua ontologia, como ela muda em seus caracteres demográficos (etariamente, educacionalmente, migratoriamente etc.) à medida que a destinação descreve a sua trajetória de alterações.

Quanto à distribuição no espaço da população local nas regiões turísticas (destinações), outros modelos contemplam muito própria e precisamente o assunto. O proposto por Miossec (1976) pressupõe cinco etapas-padrão da organização espacial numa região turística. Neste caso, enquanto a primeira etapa mostra, entre outras características, baixas densidades demográficas e isolamento entre os assentamentos humanos, a última etapa é, pelo contrário, caracterizada pelas altas densidades demográficas e pela hiperconectividade entre os assentamentos turísticos. Lozato-Giotart (1993, p.125) observa, por seu turno, baseando-se em J. Lundgren, o modo como o processo de crescimento populacional metropolitano vai absorvendo ou colonizando a zona de segunda residência para a população residente metropolitana; o crescimento populacional da metrópole prossegue requalificando sequencialmente novas e mais distantes áreas rurais para a função de zona das residências secundárias.

Entretanto, apesar desse interesse no aspecto da distribuição espacial da população, o Grupo de Estudos em Turismo da União Geográfica Internacional (UGI), há cerca de uma década, entendeu de estabelecer como foco claro e relevante de pesquisas os nexos entre o turismo e os estudos mais amplos da população; especificamente, as relações entre o turismo e o fenômeno das migrações.

Havia o reconhecimento, entre os estudiosos do turismo numa perspectiva geográfica, que chegara o tempo de desenvolver estudos sobre aspectos ainda pouco analisados (Hall, Williams, 2002, p.3) ou a merecer reexame à luz das novas realidades do espaço turístico. Existiam evidências que estudos de ordem demográfica, claramente interconectados com as destinações, eram escassos, como o demonstraram Botterill, Haven e Galé (2002). Os primeiros resultados de tais investigações apareceram no número temático *Turismo e Migrações*, do periódico *Tourism Geographies* (2000, vol.2, n.2, February), inspirado, principalmente, na experiência dos espaços turísticos do mundo desenvolvido.

Deste empenho resultou que palavras indicadoras de classes de mobilidade – pendularidades diversas, migração de trabalho, de retorno, de aposentados, empresarial etc. –, que não raro se superpõem, tornaram-se menos escassas na bibliografia da Geografia do Turismo, deste modo incorporando-se mais

frequentemente à análise do turismo os temas da mobilidade, migração e circularidade, central na Geografia contemporânea. Das mencionadas discussões decorreu a ideia norteadora de que o turismo pode ser entendido como envolvendo duas grandes formas de mobilidade. Uma é aquela denominada de *mobilidade do trabalho ou da produção*, entendida como orientada para resolver o provimento dos serviços turísticos, forma importante especialmente onde o turismo é de massas e de expansão rápida e que necessita mão de obra adicional, isto é, além da capacidade da oferta local. A outra, denominada *mobilidade de consumo*, é devida aos deslocamentos produzidos pelos próprios consumidores ou turistas (WILLIAMS, HALL, 2000, p.11).

Voltado propriamente para o estudo da *mobilidade do trabalho*, então no âmbito daquela iniciativa da UGI, mencione-se o trabalho de Szivas & Riley, artigo que aborda (revisa) o tema da entrada da mão de obra advinda do desemprego ou de outros setores (agricultura, por exemplo), na atividade turística (movimento intersetorial do trabalho). Como era de esperar, movimento que se associa fortemente à mobilidade geográfica.

Esses autores reapresentam algumas discussões e argumentos desenvolvidos em torno da mobilidade nas experiências do turismo periférico nas áreas rurais ao longo das décadas precedentes (2002, p.54-5), replicando-os em artigo posterior (SZIVAS, RILEY, AIREY, 2003). Atenção especial merece o trabalho produzido por Salva-Tomàs estudando características demográficas dos imigrantes recentes na área turística segundo a origem geográfica dos mesmos, e a segmentação existente no mercado de trabalho turístico fortemente entrelaçado com estas origens. De maneira mais ampla, o autor procura relacionar as migrações (quanto à origem), no caso tanto a de trabalho quanto a de consumo, à expansão do turismo de massa nas Ilhas Baleares, Espanha, a partir dos anos de 1950, identificando as mudanças. As alterações verificadas no perfil demográfico dos residentes são identificadas, inclusive etariamente, que é o caso do rejuvenescimento da população (SALVA-TOMÀS, 1996, 2002).

Para a discussão destes problemas, da associação entre a mobilidade intersetorial e geográfica, pode-se retomar a observação de Singer (1980) de que, não obstante existam zonas de expulsão, são as zonas de atração onde se encontram as demandas por força de trabalho que acabam por definir as trajetórias da mobilidade geográfica (SINGER, 1980, p.226). A generalização pelo território nacional das políticas de transferência de renda e cobertura social implantadas a partir do final dos anos de 1990, e intensificada na última década acreditamos não alteraram este fenômeno gravitacional comandado pelas zonas de desenvolvimento diferenciado, que é precisamente

o caso turístico de Tibau do Sul. Para a produção do serviço turístico, um determinado estoque de força de trabalho há que ser reunido num *sítio* geográfico onde o serviço vai ser consumido (WILLIAMS, HALL, 2000, p.13), e isso comanda a direção da mobilidade geográfica no rumo de uma região.

Abriu-se um campo de possibilidades para os estudos sobre os padrões reais de mobilidade do trabalho, isto é, sobre diversificados tipos de circulação ou de migração vinculada à produção (BELL; WARD, 2000). Os estudos vão suscitando indagações e reflexões; nesse aspecto cumpre observar as anotações desenvolvidas por Brito acerca do descolamento entre as condições da mobilidade espacial e as condições da mobilidade social nas décadas mais recentes no Brasil (2009, p.21). Esse problema é particularmente importante no campo da análise das potencialidades migratórias para as zonas de forte desenvolvimento dos serviços turísticos. É que a globalização, as específicas exigências de interação e inserção nas redes sociais como requerimentos de trabalho, a internacionalização das destinações, isto e muito mais, têm evidenciado a importância da migração internacional no setor (AITKEN, HALL, 2000), sobrepondo-se à força da proximidade, à diferença do que pode ocorrer a outros setores. O problema exige a análise do caráter ou perfil da mobilidade geográfica ao nível das diferentes escalas geográficas. De certa forma, pode-se dizer que isso se associa ao que Brito denomina de restrições crescentes da inserção da força de trabalho por conta da reestruturação no país (BRITO, 2009, p.19; OJIMA, 2012, p.151).

Com a generalização da mobilidade, fato já anunciado por Zelinky (1971), e com a superação em muitos espaços geográficos, como no Brasil, da dominância do clássico padrão de migração campo (agricultura)→cidade (indústria), atenções têm sido postas nas migrações de retorno, não restritamente ao retorno dos agora aposentados que haviam formado os fluxos do padrão clássico das áreas rurais para as metrópoles (fluxos nacionais ou internacionais), mas também dos migrantes de retorno de diferentes faixas etárias e perfis socioprofissionais. Exemplo é o estudo sobre migrações de retorno em velhas áreas de *plantations* (CONWAY, POTTER, 2007) na América, áreas envolvidas há décadas por esquemas de desenvolvimento turístico de massas. Há exemplos de estudos voltados para a avaliação da migração de áreas urbanas (metrópoles) para áreas periféricas, áreas mais naturais ou rurais, em função da instalação da atividade turística nestas zonas e oportunidades profissionais e de investimentos então decorrentes (PANIÁGUA, 2002), constituindo-se numa variedade do que se tem chamado de contraurbanização.

É evidente que a destinação turística, inclusive a sob exame no presente trabalho, não é apenas afetada nas suas características demográficas pela

ação dos investidores turísticos e das políticas públicas diretamente vinculadas ao setor. As circunstâncias regionais da agricultura exercem suas influências, assim como políticas públicas de efeitos com extensão geral ao território do país, tais como transferências de renda (aposentadorias e benefícios da previdência, programas de complementação de renda, habitacionais etc.), extensão de redes de saúde e educação etc. Campos, Barbieri e Carvalho (2007) estudaram as relações entre migração e previdência social no Brasil entre 1980 e 2000; trata-se de um fenômeno extenso e significativo para a interpretação da mobilidade no país (GUEDES, 2005). De fato, como o observa Massey (2005, p.148) em geral, o espaço – e no caso uma região turística como a em foco – é uma esfera de relações e de multiplicidades contemporâneas, que, no caso, inclui tanto a dimensão mais propriamente dos fatores turísticos quanto os demais, como políticas sociais, reestruturações produtivas etc.

Existem processos em generalizada difusão, como o envelhecimento da população, o declínio da mortalidade e da fecundidade, fenômenos associados à difusão dos padrões da *transição demográfica* (vital) no Brasil já numa segunda fase. Ou o aumento da mobilidade territorial ou geográfica no país à proporção que a modernização se espalhou pelo espaço geográfico alterando seus sistemas de transporte e comunicação (*transição de mobilidade*), isto associado às restrições de inserção crescentes no mercado de trabalho, restrições antes mencionadas (BRITO, 2009). Ou a transição ocupacional, como o espalhamento das atividades de serviços (educação, saúde, energia, comunicações etc.) pelo espaço como aspecto do que se chamou revolução pós-industrial (DANIELS, 1993; STANBACK *et al*, 1983), o que alterou os padrões gravitacionais para os fluxos. Entretanto, há na literatura naturais evidências que zonas forte e diferencialmente afetadas por uma atividade² como o turismo tendem a apresentar também características demográficas diferenciadas (SZIVAS, RILEY, AIREY, 2003; SALVA-TOMÁS, 1996, 2002).

O DESENVOLVIMENTO DE PIPA E AS ALTERAÇÕES NOS PADRÕES DEMOGRÁFICOS

Esclarecemos, a princípio, que a unidade de observação estatística é o Município. Para que fossem avaliadas as alterações demográficas

2 Silva (2005) e Pagnato & Becker (2007), por exemplo, examinam a influência da atividade petrolífera na região de Macaé.

experimentadas pelo Município de Tibau do Sul (a destinação turística) ao longo do seu desenvolvimento nas décadas 1990 e 2000, tomou-se para efeito de comparação ou contraste o Município de Espírito Santo, localizado no Agreste do Estado e a cerca de 40 km de T. do Sul, como já informado. E. Santo, o município contraste, não sofreu nenhum processo local que pudesse ser identificado como de dinâmica estrutural, nenhum processo diferenciador local (seja de serviços turísticos, petróleo/gás, fruticultura, dinâmica metropolitana periférica, serviços de logística, ou outro). Então, se assume possa ele expressar a trajetória, digamos, *normal*, dos padrões demográficos no contexto regional nas décadas de 1990 e 2000, trajetória da qual o Município de Tibau do Sul se desviou por conta de ter se tornado uma destinação turística de sucesso.

Eis, em resumo, o material que será analisado: 1. Taxas geométricas médias anuais de crescimento da população; 2. Indicadores dos padrões da população segundo idade, sexo e escolaridade nos anos de 1991, 1996, 2000, 2007, 2010; 3. Exploração dos dados migratórios dos anos censitários 2000 e 2010 no sentido de identificar mudanças nos padrões de migração ao longo do desenvolvimento da região/destinação turística, e avaliar de que forma as migrações influenciaram nos perfis ou padrões demográficos.

As alterações nas características demográficas são interpretadas flexivelmente à luz do processo de expansão da função turística, e tal processo de desenvolvimento é expresso pelo Gráfico 1 que figura o crescimento dos meios de hospedagem.

As alterações na Dinâmica do Crescimento da População Local

As alterações verificadas, ao longo de quatro décadas, na relação entre as populações residentes nos dois Municípios, Tibau do Sul e Espírito Santo estão na Tabela 2. Notável que as duas unidades territoriais acabaram, afinal e na década passada, por permutar a posição de ostentar a maior população, isso em função da dinâmica turística que vem tendo lugar em Tibau do Sul nas duas últimas décadas. Em 1970, a população de T. do Sul (3.897 habitantes) era cerca de 2/3 da população residente no Município de Espírito Santo (6.143 habitantes) naquele ano; porém, a partir dos meados da década de 2000, passa a ser maior (Tibau: 11.385 hab.; E. Santo: 10.475).

Tabela 2 – Relação da População Residente em T.do Sul e E. Santo. 1991 a 2010. RN

ANOS	1970	1980	1991	1996	2000	2007	2010
Relação* T.Sul/ESa	0,63	0,66	0,59	0,65	0,72	1,08	1,09

Fontes: IBGE. *Contagem de população*. (1996, 2007). Rio de Janeiro.

IBGE. *Censos demográficos* (1970, 80, 91, 2000, 2010). R. de Janeiro.

*Obs. 1: Relação definida pela seguinte Fórmula:

Pop. Residente no M. de Tibau do Sul ÷ População residente no M. de Espírito Santo.

A Tabela 3 compara as taxas de crescimento populacional ostentadas pelas duas unidades municipais nos últimos trinta anos. Nota-se que na década de 1980 a taxa de crescimento populacional média geométrica anual (em %) no Município de E. Santo era sensivelmente superior àquela verificada para Tibau do Sul. Pode-se sugerir, aceitando-se a premissa realista de que os padrões de fecundidade deveriam ser equivalentes, maiores perdas por emigração para este último município (Tibau do Sul). A situação passa a se alterar na década seguinte, década de 1990, com as perdas se acentuando para E. Santo e reduzindo-se acentuadamente para Tibau do Sul. Pode-se afirmar, apoiando-se ainda na Tabela 1 – que indica a taxa média anual de 6,80% para Tibau no período de 1996/2000 - que os anos da mais intensa imigração para o *resort* foram os dez anos entre meados dos anos de 1990 e meados da década seguinte. Este é justamente o segmento da linha do tempo da destinação mais convincente para que chamemos de *core* da *fase do desenvolvimento*.

Observa-se um crescimento sustentado da taxa de crescimento populacional para o Município de Tibau desde a década de 1980 até à Contagem de População de 2007. Sendo a última taxa calculada para o decênio, isto é, de 2000 a 2010, vê-se o movimento como ainda ascendente, década a década, desde 1980. Os dados da última Contagem de População (2007), entretanto, produzem uma visão mais realista do que realmente passou a acontecer no *resort* nos anos finais da década de 2000 (entre 2007 e 2010), em termos do seu crescimento populacional. Tem lugar uma vertiginosa queda na sua dinâmica populacional, com a taxa praticamente se equalizando à verificada para Espírito Santo no mesmo triênio, e sendo menor que a do Rio G. do Norte em seu conjunto. E foi mesmo inferior ao seu próprio crescimento médio anual para os anos de 1980.

Tabela 3 – Taxa do crescimento geométrico médio anual (%) da população residente nos intervalos entre os Censos e Contagens nos Municípios indicados, 1980-2010

MUNICÍPIOS	1980/1991	1991/2000	2000/2007	2007/2010	2000/2010
E. SANTO	2,85	0,64	- 0,80	1,12	- 0,23
TIBAU DO SUL	1,85	2,95	5,08	1,28	3,92
ESTADO DO RN	2,21	1,56	1,17	1,68	1,32

Fontes: IBGE. Censos demográficos (1980, 1991, 2000, 2010). R.J. IBGE. Contagem (2007). Rio de Janeiro.

AS ALTERAÇÕES NO PERFIL POR SEXO DA POPULAÇÃO LOCAL

O que se pode concluir da Tabela 4, que expõe a Razão de Sexo nas duas unidades municipais que estão sendo comparadas, é que não são registradas diferenças significativas entre os padrões verificados para os dois Municípios em cada um dos anos com dados disponíveis. A transformação do Município de Tibau do Sul numa destinação turística de sucesso não acarretou alterações na sua Razão de Sexo. Entretanto, deve-se notar que no ano de 1996 (ano de Contagem) a Razão de Sexo foi ligeiramente superior para o Município de Tibau do Sul. Esse fato talvez esteja associado à fase bem intensa da construção de hotéis e pousadas (entrada de mão de obra masculina), inclusive hotéis do tipo *resorts*, quando a destinação estava justamente na fase do *take off*. Observa-se ainda que, em 1991, a Razão de Sexo era sensivelmente maior em Espírito Santo, e por hipótese, podemos pensar que tal diferencial resulta da natureza diferente da absorção de mão de obra segundo sexo das atividades primárias existentes em cada um dos municípios à época. Enquanto em E. Santo dominava a pecuária e a agricultura de roças (milho, feijão etc.), em Tibau do Sul, ao lado da agricultura de roças, havia a forte presença da atividade extrativista (“marisqueira” nos manguezais), ao lado da pesqueira e da carcinocultura.

Tabela 4 – Razão de Sexo* da população residente nos Municípios indicados para os anos de 1991, 1996, 2000 e 2010

ANO	1991	1996	2000	2010
E. SANTO	121,18	104,91	105,43	103,16
TIBAU DO SUL	104,25	110,03	104,46	102,33

ANO	1991	1996	2000	2010
ESTADO DO RN	95,30	95,45	95,99	95,66

Fontes: IBGE. Censos (1991, 2000, 2010). R.J. IBGE. Contagem (1996). Rio de Janeiro.

*Razão de Sexo = $H/M \times 100$

ALTERAÇÕES NO PERFIL ETÁRIO DA POPULAÇÃO LOCAL

Na Tabela 5 acham-se expostas as seguintes taxas, nos dois Municípios indicados, para os anos de 1991, 1996, 2000 e 2010: a Taxa de Dependência Geral (TDG), a Taxa de Dependência Infantil (TDInf) e a Taxa de Dependência dos Idosos (TDId). É clara a evidência que a Taxa de Dependência Geral (TDG) declina, de 1991 a 2010, mais acentuadamente no caso do Município de Tibau do Sul que no caso do Município de Espírito Santo. No ano de 1991, a TDG registrada para Tibau do Sul (97,81) era maior que a taxa para o Município de Espírito Santo (95,31). Ao longo do período de vinte anos, ambas as taxas se reduzem significativamente em relação ao padrão de 1991. É ao longo dos anos de 1990, a década do começo da difusão do turismo, que a TDG para Tibau do Sul ostenta mais acelerada queda. Resultado deste processo é que, ao se olhar as taxas para o ano de 2010, a mesma (TDG) é significativamente menor em Tibau do Sul que a registrada para Espírito Santo. A população de Tibau do Sul exibe um padrão etário mais centrado na faixa que compreende as pessoas entre os 14 a 65 anos de idade.

Tabela 5 – Taxa de Dependência Geral, Infantil e de Idosos* nos Municípios indicados nos anos de 1991, 1996, 2000 e 2010

MUNICÍPIOS	ANOS			
	1991 DG. TDINF. TDID	1996 TDG. TDINF. TDID	2000 TDG. TDINF. TDID	2010 TDG. TDINF. TDID
E. SANTO	95,31; 82,19; 13,12	84,16; 70,43; 13,73	79,33; 65,54; 13,79	59,53; 46,10; 13,75
TIBAU DO SUL	97,81; 84,35; 13,47	60,61; 53,32; 8,29	68,68; 57,01; 11,67	51,59; 42,84; 8,75
ESTADO DO RN	76,21; 65,77; 10,44	67,82; 57,31; 10,51	61,27; 50,98; 10,29	47,86; 46,65; 11,20

Fontes: IBGE. Censos (1991, 2000, 2010). R. J; IBGE. Contagem (1996). Rio de Janeiro.

*- (TDG) Taxa de Dependência Geral = $100 \times (\text{Pop. 0-14 anos} + \text{Pop. 65 anos ou mais}) \div \text{P de 15-64 anos}$.

- (TDIn) Taxa de Dependência Infantil = $100 \times \text{Pop. 0-14 anos} \div \text{Pop. 15-64}$.

- (TDId) Taxa de Dependência de Idosos = $100 \times \text{Pop. 65 anos ou mais} \div \text{Pop 15 a 64 anos}$. (Plane, Rogerson, 1994).

Os dados exibidos na Tabela 5 mostram que a Taxa de Dependência de Idosos (TDId) para o Município de Espírito Santo mantém-se praticamente inalterada durante as duas décadas (em 1991 foi de 13,12, e em 2010 foi de 13,75), enquanto a mesma taxa para o Município de Tibau do Sul – que em 1991 foi de 13,47, valor próximo ao da taxa para E. Santo – declina severamente. Isto sustenta a afirmação antes feita acerca dos diferentes perfis etários das duas regiões (municípios) sob processo de comparação. E, ainda seguindo o mesmo raciocínio, como a população residente no Município de Tibau é muito centrada na faixa de reprodução, é compreensível que a Taxa de Dependência Infantil para o Município de Espírito Santo não seja tão mais alta que a mesma taxa registrada para o Município de Tibau do Sul. Mas o fato é que a Taxa de Dependência Infantil (TDInf), que era ligeiramente maior em Tibau do Sul quando comparada com a taxa para E. Santo em 1991 veio a ser menor para o ano de 2010.

A Tabela 6, ainda que contenha informações redundantes em relação à Tabela 5, oferece medidas mais diretas para avaliar a presença dos jovens ou dos idosos nas populações residentes nos dois municípios que estão sendo comparados quanto aos padrões descritivos ou perfis demográficos que exibem. Espírito Santo, não afetado por dinâmica de alteração funcional, continuou mantendo a sua Taxa de Idosos (população residente com 60 anos ou mais de idade) mais alta que a de Tibau do Sul, e mesmo aumentou a taxa de 1991 (9,14) a 2010 (12,01). No caso do município que é destinação turística (Tibau do Sul), a taxa, que em 1991 era próxima à de E. Santo (9,07), declina para 8,46 em 2010.

Por outro lado, ainda na Tabela 6, constata-se que a Taxa de Adultos Jovens (TAJ) (aqueles residentes com idades entre 18 a 39 anos), taxa que era praticamente igual em ambos os municípios no ano de 1991, passa, a partir de 1996, e até 2010, a ser sustentadamente mais alta em Tibau do Sul.

Tabela 6 – Taxa de Idosos (TId)* e Taxa de Adultos Jovens (TAJ)** da população residente nos Municípios indicados nos anos de 1991, 1996, 2000 e 2010

MUNICÍPIOS	ANOS			
	1991 TID / TAJ	1996 TID / TAJ***	2000 TID / TAJ	2010 TID / TAJ
E. SANTO	9,14 / 29,01	9,90 / 26,18	10,23 / 31,91	12,01 / 34,43
TIBAU DO SUL	9,07 / 28,74	7,00 / 29,47	9,14 / 35,70	8,46 / 39,21

MUNICÍPIOS	ANOS			
	1991 TID / TAJ	1996 TID / TAJ***	2000 TID / TAJ	2010 TID / TAJ
ESTADO DO RN	8,24 / 33,54	8,53 / 30,76	9,03 / 36,14	10,84 / 37,47

Fontes: IBGE. Censos Demográficos (1991, 2000, 2010). Rio de Janeiro.

IBGE. Contagem de População (1996). Rio de Janeiro.

*Tid = Pop. 60 anos ou mais / Pop. Total x 100.

**TAJ = Pop. de 18 a 39 anos / Pop. Total x 100. (Anos de 1991, 2000 e 2010).

***Observamos que a TAJ para o ano de 1996 é calculada com o limite inferior do intervalo diferente da calculada para os anos de 1991, 2000 e 2010, em decorrência da forma de publicação dos dados. Nela, o intervalo das idades é: de 20 a 39 anos (inclusive), e não de 18 a 39 anos (inclusive) como na obs. **.

ALTERAÇÕES NO PERFIL EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO LOCAL

A variável que descreve o(s) nível (eis) da instrução formal da população residente com 10 ou mais anos de idade revela-se particularmente comunicativa na identificação da diferenciação que passa a acontecer nos padrões ou perfis demográficos entre os dois municípios (Tabela 7). A participação populacional relativa (%) na faixa de menor instrução é acentuadamente mais alta no Município de Espírito Santo, no ano de 2010, que no Município de Tibau do Sul.

Tabela 7 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução (%), nos Municípios indicados, para o ano de 2010

NÍVEL DE INSTRUÇÃO	ESPÍRITO SANTO (%)	TIBAU DO SUL (%)
A.SEM INSTRUÇÃO E FUNDAMENTAL INCOMPLETO.	75,4	63,5
B.FUNDAMENTAL COMPLETO E MÉDIO INCOMPLETO.	12,4	14,5
C.MÉDIO COMPLETO E SUPERIOR INCOMPLETO.	10,7	17
D.SUPERIOR COMPLETO.	1,5	5
TOTAL	100	100

Fonte: IBGE. Censo demográfico (2010). Rio de Janeiro.

Quando, contudo, são consideradas as faixas de instrução C e D – que somadas incluem a população dos escolarizados com curso de nível médio completo ou mais (inclusive curso superior seja completo ou incompleto) –, a importância dessas duas faixas somadas, para o Município de Tibau do Sul é efetivamente mais que o dobro do verificado para o Município de Espírito Santo. Certamente se verifica o fenômeno da importação dos padrões educacionais por conta dos requerimentos ou exigências do mercado de trabalho, fato muito reconhecido nas áreas que recebem forte influxo de imigrantes e relembra o postulado teórico da natureza seletiva do fenômeno das migrações apresentado na revisão bibliográfica. É possível então concluir que os padrões diferenciais de educação que se evidenciam pela Tabela 7 resultam do processo de entrada e acumulação migratória, ao longo de duas décadas, na destinação turística Tibau do Sul.

OS PADRÕES MIGRATÓRIOS E A DIFUSÃO TURÍSTICA

A Tabela 8 identifica, em termos relativos (taxa em %), os brasileiros natos residentes em cada um dos dois municípios que são identificadas como *Migrantes*. Estes, os *Migrantes*, podem ser considerados *Migrantes em geral*, ou serem considerados *Migrantes de Retorno*, devendo-se observar que estes últimos acham-se incluídos na categoria dos *Migrantes em geral*.

Examinando os dados para o ano de 2000, pode-se constatar que a *Taxa Geral de Migrantes* é bem aproximada para os dois municípios, sendo mesmo ligeiramente menor para Tibau do Sul, registro que não deixa de ser intrigante e contrário à expectativa teórica. Para o ano de 2010, entretanto – e certamente decorrência dos efeitos do turismo –, o indubitável influxo maior de imigrantes em Tibau do Sul acabou por se expressar no levantamento censitário, de maneira que a *Taxa Geral de Migrantes* tornou-se sensivelmente maior para Tibau do Sul, o município *resort*, quando comparada com a *Taxa* para o Município de E. Santo (Tabela 8). Mas, observe-se ainda que a *Taxa Geral de Migrantes* é substancialmente aumentada para ambos os municípios, e a *Taxa dos Migrantes de Retorno* aumenta também para os dois municípios, quando se compara os dados registrados para o ano de 2000 e para o de 2010.

Tabela 8 – Taxas da População (residente) Migrante nos Municípios de Espírito Santo e Tibau do Sul segundo duas categorias (em %), em relação ao total dos residentes, para os anos 2000 e 2010

CATEGORIAS DE MIGRANTES	M. DE ESPÍRITO SANTO		M. DE TIBAU DO SUL	
	ANO DE 2000	ANO DE 2010	ANO DE 2000	ANO DE 2010
MIGRANTE*	19,3	34,7	17,2	44,3
MIGRANTE DE RETORNO*	2,4	4,7	1,7	3,8

Fonte: IBGE. Censos demográficos 2000 e 2010. Rio de Janeiro.

Nota: *A categoria *Migrante no município Y* é o residente no município Y que *não nasceu* neste município Y, mais os residentes que, mesmo tendo nascido em Y, moraram em outro município em alguma (s) fase(s) das suas vidas, isto é, são ou formam a categoria *Migrantes de Retorno* (exibem experiência migratória). O que se entende então como *Migrante* (municipal) envolve, para usar uma linguagem comum, os 'forasteiros' e mais os 'filhos-da-terra' retornados. O que se denomina *Migrante*, nesta Tabela 8 e na Tabela 9 é, portanto, este somatório (*Migrante municipal*)

Os dados antes apresentados sugerem que se pergunte acerca das épocas de chegada dos fluxos migratórios, e a Tabela 9, a seguir, expõe o Tempo de Residência (moradia) dos Migrantes segundo as categorias da migração. Os dados do Censo de 2000 permitem olhar a formação do estoque migratório, por tipo de migrante, do ano de 2000 para trás segundo intervalos temporais. Vejamos primeiramente o caso dos Migrantes em geral (ou total T); em seguida, dos migrantes que não são filhos da terra (os chamados Migrantes "Forasteiros", MF); e, por último, o caso dos migrantes de retorno (Migrantes de Retorno, MRet), isto é, aqueles que são os filhos da terra que retornaram, comparando os seus fluxos em cada município, segundo a época que eles retornaram ao município de nascimento.

Sobre os Migrantes em geral (T), divisa-se, com nitidez, que o período de chegada, do estoque migratório total que já estava residindo no Município de Tibau do Sul no ano 2000, foi marcadamente o período de 1997 a 2000, fase de intensa aceleração na expansão deste *resort* turístico. Os migrantes, declarados em 2000, com menos de dez anos de residência, isto é, os chegados durante a década de 1990, a da expansão turística em Tibau do Sul, eram também mais representativos no Município turístico que no Município de Espírito Santo. Mais precisamente, enquanto os migrantes entrados em Tibau do Sul na década de 1990 representavam cerca de 60,14% do estoque dos migrantes no ano de 2000, os entrados no mesmo período no Município de Espírito Santo representavam 49,61%.

Ainda acerca dos Migrantes em geral (T), e desta vez observando os estoques registrados em ambos os municípios no ano de 2010 – o padrão dez anos depois do ano 2000, antes exposto –, a força das migrações mais recentes, entendendo-se como mais recentes as acontecidas entre 2001 e 2010, para o total de migrantes continua a evidenciar-se mais forte para Tibau do Sul, inclusive para todas as faixas de Tempo de Residência definidas, quando em comparação com o Município de Espírito Santo. A *Migração geral* da década de 2000, em Tibau do Sul, representou 58,52%, e em E. Santo 42,52%. Nas duas décadas, portanto, o município *resort* recebeu fluxos mais renovados de migrantes.

Quanto aos Migrantes “forasteiros” (MF), a chegada deles é muito concentrada nos anos finais da década de 1990 em Tibau do Sul; e não se revela diferenciação temporal significativa de chegadas no caso de E. Santo. Também no município que é destinação turística (Tibau do Sul) os migrantes deste tipo (“forasteiros”) chegados na década são bem mais representativos que os chegado a mais de 10 anos, quando se os compara com a situação no Município de Espírito Santo. Os dados registrados no ano de 2010, também para o estoque, mostram que a importância relativa dos “forasteiros” é sempre maior, ao longo de todas as faixas de tempo da década de 2000, para Tibau, e também que a superioridade relativa dos forasteiros deixa de ser tão pronunciada nos anos finais desta década quando comparada com a década de 1990 neste mesmo município.

Os Migrantes de Retorno, nos últimos anos da década de 1990, tornam-se bem menos significativos no conjunto dos migrantes, no Município de Tibau do Sul, em função da maior chegada dos “forasteiros” (MF). Dez anos depois, olhando-se os dados registrados para 2010, observa-se que no final da década de 2000 os Migrantes de Retorno (MRet) retomam alguma importância em relação aos “forasteiros” (MF), e estes anos correspondem justamente ao período da forte queda na dinâmica do crescimento populacional em Tibau do Sul, quando a taxa geométrica média de crescimento anual da população neste município passou de 5,08 no período 2000\2007, para 1,28 % no período 2007/2010.

Tabela 9 – Total de Migrantes (T), Migrantes Não-nascidos no Município (MF) e Migrantes de Retorno (MRet), nos Municípios indicados, segundo o Tempo de Residência, em anos, no município, com importância relativa (em %), nos anos de 2000 e 2010

TEMPO DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO (EM ANOS)	ANO 2000						ANO 2010					
	E. SANTO			T. SUL			E. SANTO			T. SUL		
	MF	MRET	T	MF	MRET	T	MF	MRET	T	MF	MRET	T
0 A 1	8,00	2,84	10,84	19,10	1,43	20,53	10,22	0,58	10,80	15,01	1,08	16,09
2 A 3	8,43	1,72	10,15	16,78	0,68	17,46	9,18	3,25	11,53	14,83	1,68	16,51
4 A 5	6,24	1,55	7,79	5,66	1,64	7,30	6,20	1,21	7,41	10,01	1,90	11,90
6 A 7	9,47	0,60	10,07	7,30	0,68	7,98	6,17	1,23	7,41	6,88	0,79	7,67
8 A 9	9,12	1,64	10,76	5,53	1,36	6,89	4,12	1,26	5,38	6,04	0,31	6,35
10 OU +	47,85	2,54	50,39	36,63	3,21	39,84	52,11	5,38	57,48	39,31	2,17	41,48
TOTAL*	89,11	10,89	100,00	91,00	9,00	100,00	87,99	12,01	100,00	92,08	7,92	100,00

Fonte: IBGE. Censos demográficos (2000 e 2010). Rio de Janeiro.

Obs.: * - É o que se chama *migrante de estoque* em qualquer das categorias, i. é, independente do tempo de moradia.

** - Observa-se que há muito pequenas dificuldades de ajustes dos percentuais para os dados correspondentes ao ano de 2010; optamos por apresentar e interpretar os dados tais como estão – não os harmonizando (ajustamentos), pois acreditamos que tais dificuldades não inviabilizam a utilização destas informações disponíveis dos denominados *Micro Dados* (Migração) do Censo.

A Tabela 10 discrimina, dentre os Migrantes (total) que possuem menos de 10 anos de residência em Tibau do Sul e em Espírito Santo, as suas respectivas faixas etárias nos anos de 2000 e 2010. Olhando os dados fornecidos pelo Censo 2000 - que dá os números para os migrantes chegados na década de 1990 -, claramente se nota que os migrantes que se dirigiram nesta década para o Município de Tibau Sul eram, em mais da metade, pessoas na faixa etária entre os 20 e os 39 anos de idade, indicando forte migração de trabalho. O percentual dos migrantes da década nesta faixa etária (20 a 39 anos) é bem superior no caso de Tibau de Sul quando comparado ao verificado para o Município de Espírito Santo.

Quando se examinam os dados fornecidos pelo Censo do ano 2010, esta faixa continua a ser bem mais representativa em Tibau do Sul, verificando-se também uma forte presença em Tibau, quando comparado com Espírito Santo, da população na faixa etária seguinte, de 40 a 59 anos. Observa-se ainda que, na faixa de 0 a 19 anos, há forte superioridade de migrantes em Espírito Santo, fato talvez ligado ao fenômeno intenso de retorno de famílias

com responsáveis ainda em idade reprodutiva. Os dados migratórios expostos reforçam as descrições anteriormente feitas para as populações residentes nos dois municípios quanto às diferenças nos seus padrões ou perfis etários.

Tabela 10 – Migrantes com menos de 10 anos de residência* nos Municípios de Espírito Santo e Tibau do Sul, segundo a importância relativa (em %) dos grupos de idade. Anos de 2000 e 2010

GRUPOS DE IDADE	ESPÍRITO SANTO		TIBAU DO SUL	
	ANO 2000	ANO 2010	ANO 2000	ANO 2010
0 A 19 ANOS	38,31	61,13	30,24	43,24
20 A 39 ANOS	36,93	25,61	50,51	36,40
40 A 59 ANOS	14,49	8,05	15,28	15,63
60 ANOS E +	10,27	5,25	3,97	4,75
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE. Censos demográficos (2000/2010). Rio de Janeiro.

*Obs.: o total do *estoque de migrantes* é depurado para extrair apenas os com até dez anos de residência no Município.

A Tabela 11 expõe a descrição dos Migrantes (total) que se dirigiram para Tibau do Sul e para Espírito Santo, respectivamente nas duas décadas (1990 e 2000), segundo a sua distribuição por sexo. Não se podem distinguir diferenças significativas entre os dois fluxos de migrantes que se encaminharam para cada um dos dois municípios quanto ao sexo, e isto acompanha a caracterização, utilizando o cálculo da Razão de Sexo, do conjunto dos residentes em cada uma das unidades municipais.

Tabela 11 – Importância relativa por sexo (em %) nos Migrantes com menos de 10 anos de residência* nos Municípios de Espírito Santo e Tibau do Sul. Anos de 2000 e 2010

SEXO	ESPÍRITO SANTO		TIBAU DO SUL	
	2000	2010	2000	2010
MASCULINO	49,13	48,03	47,11	49,22
FEMININO	50,87	51,97	52,89	50,78
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE. Censos demográficos (2000/2010). Rio de Janeiro.

Obs.: *o total do *estoque de migrantes* é depurado para extrair apenas aqueles com até dez anos de residência no município.

A Tabela 12 descreve as características da instrução formal dos Migrantes (total) que haviam também chegado aos municípios de Tibau e Espírito Santo, respectivamente, na década de 1990 (Censo de 2000) e na década de 2000 (Censo de 2010). Nesta Tabela se observa com nitidez que os imigrantes que se dirigiram para Espírito Santo na década de 1990 eram majoritariamente caracterizados como situados nos níveis inferiores da disponibilidade da instrução formal, exatamente o oposto para o verificado no Município de Tibau do Sul. Quando se observam os dados fornecidos pelo Censo de 2010, sobre o perfil educacional dos migrantes chegados nos dez anos anteriores, aos dois municípios, a mesma diferenciação é constatada. Merece destaque a forte presença em Tibau do Sul dos migrantes com o Curso Médio Completo e Superior (incompleto ou completo). Tais dados são bem compatíveis com a hipótese da importação dos padrões educacionais de acordo com a natureza das atividades econômicas na área de destino dos fluxos.

Tabela 12 – Migrantes com menos de 10 anos de residência*, respectivamente nos Municípios de Espírito Santo e Tibau do Sul, segundo importância relativa (em %) do nível de instrução formal que possuem. Anos de 2000 e 2010

NÍVEL DE INSTRUÇÃO**	ESPÍRITO SANTO		TIBAU DO SUL	
	2000	2010	2000	2010
NÍVEL I	66,10	85,80	36,43	61,01
NÍVEL II	29,78	8,21	39,08	14,69
NÍVEL III	3,2	5,98	24,68	24,30
NÍVEL ND	2,34	-	0,91	0,00

Fonte: IBGE. Censos demográficos (2000/2010). Rio de Janeiro.

Obs.: *o total do *estoque de migrantes* é depurado para extrair apenas aqueles com até dez anos de residência no município.

** Nível I: Sem instrução e fundamental incompleto (0 a 3 anos de estudo).

Nível II: Fundamental completo e médio incompleto (4 a 10 anos de estudo).

Nível III: Médio completo e superior incompleto ou completo (com 11 ou mais anos de estudo). Nível ND: Não determinado.

Com exceção dos dados para T. do Sul em 2010, as demais totalizações dos percentuais apresentam pequenas diferenças em relação a 100%. Ex.: E. Santo (2000: 101,42%; 2010: 99,99); T. do Sul (2000:101,10). Omitimos então as totalizações dos percentuais. As inconsistências indicadas, acreditamos, não alteram a capacidade sugestiva geral dos dados.

A Tabela 13 apresenta a Taxa de Imigração Estrangeira para os dois municípios que estão tendo os seus perfis demográficos comparados. O que chama a atenção, quanto à presença dos estrangeiros, comparativamente

entre as duas unidades municipais, é em primeiro lugar a total ausência deles no Município de Espírito Santo, tanto no ano de 2000 quanto no ano de 2010. Em segundo lugar, deve-se observar que a presença dos estrangeiros, já constatada na destinação turística Tibau do Sul para o ano de 2000, é ela significativamente crescente, como indica o registro dos mesmos para o ano de 2010.

Neste último município, Tibau, no ano de 2000, o Censo constatou a residência de 34 indivíduos (Taxa de Imigração Estrangeira, 0,44%) que não eram brasileiros natos; é presença modesta, resultante da fase de acelerado desenvolvimento da destinação, mas significativa, vez que ela pode sem dúvida ser interpretada como um efeito estrutural sobre o perfil demográfico do *resort*. Reforçador desta observação é que, dez anos depois, os não brasileiros natos residentes serão 221 pessoas, que é o total deles (estrangeiros) registrado em 2000 multiplicado 6,5 vezes. A Taxa de Imigração, por seu lado, vai ser multiplicada 4,4 vezes, passando de 0,44 em 2000 para 1,94% no ano de 2010. Isto revela o crescimento no fluxo dos estrangeiros, crescimento claramente associado às fases de *desenvolvimento* (subfase alta) e *consolidação* da função turística em Tibau do Sul. À proporção que a destinação em foco se foi consolidando e os estabelecimentos de hospedagem ganhando escala e institucionalização, a destinação tendeu a acelerar a sua internacionalização no quesito residente. A presença dos residentes estrangeiros cresce muito mais que a dos residentes nascidos no Brasil.

Tabela 13 – Taxa de Imigração Estrangeira (TIExt)* (em %) nos Municípios de Espírito Santo e Tibau do Sul nos anos de 2000 e 2010

	ANO 2000		ANO 2010	
	E. SANTO	T. DO SUL	E. SANTO	T. DO SUL
RESIDENTES NÃO BRASILEIROS NATOS	-	34	-	221
TIEXTRANGEIRA	0	0,44	0	1,94

Fonte: IBGE. Censos demográficos (2000/2010). Rio de Janeiro.

*OBSERVAÇÕES: População residente de não brasileiros natos compreende as pessoas nascidas em outros países e residindo no determinado município brasileiro; inclui os não naturalizados e os naturalizados. A Taxa de Imigração Estrangeira (ou de Residentes Não Brasileiros Natos) é obtida mediante a fórmula: *Não Brasileiros Nato Residentes/População Total Residente x 100*. Dos 221 não brasileiros natos residentes no Município de Tibau do Sul no ano de 2010, apenas 28 deles (13%) estavam naturalizados.

Na Tabela 14 estão discriminadas as épocas de chegadas dos volumes dos brasileiros não natos que estavam residindo em 2010 no Município de Tibau do Sul. Como a presença dos estrangeiros como residentes somente começa a ter lugar a partir dos anos de 1990, aceitamos que o subperíodo “até 2000” significa de fato a década de 1990. Olhando-se os decênios, o período de maior importância de chegadas para os estrangeiros que residiam no município em 2010, foi o compreendido entre 2001 a 2010, mas sem que as chegadas acontecidas até o ano de 2000 deixem de ser significativas. Evidentemente que existe certo fator que poderia ser chamado de “*fator de tempo de permanência em si*”. É isto que talvez faça com que, ao examinarmos os dois quinquênios da última década, o mais recente, isto é, o de 2006 a 2010, seja mais expressivo.

Tabela 14 – Importância relativa (em %) do período no qual fixaram residência no Brasil os Residentes Não Brasileiros Natos registrados no ano de 2010 no Município de Tibau do Sul

ATÉ 2000 (A)	DE 2001 A 2005 (B)	DE 2006 A 2010 (C)	APENAS 2001/2010 (B+C)	TOTAL (A+B+C)
31,7	29,9	38,4	68,3	100,0

Fonte: IBGE. Censo demográfico (2010). Rio de Janeiro.

A Tabela 15 identifica, para os Municípios de Tibau do Sul e Espírito Santo, de acordo com os resultados dos dois últimos censos, o de 2000 e o de 2010, a unidade da federação (Estado) onde nasceram os residentes natos no Brasil – todos eles, sejam migrantes ou não migrantes.

Então, quando observamos o local de nascimento destes residentes nos dois municípios que estão sendo objeto da comparação, nota-se que no ano de 2000 a presença dos nascidos no próprio Estado do Rio Grande Norte é praticamente a mesma para ambas as unidades municipais. Entretanto, dez anos depois – no ano de 2010 –, a presença dos residentes nascidos no próprio Estado do Rio Grande do Norte declina significativamente para Tibau do Sul; e mesmo aumenta, ainda que muito pouco, para o caso do Município de Espírito Santo. O município *resort* turístico revela na última década uma maior capacidade de atração de imigrantes oriundos dos outros estados da federação, e também internacionais como já antes comentado e evidenciado.

São por ordem de importância – excluindo-se o próprio Estado do R. G. do Norte, claro –, respectivamente, os imigrantes nascidos na Paraíba (3,75%), Rio de Janeiro (0,96%), São Paulo (0,25%) e Pernambuco (0,20%)

as quatro unidades federativas de nascimento que se podem destacar, para o ano de 2000, em Espírito Santo, e esta hierarquia mantém-se segundo os dados censitários para o ano de 2010. Portanto, o perfil de origem do migrante, quanto à unidade da federação de nascimento, não é alterado neste último município, caso se observe o estoque dos residentes nascidos noutros estados registrados pelos dois censos, o de 2000 e o de 2010.

Observando-se o padrão para Tibau do Sul, entretanto, nota-se que para o ano de 2000 as origens mais importantes – excetuando-se, claro, o próprio RN – foram os Estados da Paraíba, São Paulo, Rio de Janeiro, e Estados do NO/CO/DF/ES, seguido de Estados da Região Sul, Bahia e Pernambuco (esse com 0,40%). O posicionamento de São Paulo, do DF e dos Estados do Sul sugere existir diferenciação de padrões de origem para o ano de 2000, quando comparado ao padrão para o Município de Espírito Santo. Acredita-se que o padrão de origem do estoque para o município *resort*, padrão registrado no ano de 2000, ainda não esteja tão afetado pela expansão da função turística como estará dez anos depois, em 2010.

Então, olhando os dados de dez anos depois para a destinação turística (Tibau do Sul), ano de 2010, o Estado da Paraíba se mantém na primeira posição, mas Pernambuco passa à segunda, seguido por São Paulo e Rio de Janeiro. Destaca-se ainda no caso de Tibau do Sul, comparando-se com os dados de 2000, a crescente presença de residentes nascidos em Estados do Sul do Brasil, e na Bahia e em Alagoas, estes dois últimos e a Região Sul com tradição de forte oferta turística litorânea. Pode-se crer que esta geografia dos fluxos reflita as relações de Tibau com zonas com características de exportar trabalhadores mais qualificados e investidores do setor de turismo, lazer e entretenimento.

Tabela 15 – Importância (em %) da unidade da federação de nascimento dos Residentes Brasileiros Natos e da população dos Brasileiros Natos em relação ao total da População Residente nos Municípios de Espírito Santo e Tibau do Sul, para os anos de 2000 e 2010

ESTADO OU REGIÃO DE NASCIMENTO NO BRASIL	ANO DE 2000		ANO DE 2010	
	E.SANTO	T. DO SUL	E. SANTO	T. DO SUL
RIO G. DO NORTE	94,60	94,84	95,22	89,66
PARAÍBA	3,75	1,21	1,80	2,23
RIO DE JANEIRO	0,96	0,65	1,32	1,66
SÃO PAULO	0,25	0,81	0,91	1,69

ESTADO OU REGIÃO DE NASCIMENTO NO BRASIL	ANO DE 2000		ANO DE 2010	
	E.SANTO	T. DO SUL	E. SANTO	T. DO SUL
PERNAMBUCO	0,20	0,40	0,42	2,20
CEARÁ	0,14	0,10	0,00	0,12
BAHIA	0,00	0,47	0,07	0,43
PIAUI	0,00	0,00	0,05	0,05
REGIÃO SUL	0,00	0,48	0,00	0,86
DF, E. SANTO, REGIÕES CO E NO	0,07	0,57	0,19	0,26
ALAGOAS	0,00	0,04	0,00	0,36
SERGIPE	0,04	0,00	0,00	0,04
MINAS GERAIS	0,00	0,09	0,05	0,21
SEM ESPECIFICAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,26
POP. DE RESIDENTES BRAS. NATOS	100,00	99,56	100,00	98,06

Fonte: IBGE. Censos demográficos (2000/2010). Rio de Janeiro.

Obs.: Os percentuais de origem por Estados são calculados em relação ao total de residentes brasileiros natos.

CONCLUSÕES

Pode-se afirmar que a população no município que experimenta o processo de desenvolvimento e consolidação da função turística exhibe nítido rejuvenescimento demográfico. O número dos residentes cresceu com rapidez em decorrência do influxo das migrações com perfil marcadamente concentrado nas idades de trabalho e reprodução.

A migração é claramente orientada para o trabalho, com menor importância relativa dos migrantes de retorno em relação aos forasteiros. Os migrantes são em geral indivíduos nascidos em outros municípios e unidades da federação, isso conduzindo, pelas exigências da seletividade de inserção no mercado de mão de obra dos serviços turísticos, à importação de padrões educacionais. A seletividade orienta as origens geográficas nacionais dos migrantes, reforçando aquelas origens associadas à tradição de formação de mão de obra e exploração da atividade turística. O município passa a

progressivamente atrair migrantes nascidos em outros países, aumentando na sua população residente a presença dos estrangeiros.

A fase de *desenvolvimento* da destinação exibe altas taxas de crescimento da população residente com base no influxo migratório, e isto parece ser o sinal mais impressionante da fase. A fase de *consolidação* do *resort* parece se expressar sobremaneira por uma desaceleração no crescimento da população local, a fixação de um diferenciado perfil educacional na sua população e um aumento significativo na presença dos estrangeiros e nacionais oriundos de locais com tradição de oferta de serviços turísticos.

O Quadro 2, a seguir, sumariza analiticamente as conclusões extraídas da observação do material estatístico demográfico.

Quadro 2 – Esquema Sintético Conclusivo da comparação dos Perfis Demográficos e Migratórios entre os Municípios de Tibau do Sul e Espírito Santo na perspectiva da diferenciação produzida pelo Ciclo da Destinação Turística no M. de Tibau do Sul

VARIÁVEL	CONCLUSÕES
CRESCIMENTO POPULACIONAL	As taxas de crescimento da população, que se mantinham relativamente próximas para os dois municípios até o começo dos anos de 1990, passam então a divergir a partir da difusão do turismo no Município de Tibau do Sul (o município <i>resort</i>), cuja taxa aumenta de maneira muito significativa. As duas unidades territoriais acabam por permutar a posição de conter maior população, em função da dinâmica turística acontecida no município destinação. Em 1970, a população de T. do Sul era cerca de 2/3 da população residente em Espírito Santo, mas passa a ser maior a partir dos meados da década de 2000.
RAZÃO DE SEXO	Não são registradas diferenças significativas entre os padrões para cada um dos dois municípios. Foi apenas no ano de 1996 que a Razão de Sexo foi mais elevada para o Município de Tibau do Sul, isto talvez decorrente das obras da construção civil hoteleira em Tibau.
TDG, TDI E TDINF (TAXAS DE DEPENDÊNCIA GERAL, DE IDOSOS E INFANTIL)	A Taxa de Dependência Geral (TDG) cai mais suavemente no caso do Município de Espírito Santo, desde 1991 – ano em que era menor que a de Tibau – até o ano de 2010. Neste último ano (2010), a mencionada taxa se reduz significativamente para ambos os municípios em relação ao padrão de 1991. A população de Tibau do Sul exibe um padrão etário mais centrado na faixa de 14 a 65 anos. A Taxa de Dependência de Idosos (TDI) é severamente mais alta no caso do Município de Espírito Santo. A população de Tibau é muito centrada na faixa de reprodução. Decorre daí ser compreensível que a Taxa de Dependência Infantil em Espírito Santo não seja tão mais alta que a verificada em Tibau.

VARIÁVEL	CONCLUSÕES
CARACTERIZAÇÃO EDUCACIONAL	A variável nível de instrução formal é extremamente significativa na diferenciação de padrões demográficos ou perfis entre os dois municípios. A participação da faixa de menor instrução é acentuadamente mais alta para a população com 10 anos ou mais no Município de Espírito Santo. Quando, contudo, se trata das faixas que somadas incluem a população com curso de nível médio completo ou mais (inclusive curso superior seja completo ou incompleto), a importância destas duas últimas faixas somadas para Tibau do Sul representa mais que o dobro do verificado para o Município de Espírito Santo. Certamente se verifica um fenômeno da importação de padrões educacionais externos, evento reconhecido nas áreas que recebem forte influxo de imigrantes para funções de serviços e relembra a natureza seletiva da experiência migratória. Tal diferenciação de padrão, entre as duas unidades municipais, resulta da acumulação migratória ao longo das duas décadas examinadas.
IMPORTÂNCIA DA MIGRAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE	Dados para o ano de 2000 apontam a Taxa de Não Migrantes bem aproximada para os dois municípios. Entretanto, para o ano de 2010, fruto certamente do influxo maior de imigrantes em Tibau, a importância dos migrantes é sensivelmente maior para o Município de Tibau do Sul. As Migrações de Retorno aumentam para os dois municípios, quando se compara os dados registrados para o ano de 2000 e de 2010.
PERÍODOS DE CHEGADA DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS	Examinando os dados coletados pelo Censo de 2000, observa-se com clareza que a época de chegada do estoque existente de migrantes no Município de Tibau do Sul naquele ano, foi muito significativa nos anos compreendidos entre 1998 a 2000, fase de intensa aceleração na expansão da destinação turística. Os migrantes com menos de dez anos, isto é, chegados durante a década de 1990, a da expansão turística em Tibau do Sul, eram também sensivelmente mais importantes neste Município que no Município de Espírito Santo. Ao lado disto, a Migração de Retorno revelou-se mais significativa em Espírito Santo na década 1991/2000. Foram os Migrantes (não nascidos no município onde residiam) os responsáveis pela dinâmica migratória em Tibau do Sul, especialmente nos últimos anos da década de 1990. Dados de 2010 indicam que a força das migrações mais recentes, isto é, as acontecidas entre 2001 e 2010, para o total do estoque dos Migrantes, continua a ser maior para Tibau do Sul, em comparação com o Município de E. Santo. A expressividade dos “recentes”, no total do estoque de Migrantes, é ainda mais acentuada em 2010 que no caso do ano de 2000.
OS MIGRANTES SEGUNDO SUAS FAIXAS ETÁRIOS	Nos dados do Censo 2000 (Migrantes chegados na década de 1990) evidencia-se que os Migrantes que se dirigiram para o Município de Tibau do Sul eram na sua maioria pessoas na faixa etária dos 20 aos 39 anos, indicando forte migração de trabalho. A importância desta faixa etária nos Migrantes em Tibau é bem superior ao verificado para Espírito Santo. Quando se examina os dados fornecidos pelo Censo do ano de 2010, esta faixa continua a ser bem mais significativa em Tibau do Sul, verificando-se também uma forte presença em Tibau, quando comparada com Espírito Santo, da população na faixa etária seguinte, de 40 a 59 anos. Observa-se ainda que, na faixa de 0 a 19 anos, há forte superioridade de migrantes em Espírito Santo, fato talvez ligado ao fenômeno intenso de retorno de famílias com responsáveis ainda em idade reprodutiva. Há, portanto, diferenciais etários significativos nos migrantes que se dirigiram para cada um dos dois municípios.

VARIÁVEL	CONCLUSÕES
OS MIGRANTES SEGUNDO O SEXO	Observa-se que não há diferenças significativas entre os fluxos de migrantes que se dirigiram para cada um dos dois municípios quanto ao sexo. Isto é compatível com os dados da caracterização por sexo para o conjunto dos residentes em ambos os municípios.
OS MIGRANTES SEGUNDO NÍVEL DE INSTRUÇÃO	Os Migrantes que se dirigiram para Espírito Santo ao longo da década de 1990 eram majoritariamente caracterizados como situados na categoria de instrução menor. Exatamente o oposto era verificado no Município de Tibau do Sul. Nos dados do Censo de 2010, sobre o perfil educacional dos migrantes chegados nos dez anos anteriores aos dois municípios, o mesmo padrão se mantém, merecendo destaque a forte presença em Tibau do Sul dos migrantes com Curso Médio Completo e Superior (incompleto ou completo). Tais dados são bem compatíveis com a hipótese da importação dos padrões educacionais de acordo com a natureza das atividades econômicas na área de destino (seletividade).
BRASILEIROS NATOS SEGUNDO A UNIDADE DA FEDERAÇÃO DE NASCIMENTO	No ano de 2000, a presença dos nascidos no próprio Estado do Rio Grande Norte é praticamente a mesma para ambas as unidades municipais. Contudo, vindo o ano de 2010, a presença dos indivíduos nascidos no próprio Estado declina significativamente para Tibau do Sul, e mantém-se praticamente a mesma para o Município de Espírito Santo. Após a importância do próprio Estado do R. G. do Norte, o padrão das origens (por ordem de relevância: PB, RJ, SP e PE) se mantém para o ano de 2010 em Espírito Santo. No padrão para Tibau do Sul, entretanto, observa-se que para o ano de 2000 as origens mais importantes – excetuando-se o próprio RN – foram PB, SP, RJ, e Estados do NO/CO/DF/ES, seguindo-se os Estados do Sul, BA e PE. O posicionamento de SP, do DF e dos Estados do Sul sugere uma diferenciação de padrões de origem já para o ano de 2000. Dez anos depois, ano de 2010, a Paraíba se mantém na primeira posição; contudo, Pernambuco passa à segunda posição, seguido por São Paulo e Rio de Janeiro. Destaca-se, comparando-se com os dados de 2000, a crescente presença no Município de Tibau de residentes nascidos em Estados da Região Sul do país, na Bahia e em Alagoas, estes dois últimos com tradição de forte oferta turística litorânea, o que supõe interações de força de trabalho e investimentos.
MIGRANTES ESTRANGEIROS (NÃO BRASILEIROS NATOS)	Total ausência de Não Brasileiros Natos no Município de Espírito Santo, tanto no ano de 2000 quanto no ano de 2010, e a presença progressivamente maior dos mesmos no Município de Tibau do Sul (2000 e 2010). Neste município, no ano de 2000, constatou-se a presença de 34 indivíduos (0,44%) que não haviam nascido no Brasil, presença ainda bem pequena, mas diferenciadora do seu padrão migratório comparativamente a E. Santo. Dez anos depois, aquela presença é quase quintuplicada, passando para 221 pessoas ou 1,94% da população total dos residentes. Isto revela o crescimento do fluxo dos migrantes internacionais, evento associado à expansão da função turística em Tibau do Sul.
PERÍODOS DE CHEGADA DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS DE NÃO BRASILEIROS NATOS	Examinando-se os decênios, o período de chegada ao Brasil de maior importância para os Não Brasileiros Natos que ainda residiam no Município de Tibau do Sul no ano de 2010, é o de 2001 a 2010, mas sem que as chegadas acontecidas até o ano de 2000 deixem de ser reconhecidas como significativas. Comparando-se apenas os dois quinquênios da última década, conclui-se que o de 2006 a 2010 é o mais importante.

REFERÊNCIAS

- AGARWAL, S., (1997). The resort cycle and seaside tourism: an assessment of its applicability and validity. *Tourism Management*, v. 18, n. 2, p.65-73.
- AITKEN, C.; HALL, M. (2000). Migrant and foreign skills and their relevance to the tourism industry. *Tourism Geographies*, 2(1):67-86.
- ANDRADE, M. C. de. (1957). Os rios do açúcar do Nordeste Oriental: o Rio Maman-guape. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.
- ANDRADE, G. O. de. (1959). Os rios do açúcar do Nordeste Oriental: o Rio Paraíba do Norte. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.
- ARAÚJO, L. M. (2012). Políticas públicas de turismo e território em regiões periféricas. In: Castilho, C.; SELVA, V. (org.). *Turismo, políticas públicas e gestão dos ambientes construídos*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, p.53-72.
- ARAÚJO, L.; BRAMWELL, B. (2002). Partnership and regional tourism in Brazil. *Annals of Tourism Research*, v. 29, n. 4, p. 1138-1164.
- ARAUJO, L.; DREDGE, D. (2012). Tourism development, policy and planning in Brazil. *Tourism in Brazil: environment, management and segments*. London: Routledge, p. 16-29.
- BARROS, N.C. de (2002a). Análise regional e destinações turísticas: possibilidades teóricas e situações empíricas em G. do Turismo. *Turismo: visão e ação*, Camboriú, v.4, n.11, p. 9-32.
- _____. (2002b). Seaside tourist destination area in North East Brazil. In: *THE ANNUAL MEETING OF THE ASSOCIATION OF AMERICAN GEOGRAPHERS*, Los Angeles.
- _____. (2003). O rejuvenescimento da região turística por expansão geográfica e redistribuição territorial das funções: a destinação turística de Pipa, litoral do Nordeste do Brasil. *Revista Geográfica*, Instituto Panamericano de Geografia e História, México, n.133, p.73-90.
- _____. (2005). Expansão turística, dinâmica espacial e sustentabilidade das destinações no litoral do Nordeste do Brasil. *Turismo: visão & ação*, Camboriú, v. 7, n.2, p. 241-256.
- _____. (2009). Por que as destinações turísticas no Nordeste do Brasil não declinam: uma interpretação geográfica. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco.
- BELL, M.; WARD, G. (2000). Comparing temporary mobility with permanent migration. *Tourism Geographies*, 2(1): 87-107.
- BNB.PRODETUR (2012) (site: www.bnb.gov.br).
- BOTERRIL, D.; HAVEN, C.; GALE, T (2002). A survey of doctoral theses accepted by universities in the UK and Ireland for tourism studies, 1990-1999. *Tourist Studies*, v. 2, n. 3, p. 283-311.

- BRITO, F. (2009). As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. B. Horizonte. In: VI ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, ABEP.
- BUTLER, R. W. (1980). The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management of resources. *Canadian Geographer*, v.24, n. 1, p. 5-12.
- _____. (2006). *The tourism area life cycle: applications and modifications*. Clevedon, England: Channel View Publications, volume 1.
- BUTLER, R. (2009). Tourism in the future: Cycles, waves or Wheels? *Futures*, v. 41, n.6, p.346-352.
- CAMPOS, M.; BARBIERI, A.; CARVALHO, J. (2007). Migração e Previdência Social no Brasil entre 1980 e 2000. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, ABEP.
- CASAL, Manuel Aires do. (1976). *Corografia Brasília*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp.
- CHALKITI, K. C. (2007). Mass Tourism: diversification and sustainable development in Southern Europe. *Tourisms: an international Multidisciplinary Journal of Tourism*, v.2, n.1, p.163-166.
- CHOY, D. (1992). Life Cycle Model for Pacific Islands Destinations. *Journal of Travel Research*, v. 30, p.26-31.
- CHRISTALLER, W. (1963). Some considerations of tourism location in Europe. *Regional Science Association Papers*, n. 12, cit in: BUTLER, 1980, op.cit.
- COLTMAN, M. M. (1997). *Introduction to Travel and Tourism*. New York: Van Nostrand Reinhold, 1989. In: GONÇALVES & ÁGUAS.
- COOPER, C. (1994). The destination lifecycle: un update. In: SEATON, A.V., JENKINS, C.L. at al., eds. *Tourism: the State of the Art*. Chichester, West Sussex: John Wiley & Sons, p.340-346, cit. in: WILKINSON, 1996, op. cit.
- CONWAY, D.; POTTER, R. (2007). Caribbean Transnational Return Migrants as Agents of Change. *Geography Compass*, 1/1, p.25-45.
- CRUZ, R. C. (2003). *Introdução à Geografia do Turismo*. São Paulo: Roca.
- DANIELS, P. (1993). *Service Industries in the World Economy*. London: Institute of British Geographers (IBG)/Blackwell.
- DEFERT, P. (2003). Le Taux de Fonction Touristique: mise au point et critique. *Cahiers du Tourism*, C-13, CHET, Aix-en-Provence, cit por PEARCE.
- DOUGLAS, N. (1997). Applying the lifecycle model to Melanesia. *Annals of Tourism Research*, v. 24, n. 1, p. 1-22.
- GARROD, B.; FYALL, A. (1998). Beyond the rhetoric of sustainable tourism? *Tourism Management*, v. 19, n. 3, p.199-212.
- GOMES, P. (1995). O conceito de Região e sua discussão. In: CASTRO, I.; GOMES, P.; CORREA, R. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, p.49-76.
- GONÇALVES, V.; ÁGUAS, P. (1997). The concept of life cycle: an application to the tourist product. *Journal of Travel Research*, v. 36, n.2, p. 12-22.

GUEDES, M. Z. (2005). O papel das aposentadorias e benefícios da previdência na dinâmica socioeconômica dos Municípios de Equador e Parelhas, RN. Natal. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

HALL, C.; WILLIAMS, A. (2002). Tourism, migration, circulation and mobility: the contingencies of time and place. In: *Tourism and Migration: new relationship between production and consumption*. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, p. 1-52.

HARRISON, L; HUSBANDS, W. eds. (1996). *Practicing responsible tourism: international case studies in Tourism planning, policy and development*. New York: John Wiley & Sons.

HERNANDEZ, J.; LEON, C. (2007). The interactions between natural and physical capitals in the tourist lifecycle model. *Ecological Economics*, v. 62, n.1, p.184-193, April. IBGE. *Censos Demográficos do Brasil (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010)*. Rio de Janeiro. _____.

_____. *Contagem de População do Brasil (1996, 2007)*. Rio de Janeiro.

_____. (2012). *Pesquisa de meios de hospedagem ano 2011*. Rio de Janeiro. JOHNSTON, C. (2001). Shoring the foundations of the destination life cycle model: part 1 (ontological and epistemological); part 2 (a case study of Khona, Hawai'i Island). *Tourism Geographies*, v.3, n. 1, 2, p. 2-28, 135-164.

JUANEDA, C.; SASTRE, F. (1999). Balearic Islands tourism: a case study in demographic segmentation. *Tourism Management*, v. 20, n.4, p.549-552.

LENCIONI, S. (2003). *Região e Geografia*. São Paulo: Edusp.

LIKORISH, J.; KERSHAW, A. (1958). *The Travel Trade*. London: Practical Press, cit. in CHOY, 1992, op.cit.

LIU, A.; WALL, G. (2006). Planning tourism employment: a developing country perspective. *Tourism Management*, 27, p.159-170.

LOZATO-GIOTART, J. (1993). *Géographie du tourisme*. Paris: Masson.

LUNDGREN, J. (1982). The tourist frontier of Nouveau Quebec: functions and regional linkages. *Tourist Review*, v. 37, n.2, p. 10-16, 1982, cit. in: PEARCE, 2003, op. cit.

MASSEY, D. (2005). *For Space*. London: Sage Publications.

MELO, M. L. de. (1958). Aspectos do “habitat” rural no Nordeste do Brasil. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, v.X, tomo I, p.221-266.

MIOSSEC, J. (1976). Elements pour une théorie de l' espace touristique. *Les Cahiers du Tourisme*, Aix-en-Provence, n. C 36, cit. in: PEARCE, 2003, op. cit.

MOORE, W.; WHITEHALL, P. (2005). The tourism area lifecycle and regime switching models. *Annals of Tourism Research*, v. 32, n.1, p. 112-126.

MOURA, H. (org). (1980). *Migrações internas: textos selecionados*. Fortaleza: BNB, 2 vols.

NORONHA, R. (1976). *Review of the sociological literature on tourism*. Washington: The World Bank.

- OJIMA, R. (2012). As migrações recentes no Rio Grande do Norte. *Cadernos de Estudos Sociais da Fundação Joaquim Nabuco, Recife*, v.26, n.2, p.147-153.
- PAGNATO, F.; BECKER, O. (2007). Dinâmica migratória na capital do petróleo. In: *ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES DA ABEP*.
- PANIÁGUA, A. (2002). Urban.-rural migration, tourism entrepreneurs and rural restructuring in Spain. *Tourism Geographies*, v.4, n.4, p.349-371.
- PEARCE, D. (2003). *Geografia do Turismo: fluxos e regiões no mercado de viagens*. São Paulo: Aleph.
- PLANE, D.; ROGERSON, P. (1994). *The geographical analysis of population*. New York: J. W. Sons.
- PLOG, S. (1973). Why destination areas rise and fall in popularity. *Cornell Hotel and Restaurant Administration Quarterly*, p.13-16, November.
- PMT (Prefeitura Municipal de Tibau do Sul) (2006) *Listas de hotéis e pousadas (vários anos)*. Tibau do Sul.
- SALVA-TOMÀS, P. (1996). Las implicaciones socioculturales del turismo en el mar Mediterraneo. In: LEMOS, A. ed. *Turismo: impactos socioambientais*. S. Paulo: Hucitec, p.187-206.
- SALVÀ-TOMÀS, P. (2002). Tourism development and foreign immigration in Balearic Islands. *Révue européenne des migrations internationales*, v.18, n.1, p.1-14.
- SILVA, L. (2005). Reconfiguração do Norte Fluminense a partir dos anos 70: a chegada do petróleo e suas consequências na dinâmica do crescimento regional. *ENCONTRO DA ABEP, R. de Janeiro*.
- SINGER, P. (1980). Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: MOURA, H. op. cit. pp...217-244.
- STANBACK, T.; BEARSE, P.; NOYELLE, T.; KARASEK, R. (1983). *Services: The New Economy*. New Jersey: Rowman & Allanheld Publishers.
- STANSFIELD, C. (1970) The development of modern seaside resort. *Parks and Recreation*, v. 5, n.10, p. 14-17; 43-46.
- SZIVAS, E.; RILEY, M. (2002). Labour mobility and tourism in the post 1989 transition in Hungary. In: HALL, C.; WILLIAMS, A. *Tourism and Migration: new relationship between production and consumption*. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, p. 53-72.
- SZIVAS, E.; RILEY, M.; AIREY, D. (2003). Labor mobility into tourism. *Annals of Tourism Research*, v.30, n.1, p.64-76.
- THUROT, J. (1973). *Les Tourisme tropical Balnéaire: le modele caraibe et ses extensions*. Tese au Centre d'Études du Tourisme, Aix-en-Provence, cit. In: PEARCE, 2003, op.cit.
- TOURISM GEOGRAPHIES*. (2000). Vol. 2, n. 1, February (special number on Tourism & Migration).
- TSIAKALI, K. (2008). The tourism area lifecycle. *Tourisms: an international Multidisciplinary Journal of Tourism*, v.3, n.1, p.200-203.

- TURNER, L.; ASH, J. (1976) *The golden hordes*. New York: St. Martin Press.
- WHITTLESEY, D. (1929). *Sequent Occupancy*. *Annals of the Association of American Geographers*, v.19, p.162-165.
- WILKINSON, P. (1996). *Graphical Images of the Commonwealth Caribbean*. In: HARRISON; HUSBANDS, p.16-40, op.cit.
- WILLIAMS, A.; HALL, C. (2000). *Tourism and migration: new relationship between production and consumption*. *Tourism Geographies*, v. 2, n.1, p. 5-27.
- ZELINSKY, W. (1971). *The Hypothesis of the Mobility Transition*. *Geographical Review*, v.61, n.2, p.219-249.

SOBRE OS AUTORES

Ricardo Ojima (Org.) Sociólogo e doutor em demografia, professor do Departamento de Demografia e Ciências Atuariais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DDCA/UFRN). Coordenador do projeto Observatório das Migrações Nordestinas.

Wilson Fusco (Org.) Sociólogo e doutor em demografia, pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj).

Ana Raquel Matias Dantas Economista e mestre em Estudos Urbanos e Regionais (UFRN).

Flavio Henrique Miranda de Araujo Freire Estatístico e doutor em demografia, professor Departamento de Demografia e Ciências Atuariais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DDCA/UFRN).

Herick Cidarta Gomes de Oliveira Atuário e mestrando em demografia pelo Programa de Pós-graduação em Demografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGDem/UFRN).

Jorge Alexandre Barbosa Neves Sociólogo e doutor em sociologia, professor do departamento de sociologia e antropologia da Universidade Federal do Minas Gerais (UFMG).

José Marcos Pinto da Cunha Estatístico e doutor em ciências sociais, professor do Departamento de Demografia da Universidade Estadual de Campinas (DD/Unicamp).

Kleber Oliveira Economista e doutor em demografia, professor do Departamento de Estatística e Ciências Atuariais da Universidade Federal do Sergipe (DECAT/UFS).

Luciana Conceição de Lima Socióloga e doutora em demografia, professora do Departamento de Demografia e Ciências Atuariais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DDCA/UFRN).

Maria Rejane Souza de Britto Lyra Estatística e cientista social, doutora em demografia, pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj).

Nilson Cortez Crocia de Barros Geógrafo e doutor em geografia, professor do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal do Pernambuco (UFPE).

Rosana Baeninger Socióloga e doutora em ciências sociais, professora do Departamento de Demografia da Universidade Estadual de Campinas (DD Unicamp).

Silvana Nunes de Queiroz Economista e doutora em demografia, professora do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Regional do Cariri (URCA).

Tiago Carlos Lima do Nascimento Geógrafo e mestrando em demografia pelo Programa de Pós-graduação em Demografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGDem/UFRN).